



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE RONDONÓPOLIS
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**



SIMONE FRENEDA CAMPARIM PASSOS

**EU E TU, NÓS OS DIFERENTES: A PERCEPÇÃO DOS ESTUDANTES COM
DEFICIÊNCIA SOBRE A INCLUSÃO NO ENSINO SUPERIOR**

**RONDONÓPOLIS - MT
2016**

SIMONE FRENEDA CAMPARIM PASSOS

**EU E TU, NÓS OS DIFERENTES: A PERCEPÇÃO DOS ESTUDANTES COM
DEFICIÊNCIA SOBRE A INCLUSÃO NO ENSINO SUPERIOR**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação do Instituto de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal de Mato Grosso, Câmpus Universitário de Rondonópolis, como requisito para a obtenção de título de Mestre em Educação, Linha de Pesquisa Formação de Professores e Políticas Públicas Educacionais.

Orientador: Prof. Dr. Ademar de Lima Carvalho

RONDONÓPOLIS – MT

2016

Dados Internacionais de Catalogação na Fonte.

F878e Freneda Camparim Passos, Simone.

Eu e tu, nós os diferentes: a percepção dos estudantes com deficiência sobre a inclusão no ensino superior / Simone Freneda Camparim Passos. -- 2016

201 f. ; 30 cm.

Orientador: Ademar de Lima Carvalho.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Mato Grosso, Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Programa de Pós-Graduação em Educação, Rondonópolis, 2016.

Inclui bibliografia.

1. Inclusão no Ensino Superior Público. 2. Percepção dos Estudantes com Deficiência. 3. Limites e Desafios. I. Título.

:
Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Permitida a reprodução parcial ou total, desde que citada a fonte.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
Rod. Rondonópolis.-Guiratinga, km 06 MT-270 - Cep: 78735-901 -RONDONÓPOLIS/MT
Tel : (66) 3410-4035 - Email : ppgedu@ufmt.br

FOLHA DE APROVAÇÃO

TÍTULO: "EU E TU, NÓS OS DIFERENTES: A PERCEPÇÃO DOS ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA SOBRE A INCLUSÃO NO ENSINO SUPERIOR"

AUTOR : Mestranda Simone Freneda Camparim Passos

Dissertação defendida e aprovada em 18/05/2016.

Composição da Banca Examinadora

Presidente Banca / Orientador	Doutor(a)	Ademar de Lima Carvalho
Instituição	UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO	
Examinador Interno	Doutor(a)	Lindalva Maria Novaes Garske
Instituição	Universidade Federal de Mato Grosso	
Examinador Externo	Doutor(a)	Vanderlei Balbino da Costa
Instituição	UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS	
Examinador Suplente	Doutor(a)	Érika Virgílio Rodrigues da Cunha
Instituição	UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO	

RONDONÓPOLIS, 19/05/2016.

Dedico este trabalho,

à minha amada mãe Francisca, que foi capaz de me dar a vida várias vezes em uma só existência:

aos meus filhos, Gabriel (o que Deus enviou), Lucas (o que traz a luz) e Luciana (iluminada e cheia de graça divina), que dão sentido à minha vida e me ensinam todos os dias a ser uma pessoa melhor;

com amor, ao esposo Luciano;

aos estudantes que participaram deste estudo e me ensinaram a ver o mundo pelo "avesso", compartilhando suas vidas, pensamentos e sonhos;

a todos os estudantes e pessoas com deficiência que lutam diariamente para estar com o mundo, pronunciar a sua palavra e transformá-lo.

O eu antidialógico, dominador, transforma o tu dominado, conquistado, num mero “isto”. O eu dialógico, pelo contrário, sabe que é exatamente o tu que o constitui. Sabe também que, constituído por um tu – um não eu –, esse tu que o constitui se constitui, por sua vez, como eu, ao ter no seu eu um tu. Desta forma, o eu e o tu passam a ser, na dialética destas relações constitutivas, dois tu que se fazem dois eu. Não há, portanto, na teoria dialógica da ação, um sujeito que domina pela conquista e um objeto dominado. Em lugar disto, há sujeitos que se encontram para a pronúncia do mundo, para a sua transformação.

Se, na verdade, o sonho que nos anima é democrático e solidário, não é falando aos outros de cima para baixo, sobretudo, como se fôssemos os portadores da verdade a ser transmitida aos demais, que aprendemos a escutar, mas é escutando que aprendemos a falar com eles. Somente quem escuta paciente e criticamente o outro fala com ele, mesmo que, em certas condições, precise de falar a ele.

Quando o homem compreende a sua realidade, pode levantar hipóteses sobre o desafio dessa realidade e procurar soluções. Assim, pode transformá-la e o seu trabalho pode criar um mundo próprio, seu Eu e as suas circunstâncias.

Freire

AGRADECIMENTOS

À força divina que me protegeu, iluminou e guiou pelos caminhos difíceis percorridos nos últimos anos.

À minha mãe Francisca, fortaleza e porto seguro de seus filhos e netos, exemplo de vida e amor incondicional, que sempre foi além das próprias forças por sua família.

Aos meus filhos Gabriel, Lucas e Luciana, trio razão do meu viver, que apesar da pouca idade foram capazes de me dar força e incentivo para continuar sempre em frente, peço perdão pelas “ausências ausentes” e “presenças ausentes”.

Aos estudantes que participaram desta pesquisa, cujo diálogo trouxe mais do que dados e informações, pois me ensinaram sobre o verdadeiro valor da vida e acredito que esse encontro não foi por acaso, era preciso acontecer para que eu seguisse outros caminhos.

Ao Professor Ademar de Lima Carvalho, pela “desorientação”, como ele mesmo gosta de dizer, uma pessoa a quem devo muito e nenhuma palavra seria suficiente para demonstrar o agradecimento pelo apoio e a admiração por ter dedicado uma vida a lutar pela educação, mas faço minhas as palavras de Bertold Brecht: “Há homens que lutam um dia e são bons, há outros que lutam um ano e são melhores, há os que lutam muitos anos e são muito bons. Mas há os que lutam toda a vida e estes são imprescindíveis”.

À Professora Lindalva Maria Novaes Garske, igualmente imprescindível e inesquecível, uma das mulheres mais humanas, íntegras e lutadoras que já conheci, aprendi muito com seu exemplo de profissional e ser humano.

À Professora Simone Albuquerque da Rocha que possibilitou o início desta caminhada.

Ao Professor Vanderlei Balbino da Costa pelas contribuições ao trabalho e pela compreensão de minha imperfeição e incompletude.

Aos Docentes, Técnicos, Coordenadores de Curso, Chefes de Departamento e da Seção de Registro Escolar do Câmpus Universitário de Rondonópolis que foram bastante receptivos e colaboraram com presteza para possibilitar o encontro com os estudantes que participaram desta pesquisa, obrigada por isso e também pelo incentivo de cada um.

Ao amigo Pedro Barreto de Melo, pelos risos, palavras, carinho e apoio que tornaram a vida mais leve, isso foi fundamental para vencer os desafios dentro e fora do mestrado, sua presença é uma das mais importantes nesta jornada, agradeço por tudo.

Aos anjos de luz que entraram em minha vida no mestrado e tornaram-se amigas e amigos que guardarei para sempre no coração: Gleibiane Silva David, Jonatas Marcos da Silva Santos, Kelly Bonfim Alves, Elisabeth Silva, Rosimeire de Jesus Caldeira e Claudia Leite Brandão; foram presenças muito importantes nesta jornada e espero estarmos juntos em outras mais, contem sempre comigo.

Ao Professor Mauro Osvaldo Medeiros, também uma das pessoas mais íntegras, justas e solidárias que conheci, cujo apoio e incentivo foram imprescindíveis para o início e o término desta caminhada.

Aos professores e amigos Virginia Siqueira da Silva, Sueli Maria Alves, Claudionor de Oliveira, Elza Amélia de Souza, Simoni Maria Loverde Oliveira, Nidia Silva Menegazzo e Wilson Luiz Menegazzo, pelo carinho e apoio incondicionais.

Ao amigo Valdeci Silva Mendes pelos “empurrões” e palavras “desfibriladoras”.

À Anabel Beatriz de Col e ao Daniel dos Santos, secretários da pós-graduação, pelo carinho e apoio.

A todos os colegas do mestrado, uma turma predominantemente simples, humilde, alegre, solidária, fora de série e por isso muito especial, nunca sairão de meus pensamentos e orações.

Desejo com toda força do meu espírito que a energia do bem existente na humanidade envolva e encha de bênçãos e alegrias a vida de vocês. Muito obrigada a todos!

RESUMO

O presente trabalho é resultante de pesquisa no mestrado em educação do PPGEdu/CUR/UFMT e tem como objeto de estudo a inclusão de estudantes com deficiência no ensino superior público, a partir da percepção deles próprios sobre esse processo. Nas últimas décadas houve grande avanço em relação à inclusão educacional das pessoas com deficiência, mas no ensino superior ainda se apresenta como problemática imersa em contradições, limites e desafios, inseridos na complexidade de um contexto econômico, político, cultural e ideológico. Para transpor esses desafios, a universidade pública precisará encontrar canais de diálogo com a imensa diversidade que a compõe, principalmente os grupos historicamente excluídos da educação e da sociedade que estão conquistando cada vez mais seu espaço nesse nível de ensino. E a partir desse diálogo, construiremos juntos a inclusão no ensino superior de forma mais efetiva, ampla e profunda, unindo a todos em um esforço coletivo e constante para nos recriarmos, modificando as práticas excludentes, sejam elas culturais, físicas, organizacionais, pedagógicas e até mesmo as referentes à natureza e função social das instituições. Por conta da historicidade e dialeticidade que envolve a inclusão no ensino superior, este estudo fundamenta-se em Freire, Marx, Kósic e nos teóricos convergentes a eles que problematizam questões atuais e desafios contemporâneos da educação a partir de sua concreticidade. O objetivo geral da pesquisa foi analisar a inclusão no ensino superior público a partir da percepção dos estudantes com deficiência. Especificamente buscou-se: a) identificar os limites e desafios à inclusão no ensino superior a partir da percepção dos estudantes com deficiência em relação aos discentes, docentes e instituição; b) apresentar e debater a visão dos estudantes com deficiência sobre o processo de inclusão no ensino superior dentro do contexto econômico, político, cultural e ideológico no qual está inserido; c) compreender o processo de inclusão dos estudantes com deficiência no câmpus da UFMT em Rondonópolis. A abordagem teórico-metodológica é qualitativa sob a perspectiva dialética e os instrumentos de coleta de dados foram entrevistas semiestruturadas junto a oito estudantes com deficiência do Câmpus Universitário de Rondonópolis (UFMT), lócus desta pesquisa. O estudo realizado apontou uma série de limites e desafios à inclusão no ensino superior, dentre os quais: a invisibilidade vivida em nível interpessoal e institucional; a interferência das desigualdades sociais no acesso, permanência e desenvolvimento; a distância entre a legislação brasileira e sua materialização; a falta, inadequação ou insuficiência da acessibilidade física e pedagógica, com a necessidade premente de formação e informação aos docentes e discentes, além da implementação de uma política interna mais estruturada e eficaz. Apesar de todas as contradições, limites e desafios ainda existentes, conclui-se que a inclusão é um processo a ser construído e a construção de uma educação de qualidade para todos que isso demanda dependerá de luta real para ser conquistada e também da revisão de nossos atos e pensamentos nas IES e na sociedade, assim como o embate com as forças neoliberais que minam esse espaço público tão importante na vida das pessoas com deficiência que o consideram muito mais que um local para formação profissional, pois significa vida, encontro, dignidade, cidadania, sonhos. A inclusão das pessoas com deficiência no ensino superior será uma construção coletiva e dependerá da atuação concreta de todos aqueles que compõem a universidade para sua materialização.

Palavras-chave: Inclusão no Ensino Superior Público, Percepção dos Estudantes com Deficiência, Limites e Desafios.

ABSTRACT

The present paper is the result of a master degree in education research from PPGEdU/CUR/UFMT (Education Postgraduate Program/Rondonópolis Campus/Mato Grosso Federal University), which its focus is the inclusion of students with public high education deficiency, from their own perception about this process. In the last decades, there have been great advances regarding educational inclusion of people with deficiency, but in the high education level, it is still present as a trouble immersed in contradictions, limits and challenges, inserted in an economic, political, cultural and ideological complex context. To overcome these challenges, the public university will need to find dialogue channels in the huge diversity which makes itself, especially, the historical education and society excluded groups that are conquering, more and more, their place on this level of education. And, from this dialogue, together, to build such inclusion in high education in a more effective, broad and thoughtful way, uniting all in a collective and permanent effort to recreate itself, changing the excluding practices, being them cultural, physical, organizational, pedagogical and even the ones referring to the nature and function of the social institutions. Because of the historicity and dialecticism which involve the inclusion in high education, this paper is based on Freire, Marx, Koscic, and the convergent theoreticians to them, who problematize nowadays issues and education contemporary challenges, starting from the concreteness. The research general goal was to analyze the inclusion in public high education from the perception of students with deficiency. Specifically, it was searched for: a) to identify the limits and challenges of the inclusion in high education, from the students with deficiency perspective, related to the college students, professors and the institution; b) to expose and debate the deficiency of the students view about the process of inclusion in high education within the economic, political, cultural and ideological context that they are inserted; c) to understand the process of inclusion of the students with deficiency at the UFMT (MTFU/Mato Grosso Federal University) campus in the city of Rondonópolis. The methodological/theoretical approach is qualitative, on the dialectical perspective, and the data gathering were semi-structured interviews with eight students with deficiencies from the Rondonópolis University Campus (MFUF), locus of the research. The study carried out revealed a series of limitations and challenges of inclusion in high education, among them, the invisibility perceived in personal and institutional level; the interference from social inequality in the entrance, permanence and development; the detachment between the Brazilian legislation and its fruition; the lack, inadequacy or insufficient physical and pedagogical accessibilities, with a pressing need of information and formation to the students and professors, and of an internal better structured and efficient politics. In spite of all contradictions, limits and challenges still existent, it was concluded that the inclusion is a process to be built, and the making of an education with quality for all, which it demands, will be dependent of real combat, revision of our acts and thoughts at IES (Superior Education Institution) and in the society, as well as the shock with neoliberal forces that mine this public space so important in the lives of people with deficiency who consider it much more than a professional formation spot, for it means life, meeting, dignity, citizenship, dreams. The inclusion of people with deficiency in high education must be a collective construction and it will depend upon the concrete acting of those who compose the university for its materialization.

Key Words: Inclusion in Public High Education; Students with Deficiency Perception; Limits and Challenges.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal do Ensino Superior
CF	Constituição Federal
CUR	Campus Universitário de Rondonópolis
DUDH	Declaração Universal de Direitos Humanos
EJA	Educação de Jovens e Adultos
IES	Instituições de Ensino Superior
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
NBR	Norma Brasileira aprovada pela ABNT
ONU	Organização das Nações Unidas
SER	Seção de Registro Escolar
SISU	Sistema de Seleção Unificada
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
UFMT	Universidade Federal de Mato Grosso

SUMÁRIO

Introdução	12
1 As escolhas e caminhos investigativos	22
1.1 O interesse pela pesquisa	22
1.2 A abordagem teórico-metodológica da pesquisa	27
1.3 O suporte teórico da pesquisa qualitativa e a perspectiva dialética	29
1.4 A coleta de dados	33
1.5 O lócus da pesquisa	35
1.6 Os sujeitos da pesquisa	37
1.6.1 Perfil dos sujeitos da pesquisa	38
2 Pelo direito de existir! A inclusão no ensino superior e os desafios contemporâneos – entre o capitalismo e a dignidade humana	40
2.1 – Educação e inclusão social	42
2.2 – A inclusão no ensino superior: entre a legislação e a realidade – um processo em Construção	52
3 Inclusão no ensino superior: a percepção dos estudantes com deficiência	98
3.1 Limites e desafios à inclusão no ensino superior	106
3.1.1 A relação com os estudantes	112
3.1.2 A relação com os professores	123
3.1.3 Sobre a instituição de ensino superior	149
4 Algumas ponderações sobre a pesquisa para seguir perguntando e dialogando	178
4.1 À guisa de conclusão	185
5 Referências	193
6Apendice	200

INTRODUÇÃO

A realidade social, objetiva, que não existe por acaso, mas como produto da ação dos homens, também não se transforma por acaso. Se os homens são os produtores desta realidade e se esta, na “inversão da práxis”, se volta sobre eles e os condiciona, transformar a realidade opressora é tarefa histórica, é tarefa dos homens.

Freire

Após séculos de segregação e práticas integrativas¹, nas últimas décadas o debate em torno da inclusão de estudantes com deficiência no sistema de ensino, da educação básica à superior, ganhou vulto no cenário mundial.

A luta dos movimentos sociais pelos direitos humanos e civis na década de 60, diante do acirramento de todas as formas de exclusão e opressão; impulsionou e fortaleceu as pessoas com deficiência a lutarem pela defesa de sua autonomia, emancipação e plena participação social.

No bojo das várias lutas que foram despertadas em nível internacional na passagem das últimas décadas do século XX ao XXI, por uma vida digna e pelo respeito à diversidade humana em busca de um mundo mais solidário, plural, onde as diferenças sejam reconhecidas e respeitadas; está a inclusão de pessoas com deficiência no ensino regular, consubstanciada nos princípios de que a educação é um direito fundamental de todo ser humano, que ninguém pode ser discriminado ou excluído por suas diferenças e que é preciso garantir oportunidades iguais de acesso, permanência e desenvolvimento para todos.

Desde então, a problematização e a reivindicação são crescentes por uma educação de qualidade que se constitua como um dos fatores para a inclusão social dos grupos historicamente excluídos do ensino formal e da sociedade. Um ideal que é objeto de luta dos movimentos sociais e visa a promoção mais efetiva e ampla de cidadania e justiça social.

Entretanto, a conquista e a construção desse ideal tem percorrido caminhos dialeticamente conflituosos e contraditórios, pois envolve a contestação de paradigmas educacionais e sociais, além da luta contra as resistências e limitações do sistema capitalista sobre as transformações em curso na contemporaneidade, principalmente as que possam

1 – Na história da humanidade a mentalidade predominante acerca da deficiência assumiu várias formas. Em séculos anteriores predominava a segregação social das pessoas com deficiência, no entanto, desde o século XVIII a visão sobre a deficiência vem sendo modificada gradativamente, com mais efetividade e amplitude nos séculos XX e XXI, nos quais passou-se a discutir sobre a integração e mais atualmente a inclusão dessas pessoas na sociedade. Sob a perspectiva da integração há uma espécie de adaptação que parte apenas ou principalmente das pessoas com deficiência, já no conceito ideal de inclusão a sociedade como um todo deve se modificar para incluí-las. Tem-se avançado bastante em relação à inclusão social e educacional, mas ainda há muito a ser conquistado.

levar à emancipação humana e sua libertação².

Desde então, os organismos internacionais³ pressionados pelos movimentos sociais em escala mundial, adotaram uma pauta em relação à diversidade, à erradicação do preconceito e da discriminação na educação e na sociedade, estabelecendo pactos entre seus estados-membros, dentre eles o Brasil, para a elaboração e implementação de leis e políticas públicas inclusivas.

Em 2008 foi criada a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva Inclusiva, afirmando o princípio da igualdade e da diferença, questionando a discriminação construída historicamente por uma estrutura social que inferioriza e marginaliza as diferenças. No entanto, ainda há uma série de obstáculos à sua materialização e o processo de inclusão não tem ocorrido de forma ampla, profunda e efetiva para todos, principalmente na educação superior.

É dever do Estado, expresso em nossa Constituição Federal desde 1988, assegurar a todos as condições necessárias para viver, estudar e se desenvolver como ser humano, sem qualquer tipo de discriminação e exclusão, porém, quanto à sua efetivação, o preceito determinado pela legalidade constitui-se em um princípio ainda não concretizado plenamente, apesar da existência de leis e políticas públicas voltadas à inclusão.

A legislação pertinente à inclusão de estudantes com deficiência é vasta e garante textualmente, para todos os níveis de ensino, educação de qualidade, acesso, permanência e desenvolvimento, mas esses são limitados e precarizados pelo ataque neoliberal à educação pública, pela meritocracia e seletividade do processo educativo formal, orquestrados pela ideologia liberal individualista, pelas desigualdades sociais profundas e pelas barreiras que ainda existem em nossas mentes e corações que nos atrapalham de ir ao encontro do Outro para construirmos juntos um caminho diferente, tanto na educação quanto na sociedade.

Por isso é importante frisar: o sistema político brasileiro legisla e executa as leis sob a égide do capitalismo neoliberal, que organiza, controla e manipula o Estado, bem como a materialização das legislações e das políticas públicas; o mesmo que utiliza a educação como forma de controle social e a mantém sob o mínimo de condições objetivas para seu funcionamento, imprimindo-lhe padrões massificantes e dominadores de pensamento e organização. Nesse contexto, as leis e políticas públicas em relação à inclusão

2 – Nas últimas décadas, o ataque neoliberal ao Estado tem promovido a desconstrução de nossos espaços públicos de educação, com vistas não somente à redução de custos mas também almejando sua despolitização ao reorganizá-la nos moldes de uma empresa e sob os ditames do mercado. Assim, sob o domínio da ideologia neoliberal, a educação deixa de ser um bem público para a formação do ser humano e passa a ser um serviço como outro qualquer, vista como um gasto público e não como um investimento, enfraquecendo seu compromisso político com a transformação social.

3 – A ONU (Organização das Nações Unidas) e seus vários organismos internacionais tais como UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação) BIRD “Banco Mundial” (Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento), organizaram grandes fóruns internacionais em relação à educação e a inclusão que influenciaram os sistemas de ensino no mundo todo, como por exemplo as Convenções de Jomtien e Salamanca..

deveriam ser consideradas como pontos de chegada que para serem alcançados demandarão compromisso e luta política dos envolvidos no processo educativo e de toda a sociedade. Representam avanços significativos em direção à inclusão educacional, mas ainda são muitos os obstáculos pelos quais atravessam os estudantes com deficiência, desde a educação básica até a universidade, limitando o acesso, a permanência e o seu desenvolvimento.

Os desafios são muitos, mas as pessoas com deficiência vêm mudando sua história, rejeitando a identidade socialmente construída sobre a deficiência, conquistando o reconhecimento de seus direitos e construindo cotidianamente o caminho para sua inclusão social, na qual a educação tem um papel fundamental. A movimentação consciente e política dos profissionais da educação, dos estudantes e da sociedade nesse processo será imprescindível, pois depende dessa luta a garantia das conquistas e de maiores avanços.

A transformação da educação e da sociedade sob bases inclusivas é um processo de construção coletiva e será na busca pela resolução de suas contradições, no enfrentamento dos conflitos e na luta cotidiana que as dificuldades poderão ser superadas. Ao contrário, se naturalizarmos o processo em construção como algo que ocorre por si só, ou um “problema” restrito àqueles com alguma deficiência, sem o envolvimento de todos para construí-lo, correremos o risco de estagnar as mudanças ou que essas não cheguem a todas as IES públicas.

Educar-se no sistema de ensino público, com qualidade e respeito, é um direito dos estudantes com deficiência, está expresso em Convenções Internacionais, em nossa Constituição Federal, no Plano Nacional de Educação, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, na Política Nacional de Inclusão e em dezenas de outros documentos legais regulamentadores da questão, mas não se dá de forma linear, ampla e profunda em todas as IES brasileiras e em parte delas a inclusão desses estudantes ainda ocorre de forma incipiente e às vezes precária e improvisada, relegando-os a uma espécie de subcidadania.

Deixando de proporcionar as condições necessárias para a garantia desse direito, o Estado nega-lhes a cidadania e um direito humano fundamental. Uma educação inclusiva que não inclui de fato a todos e apenas integra alguns indivíduos, pois a maioria ainda está fora do ensino superior e grande parte das IES não se alteram profundamente para esse processo, somada a graves desigualdades sociais; acaba se constituindo em ideologia ao criar uma atmosfera ilusória de que existem direitos com acesso amplo a eles, desviando dessa forma a atenção sobre a origem real dessa exclusão causada pelo próprio sistema capitalista, camuflando sua face extremamente excludente. Ao pesquisarmos sobre a educação, necessariamente precisamos refletir sobre essa condição humana, pois os preceitos e ideologias liberais permeiam a organização do sistema de ensino e a mentalidade

predominante em relação às diferenças humanas.

Para aqueles que sofrem com o preconceito, a discriminação e a falta de oportunidades iguais, a inclusão na educação não pode ser apenas uma ideologia, tem que ser real, um ideal a ser construído historicamente, um sonho de justiça e igualdade que precisa ser concretizado. Pelos desafios existentes, a educação de qualidade como fator de cidadania e inclusão, que atenda às necessidades e peculiaridades de cada um e seja realmente para todos, ainda precisará ser conquistada.

Diante dessa contextura, questionar e debater a inclusão a partir da visão dos grupos historicamente excluídos da escola e da sociedade torna-se fundamental e necessário, pois expõe as vivências de uma realidade educacional em seus limites e desafios, contribuindo para reflexão sobre suas contradições e sua transformação.

O embate com a realidade contribui para conscientização sobre as ideologias que a deformam, pondo a nu as contradições existentes e ajudando a abandonarmos as ideias ingênuas de “quem se esforça sempre alcança”, da culpa por não alcançar residir em nossa falta de vontade ou aptidão, que bastam leis para a inclusão acontecer e de não termos força para mudar o que precisa ser mudado.

Ao assumirmos essa postura questionadora diante do mundo, enxergamos a educação como um ato político, passando a defendê-la como direito alienável de todos os seres humanos e não somente dos “mais aptos”, a vê-la como um dos fatores para a conquista da cidadania real, aquela que vem acompanhada das condições objetivas e subjetivas de existência, possíveis somente a partir do nosso envolvimento na luta por concretizá-las.

A práxis educacional reflete a práxis social, ainda predominantemente seletivas e excludentes, ambas precisam ser transformadas para podermos verdadeiramente reconhecer, respeitar e valorizar as diferenças humanas. O individualismo liberal orquestra a educação e a sociedade, limitando-as a padrões massificantes de pensamento e ação, por isso, desconstruir essa lógica poderá nos levar à construção de uma outra realidade mais justa e solidária.

Nesse caso, é importante considerar a possibilidade da educação se transformar de instrumento do capital em instrumento de libertação, pois sendo construção humana pode ser recriada como Freire tanto nos ensinou. E a inclusão demanda essa recriação, caso contrário seu potencial questionador da ordem normalizante pode ser anulado, representando apenas a adaptação das pessoas com deficiência à instituição educacional, não provocando a sua renovação para tornar-se inclusiva, justa e democrática.

O mundo é plural mas também limitado e condicionado pelos detentores do poder para manter o controle da sociedade, através da disseminação de visões reduzidas, manipuladas e

distorcidas, que padronizam, nivelam, igualam, homogeneizam, para melhor comandar e evitar os levantes e as transgressões à ordem estabelecida. Quem sabe a revisão de paradigmas em curso na contemporaneidade possa nos ajudar a enxergá-lo como realmente é: vivo, heterogêneo, dinâmico, contraditório, imprevisível e principalmente mutável e passível de nossa intervenção. Assim, é preciso haver coerência entre nossos discursos e ações, se queremos uma sociedade democrática, solidária e justa, nossas práticas e relações na educação também devem ser democráticas, solidárias e justas.

Por isso é importante continuar debatendo e lutando para buscarmos progressivamente um ensino superior cada vez mais inclusivo para todos os brasileiros com deficiência que queiram estar na universidade.

Esses estudantes estão em processo de emancipação e autonomia, garantir-lhes o direito à educação de qualidade é reconhecê-los como cidadãos e sujeitos de sua própria história. Ouvi-los e amplificar suas vozes para dizerem como sentem o processo de inclusão, também faz parte desse reconhecimento e a existência de poucas pesquisas que levam em consideração a percepção desses estudantes nos habilita a fazer essa afirmação.

Apesar dos desafios ainda existentes, as discussões e o próprio processo de inclusão vem transformando o nosso olhar sobre os outros, ampliando a compreensão de que as diferenças nos constituem como humanos e ensinando uma nova maneira de ver a educação. Quiçá esse outro olhar possibilite ultrapassar os limites impostos pela alienação e subordinação que nos impede de “sermos mais” e propicie a todos nós, com deficiência ou não, a liberdade de assumirmos nossa condição de seres autônomos, comprometidos com a construção de um mundo onde a promoção do desenvolvimento humano venha em primeiro lugar e não as demandas do capital.

Os estudantes com deficiência têm o direito de “serem mais”, de se constituírem como sujeitos atuantes em sua história individual e coletiva, de se tornarem seres autônomos e cidadãos no sentido mais amplo.

A educação é importante na construção dessas histórias de vida mas é preciso proporcionar a todos condições de acesso e qualidade que poderiam ser alcançadas de modo mais amplo e efetivo pela superação do modelo de educação e visão de mundo deterministas, mecanicistas, formalistas, reducionistas, que ignoram o subjetivo, o afetivo, o humano. Isso nos leva a refletir sobre a necessidade de superação também da forma material de existência que tem se demonstrado cada vez mais contrária à vida e à humanização, pois o ideário liberal que a acompanha, de caráter extremamente individualista, hedonista e excludente, é incapaz de acolher, compartilhar, dividir, amar.

A responsabilidade da universidade pela inclusão é bastante complexa e repleta de desafios, inclusive o de manter-se como um bem público diante dos ataques neoliberais e poder elaborar e implementar políticas inclusivas.

No entanto, sua missão nesse processo é urgente e necessária, pois dela emana o conhecimento científico e é nela onde são formados originalmente os professores e os demais profissionais e cidadãos que vão atuar na educação e na sociedade. Por ser capacitada, em tese, a enxergar mais “largo, profundo e longe”, pode partir dela a iniciativa de se contrapor ao modelo educacional que visa tão somente atender aos interesses do sistema capitalista neoliberal e apenas integra os poucos estudantes com deficiência que conseguem chegar ao ensino superior, mantendo sua estrutura intacta, sem envolvimento mais profundo nessa questão. Manter e reproduzir esse modelo de educação relega aqueles que não conseguem acompanhar a “corrente”, a engrossarem as estatísticas de evasão e exclusão do ensino superior público, pois a maioria nem chega a adentrar seus muros e os que conseguem fazê-lo enfrentam uma série de desafios para manter-se nele.

A humanidade sobre o ponto de vista neoliberal é apenas uma grande tabela de lucros, entradas e saídas, custos e benefícios, mas os seres humanos não podem ser reduzidos a números! Possuem histórias e sonhos, desejam ser profissionais e cidadãos através da educação, da interação social, do trabalho e do exercício de uma cidadania real. Ao meu ver, o envolvimento da universidade pública em educar para a libertação ou para o aprisionamento do ser humano se dá até as suas entranhas.

Essa instituição seria fundamental na reconstrução de uma sociedade em bases mais humanas, menos discriminatória, preconceituosa e excludente, mas será necessário primeiramente redescobrir sua relação com a transformação social, desnudando, questionando e atuando sobre as estruturas sociais que alienam, marginalizam e excluem. A sua missão é de “por o rei nu”, de transgredir ordens injustas e visões de mundo reducionistas, mas será que está fazendo isso ou defendendo o *status quo*, assumindo uma posição opressiva tanto em nossas relações cotidianas individuais quanto institucionais?

Incluir os grupos marginalizados, discriminados ou excluídos da sociedade e da educação, sejam quais forem, pressupõe a necessidade de uma educação pautada na democracia real, no respeito à diversidade, na pluralidade, na defesa irredutível da cidadania em seu sentido mais amplo e da educação pública de qualidade como direito inalienável de todos os seres humanos. É um dever ético e moral lutarmos para que a inclusão não seja apenas retórica, uma ideologia, ou seja reduzida a algumas adaptações por força da lei.

Além disso, incluir na educação é muito mais do que acolher o Outro e mantê-lo

em uma condição de dependência ou inferioridade, demanda rompimento com a mentalidade hegemônica e trata-se de um passo fundamental em direção à sociedade democrática e solidária que almejamos.

Para início de conversa podemos começar então ouvir os estudantes com deficiência no espaço educacional e a dialogar com eles de forma sincera, aberta, crítica, para mudar o nosso olhar e nos juntarmos em uma corrente pela transformação das formas arcaicas e anacrônicas de ver a nós mesmos, aos outros e ao mundo. Buscando entender e agir sobre os mecanismos internos e externos de marginalização ou exclusão de determinados segmentos da sociedade na educação, materializados na fragilidade das políticas educacionais que ainda não proporcionam concretamente acesso, permanência e desenvolvimento em condições de igualdade para todos, pois estão imersas na profunda desigualdade social brasileira que faz do caminho até a universidade um processo seletivo e excludente.

Diante do exposto, o presente estudo sobre a inclusão no ensino superior pretende contribuir para o diálogo entre as diferenças humanas e a universidade, expondo a visão de mundo desses estudantes sobre o processo no qual estão inseridos, de modo que a partir dessa perspectiva, aqueles que compõem a instituição possam repensar ideias e práticas em direção à construção de uma educação e uma sociedade inclusivas.

Motivada por esse intuito realizei uma pesquisa no banco de dissertações e teses da CAPES, procurando conhecer o que havia sido produzido sobre a temática para situar-me melhor em relação ao objeto de estudo e construir esta dissertação. Encontrei quarenta trabalhos, entre dissertações e teses. Ampliei a procura para o espaço aberto da internet onde acabei encontrando muitas outras pesquisas que também tratavam sobre a inclusão no ensino superior. De trabalho em trabalho pude conhecer várias realidades brasileiras e diversas nuances sobre o processo de inclusão das pessoas com deficiência no ensino superior, obtendo uma visão ampla do que havia sido produzido sob diversos prismas e visões de mundo e ciência.

Percebi durante essa pesquisa que existiam poucos trabalhos sobre a inclusão a partir da perspectiva dos estudantes e menos ainda da dialética. Quanto mais me aproximava do objeto de estudo maior era a certeza da importância de ouvi-los para evidenciar o que há por trás dos discursos “politicamente corretos” ao expormos os limites e desafios da realidade, e até que ponto políticas e leis se convertem em ações de fato, evidenciando as contradições e o papel dos próprios estudantes e suas reivindicações nessa construção. Em suma, como vivenciam o processo de inclusão no ensino superior e sua percepção em relação aos demais estudantes, aos professores e à instituição que correspondem aos limites e

desafios por eles apontados.

A problemática exposta acima moveu a pesquisa apresentada nesta dissertação, buscando responder a seguinte questão: **qual é a percepção dos estudantes com deficiência sobre sua inclusão no ensino superior?**

O objetivo geral foi analisar a inclusão no ensino superior público a partir da percepção dos estudantes com deficiência. Os objetivos específicos consistiram em: a) identificar os limites e desafios à inclusão no ensino superior, a partir da percepção dos estudantes com deficiência em relação aos discentes, docentes e instituição; b) apresentar e debater a visão dos estudantes com deficiência sobre a o processo de inclusão no ensino superior dentro do contexto econômico, político, cultural e ideológico no qual está inserido; c) compreender o processo de inclusão dos estudantes com deficiência no câmpus da UFMT em Rondonópolis.

A partir dos objetivos, do referencial teórico e da empiria observada junto aos estudantes, a estrutura da dissertação foi organizada em três capítulos, conforme a descrição a seguir.

O capítulo 1 “As escolhas e caminhos investigativos”, apresenta o percurso metodológico que possibilitou o delineamento da pesquisa, descrevendo a metodologia utilizada, o interesse pessoal, os critérios de seleção e a caracterização dos sujeitos e do lócus, além da descrição dos instrumentos para obtenção das informações necessárias à resposta da questão proposta nesta investigação.

O capítulo 2 “Pelo direito de existir! A inclusão no ensino superior e os desafios contemporâneos - entre o capitalismo e a dignidade humana” subdivide-se em dois tópicos para melhor compreensão da problemática e do contexto no qual está inserido o processo de inclusão dos estudantes com deficiência no ensino superior: “Educação e inclusão social” e “A inclusão no ensino superior: entre a legislação e a realidade – um processo em construção”. O primeiro tópico **“Educação e inclusão social”**, contém a concepção de realidade, homem, educação, sociedade, cidadania e inclusão na qual baseia-se a presente investigação. Trazendo à cena, a relação existente entre educação e inclusão social, cidadania e direitos humanos, além de alguns apontamentos sobre as contradições, limites, desafios e possibilidades inerentes ao processo de inclusão das pessoas com deficiência no ensino superior, realizando aproximações que buscam ultrapassar os discursos oficiais e expor as raízes da exclusão social e educacional desses estudantes, entendendo-a como resultado histórico de nossa produção material de existência que demanda a crítica ao sistema capitalista. Problematizando as contradições e os desafios a serem enfrentados para sua

concretização, enfatizando o caráter de processo a ser construído pelo envolvimento de todos: estudantes, professores, técnicos, dirigentes e sociedade. O segundo tópico **“A inclusão no ensino superior: entre a legislação e a realidade – um processo em construção”**, traz um histórico problematizado sobre marcos e bases legais, internacionais e nacionais para a inclusão dos estudantes com deficiência. Além de apontamentos sobre a contradição entre eles e a materialização do processo de inclusão educacional no ensino superior público. Enfatizando que a relação entre legislação, políticas públicas e realidade não deve ser naturalizada, pois apesar das leis garantirem os direitos desses estudantes, existe um contexto político, econômico, cultural e ideológico que limita o processo de inclusão nas IES, havendo necessidade de envolvimento e luta política para serem concretizados.

No capítulo 3 **“Inclusão no ensino superior: a percepção dos estudantes com deficiência”** apresento, analiso e problematizo os relatos dos estudantes que participaram da pesquisa, suas vivências de inclusão e exclusão enquanto estudantes com deficiência no espaço da universidade, em relação aos demais alunos, docentes e instituição. Neste capítulo são expostos os obstáculos estruturais, pedagógicos, institucionais e sociais vividos por eles, juntamente com os teóricos que delinearão os capítulos anteriores e outros que lhes são convergentes.

Ao final desta dissertação, trago algumas ponderações sobre a pesquisa, cuja intenção é que sirvam como objeto de reflexão e questionamento à inclusão na educação superior. Portanto, no fim deste estudo não há pontos finais, mas reticências, pois a realidade educacional “está sendo” e como criação humana em uma relação dialética com a sociedade sempre apresentará conflitos e contradições, para os quais homens e mulheres, inconclusos e limitados, mas não determinados, buscarão os caminhos mais apropriados ou os que sejam possíveis. Por isso é fundamental que sigamos perguntando e dialogando sobre essa problemática. Quiçá seja escolhido o caminho mais duro e árduo, porém o que pode trazer mais justiça social e equilíbrio - o da libertação humana como produto da construção de seres autônomos, capazes de pensar e transformar a vida ao seu redor.

Sendo assim, esta investigação é resultado de uma pesquisa sobre o processo de inclusão no ensino superior público na perspectiva dos estudantes com deficiência, a partir das experiências vividas no Câmpus Universitário de Rondonópolis (UFMT). Sua relevância acadêmica e social encontra-se em defender o compromisso da universidade com uma proposta educativa humanizadora e humanizante, preche de esperança e amor, não ingênuos, ancorada nas concepções de Paulo Freire, que nos possibilite ultrapassar ideologias opressoras e alienantes que obstaculizam a construção de uma educação e uma sociedade de relações

verdadeiramente justas, igualitárias e democráticas para todos.

A educação em todos os seus níveis tem um papel fundamental no desvelamento das contradições da estrutura social opressora, mas para tanto precisa, a princípio, ouvir e democraticamente dialogar com a imensa diversidade que a compõe, em um processo permanente de se auto-questionar, avaliar, repensar, reconstruir, redescobrimo assim a ligação direta que possui com a construção de um novo projeto de si própria e de sociedade.

Existem educadores, técnicos e estudantes há bastante tempo nessa luta, resistindo e recusando aceitar a exclusão como norma e a inclusão como exceção.

A importância da *práxis* não fetichizada (ilusória), como bem exposto por Marx, Kosic e Freire, é uma *práxis* compromissada com a emancipação humana, mas ainda existem muitos desafios a serem transpostos para a pronúncia do mundo por educadores e educandos, dentre eles o de ouvir com humildade uns aos outros e estabelecer relações dialógicas. Para Freire (2011, p. 46) não existe diálogo se não há humildade, assim, “a pronúncia do mundo, com que os homens o recriam permanentemente, não pode ser um ato arrogante”. Dessa forma, é através da união de todos na defesa da universidade pública, fundamentados no diálogo, na consciência crítica e numa *práxis* transformadora que construiremos juntos uma educação superior democrática e justa, enfim, inclusiva, em sua mais profunda acepção, naquela em que tanto as instituições quanto nossas mentes e corações mudam para verdadeiramente incluir.

1 AS ESCOLHAS E CAMINHOS INVESTIGATIVOS

1.1 O interesse pela pesquisa

O interesse em pesquisar a inclusão das pessoas com deficiência na educação é praticamente existencial, construído em um caminhar idiossincrático de mais de 25 anos, composto por múltiplas experiências de vida investida na função de professora do ensino básico no passado, além de estudante e técnica administrativa do Câmpus Universitário de Rondonópolis (UFMT) há mais de duas décadas. Sendo necessário descrevê-lo, em concordância com a metodologia na qual explico ser este estudo uma conformação dialética entre interesses pessoais, teóricos críticos da educação e os relatos das experiências dos estudantes sobre sua inclusão no ensino superior.

Durante esse longo período fui testemunha, como professora de escola pública e particular, de um tempo entre as décadas de 80 e 90 em que sequer falava-se sobre a inclusão desses estudantes, nem mesmo o conceito de “inclusão” era utilizado ou amplamente debatido, as escolas negavam sumariamente suas matrículas e pouco se via essas pessoas nas ruas, nas universidades ou nos demais ambientes sociais. Naquelas décadas, a ideia de que a sociedade e o sistema de ensino é que deveriam modificar-se para incluir os estudantes com deficiência ainda não havia ganhado força, principalmente em nosso país.

Analisando a evolução do passado para os dias atuais, observam-se grandes avanços em direção à construção de uma educação e uma sociedade inclusivas, mas ainda falta muito a ser conquistado e o será apenas com o envolvimento de todos, pois trata-se de uma construção coletiva cuja responsabilidade precisa ser compartilhada.

Os tempos e as estações mudam, concordando com Mantoan (2003, p. 16) “não há mal que dure para sempre” e assim o debate sobre a inclusão tomou proporções internacionais, chegando ao Brasil com mais efetividade há menos de vinte anos. Testemunhei essa transição e o início das mudanças, através dos professores formados no câmpus que atuavam na rede pública de ensino e ao observar as dificuldades e percalços vividos por estudantes, docentes e técnicos com deficiência no lócus desta pesquisa, bem como a luta pela garantia de seus direitos.

Acompanhei também a preocupação e a solidariedade de educadores e técnicos compromissados como profissionais e seres humanos, empenhados em um esforço pessoal para incluir e renovar-se para os desafios, apesar de todas as dificuldades de um câmpus de

pequeno porte, dependente da sede em Cuiabá, Mato Grosso, e de não haver uma política definida, melhor estruturada ou um debate amplo com a comunidade acadêmica sobre a inclusão. Também vi e senti a indiferença, a invisibilidade, a falta de diálogo, o despreparo, a falta de estrutura e formação, a petrificação de ideias e práticas anacrônicas, e em alguns momentos, até a ausência de costume e gosto pela democracia que impedem de ouvir o Outro e crescer com esse apoio mútuo.

Por esses motivos, queria de alguma forma contribuir com a problematização sobre a inclusão das pessoas com deficiência no ensino superior, em especial na IES em que trabalho e a partir da qual tive contato com tantas pessoas diferentes e suas histórias de vida e luta.

No entanto, era necessário escolher um segmento da instituição, pois trabalhar a inclusão de professores, técnicos e estudantes com deficiência não seria possível pela compressão de tempo imposta ao mestrado, então optei pelos estudantes, que apesar de serem poucos, era o grupo mais numeroso, menos ouvido e inserido em uma problemática que demandava diálogo e ação nesta IES.

Sinto necessidade em descrever parte desse caminhar, não somente para expor as raízes de meu interesse pela problemática envolvida, mas também para contar o que vivi e convivi no passado e no presente enquanto realizava a pesquisa, materializando através desse relato a forma como a maioria de nós enxergamos as pessoas com deficiência e não somente elas, mas tudo e todos que destoam da pretensa normalidade construída social e historicamente sobre o Outro. Isso é a dialética aplicada à realidade de uma pesquisa social, a junção entre o “eu” e o “tu”, as vivências, o cotidiano e a relação dinâmica, não automática e nem mecânica, entre eles e os processos mais amplos da sociedade.

Assim como no trecho da música “Sampa” de Caetano Veloso “é que Narciso acha feio o que não é espelho”, o Outro deve necessariamente ser o reflexo do que consideramos normal e o que escapa a esse enquadramento pré-estabelecido é visto de forma preconceituosa ou simplesmente fica invisível aos olhos. Essas são duas formas de reação ao divergente: segregar afastando a necessidade de nossa intervenção ou a indiferença para permanecermos na zona de conforto sem irmos ao encontro desse Outro “diferente”, que na verdade é uma invenção, pois somos todos outros uns dos outros, como é muito bem colocado na obra “Habitantes de Babel”, organizada por Larrosa e Skliar (2011).

Devido a essa configuração predominante em nossa relação com as diferenças, questiono sobre o que é ser normal hoje e se podemos de fato continuar defendendo um mundo ou uma educação homogêneos, diante de tantas provas da diversidade humana e de que assumí-la seria muito mais benéfico para a sociedade. Penso que o esforço em defender

padronizações nos tempos atuais e a tentativa de estabelecê-las como ideologia hegemônica é fechar os olhos para a realidade concreta e agir anacronicamente em relação à contemporaneidade. Continuar nesse caminho só trará mais dor e sofrimento aos que não se encaixam nos padrões e aos que artificialmente tentam encaixar-se neles.

Seja a contemporaneidade “liquida”, “ambivalente” ou que a sua solidez esteja “desmanchando no ar”, o fato é que vivemos num mundo em profunda transformação e as fronteiras artificialmente estabelecidas entre o normal e o anormal estão sendo desconstruídas.

Certas injustiças e desumanidades seculares estão sendo revistas ou pelo menos questionadas e o mundo está imerso em um processo explosivamente vivo, dinâmico, enfim dialético. Apesar das mudanças serem lentas, estarem imersas em contradições e desafios hercúleos, estamos em transformação, só resta-nos decidir se para a libertação ou para o aprisionamento e isso dependerá de nosso envolvimento político, pois são forças em combate, de um lado tudo que aliena, marginaliza, exclui, e de outro, a luta por autonomia, emancipação e libertação.

Dessa forma, inclusão e exclusão fazem parte do mesmo processo de busca pela superação das contradições na construção de uma educação inclusiva, e se estão presentes na sociedade, também se apresentam na educação. No entanto, a educação como elemento fundante de nossa sociedade, por sua missão ontológica com a humanização, precisa reafirmar seu compromisso na luta pela eliminação de toda forma material e cultural de exclusão que impeça a emancipação dos seres humanos; sozinha não será capaz dessa tarefa, mas sem ela nada será transformado, pois é nela que a sociedade se encontra e reflete sobre si mesma.

Nesse processo, o envolvimento dos movimentos sociais com a participação efetiva dos profissionais da educação e das pessoas com deficiência será imprescindível na luta pela inclusão, assim como também a pesquisa científica, pois é um importante instrumento que nos ajuda a conhecer, refletir, debater, conscientizar e agir sobre a realidade contraditória.

Escolher o caminho da transformação é ter consciência de que ela não se faz no espontaneísmo, mas com o desvelamento da realidade concreta, de seu questionamento e da luta para modificá-la. O enfrentamento das contradições ainda existentes no processo de construção da inclusão educacional nos move em direção à sua transformação, por isso não podemos temê-lo, mas encará-lo com humildade e coragem.

Em suma, somos humanos, todos diferentes, mas parte da mesma humanidade, plurais e unos ao mesmo tempo. Sendo humanos, somos inconclusos, contraditórios, determinados e determinantes, sempre obra em construção, por isso acredito e sempre terei fé nas pessoas e em nossa força como agentes de mudança. Na educação essa humanidade vem à tona:

paixões, preconceitos, individualismo, visões de mundo reduzidas, pensamentos e ações cristalizadas pelo tempo sem reflexão, praticamente uma Torre de Babel, mas também encontramos compromisso com a renovação, solidariedade e a vontade de fazer diferente. Somos capazes de rever nossos atos e pensamentos, quebrar paradigmas, enxergar mais largo, profundo, à frente e mudar a realidade.

A base de uma instituição democrática deve ser o diálogo crítico, mas para dialogar é preciso ouvir e enxergar os Outros, reconhecer-se também como envolvido pela mesma mentalidade opressora, reconhecer-se oprimido, uma atitude imprescindível para refletir sobre atos e omissões com humildade e respeito.

A universidade considerada no passado como “torre de marfim”, inalcançável à maioria esmagadora das pessoas, hoje tem um papel fundamental no debate sobre a inclusão ao democratizar-se e reposicionar-se frente à realidade educacional e social de uma forma nova e livre de preconceitos, influenciando assim os demais níveis de ensino, principalmente em relação à formação inicial dos professores nessa instituição.

Para renovar-se diante dos desafios ainda existentes à inclusão das pessoas com deficiência, será imprescindível ouvir os estudantes para compreender melhor esse processo e refletir sobre as ações necessárias para sua materialização.

Os estudantes entrevistados consideram que o mais importante em suas vidas não é a deficiência mas sim o querer viver e conviver, alcançar, transpor, superar, existir, ser contado, considerado, respeitado, querido, amado e a educação também faz parte desse processo. Existe todo um aspecto subjetivo e humano no processo de inclusão dessas pessoas que muitas vezes não é considerado, por isso a importância do diálogo.

O diálogo foi uma característica importante nesta pesquisa que assumiu ares de uma conversa sobre histórias de vida individuais entrelaçadas com a dinâmica dialética da realidade social na qual estão inseridas, unidas em um abraço nem sempre fraterno, amigável, justo, mas positivamente em busca de superação dos obstáculos impostos por uma sociedade e uma educação ainda não plenamente inclusivas.

Na realização de uma investigação científica, principalmente no tocante à educação, a pretensão de objetividade e distanciamento completo do objeto de estudo pode empobrecer seus resultados, pois desde a escolha do tema e os questionamentos durante a pesquisa até a tessitura dos enredamentos de uma dissertação são subjetivos.

Eu e eles...quem sou eu e quem são eles, quem somos nós? A discussão começa por aí. Quem sou eu que me atrevi a adentrar o mundo do Outro para inquirir-lhe algo? Pedi licença, mas de qualquer forma é uma entrada não esperada. Nessa simbiótica relação entre

nós surgem coisas inesperadas ou até caminhos que não esperávamos percorrer, assim é a pesquisa social, sabemos o início e podemos supor o seu final, mas nunca determiná-lo com certeza, pois se trata de matéria viva, formada por uma rede complexa de conexões com o mundo.

Uma inexplicável metamorfose ocorre quando pesquisamos algo significativo para nós e para alguém, mudamos algo em nós, nos outros e ao nosso redor. A sensação que tenho após o término da pesquisa é de que nada foi em vão.

Há muito tempo ouço reclamações sobre dissertações empoeiradas nas estantes das bibliotecas sem utilização concreta e considero esse mais um preconceito no rol dos muitos acumulados ao longo do tempo, além de evidenciar traços positivistas e cartesianos em nossa concepção de ciência, através dos quais todo conhecimento científico deve obter resultados objetivos, mensuráveis e imediatos. Mas as “pedras” são movidas de lugar sim! Mesmo que o movimento delas seja lento e quase imperceptível. A interação entre o pesquisador, os sujeitos, o lócus da pesquisa e até mesmo o programa de pós-graduação, o orientador e as pessoas com as quais cruzamos em todos os demais momentos nos quais espalhamos as ideias e os resultados da pesquisa fazem parte dessa “movimentação de pedras”.

Por isso, uma dissertação nunca vai ser somente um trabalho esquecido nas estantes. Até chegar a esse ponto, a paisagem foi alterada, mesmo minimamente, e o questionamento instaurado. Além disso, outros darão prosseguimento a este movimento, talvez até mesmo tomando como ponto de partida aqueles que vieram antes ou influenciados por eles.

Entre eu e tu, entre nós, nada ficou intacto. Trata-se de um encontro de vidas com histórias diferentes e semelhantes ao mesmo tempo, para dialogar, questionar e refletir sobre uma realidade aparentemente restrita, particular, mas que aos poucos percebe-se o desabrochar de inter-relações, determinações e influências em nível macrossocial. Uma relação dialética entre a totalidade e as partes.

E por tudo o que foi vivido, visto e ouvido, eis-me aqui, a tecer uma rede entre eu e tu, elaborada a muitas mãos, ou vários pensamentos e histórias, pois o que somos é resultado de uma infinidade de interações, cuja maior importância reside em sermos “nós”, não iguais mas não sozinhos e não excluídos. Espero ter feito juz aos sujeitos que participaram comigo nesta caminhada, mas essa sentença não está em minhas mãos ou nas daqueles que se jogaram comigo nesta jornada, são sempre externas. Com certeza agradar a todos é impossível, pois somos todos diferentes e isso não é demérito, ao contrário, é nossa maior riqueza.

1.2 A abordagem teórico-metodológica da pesquisa

Os pressupostos teórico-metodológicos que sustentam ou encaminham o raciocínio do pesquisador e sua transposição na escrita de uma dissertação, são mais do que mera formalidade exigida para a investigação ser considerada científica e possuidora dos requisitos definidos pela academia para obter esse status. São elementos constituintes de uma construção dialética entre a subjetividade de quem pesquisa, o problema e os objetivos pesquisados oriundos de uma realidade concreta, a teoria e as técnicas que lhe dão suporte.

Por isso, segundo Fazenda (2010, p. 36):

As decisões metodológicas são pura decorrência do problema formulado e este só se explica devidamente em relação ao referencial teórico que deu origem a ele. Qualquer tentativa de confronto entre métodos e técnicas de pesquisa, portanto, só poderá ser resolvido levando-se em conta os objetivos contidos no problema e a capacidade de explicação do referencial teórico.

Para além das regras estabelecidas na construção do conhecimento científico, os pressupostos escolhidos são filtros através dos quais o pesquisador enxerga a realidade e denotam o “lugar” de onde ele “fala”, qual é o seu olhar sobre o objeto pesquisado, seu conceito de homem, ciência, educação e mundo, ou seja, sua posição política em relação ao problema para o qual busca resposta através da pesquisa.

Nesse caso, problema e resposta são sempre parciais, imperfeitos e transitórios (FAZENDA, 2010), por serem recortes de uma realidade dinâmica, em constante transformação, obtidos através de conhecimentos limitados pela condição humana do pesquisador e dos sujeitos pesquisados, mas cuja contribuição para o entendimento de problemáticas educacionais pode promover a reflexão e o diálogo, imprescindíveis para a construção de um projeto de educação sob a perspectiva inclusiva.

O novo não virá sem esses elementos, reflexão e diálogo, pois enquanto construção social, a educação que se quer renovar dependerá do esforço coletivo de toda a sociedade e não apenas daqueles diretamente envolvidos nos processos educativos.

A inclusão de estudantes com deficiência no ensino superior, objeto desta investigação, foi analisada sob os pressupostos teóricos da dialética em Freire, Marx e Koscic. Esses referenciais permitem enxergar as contradições da realidade de modo mais profundo, identificando a origem e a dinâmica da exclusão em uma ordem social injusta e opressora, construída historicamente sob a lógica da dominação, em uma combinação de práticas

materiais e ideológicas organizadas a partir de relações de poder assimétricas, sem a existência das quais não precisaríamos estar falando em inclusão, pois não haveriam excluídos.

Além disso, os três nos fazem entender a mediação existente entre nós e o mundo, encontro cujo resultado é sempre um devir, uma obra em constante construção, que ao assumir uma dimensão de amor, solidariedade e diálogo, não ingênuos, mas nascidos no desvelamento da realidade antagônica e da pronuncia de nossa palavra a ela, pode resultar em práxis, intervenção sem a qual não há transformação dos processos sociais excludentes:

É preciso ousar, no sentido pleno desta palavra, para falar em amor sem temer ser chamado de piegas, de meloso, de a-científico, senão de anticientífico. É preciso ousar para dizer cientificamente que estudamos, aprendemos, ensinamos, conhecemos com nosso corpo inteiro. Com sentimentos, com as emoções, com os desejos, com os medos, com as dúvidas, com a paixão e também com a razão crítica. Jamais com esta apenas. É preciso ousar para jamais dicotomizar o cognitivo do emocional (FREIRE, 1993, p. 10).

Diante do objeto deste estudo assumo a posição de uma profissional da educação que não acredita na existência de uma “mão invisível” organizando o mundo, independente da vontade das pessoas que nele habitam, e menos ainda na invencibilidade e perenidade do sistema capitalista neoliberal. Pelo contrário, acredito no poder da resistência não conservadora, aquela capaz de autocrítica e de renovar-se diante dos desafios contemporâneos em direção à construção de um modelo de educação efetivamente democrático para a transformação social e o alcance efetivo da cidadania ainda negada a muitos.

Por acaso não foi a persistente luta dos movimentos sociais que trouxe os estudantes com deficiência a conquistar seu espaço na educação formal e na sociedade? Esse é apenas um exemplo de como podemos interferir na realidade através da luta política.

Entendendo a realidade como um movimento dialético, esse referencial teórico deu suporte para compreender a problemática educacional da inclusão dos estudantes com deficiência como parte de um processo maior de reivindicação por inclusão social, como um processo dinâmico e em busca de transformação, no qual nos inserimos como sujeitos não apenas determinados mas também determinantes.

Busquei, através do embasamento teórico-metodológico desta pesquisa, pensamentos que pudessem captar com rigorosidade e sem determinismos a realidade educacional, pois a desconstrução do modelo de educação e de sociedade baseado em padrões homogêneos,

seletivos e competitivos somente será possível se estivermos abertos à autocrítica e à renovação, e se nos mantivermos assim como Paulo Freire manteve-se em sua práxis histórica, sequiosos de novas descobertas e experimentações, superando medos e equívocos, assumindo nossa responsabilidade perante o mundo ao nos conscientizarmos de que a educação é um ato político e que somos portadores da mudança, mas precisamos também escolher se para a libertação ou a dominação: “a história como possibilidade significa nossa recusa em aceitar os dogmas, bem como nossa recusa em aceitar a domesticação do tempo” (FREIRE, 1997, p. 2).

Portanto, por considerá-las fundamentais para entender o objeto desta investigação como problemática imersa em uma realidade contraditória e por serem importantes instrumentos na luta contra tudo o que aliena, marginaliza e exclui, esta pesquisa foi balizada por releituras sobre a dialética presentes nos autores já citados e em outros teóricos críticos da educação convergentes, promovendo a análise da inclusão das pessoas com deficiência no ensino superior a partir da concretude de seus desafios contemporâneos.

Pelo que expus acima, nos itens 1.1 e 1.2, depreende-se que a metodologia adotada nesta pesquisa é uma composição entre interesses pessoais, conceitos e suportes teóricos norteadores da investigação sob a perspectiva dialética, bem como os procedimentos necessários, tais como estudo bibliográfico, entrevistas semiestruturadas, transcrição e análise dos dados. A seguir, as escolhas que delinearam a metodologia adotada serão detalhadamente explicitadas.

1.3 O suporte teórico da pesquisa qualitativa e a perspectiva dialética

Apesar do desenvolvimento científico alcançado pela sociedade ocidental ainda não conseguimos respostas efetivas para pobreza, miséria, fome, violência, intolerância, preconceito, discriminação e para todas as demais formas de exclusão que representam as desigualdades sociais na educação e no meio social; talvez por que a ciência esteja intimamente ligada ao desenvolvimento tecnológico do sistema capitalista e tenha perdido parte de seu lado humano. No entanto, percebe-se que esse paradigma vem sendo quebrado e as Ciências Sociais tem resgatado a subjetividade como característica essencial nos fenômenos e processos sociais, para melhor compreendê-los e interferir neles:

Dentro de dimensões históricas imemoriais até nossos dias, as religiões e filosofias têm sido poderosos instrumentos explicativos dos significados da existência individual e coletiva. A poesia e a arte continuam a desvendar lógicas profundas e insuspeitadas do inconsciente coletivo, do cotidiano e do destino humano. A ciência é apenas uma forma de expressão desta busca, não exclusiva, não conclusiva, não definitiva. Na sociedade ocidental, no entanto, a ciência é a forma hegemônica de construção da realidade, considerada por muitos críticos como um novo mito, por sua pretensão de único promotor e critério de verdade. No entanto, continuamos a fazer perguntas e a buscar soluções (MINAYO, 1994, p. 09).

Considerando a natureza deste estudo, que trata de uma realidade da qual seres humanos são agentes, sujeitos e pesquisadora, determinados e determinantes de um processo social mediado pela educação, escapando, portanto, radicalmente à possibilidade de objetivação simples, pelas implicações da subjetividade de ambos em relação aos dados coletados, os procedimentos metodológicos foram estruturados na abordagem qualitativa interpretativa, na perspectiva dos estudos de Bogdan e Biklen (1994), Minayo (1994), Fazenda (2010) e Ghedin (2011).

O intuito desta pesquisa de investigar como os estudantes com deficiência percebem a sua inclusão no ensino superior, evidenciando seus limites e desafios, exige a estruturação de procedimentos metodológicos e referencial teórico dentro dos parâmetros de uma pesquisa qualitativa e numa perspectiva dialética.

Primeiramente, pelo fato deste estudo estar voltado à compreensão de um fenômeno educativo a partir de experiências e vivências de indivíduos que participam e constroem o cotidiano educacional, tanto os entrevistados quanto a entrevistadora, portanto, seres humanos que leem o mundo a partir de múltiplas representações, buscando compreendê-lo e explicá-lo:

É captando o movimento que configura esta dinâmica de trocas, de relações entre os sujeitos – que por sua vez reflete os valores, símbolos e significados oriundos das diferentes instâncias socializadoras -, que se pode visualizar melhor como a escola participa do processo de socialização dos sujeitos que são, ao mesmo tempo, determinados e determinantes. Todo este processo se materializa no cotidiano, quando o indivíduo se coloca na dinâmica de criação e recriação do mundo (FAZENDA, 2010, p. 43).

Em segundo por que o processo de inclusão, objeto desta investigação, faz parte de um fenômeno educativo complexo, que não se restringe apenas à educação e nem mesmo apenas aos estudantes com deficiência, pois é uma construção histórica, inserida em uma realidade dinâmica e contraditória em busca de síntese, exigindo para tal um novo modelo de pensamento que possa configurar um novo modelo de educação que seja portadora da

emancipação necessária à construção de um novo projeto social em favor da vida.

Nesse sentido, a dialética contida na obra de Paulo Freire iluminou esta pesquisa, mostrando que o presente e o futuro podem ser transformados, não são dados prontos e acabados, portanto, podemos mudar a nós mesmos e dessa forma também ao mundo.

Nas palavras de Giroux surge uma definição da dialética em Freire:

A história torna-se dialética na obra de P. Freire porque é usada para distinguir o presente enquanto dado e o presente enquanto portador de possibilidades de emancipação. Além disto, P. Freire demonstra mais uma vez que não é apenas homem do presente; é também homem do futuro. Sua fala, ações, calor e visão representam um modo de reconhecer e criticar um mundo que vive perigosamente à beira da destruição. Em certo sentido, a obra e presença de Freire estão aí não apenas para nos lembrar o que somos, mas também para sugerir no que podemos nos transformar (GIROUX, 1997, p. 156).

Por isso, entendo a abordagem qualitativa sob a perspectiva dialética como a melhor lente para a compreensão do objeto estudado nesta pesquisa, impregnado da intencionalidade e historicidade de uma práxis educacional que sofre as determinações da práxis social, assim de acordo com Ghedin (2011, p. 104):

O aspecto sócio-histórico das práticas educativas imprime a cada situação educativa um caráter singular, irrepetível, com imensas variações no tempo, no espaço, nas formas organizativas de sua dinâmica e na natureza de sua intencionalidade. Isso implica que o objeto com o qual o pesquisador educacional trabalha é multidimensional, mutante, complexo e, para ser significado, precisa estabelecer mediações com um sujeito que carrega toda a complexidade das configurações da existência humana.

A realidade social é dialética e por isso precisa ser compreendida através de uma metodologia que capte a sua dinamicidade e profundidade, reconstruindo seus significados tendo em vista a historicidade, a identidade entre sujeito e objeto e o seu aspecto ideológico. Por esse caráter essencialmente qualitativo do objeto das Ciências Sociais que é a vida dos seres humanos em sociedade, os conhecimentos produzidos sempre serão aproximações da vida real, como Minayo (1994, p. 15) escreve:

A realidade social é o próprio dinamismo da vida individual e coletiva com toda riqueza de significados dela transbordante. Essa mesma realidade é mais rica que qualquer teoria, qualquer pensamento e qualquer discurso que possamos elaborar sobre ela. Portanto, os códigos das ciências que por sua natureza são sempre referidos e recortados são incapazes de a conter. As

Ciências Sociais, no entanto, possuem instrumentos e teorias capazes de fazer uma aproximação da suntuosidade que é a vida dos seres humanos em sociedades, ainda que de forma incompleta, imperfeita e insatisfatória. Para isso, ela aborda o conjunto de expressões humanas constantes nas estruturas, nos processos, nos sujeitos, nos significados e nas representações.

Essa aproximação do real produzida nas pesquisas sociais é de fundamental importância para a pesquisa em educação, pois ao vincular pensamento e ação, indagando ou questionando sobre a construção da realidade, trata de problemas da vida prática e tem o potencial de contribuir para modificá-la.

Uma pesquisa sozinha não muda o mundo, mas as relações estabelecidas a partir dela em conjunção com as demais podem contribuir para essa transformação, pois levantam questionamentos importantes sobre problemáticas sociais, podem levar à conscientização sobre a realidade contraditória e potencialmente levar à reflexão e à ação sobre essas contradições.

Por isso, continuar perguntando, manter a curiosidade e a admiração para com o mundo, são atitudes imprescindíveis para a reflexão crítica sobre a realidade e a transformação social. Deixar de naturalizar as contradições, duvidar das certezas estabelecidas, passar a questioná-las, a refletir e agir sobre elas: “se duvidamos, pensamos; se pensamos, existimos” (GHEDIN, 2011, p. 108).

A metodologia desta pesquisa foi concebida pela perspectiva reflexiva, em contraposição à concepção instrumental, a partir do que observa Ghedin (2011, p. 107):

A metodologia deve constantemente proporcionar as bases científicas das relações estabelecidas entre o ato de pesquisar e as novas compreensões que vão surgindo do diálogo do pesquisador com o mundo. A metodologia da pesquisa, na abordagem reflexiva, caracteriza-se fundamentalmente por ser a atitude crítica que organiza a dialética do processo investigativo; que orienta os recortes e as escolhas feitas pelo pesquisador; que direciona o foco e ilumina o cenário da realidade a ser estudada; que dá sentido às abordagens do pesquisador e as redireciona; que, enfim, organiza a síntese das intencionalidades da pesquisa. Assim a metodologia da pesquisa não consiste em um rol de procedimentos a seguir, não será um manual de ações do pesquisador nem mesmo um caminho engessador de sua necessária criatividade. A metodologia organiza-se em torno de um quadro de referências, decorrente de atitudes, crenças e valores que se configuram como concepções de mundo, de vida, de conhecimento.

Com esta concepção de metodologia em mente e sabedora da necessidade e importância de procedimentos de coleta de dados que respondam ao problema levantado, foram adotadas metodologias qualitativas para organização do “pensamento reflexivo-

investigativo” durante a realização da pesquisa, envolvendo desde a escolha do referencial teórico que fundamentasse de forma coesa a análise dos dados coletados até a construção do instrumento pelo qual essas informações foram captadas.

A princípio foi realizada uma pesquisa no banco de dissertações e teses da CAPES para delimitar o tema e observar o que havia sido trabalhado em relação à inclusão de estudantes com deficiência no ensino superior, sob o descritor “inclusão de estudantes com deficiências no ensino superior”. Foram lidos resumos, conclusões e bibliografias dos quarenta trabalhos encontrados, várias dissertações e teses foram lidas na íntegra e algumas encontram-se nas referências. Em busca de sustentação teórica acerca do objeto de estudo foi realizada uma pesquisa de cunho bibliográfico, pautada nos teóricos críticos da educação para contextualizar o processo de inclusão e sua relação com projetos educacionais emancipatórios. Esses teóricos deram o suporte necessário para interpretar o objeto desta investigação, proporcionando o encontro entre o existir cotidiano e a dinâmica social mais ampla sobre a inclusão no ensino superior na perspectiva dos estudantes com deficiência.

Em seguida, estruturou-se o projeto e este foi submetido à Comissão de Ética em Pesquisa da UFMT no final do mês de janeiro de 2015, através da Plataforma Brasil, o qual foi aprovado apenas no dia 1º de maio. Mas, enfim, foi aprovado e deu início às entrevistas semiestruturadas no dia 02 de maio, dando sequência à pesquisa.

1.4 A coleta de dados

Há muitas críticas sobre a forma de obtenção das informações necessárias à resposta do problema colocado em uma investigação científica, inclusive em relação à pseudo-cientificidade de se tomar como base relatos verbais, acusando-os de discursos pessoais, oriundos de visões reduzidas, parciais ou distorcidas de mundo, aos quais não se pode dar credibilidade.

No entanto, considerando a raiz da dialética no pensamento de Marx, principalmente em sua tese sobre a relação entre a totalidade e as partes, da defesa incondicional do sujeito histórico como agente de mudança ou transformação e sobre o concreto pensado, conceito pelo qual a realidade concreta e as representações que fazemos dela estão ligadas entre si numa relação dialética; as entrevistas assumem em pesquisa qualitativa uma importante ferramenta para “recolher dados descritivos na linguagem do próprio sujeito, permitindo ao investigador desenvolver intuitivamente uma ideia sobre a maneira como os sujeitos

interpretam aspectos do mundo” (BOGDAN e BIKLEN, 1994, p. 134). Além disso, o estudo do cotidiano é fundamental para as pesquisas em educação:

O estudo do cotidiano escolar se coloca como fundamental para se compreender como a escola desempenha o seu papel socializador, seja na transmissão dos conteúdos acadêmicos, seja na veiculação das crenças e valores que aparecem nas ações, interações, nas rotinas e nas relações sociais que caracterizam o cotidiano da experiência escolar (FAZENDA, 2011, p. 43).

Nesta pesquisa, consubstanciada a partir da abordagem qualitativa da ciência, pretendi apreender a percepção dos estudantes com deficiência sobre sua inclusão no ensino superior para então, com base nessa perspectiva, compreender a problemática de uma realidade educacional que ora se apresenta repleta de contradições, como todo processo humano de construção e reconstrução, mas cuja emergência e as demandas nos remetem à urgência de rever o modo como fazemos a educação e a necessidade de a reinventarmos em bases mais humanas e não apenas ou principalmente para atender as demandas do capital.

Tendo em vista o objetivo definido nesta investigação, a entrevista semiestruturada foi a principal fonte de recolhimento de dados. O instrumento de coleta de dados constitui-se de 06 questões construídas de modo flexível para deixar o sujeitos livres para exprimir o que realmente pensavam sobre a problemática em tela, ou dito de outra forma, para contar sobre suas vidas, como foi percorrido o caminho até a universidade, os percalços e desafios após se tornarem estudantes universitários, a visão que têm de si mesmos e dos outros nesse espaço no qual a sociedade se encontra, onde seres humanos se encontram.

Esse tipo entrevista foi importante e suficiente para atingir os objetivos da investigação, sempre lembrando que o nosso papel enquanto investigadores “não consiste em modificar pontos de vista, mas antes em compreender os pontos de vista dos sujeitos e as razões que os levam a assumi-los” (BOGDAN e BICKLEN, 1994, p. 138).

Ouvir cuidadosamente, entendendo e respeitando as alteridades envolvidas nessa conversa, foi o que busquei realizar sempre tendo em mente esta afirmação de Bogdan e Biklen (1994, p. 137) sobre as entrevistas em pesquisa qualitativa:

O que se revela mais importante é a necessidade de ouvir cuidadosamente. Oíça o que as pessoas dizem. Encare cada palavra como se ela fosse potencialmente desvendar o mistério que é o modo de cada sujeito olhar para o mundo.

Com base nas concepções dos teóricos acima descritas, os relatos dos sujeitos tornam-se importantes fontes de informação sobre a realidade, porém, não se pode esquecer da subjetivação-objetivada de nossa consciência sobre o mundo, como descreveu Kosik (1976), e dessa forma fazer a ligação necessária entre o que pensamos sobre a realidade, visão limitada, parcial e as suas infinitas relações com a totalidade dessa realidade. Isso não significa que a realidade no nível microssocial seja de natureza diferente da macrossocial, mas que o cotidiano está interligado ao que acontece no mundo, não de forma mecânica, às vezes direta ou indiretamente, mas como um organismo vivo, pulsante, imprevisível, sob o peso de determinações sobre o pensar e o agir mas também passível de nossa interferência, com possibilidade de reinvenção, renovação, metamorfoses ou transformação.

1.5 O lócus da pesquisa

O Câmpus Universitário de Rondonópolis, lócus desta pesquisa, é relativamente jovem, criado em 1970 completou 35 anos em 2015⁴, uma instituição de ensino superior atualmente de porte médio, em franco crescimento e desenvolvimento rumo à sua emancipação, mas ainda compõe a Universidade Federal de Mato Grosso, com sede em Cuiabá, capital do estado de Mato Grosso. Localizado em Rondonópolis, cidade-polo da região sul mato-grossense, um importante centro aglutinador em termos econômicos, políticos e geográficos que possui 215.320 mil habitantes⁵, conforme dados da estimativa do IBGE para os municípios de Mato Grosso em 2015.

No período de realização desta pesquisa, o câmpus observado possuía 3.557 estudantes matriculados⁶, dentre os quais apenas 12 são pessoas com deficiência, dentre elas uma em cadeira de rodas trancou matrícula e 11 estão frequentando regularmente as aulas. Esses dados demonstram em números e na prática o processo de exclusão que inicia no ensino básico e se estende até a universidade, apesar das ações do governo para democratização do ensino superior ainda são poucas as pessoas com deficiência que o alcançam.

Em comparação aos dados nacionais obtidos no Censo do IBGE de 2010, o Câmpus Universitário de Rondonópolis (UFMT) reflete a realidade nacional, pois o número de

4 - Informação obtida no portal da UFMT em <http://ufmt.br/ufmt/site/secao/index/Rondonopolis/1465>

5 - Dados obtidos na estimativa 2015 do IBGE para os municípios de Mato Grosso em <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/temas.php?codmun=510760&idIema=130>

6 - Informações obtidas oficialmente na seção de registro escolar do Câmpus Universitário de Rondonópolis em 15 de abril de 2015.

estudantes com deficiência é pequeno se comparado ao total de matriculados e ao número de habitantes do município. Esses dados nos informam que existem 45.623.910 milhões de pessoas com deficiência no Brasil, representando 23,92% da população, desse montante apenas 6.884 estudantes com deficiência estão matriculados na rede de ensino superior público e 13.403 na particular. De acordo com o Censo da Educação Superior 2013 existem 7.000.000 de estudantes universitários e somente 30.000 são pessoas com deficiência, apenas 1 terço encontra-se na IES públicas. Tais números indicam que a educação superior pública no Brasil ainda não é de fato para todos.

As deficiências entre os estudantes matriculados no câmpus lócus do presente estudo, durante o período letivo 2015/1, eram as seguintes:

- 2 pessoas em cadeiras de rodas
- 2 pessoas com próteses em uma das pernas
- 1 pessoa com limitação motora nos membros inferiores
- 1 pessoa com paralisia parcial dos membros superiores e inferiores
- 4 pessoas com baixa visão
- 1 pessoa com deficiência auditiva
- 1 pessoa com deficiência por questões de saúde mental

No lócus da pesquisa, a chegada dos “diferentes” ao “território conquistado” pelos movimentos sociais ainda não provocou mudanças importantes, mas o que antes se apresentava em “doses homeopáticas” e era tratado como exceção, um aluno, dois alunos, um professor, um técnico, não mais que isso, hoje existe em maior quantidade e diversidade: estudantes com deficiência, de baixa renda, indígenas, cota racial, diferenças de gênero, etárias, culturais etc.

O fato do câmpus não estar preparado para incluir tornou-se notório durante a realização deste estudo e, assim como na maior parte das IES, nele permanecem quase intactas a forma de organização, a estrutura física, o ensino ministrado e a relação com os estudantes, predominantemente, aqueles que quiserem nele permanecer precisam acompanhar a “corrente” e adaptar-se. Por isso foi escolhido como lócus da pesquisa.

Depreende-se da realidade acima descrita, evidenciada pelos resultados da pesquisa, que não ocorre inclusão de fato e ainda estamos apenas integrando os estudantes com deficiência, tornando-se necessário investigar e debater as contradições existentes para

superá-las.

Tem-se avançado, mas ainda são grandes os desafios, desde acessibilidade física até a formação adequada aos professores e reestruturação dos cursos e da instituição a partir de uma perspectiva inclusiva, não havendo uma política melhor definida e bem estruturada de atuação mais ampla e profunda sobre o processo de inclusão.

1.6 Os sujeitos da pesquisa

Partindo do pressuposto que a percepção dos estudantes sobre sua vida acadêmica é fundamental para debatermos a inclusão no ensino superior e um maior número de sujeitos pesquisados tornaria mais ampla a obtenção de informações, foram entrevistados todos os estudantes com deficiência que aceitaram participar da pesquisa sob os seguintes critérios: estarem regularmente matriculados e frequentando as aulas em qualquer um dos cursos existentes no câmpus, serem maiores de 18 anos, não estarem hospitalizados ou apresentando qualquer outro impedimento de saúde para participar das entrevistas, tivessem disponibilidade e aceitassem voluntariamente contribuir com esta investigação.

Para garantir o sigilo das fontes de informação foram utilizados nomes fictícios para identificar as falas dos estudantes contidas nesta dissertação e não será divulgado o curso no qual estão matriculados, pois isso os identificaria.

Os codinomes utilizados foram escolhidos dentre algumas das palavras-conceito mais presentes e fundamentais na obra de Paulo Freire e aparecem em negrito ao lado das falas de cada estudante: **Amor, Solidariedade, Diálogo, Liberdade, Consciência Crítica, Transformação, Utopia e Práxis**. Cada pessoa que participou desta pesquisa recebeu um nome em consonância não somente com o conteúdo de suas falas mas principalmente com o que de mais profundo a pesquisadora percebeu nesses estudantes durante as entrevistas, tanto em relação às suas personalidades quanto necessidades e sonhos.

Encontrar os estudantes foi uma tarefa complexa, pois o câmpus lócus da pesquisa não dispunha de informações sistematizadas sobre as pessoas com deficiência, de quantos eram e em quais cursos estavam.

A dificuldade em obter informações denota a falta de políticas inclusivas mais bem estruturadas. Dessa forma, a invisibilidade vivida pelas pessoas com deficiência ultrapassa a indiferença das pessoas não deficientes e passa a ser um traço característico também da instituição:

Quais as consequências do não reconhecimento dessa rica diversidade de sujeitos para os currículos, a gestão escolar, as didáticas, as políticas socioeducativas? Um dos lamentáveis efeitos da ausência dos sujeitos na reconstrução de nossa história e nos currículos é negar a centralidade dos seres humanos como sujeitos de história (ARROYO, 2011, p. 141).

A procura desses alunos durou mais de quarenta dias, por que além da instituição a maioria dos coordenadores de curso também não possuíam tais informações, então, foi necessário procurar os estudantes de sala em sala, confirmar sua existência e entrar em contato. Para isso contei com ajuda de coordenadores, técnicos, dos próprios estudantes com deficiência e de seus colegas.

Após o levantamento prévio e a localização desses estudantes no câmpus, procurei-os para explicar os objetivos da pesquisa e convidá-los a participar concedendo entrevistas.

Dos 12 estudantes encontrados, um havia trancado matrícula e não estava mais estudando, 8 aceitaram participar da pesquisa assinando o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, 2 recusaram-se a participar, um por motivos pessoais, outra por questões de saúde e com um deles não foi possível entrar em contato, pois a greve deflagrada durante essa busca impossibilitou seu encontro, não consegui obter seu nome, endereço, telefone e nem mesmo e-mail. Os oito estudantes participantes preencheram um questionário para identificação e levantamento socioeconômico e logo após foi dado início às entrevistas.

1.6.1 Perfil dos sujeitos da pesquisa

A caracterização dos sujeitos pesquisados, realizada através do questionário socioeconômico, foca especialmente os quesitos idade, gênero, deficiência, cor, classe social, tempo da trajetória escolar pregressa, forma e ano de ingresso na universidade e participação em movimentos sociais, não informado o curso de origem, pois esse dado expõe a identidade dos estudantes. A finalidade desse levantamento é servir como complemento às informações obtidas nas entrevistas e parâmetro com a realidade nacional sobre a inclusão dos estudantes com deficiência, além da identificação de pertença a outros grupos que sofrem exclusão social e educacional pelas desigualdades sociais existentes em nosso país. Descrevo abaixo o perfil dos sujeitos que aceitaram participar da pesquisa e os dados recolhidos demonstram que à exceção de um deles, todos os sujeitos são oriundos de classe popular, os oito estudaram sempre em escolas públicas e parte deles enfrentou dificuldades para chegarem ao ensino

superior, três no sistema EJA (Educação de Jovens e Adultos), com trajetórias escolares repletas de pausas e retomadas, o que fez com que chegassem tardiamente à universidade.

Quadro 1 – Caracterização dos estudantes pesquisados

Estudantes	Idade	Gênero	Cor	Estado Civil	Ano Ingresso	Forma Ingresso	Deficiência	Transporte
1 AMOR	40	Fem.	negra	viúva	2014	ENEM Cota	Limitação motora nos membros inferiores	moto (carona)
2 UTOPIA	38	Fem.	parda	casada	2014	ENEM	Não possui parte de uma das pernas e usa prótese	Ônibus
3 SOLIDARIEDADE	38	Fem.	parda	casada	2014	ENEM	Baixa visão	Moto
4 DIÁLOGO	22	Fem.	branca	solteira	2013	Transferência de IES particular	Deficiência auditiva	Moto
5 PRÁXIS	22	Fem.	parda	solteira	2010	ENEM	Não possui uma das pernas e usa prótese	Ônibus
6 CONSCIÊNCIA CRÍTICA	54	Masc.	parda	casado	2012	ENEM	Paralisia parcial de membros superiores e inferiores	Carro
7 LIBERDADE	33	Masc.	parda	casado	2013	ENEM	Paraplegia	Carro
8 TRANSFORMAÇÃO	18	Masc.	parda	solteiro	2015	ENEM	Baixa visão	Ônibus

Quadro 2 – Caracterização dos estudantes pesquisados

Estudantes	Trabalho	Renda familiar	Escola pública ou privada	Término do ensino fundamental	Término do ensino médio	Participação em movimentos sociais
1 AMOR	Pensionista	710,00	Pública	1995	2003 EJA	COMSEGE (Conselho de Segurança)
2 UTOPIA	Não trabalha	1.600,00	Pública	2011	2013 EJA	Não
3 SOLIDARIEDADE	Agente comunitária saúde	2.000,00	Pública	2000	2006 EJA	Não
4 DIÁLOGO	Setor financeiro	4.600,00	Pública	2006	2009	Não
5 PRÁXIS	Funcionária pública	1.500,00	Pública	2006	2009	Humanização do Parto e Nascimento, Movimento Negro, Mov. Feminista Unidas, Movimento LGBTQTT
6 CONSCIÊNCIA CRÍTICA	Aposentado	15.000,00	Pública	1975	1980	Lions Clube
7 LIBERDADE	Assistente financeiro	2.200,00	Pública	2004	2007	Associação das Pessoas com Deficiências
8 TRANSFORMAÇÃO	Estudante	3.000,00	Pública	2011	2014	—

Capítulo 2

Pelo direito de existir!⁶ A inclusão no ensino superior e os desafios contemporâneos – entre o capitalismo e a dignidade humana

[...] ao subordinar a humanidade à economia, o capitalismo mina e corrói as relações entre seres humanos que formam as sociedades e cria um vácuo moral em que nada conta a não ser o desejo do indivíduo aqui e agora.

Hobsbawm

Este terceiro capítulo tem o intuito de provocar a reflexão sobre a inclusão social, perpassada pela inclusão educacional de modo geral e pela inclusão das pessoas com deficiência, como um processo dialético, individual e coletivo, em permanente construção e de caráter essencialmente humanizador.

Portanto, que não se constrói sozinho por que existem leis e políticas que o regulam e possui uma motivação superior a qualquer legislação, pois o direito de todos à educação de qualidade e a uma vida digna é, antes de mais nada, um imperativo ético e moral, um direito humano que representa justiça social. No entanto, a materialização desse direito encontra limitações dentro de um contexto ideológico, político, econômico e cultural; apresentando uma série de contradições e desafios, para os quais os profissionais da educação (professores, técnicos, dirigentes) e os estudantes precisam buscar juntos caminhos e alternativas para que os direitos das pessoas com deficiência já conquistados e as leis que os determinam sejam respeitados e implementados na educação superior pública como um todo.

As discussões apresentadas aqui representam a confluência entre os teóricos que fizeram parte deste estudo, a perspectiva dialética sobre o objeto estudado e a empiria da pesquisa, pois, a partir da percepção dos estudantes, observamos limites e desafios fincados na concretude do cotidiano educacional, inseridos em processos mais amplos que dizem respeito à própria natureza da educação superior e da sociedade.

Limites e desafios que precisam ser problematizados para buscarmos o diálogo, a consciência e o compromisso necessários para ultrapassarmos a linha que separa a teoria da prática, o discurso da realidade, a inclusão limitada e parcial de uma que traga em seu bojo

7 – Parte do título deste capítulo “**Pelo Direito de existir!**” foi inspirado na fala de um ex-estudante com tetraplegia da IES lócus desta pesquisa, proferida em uma palestra na Secretaria Municipal de Educação em Rondonópolis, Mato Grosso, em fevereiro de 2014, e resume de uma forma extrema a busca das pessoas com deficiência por seus direitos, na educação e na sociedade. Após o término de sua exposição na qual falou sobre as dificuldades pelas quais passara ao longo de sua vida escolar, do ensino básico à universidade, esse ex-aluno foi interpelado por uma professora sobre o porquê de ter se sacrificado tanto, pois os obstáculos foram inúmeros e nas palavras da mesma: *o que deu em você para fazer tudo isso?* Depois de um breve silêncio que irrompeu a sala, o palestrante respondeu com firmeza e muita emoção: **por que eu queria existir!** Essa frase resume um sentimento comum à maioria dos que sofrem os mesmos percalços para garantir a sua existência, não apenas física, mas como ser humano que tem o direito de se constituir enquanto sujeito de sua própria história individual e coletiva. Por esse motivo compõem o título deste capítulo que trata também dos obstáculos ao direito de existir de grande parte do gênero humano.

uma infinidade de possibilidades de desenvolvimento humano, realmente democrática, com qualidade e para todos que quiserem participar dessa maravilhosa experiência de estar e se formar como cidadão e profissional em uma universidade pública.

A universidade existe e a inclusão desses estudantes ocorre dentro de uma realidade concreta que conforma tanto a cultura quanto as condições objetivas desse processo. Considerar essa condição humana dentro da educação é importante para compreender suas contradições e buscar alternativas a elas.

Ao analisarmos o objeto de estudo desta investigação sob a perspectiva dialética, focamos no conhecimento das contradições da realidade mas principalmente em sua transformação, duas características importantes a um estudo que parte do pressuposto de que a superação dos limites e desafios depende *a priori* do conhecimento sobre eles, para então, a partir dessa consciência, tomar nas mãos o compromisso com a mudança de práticas e pensamentos excludentes através do trabalho e da luta, da reflexão e da ação.

Foi a partir dessa concretude que realizou-se tanto a pesquisa quanto esta dissertação, pois as contradições do processo de inclusão no ensino superior, relatadas pelos estudantes com deficiência, estão inseridas em um contexto histórico complexo pelo qual a universidade e a sociedade estão atravessando, sendo imprescindível a presença dessa discussão em qualquer uma das problemáticas que dizem respeito à educação pública.

Diante dessas considerações, este capítulo foi subdividido em dois tópicos para melhor compreensão da problemática exposta:

2.1 – Educação e inclusão social;

2.2 – A inclusão no ensino superior: entre a legislação e a realidade – um processo em construção.

O debate sobre inclusão social faz parte de um despertar mundial que vem crescendo e sendo ampliado desde meados da década de 1980.

A inclusão educacional e mais especificamente a inclusão das pessoas com deficiência faz parte dessa luta, não deixá-la arrefecer ou ser naturalizada será importante para alcançarmos maiores conquistas e esse deve ser o compromisso de todos nós, pois aglutina-se com todas as demais lutas por melhores condições de vida e educação.

2.1 Educação e inclusão social

Na contemporaneidade, a inclusão educacional tem um papel primordial no processo de inclusão social das pessoas com deficiência e faz parte de uma das lutas por sua materialização. O debate sobre essa problemática em nível internacional é recente e compõe o movimento mundial pela inclusão social dos grupos historicamente excluídos da sociedade e da educação que tomou proporções globais a partir da década de 1980.

Entretanto, a movimentação e as reivindicações por inclusão social, das quais a educação faz parte, estão inseridas em um processo histórico influenciado pelas contradições e fatores condicionantes de seu tempo, dentro de um contexto mundial de reestruturação do capitalismo que envolve não apenas a economia mas também a política e a cultura.

Por isso, ao analisarmos a inclusão no ensino superior e seus desafios atuais, é necessário considerar tal historicidade, compreendendo-a como um processo em permanente construção, que apresenta grandes avanços mas também contradições a serem equacionadas e muitas conquistas ainda a serem alcançadas.

Na realidade brasileira, as mudanças terão que ser mais profundas e amplas para que o sistema de ensino, do básico à pós-graduação, participe plenamente do processo de inclusão social dos grupos historicamente excluídos, dentre eles as pessoas com deficiência. Isso por que persiste a mentalidade padronizante e preconceituosa sobre qualquer diferença que destoe da pretensa normalidade instituída e além disso a estrutura social ainda determina condições seletivas e excludentes de acesso, permanência e desenvolvimento na educação; com condições e relações desiguais e injustas que perpassam a vida escolar de grande parte dos estudantes com deficiência até sua chegada às instituições de ensino superior, mantendo um grande contingente de pessoas fora da universidade pública.

A inclusão social em geral e a inclusão educacional como um de seus componentes, constitui-se em um processo amplo e complexo, debater essa problemática nos leva a refletir sobre a necessidade de revermos nosso modo de fazer educação, ciência ou conhecimento, e de vivermos em sociedade, pois demanda a reinvenção do nosso modo de pensar, viver e educar sob o signo da ética e da dignidade para incluir todas as diferenças humanas, a partir de um ensino que contemple a pluralidade, elimine os mecanismos de segregação e possa se constituir em um dos instrumentos de transformação social.

Pelo viés da teoria na qual baseia-se este estudo, o compromisso ontológico da educação, incluindo o ensino superior, é com a humanização, sendo assim, a prioridade deve

ser a dignidade humana acima de tudo e não as demandas do capital, posicionando-se, então, radicalmente contra todas as formas de exclusão, dentro e fora de seu espaço. E aí reside a importância de romper com a visão reificada e o consenso hegemônico sobre a realidade em busca de alternativas sociais e políticas para a construção de uma sociedade de cidadãos autônomos e solidários, na qual a justiça social represente um viver digno e de qualidade para todos independentemente de suas diferenças. Isso significa romper com a ideia de um destino pré-determinado e “[...] reconhecer que a história é tempo de possibilidade e não de determinismo, que o futuro, permita-se-me reiterar, é problemático e não inexorável” (FREIRE, 1996, p. 19).

Sobre a educação, Carvalho (2005, p. 33) assevera que “[...] é impossível a construção de uma melhor qualidade para a classe trabalhadora, ignorando a contribuição da proposta educativa da pedagogia histórico-crítica” e que “[...] vale a pena estudar Paulo Freire, na medida em que sua teoria aponta para a construção da educação como prática do diálogo crítico e reflexivo sobre o contexto social, no sentido de levar o educando a tomar consciência da sociedade opressora”. Freire preconiza uma mudança cultural que exigirá também a mudança do modo concreto de vida que oprime e exclui a tantos seres humanos.

Dorneles (2014, p. 30) sintetiza bem a importância da educação crítica para a análise da problemática sobre a inclusão educacional:

A teoria crítica da educação tem uma preocupação com a problematização das práticas pedagógicas que reproduzem o sistema de dominação capitalista, mas também a tem em relação à reprodução das formas históricas de dominação e alienação dos indivíduos e as maneiras como os dispositivos legais são produzidos e materializados nos processos de segregação que conduzem a banalização dos problemas decorrentes de processos de discriminação da injustiça social e como esses produzem processos de exclusão escolar. Pelo mesmo viés, a teoria crítica da educação possibilita a tradução das diversas lutas em que os personagens coletivos dialoguem a respeito das opressões a que resistem e os sonhos que os estimulam a seguir lutando, construindo e legitimando aquilo que é criticável, sobretudo.

A educação está intimamente ligada ao modo como organizamos a vida social, por isso é preciso lembrar que a práxis educacional advém da práxis social, não de forma mecânica, mas em uma relação dialética de mútuas interferências, determinações e mediações, o que conduz à reflexão sobre os ensinamentos de Freire em relação à necessidade de rompimento com a visão mecanicista sobre o mundo para enxergá-lo como passível de reconstrução a partir da intervenção de homens e mulheres que nele vivem, um fazer histórico repleto de possibilidades.

Assim, a inclusão educacional constitui-se em um processo contraditório de inclusões e exclusões, tal como se apresenta na sociedade atual, numa teia imbricada de relações, cujo embate se configura em uma construção diária em busca de uma educação inclusiva a partir da atuação dos sujeitos para a sua concretização.

Diante dessas reflexões, um dos maiores desafios para a inclusão dos estudantes com deficiência, em uma perspectiva geral, será a transformação da cultura hegemônica que os vê através das lentes do preconceito, da discriminação, mas também do individualismo.

É necessário mudar o olhar sobre o Outro, sobre a educação, sobre a vida, tornar esse olhar mais humilde, menos egoísta, mais amoroso, mais esperançoso, também mais crítico para compreender que a diferença é uma qualidade humana e que para uma sociedade ser justa e democrática precisa proporcionar oportunidades reais para todos viverem essa diferença, inclusive na educação, baseada em princípios de equidade com elevado senso de justiça social como por exemplo o que está contido na proposição escrita e defendida por Marx em 1848 no Manifesto Comunista: “a cada um conforme suas necessidades, de cada um conforme suas possibilidades”.

Nesse mesmo sentido, uma das estudantes entrevistadas para esta pesquisa (**PRÁXIS**) questionou sobre a homogeneização das práticas pedagógicas e institucionais, além da falta de condições adequadas em relação à educação no ensino superior : “que justiça há em tratar todos iguais se suas necessidades são diferentes?”.

O questionamento acima resume parte da problemática da inclusão na educação em todos os seus níveis, pois predominantemente busca-se integrar os indivíduos à instituição educacional e não modificá-la ampla e profundamente para incluí-los, os estudantes é que devem acompanhar a corrente num esforço individual e na maioria das vezes solitário. Quando se assume a inclusão apenas a partir de práticas integrativas, a mentalidade social sobre as diferenças permanece quase inalterada na educação.

A outra parte dessa problemática é o ataque neoliberal ao sistema público de ensino, tratando-o como empresa e não como elemento cultural importante à formação humana, transformando os professores em simples prestadores de serviço e mantendo sua estrutura ao nível do subfinanciamento.

A inclusão requer, portanto, mudanças subjetivas e objetivas, ou seja, a transformação cultural e material da sociedade e por consequência também da educação. As pessoas com deficiência precisam ser verdadeiramente incluídas, não apenas no sistema de ensino mas na sociedade em geral e essa deve rever todos os aspectos que a impedem de viver a inclusão plenamente, buscando mais conquistas e maiores avanços.

Mittler (2003) tem razão quando compara a inclusão social a uma estrada sem fim com toda sorte de obstáculos, dentre esses, as barreiras existentes em nossas mentes e corações que dificultam o encontro com Outro e a união da luta pela inclusão de todos que se encontram fora dessa “estrada”, vivendo privações ou a violação diária dos direitos humanos fundamentais.

A inclusão social diz respeito à necessidade de resgatar as pessoas da exclusão social e incluí-las em todos os aspectos da sociedade que representam o direito à cidadania: educação, cultura, participação política, saúde, trabalho, lazer, moradia, transporte, justiça, segurança, etc. No entanto, precisa ser mais do que um belo discurso, precisa ser real, ter qualidade, democracia, respeito às diferenças e estar ao alcance de todos.

É importante frisar que a inclusão social para os excluídos da sociedade e da educação vem sendo uma conquista da humanidade e não uma doação do sistema capitalista. Está ligada intrinsecamente à defesa dos direitos humanos e da democracia, trata-se atualmente da luta por justiça social contra o ideário neoliberal de caráter totalitário e antidemocrático que vem tentando impor um novo tipo de sociedade e enxerga as questões sociais apenas a partir do ponto de vista do gasto público e não como investimento para a construção de uma sociedade melhor para todos, além disso, sendo arauto do individualismo e do hedonismo sem limites, representa um retrocesso para a sociedade que lutou tanto por liberdade ao longo de sua história.⁸

Concordando com Freire (1996), a ideologia neoliberal vem nos amesquinhando como gente e obstaculizando o diálogo crítico uns com os outros, algo fundamental na busca pela libertação da mentalidade padronizada que ainda nos faz enxergar de forma preconceituosa as diferenças humanas.

Nisso reside a importância da educação libertadora defendida por Freire, pois sendo um dos elementos fundantes da sociedade será imprescindível na mudança cultural que o processo de reconstrução social pela inclusão necessita, cuja prática baseia-se, segundo Sasaki (2010, p. 40), em princípios considerados até então incomuns, tais como: “a aceitação das diferenças individuais, a valorização de cada pessoa, a convivência dentro da diversidade humana, a aprendizagem através da cooperação”.

A educação renovada sob essa ideia seria capaz de contribuir com uma nova visão sobre o mundo, menos estereotipada e mais solidária.

Por esse prisma, Sasaki defende que a sociedade precisa modificar-se para incluir em

8 – Ler “Pedagogia da Exclusão” organizado por Pablo Gentili, Editora Vozes, 2013.

seus sistemas gerais a diversidade humana⁹, da qual faz parte também as pessoas com deficiência.

Acredito então, consubstanciada em Freire (2011), Marx e Engels (1998), Mézáros (2005), Gadotti (1998), Frigotto (2003), Carvalho (2005) e outros, que se esses “sistemas sociais gerais”, dentre eles a educação, não conseguem ser modificados a ponto de incluir as diferenças humanas de forma ampla, profunda, democrática e libertária é por estarem atrelados ao sistema capitalista cujas contradições são irreconciliáveis.

Diante desse obstáculo, fica então bastante claro que é preciso buscar alternativas, sair da mesmice, movimentar-se, encontrar novos caminhos, estremecer as estruturas, ir em busca de algo novo na educação e na sociedade que possa ser capaz de produzir uma realidade mais justa, inclusiva e de relações humanas mais humanizadas. Por isso, na sociedade e na educação a inclusão será uma conquista ante as políticas neoliberais.

Mazzota (1998, p. 01), de forma semelhante, mas dirigindo-se somente ao campo da educação, argumenta que se nos propomos a discutir a inclusão das pessoas com deficiência e das que apresentam outras necessidades especiais “é fundamental que nossa análise contemple dois planos distintos: o real ou a realidade tal como se apresenta e o ideal ou a esperança de realização do desejado”.

Nesse caso é necessário lutar em duas frentes: *movimentar-se pela implantação e ampliação dos direitos e políticas públicas* que melhorem a vida de parte dessas pessoas, pois é assim que vem sendo realizado, aos poucos e a partir de reivindicações dos movimentos sociais ou individuais, fazendo o que é possível ser feito aqui e agora; *ao mesmo tempo em que busca-se reverter, através da cultura e da política, o cerne da exclusão que está presente na desigualdade social e nas relações sociais opressivas* que moldam a mentalidade sobre o Outro e nossas diferenças, bem como a precarização das condições objetivas de vida da maioria esmagadora dos seres humanos.

Isso significa que a educação poderia proporcionar uma leitura crítica acerca das causas da degradação humana, desvendando, denunciando e resistindo à lógica neoliberal do discurso globalizante que estimula o individualismo e a competitividade, a chamada ética de mercado, anunciando seus contrapontos : a solidariedade, a união e o respeito ao ser humano. Não apenas como discurso, mas pelo esforço de todos em modificar suas práticas pela desconstrução da ideologia que permeia e envenena com o desamor e a coisificação as relações sociais e pedagógicas, para instaurar em seu lugar o que Freire denominava “ética

9 – Sasaki (2010, p. 40) discorre sobre a diversidade humana como sendo representada, principalmente, “por origem nacional, sexual, religiosa, gênero, cor, idade, raça e deficiência”.

universal do ser humano”. A significação desse ideal o próprio Freire explica (1996, p. 18): “em mim, a defesa da ética jamais significou sua distorção ou negação. Quando, porém, falo da ética universal do ser humano estou falando da ética como marca da natureza humana, enquanto algo absolutamente indispensável à convivência humana”.

Pela necessidade de vivermos sob o signo da ética universal do ser humano, penso que para promover a inclusão de forma mais profunda e verdadeira será preciso romper com a lógica do capital, ou seja, mudar o modo de viver e pensar, ambos excludentes. Mas o que podemos fazer agora, de imediato, é dever da educação fazê-lo, sob pena de participar da discriminação, estigmatização e exclusão das pessoas com deficiência.

A partir dos autores que se alinham aos teóricos críticos, creio no papel fundamental da educação no processo de transformação social como uma construção histórica possível onde haja justiça social para todos, mesmo que o neoliberalismo pareça tão onipresente e onipotente. Assim, concordo e defendo as palavras de Mézáros (2005, p. 76):

A nossa época de crise estrutural global do capital é também uma época histórica de transição de uma ordem social existente para outra, qualitativamente diferente. Essas são as duas características fundamentais que definem o espaço histórico e social dentro do qual os grandes desafios para romper a lógica do capital, e ao mesmo tempo também para elaborar planos estratégicos para uma educação que vá além do capital, devem se juntar. Portanto, a nossa tarefa educacional é, simultaneamente, a tarefa de uma transformação social, ampla e emancipadora. Nenhuma das duas pode ser posta à frente da outra. Elas são inseparáveis. A transformação social emancipadora radical requerida é inconcebível sem uma concreta e ativa contribuição da educação no seu sentido amplo, tal como foi descrito neste texto. E vice-versa: a educação não pode funcionar suspensa no ar. Ela pode e deve ser articulada adequadamente e redefinida no seu inter-relacionamento dialético com as condições cambiantes e as necessidades da transformação social emancipadora e progressiva em curso. Ou ambas tem êxito e se sustentam ou fracassam juntas. Cabe a todos nós – todos, porque sabemos muito bem que “os educadores também tem que ser educados” – mantê-las de pé, e não deixa-las cair.

O mundo contemporâneo está dialeticamente em crise, as contradições são perceptíveis e os paradoxos abissais, mas também é visível que apesar do discurso de pessimismo e desesperança que preenche o cotidiano das pessoas e as aliena para circunscrevê-las à passividade; a resistência existe, a consciência sobre os direitos de cidadania vem crescendo, assim como a reação ativa das populações para manter as conquistas, concretizá-las ou para defender-se da exclusão.

Tal resistência proporciona a constatação-confirmação de que não é devaneio de

filósofos a afirmação de que vivemos em uma sociedade de classes em conflito. Esse conflito nos une como povo oprimido e destituído do direito de ser mais. Os ausentes e os sem-lugar juntam-se em uma mesma luta. Por isso existe uma confluência entre a inclusão das pessoas com deficiência e a luta pela liberdade, contra as desigualdades e opressões vividas no mundo capitalista que limitam a sociedade e a educação.

É importante frisar que a pressão dos movimentos sociais abriu o caminho para os estudantes com deficiência, da educação básica à universidade, e é essa resistência, dentro de uma relação complexa entre cotidianidade e universalidade que proporcionará mais avanços.

Transformações sociais que demandam mudanças culturais para a aceitação das diferenças como parte da diversidade humana são processos longos, mas na contemporaneidade a reflexão sobre essa questão é crescente, bem como a conscientização de que é necessário seguirmos novos rumos em todos os setores da vida em sociedade para contrapormo-nos à desumanização também crescente.

Nesse sentido, a inclusão social é mesmo uma estrada sem fim, como Mittler (2003) a descreveu, e será construída por aqueles que desejarem trilhá-la, ou seja, somente o sujeito ativo, comprometido com a superação das contradições do seu tempo histórico (Freire, 2011), irá possibilitar que nessa estrada todos possam caminhar e não apenas aqueles que cabem nesse “todos”¹⁰ definidos pelo capitalismo neoliberal.

Pensar sociedade e educação a partir da perspectiva da esperança e não do pessimismo alienante é pensarmos-nos como partícipes da transformação de ambas, significa o rompimento de uma espera passiva e a mobilização ativa para a conquista do sonho de justiça para todos. Uma educação inclusiva demandará também uma sociedade inclusiva e ambas terão que ser de qualidade e realmente para todos.

O direito das pessoas com deficiência à educação de qualidade, em qualquer de seus níveis, já foi conquistado, mas sua implementação ainda está em desenvolvimento e não depende apenas de mudanças físicas em prédios, estabelecimentos e ruas, pois demanda uma mudança cultural no sistema de ensino e na sociedade, além do enfrentamento das desigualdade social que relega grande parte dessas pessoas a condições precárias de educação e de vida.

Através de algumas falas dos estudantes pesquisados percebe-se que um dos maiores obstáculos é o cultural, pois sem modificar o pensamento, o olhar sobre o Outro e as práticas arraigadas que derivam de ambos, nem mesmo leis e políticas públicas são implementadas nas

10 – O livro de Cláudia Werneck “Sociedade Inclusiva - Quem cabe no seu todos?” traz uma discussão sobre as limitações da inclusão no contexto atual fazendo alusão ao movimento por “Educação para todos” e a exclusão que ainda existe na educação e na sociedade.

IES. As pessoas com deficiência simplesmente tornam-se invisíveis aos olhos da maioria e suas necessidades são atendidas, na maioria das vezes, apenas de forma reativa, quando um deles reclama seus direitos, mas nem sempre são atendidos e às vezes o atendimento depende de um processo burocrático tão complexo que o inviabiliza. Há também aqueles que permanecem calados, sofrem e muitas vezes desistem de estudar pelas dificuldades e conflitos.

As práticas excludentes dentro do ambiente educacional distorcem a vocação da educação com a humanização das relações sociais, para a qual o refletir e o dialogar são indispensáveis, não havendo nem um e nem outro, impossibilita-se a formação de uma política melhor estruturada e democrática na instituição de ensino superior. Uma que seja capaz de articular estratégias internas e externas de luta pela inclusão e de tornar o acesso, a permanência e o desenvolvimento profissional e humano, numa realidade mais democrática e justa.

A estrada que leva grande parte desses estudantes até a universidade é ingrime e tortuosa, apesar das políticas de democratização que vem sendo postas em prática no Brasil, não há lugar para todos e nem condições adequadas em todas as IES. Por isso, cada contexto é um contexto particular e possui suas especificidades em relação à inclusão desses estudantes, o que nos remete à necessidade de reflexão e diálogo crítico sobre a questão em cada instituição de ensino superior, concomitantemente à discussão em nível nacional.

Em algumas das IES brasileiras existem políticas que apoiam os estudantes em suas necessidades relativas ao ensino e à aprendizagem, incluindo a formação dos professores que é algo fundamental no processo de construção da inclusão em uma universidade, mas em outras, o diálogo sobre a questão ainda é incipiente ou inexistente. Nessas últimas, a invisibilidade dos estudantes com deficiência é quase total, apenas quebrada quando um dos considerados “diferentes” resolve “exigir” seus direitos.

No Brasil, principalmente no atual momento de crise política em que vivemos, é importante não deixarmos que o debate sobre a inclusão das pessoas com deficiência na educação seja arrefecido ou naturalizado, pois isso poderá impedir que se ultrapasse a integração¹¹, petrificando a ideia segundo a qual os estudantes devem acompanhar a “corrente” e não a instituição que precisa modificar-se mais profundamente para as diferenças humanas.

11 – De acordo com Mantoan (2003), inclusão e integração são dois conceitos diferentes, pois a primeira diz respeito a mudanças mais profundas na educação e na organização da sociedade, ou seja, parte-se do princípio de que IES e sociedade precisam modificar-se para incluir, já integração significa adaptação, os estudantes é que precisam acompanhar a corrente e aqueles que não conseguem fazê-lo são excluídos de ambas.

Incluir, verdadeiramente, demanda o questionamento das práticas de educadores, dirigentes e suas relações com o contexto mais amplo da sociedade, em busca de construir políticas de inclusão dentro de cada instituição que contribuam para ações inclusivas mais efetivas, um esforço conjunto que demanda ouvir o Outro com humildade e criticidade para implementá-las. A partir de Kosik (1976), acredito que a reificação da realidade impossibilita a compreensão do mundo como práxis humana, marcada por relações de dominação que operam para a desumanização das relações sociais.

Concordando com esse filósofo militante, quando se trata de fenômenos sociais é necessário ultrapassar o senso comum, desnaturalizar o que se coloca como natural e buscar a compreensão do real de forma consciente:

O complexo dos fenômenos que povoam o ambiente cotidiano e a atmosfera comum da vida humana, que, com a sua regularidade, imediatismo e evidência, penetram na consciência dos indivíduos agentes, assumindo um aspecto independente e natural, constitui o mundo da pseudoconcreticidade (KOSIK, 1976, p. 15).

Por isso, romper com a compreensão de um mundo fetichizado pode proporcionar que homens e mulheres se assumam como sujeitos construtores dessa realidade e passem a questioná-la como algo a ser problematizado, passível de sua intervenção transformadora através da reflexão e da luta política.

Dessa forma, a esperança e o amor na perspectiva freiriana, portanto consubstanciados na concretude da realidade que o processo de mediação do conhecimento pode proporcionar, saberão romper com a lógica de poder que rebaixa a dignidade humana em todos os aspectos da sociedade, inclusive e principalmente na educação.

Em países como o Brasil, por exemplo, a inclusão tem sido administrada “a conta gotas” e não alcança a todos, nem sequer a maioria deles e os que são incluídos vivem a “inclusão que é nossa e a diferença que é do outro” (SKLIAR, 2006), sem modificarmos com mais profundidade a nós mesmos ou ao ambiente, são os “diferentes” que precisam se adaptar.

É importante lembrar que dentro do sistema capitalista a exclusão é estrutural, ou seja, faz parte de sua natureza e participa de sua reprodução. Nesse caso, o que o capitalismo vem engendrando nas últimas décadas em relação à inclusão, tanto educacional quanto social, são formas mais ideológicas do que concretas de amenizar e controlar a exclusão que gera a necessidade de incluir, além da contenção de levantes populares através da disseminação de

ideias ilusórias que deturpam a realidade e deslocam a responsabilidade pelos processos sociais excludentes para o próprio indivíduo excluído.

Essas práticas são sutis e quase imperceptíveis, mas tem efeitos profundos na mentalidade geral. Pode-se observar a ideologia a serviço do sistema em questões bem práticas como, por exemplo, o forte e disseminado discurso de democratização do acesso ao sistema educacional superior sem que existam as condições necessárias para permanência e desenvolvimento dos estudantes com deficiência nesse nível de ensino, tanto pela falta de estrutura física, de equipamentos, de formação, quanto pela dificuldade dos educadores em transformar suas práticas pedagógicas e a educação como um todo.

Além disso, no Brasil existe uma profunda desigualdade social que interfere e obstaculiza o caminho das pessoas com deficiência à universidade pública e dificulta sua permanência nela ao não possibilitar condições e oportunidades iguais para todos.

Todas as mazelas da educação não podem ser imputadas aos professores ou por eles resolvidas, pois também são vítimas de processos formativos ideológicos (no sentido de deformadores da realidade, de acordo com o conceito de ideologia em Marx e Kosik) e estão imersos na mesma mentalidade individualista e darwinista em que todos estamos, acrescidos ainda do processo neoliberal de desconstrução de sua identidade profissional com o intuito de despolitizá-los, despolitizando assim também a educação e neutralizando seu poder contra-hegemônico.

Entretanto, no espaço de contradição produzido pelo sistema existe algo fundamental do qual não podem se abster, pois a posição em que se encontram dentro da sociedade e a função social desses profissionais os habilitariam a influenciar o rompimento com a lógica ilógica do capital, habilitando também seus alunos e a sociedade a enxergar a realidade de modo mais “largo, longe e profundo”, contribuindo assim para a tomada de consciência sobre a opressão compartilhada por todos e a necessidade de atuação política para transformá-la.

Por outro lado, é importante ressaltar que, apesar de todos os desafios ainda existentes, houveram mudanças importantes, pois de uma sociedade com práticas segregacionistas e integracionistas, paulatinamente assume-se posturas inclusivas.

Porém, o caminho é longo e trata-se de uma luta cotidiana, mas apesar da inclusão ainda ser insuficiente em contraste com a exclusão, estão instalados o debate, a dúvida, o questionamento e a luta.

A introdução de questões até então não pensadas com a devida profundidade, principalmente pelas barreiras existentes em nossas mentes e corações, ganharam força política e vem se estabelecendo como um nova forma de pensar a sociedade atual.

De acordo com Dorneles (2014, p. 62) a inclusão é uma conquista que:

[...] nunca é final; ela sempre demanda novas lutas. Cabe mencionar que o processo de in-exclusão se desenvolve a partir das reflexões críticas e das atitudes das pessoas que, historicamente, se opõem às práticas excludentes.

Portanto, em consonância com o ideário freiriano, o ser humano deve fazer parte da história e contribuir para mudá-la, na cultura e na política. É nesse movimento dialético que os estudantes com deficiência e os profissionais da educação precisam buscar cotidianamente, em meio a inclusões e exclusões, limites e desafios, uma educação que seja realmente inclusiva.

2.2 A inclusão no ensino superior: entre a legislação e a realidade – um processo em construção

A partir de 1990, intensificou-se o debate internacional e nacional sobre a inclusão de pessoas com deficiência na educação. O resultado disso pode ser observado na evolução das leis e políticas públicas inclusivas ao redor do mundo.

No entanto, é necessário a problematização da questão legal em relação à inclusão, pois a partir da teoria e da empiria presentes nesta pesquisa, observou-se que há uma grande distância entre a legislação e a realidade da inserção educacional dos estudantes com deficiência no ensino superior.

Constata-se que um longo caminho nos trouxe até a definição de uma política nacional de inclusão em 2008, como produto de um passado de lutas que se estendeu desde a Declaração dos Direitos Humanos até as declarações e legislações mais recentes. São belíssimos textos que tratam da inclusão, mas o maior problema do Brasil ainda continua sendo a materialização dessa legislação de forma efetiva, ampla, profunda e democrática.

Por isso, pretende-se neste ponto refletir sobre a Legislação Nacional pertinente e as principais Declarações Internacionais que influenciam a inclusão educacional desses estudantes, alguns aspectos de sua materialização e seus alinhamentos com a doutrina neoliberal diante do contexto de reestruturação do Estado a partir de 1990.

Dessa forma, serão feitos alguns apontamentos sobre a evolução da inclusão através de marcos históricos, leis e políticas públicas, mas principalmente o questionamento e a problematização em relação aos seus objetivos latentes e as limitações em sua materialização,

pois acredito que esse debate seja mais pertinente às discussões sobre a inclusão das pessoas com deficiência no ensino superior propostas neste trabalho, inseridas em um contexto mais amplo de luta pela inclusão social dos grupos historicamente excluídos.

Esses grupos são considerados “minorias” mas o são apenas dentro do sistema de ensino, pois na sociedade brasileira as pessoas com deficiência representam 24,9 por cento da população e em nível mundial, de acordo com dados da ONU, estima-se que 10% das pessoas apresentem deficiências, num montante aproximado de 650 milhões de pessoas¹². Além disso, esses dados são questionados pelos movimentos sociais e acredita-se que os números sejam bem maiores, por isso, tecnicamente não poderiam ser denominados minorias.

A comparação entre o total nacional de pessoas com deficiência e os que efetivamente estão no ensino superior público, pouco mais de 6.000 pessoas, para aproximadamente 7 milhões de estudantes universitários, é suficiente para indicar que seria um engodo acreditar que no Brasil a inclusão na educação e na sociedade, com justa equiparação de oportunidades para todos, está garantida por que se constitui em leis e políticas públicas¹³.

A diferença entre legislação e sua materialização é uma questão ainda não equacionada em nosso país, por isso, para ao menos equilibrar essa relação será preciso romper com a crença generalizada de que a realidade educacional e social referente à inclusão está mudando por si só, ou por que a mídia assim o diz, ou por que convenções e legislações afirmam.

Esse discurso permeia a mentalidade geral, fazendo com que uma grande parcela dos profissionais da educação e dos estudantes esperem mudanças vindas de “fora para dentro” ou de “cima para baixo” e não as vejam como construção da qual fazem parte e que exige também a mudança de si mesmos. Entretanto, a inclusão é um processo que exige a revisão de nós mesmos, assim como das instituições de ensino e por isso não pode ser reduzida apenas à acessibilidade física, pois será necessário também uma mudança cultural. Sendo assim, mudar a mentalidade sobre as diferenças humanas e sobre o papel de todos nós na construção de uma inclusão educacional mais ampla e efetiva, são mudanças de grande porte e que não ocorrem naturalmente sem a intervenção efetiva daqueles que fazem parte da comunidade educacional, inclusive dos estudantes que vivem as angústias e alegrias desse processo.

É pela necessidade de construirmos juntos a inclusão que o ato de verdadeiramente

12- Essa problemática que envolve a legislação e as dificuldades de sua concretização é tão evidente e grave que em 2015 constituiu-se no foco principal de uma série de conferências organizadas pelo Governo Federal, realizadas em nível municipal, estadual e nacional, para discutir junto à sociedade a implementação de diretrizes e ações que permitam maior clareza e efetividade no cumprimento das leis para proteção dos direitos das pessoas com deficiências em vários setores sociais. Dados em relação aos estudantes universitários obtidos no Censo da Educação Superior.

13 – Dados obtidos na página da ONU através do endereço <https://nacoesunidas.org/acao/pessoas-com-deficiencia/>

ouvir, enxergar, ir ao encontro e se importar, pode nos levar ao “outro lado da ponte”, aquela que a maioria de nós talvez tenha medo de atravessar, mas que pode nos levar a um mundo novo, livre, despadronizado, imprevisível, no qual se abala e estremece verdades cristalizadas ao longo do tempo, as quais julgamos serem as únicas possíveis, só que não são e nunca foram, para então, construirmos o caminho que nos leve a um ensino superior mais inclusivo.

O medo da liberdade nos faz oprimidos por “medo de assumi-la” ou opressores por “medo de perder a ‘liberdade’ de oprimir” (FREIRE, 2011, p. 45).

No entanto, atravessar a “ponte” em direção ao Outro, com solidariedade, amor, diálogo, compromisso e esperança pode proporcionar uma outra perspectiva de educação e de vida ou fazer com que as enxerguemos como elas realmente são, heterogêneas, plurais, subjetivas, feitas de gente com rosto, nome, história, necessidades, sentimentos e sonhos.

Nesse processo será importante a atitude de ultrapassar o “eu”, indivíduo, e ir ao encontro do Outro para lutarmos pela materialização das leis por uma educação de qualidade da qual todos possam participar e onde encontrem o apoio necessário para educar-se independente de suas diferenças. Para tanto, acredito que o envolvimento político com a inclusão seja inevitável para sua construção em qualquer nível de ensino.

A inclusão dos grupos excluídos na educação e na sociedade demanda uma transformação profunda que as declarações, leis e políticas somente não serão capazes de realizar, pois não se muda o olhar sobre o “outro” e nem uma realidade educacional e social tão desigual, seletiva e excludente como a do nosso país, sem as condições culturais e materiais para essa mudança.

As leis são importantes instrumentos de proteção social e individual mas na educação também é necessária a atuação concreta para materializá-las, dependendo até mesmo de luta política para sua concretização.

Contudo, compreendo que para a transformação da realidade educacional, o envolvimento dos profissionais da educação em conjunto com os estudantes que estão na base do sistema de ensino será fundamental no processo de construção de uma universidade inclusiva. Através da conscientização, diálogo, solidariedade, compromisso, esforço coletivo e luta política poderemos contribuir para que a inclusão não seja reduzida apenas à adaptação das pessoas com deficiência à instituição.

Incluir de fato essas pessoas no ensino superior é ir além dessa adaptação que reproduz o darwinismo social em ambiente educacional ao não proporcionar condições de permanência e desenvolvimento àqueles que não conseguem se adaptar por si sós à estrutura rígida da educação superior.

Assim, concordando com Skliar (2006), as reformas educacionais representadas pelo arcabouço legal produzido a respeito da inclusão nas últimas décadas, devem ser vistas como pontos de chegada e não de partida para as mudanças, e precisam ultrapassar a superficialidade na qual geralmente são debatidas, dando início a alterações mais profundas em nossa cultura e ao questionamento mais efetivo das estruturas de poder limitantes.

Nesse caso, é preciso considerar a inclusão como um processo em construção, entre contradições, conflitos e conquistas, movido principalmente pela centralidade dos movimentos sociais compostos por pessoas reais que não perderam, ou lutam para não perder, a capacidade de admirar-se e indignar-se diante da realidade, participando concretamente de sua transformação:

As reformas devem ser vistas como textos e não como um ponto de partida inevitável para repensar as mudanças educativas. Temos visto nos últimos tempos, uma supervalorização das reformas, ao mesmo tempo que testemunhamos certo menosprezo pelos movimentos sociais que estão na base das mudanças educativas. Ingressamos assim na era da mercadologia da mudança educativa. Em todo caso esses textos podem ser mais bem compreendidos, se acaso fosse necessário, como um ponto de chegada, quer dizer como a materialização de um longo processo relativo a outro tipo de mudanças, especificamente aquelas mudanças que se referem à metamorfose de nossas identidades e de nossos olhares em relação ao normal e ao anormal, à mesmice e à alteridade (SKLIAR, 2006, p. 26).

A relação entre leis, políticas públicas e a materialização da inclusão não deve ser naturalizada, havendo a necessidade de conscientização e ação da comunidade educacional para que sejam implantadas e de fato se constituam em um movimento interno e externo pela desconstrução de práticas e pensamentos excludentes e discriminatórios na educação e na sociedade.

A responsabilidade pela inclusão é de todos e significa bem mais do que integrar algumas pessoas com deficiência por força da lei, ingressando naquilo que Skliar (2006, p. 26) denomina de “burocratização do outro” ao estabelecer-se apenas uma relação administrativa e fria com as diferenças humanas, mantendo intactas as características excludentes das instituições de ensino, seja em sua estrutura física ou em sua cultura institucional.

Por esse prisma, a inclusão não se trata de um “problema” a ser resolvido apenas administrativamente através da burocracia institucional ou judicialmente pela reivindicação solitária de cada estudante, demanda a transformação de uma mentalidade arcaica e engessada geradora de práticas antidemocráticas e desumanizadoras que produzem a inclusão excludente

de estudantes com ou sem deficiência na educação, diante da alegação de que “todos são iguais perante a lei”, máxima evocada na maioria das vezes para negar direitos ou eximir-se da responsabilidade pela mudança. Isso vem ocorrendo tanto no ensino superior quanto em outros níveis, por que guardadas as devidas proporções, o sistema de educação pública, como um todo, padece de males semelhantes e enfrenta desafios equinimes.

A resposta precisa ser mais profunda e efetiva a esses desafios, próxima à que os textos legais esboçam em seus nobres objetivos que infelizmente não correspondem plenamente à realidade. Mas que podem ser alcançados pelo envolvimento político através de uma práxis contra-hegemônica, condição *sine qua non* para que a luta por uma educação de qualidade seja materializada, proporcionando realmente a todos a possibilidade de formar-se como ser humano que pensa criticamente e age sobre as contradições da realidade, não obedecendo e nem aceitando as limitações impostas pela sociedade sob o domínio de um sistema que oprime o pensamento, o corpo, a alteridade, as diferenças, enfim a vida:

[...] caberia aqui perguntar a quem cabe pensar o “problema pedagógico” em relação às diferenças, a todas as diferenças: raça, etnia, corpo, linguagem, idade, classe social, gênero, sexualidade, e/ou preferência sexual, comunidade, entre outras muitas marcas identitárias. A resposta parece-me, é muito simples: o problema é de todos, em todos os níveis da comunidade educacional [...]. Essas formas inovadoras de diferença – de corpo, de aprendizagem, de língua, de sexualidade, de movimento etc. – devem ser vistas não como um atributo e/ou propriedade e/ou característica “dos diferentes”, mas como a possibilidade de estender a nossa compreensão acerca da intensidade e imensidade das diferenças humanas (SKLIAR, 2006, p. 27).

A luta de educadores, técnicos e estudantes compromissados¹⁴ com uma educação de qualidade social, considerada como aquela que é capaz de proporcionar inclusão efetiva, com autonomia aos sujeitos para a construção de sua história individual e coletiva através da interferência consciente e crítica na realidade contraditória, contra a exclusão e a discriminação, tem sido a de problematizar e concretizar o que os textos das reformas anunciam e enunciam em leis e políticas públicas, pensando, debatendo, realizando e lutando para que sejam delineadas ou fortalecidas no interior das IES.

O significado e a importância disso é não nos permitirmos viver em meio a ilusões e opressões, mas na autenticidade de seres conscientes de sua presença no mundo e da

14 - Esse compromisso é tomado aqui sob os princípios freirianos (1983, p. 15) não como uma palavra oca, uma abstração, mas que envolve a “decisão lúcida e profunda de quem o assume” e se dá no plano do concreto.

importância e possibilidade de sua interferência nele para transformá-lo: reflexão e ação = práxis (FREIRE, 2011).

O respaldo legal para a inclusão no Brasil já existe e é referência mundial de qualidade enquanto texto, considerado, inclusive, o melhor das Américas. No entanto, acredito que para refletir e agir sobre os rumos que a inclusão tem tomado sob a égide neoliberal nas instituições públicas de ensino superior será preciso romper com a ideologia individualista que distorce a visão das pessoas sobre a realidade, para então podermos enxergar o “outro” na soberania de sua alteridade, com a humildade de considerar o “não eu” como um ser de mesmo quilate, ambos seres plenos com “direito de existir”.

O direito à existência material e cultural do qual todos deveríamos usufruir sem maiores esforços, apesar de ser um direito humano fundamental, constitui-se em uma luta árdua e diária para a grande maioria da população mundial, mais ainda para aqueles que são vistos como “diferentes” ou habitam a periferia do sistema capitalista, pois além de todas as dificuldades para “existirem” também carregam a estigmatização da sociedade.

Todo ser humano tem direito de não apenas “estar no mundo” mas “com o mundo” e pronunciar sua palavra, constituir-se enquanto sujeito autônomo na construção da história individual e coletiva, mas as leis e políticas públicas no Brasil, devido às fissuras e fragilidades em relação à concretização no “chão das escolas”, em qualquer nível, do básico ao superior, não são capazes de resolver todas as dificuldades institucionais e pessoais que perpassaram a trajetória educacional dos estudantes com deficiência e menos ainda de equilibrar a condição socioeconômica que também influencia a inclusão.

Entretanto, não podemos esperar as condições materiais e imateriais existirem na educação para depois incluir, é preciso criá-las ou lutar para que existam enquanto incluímos. Principalmente, diante do contexto no qual as IES se encontram pelos efeitos do neoliberalismo, tais como sucateamento, corte de verbas, privatização, desvalorização profissional e precarização do trabalho de docentes e técnicos na tentativa de despolitizar a educação, desconstruindo-a como bem público responsável pela formação de seres humanos e não apenas de especialistas. Não há como esperar tal materialidade para depois incluir, por isso será preciso buscar meios no dia-a-dia das instituições e mobilizá-las na tarefa de transformar suas práticas pedagógicas e sua acessibilidade física para garantir o direito de todos à educação, concomitantemente à luta por renovar-se enquanto instituição e manter-se pública através de todos os recursos possíveis e vias políticas que forem necessárias.

Por isso, acredito que a mentalidade tradicional, elitista, seletiva e meritocrática que

ainda permeia a universidade brasileira¹⁵ precisa ser questionada com mais profundidade e amplitude, contribuindo de fato para a inclusão social como fator de equidade na sociedade, ao resgatar sua legitimidade junto à comunidade para defendê-la dos ataques neoliberais, um forte obstáculo, talvez o maior, mas não o único, à inclusão educacional e social.

A inclusão é um desafio grandioso mas as IES brasileiras precisam dedicar-se ao enfrentamento das questões concernentes ao processo de tornarem-se inclusivas e há muito a ser feito, pois esse “contra-ataque” depende de reflexões e ações contra-hegemônicas capazes de colocar em cheque até mesmo a natureza das instituições de ensino formal, criadas com objetivos contrários à inclusão, ou seja, sua função está estreitamente ligada ao sistema capitalista liberal que espera delas apenas a formação profissional dos mais “aptos” e o nivelamento das diferenças como forma de controle social em nível global.

Neste ponto, é oportuna a citação de Placer (2006, p. 88) que nos remete à reflexão sobre o significado da inclusão do Outro sob a tutela liberal que age em função de uma ilusória normalidade e a impõe de forma totalitária e etnocêntrica, sem uma transformação mais radical na educação e na sociedade:

[...] para nós, o Outro só aparece em cena como objeto de ação: reparação, regulação, integração e conhecimento; para o Ocidente e para nós, trata-se antes de tudo de identificá-lo, de fazê-lo visível e enunciável, de registrar, detectar e diagnosticar suas semelhanças e diferenças, de calibrar sua integração, suas ameaças, suas bondades e sua periculosidade, de legislar seus direitos e suas obrigações, de regular seus agrupamentos, seus deslocamentos, entradas e saídas. E se o buscamos, o desejamos e o necessitamos é em boa medida para isso, para – atuando sobre ele – fazê-lo intérprete, testemunho, réu e prova de nossa universalidade, para que encarne, também ele, nosso olhar, para que em suas palavras ressoe nossa voz e nossa linguagem, encobrando assim, nesta espécie de fria ligação interativa da universalidade, nossa miséria, nossa soberba, nossa arbitrariedade, nossa mortalidade e nossa finitude.

O respeito verdadeiro às diferenças e alteridades, sem a “vitimização” ou “demonização” do Outro, dependerá de uma mudança cultural fundamentalmente embasada em critérios de uma democracia real, da educação para libertação e emancipação do ser humano, ideias ainda conflituosas no interior das instituições de ensino e que refletem os conflitos existentes na sociedade classista na qual vivemos, mas cuja superação depende de um projeto coletivo de educação e de futuro, consubstanciadas na dignidade humana e não nos ditames do capital. Pelo mesmo viés, Dorneles (2014, p. 64) afirma que:

15 – Sobre as possibilidades da Universidade Pública Brasileira ler “A Universidade no século XXI: para uma Universidade nova” de Boaventura Santos.

[...] a inclusão ocorre por meio de um projeto coletivo que deve estar alicerçado em práticas sociais contra-hegemônicas, por meio de esforços coletivos para a construção de uma educação que se baseia em princípios democráticos, críticos, de dignificação humana e ações transformadoras na busca constante do reconhecimento das diferenças e no contínuo combate das desigualdades, sejam de natureza étnico-racial, econômica ou por alguma deficiência.

Nesse caso, será fundamental a passagem de uma instituição de ensino fechada para uma instituição aberta, no mesmo sentido que Gadotti (1983, p. 14) imprime à passagem de uma sociedade fechada para uma sociedade aberta na obra de Freire “Educação e Mudança”, cujo compromisso é com uma sociedade diferente que requer uma educação também diferente para além do capital.

Temos vivenciado nas últimas décadas a implementação de leis, políticas públicas e ações afirmativas para a inclusão educacional, como resultado da luta dos grupos socialmente excluídos por igualdade no acesso aos serviços públicos, aos bens culturais da humanidade e a condições de vida mais dignas, mas seus resultados ainda são insuficientes.

Sob a pressão dos movimentos sociais que atuam na sociedade e no interior das IES, cujos quadros docentes, técnicos e discentes são formados também por grupos progressistas, a realidade excludente interna e externa vem sendo cada vez mais problematizada. Questionadas pelos movimentos sociais e pela sociedade em geral, cujas reivindicações incluem o acesso, a permanência e a qualidade do ensino para os grupos historicamente excluídos da educação formal, assim como os estudantes com deficiência, as universidades precisam buscar romper as várias barreiras limitantes.

O processo de inclusão no ensino superior está sendo construído pelos profissionais da educação e pelas pessoas com deficiência no dia-a-dia das instituições, e apesar de todas as contradições e dificuldades ainda existentes, encontrou guarida nos governos populares das últimas décadas. Ao menos é perceptível uma maior sensibilidade em relação ao enfrentamento dessa questão e a tentativa de contenção da agressividade neoliberal diante da educação pública, pois os anteriores além de aprofundarem a crise da universidade e do ensino público em geral, foram extremamente intransigentes e antidemocráticos em relação à população mais pobre e discriminada deste país.

Ao se discutir legislações e políticas públicas é preciso identificar os governos que as implementaram, pois partidos e políticos não são iguais, existem diferenças e precisam ser marcadas, pois corre-se o risco de imputar algo bom a quem era inclusive contrário na época em que detinha o poder, ou ruim a quem tentou como ente político, no máximo de suas forças

e limitações, conter o ímpeto agressivo e totalitário do mercado.

Apesar de crescente, a problematização do caráter elitista e excludente das universidades é bastante recente, coincidindo com o movimento mundial que passou a defender “Educação para Todos” em 1990, a radicalização do ataque neoliberal à educação pública e ao Estado, fragilizando os elos de proteção social, o aprofundamento de uma cultura liberal individualista e hedonista ao extremo, o acirramento de todas as formas de exclusão materiais e culturais em nível planetário e o levante dos movimentos sociais contra a exclusão que atingiu limites insuportáveis.¹⁶

Assim, mudar as IES para incluir a todos, respeitando as diferenças de cada um e proporcionando equidade de oportunidades, ao mesmo tempo em que luta por sua autonomia perante um novo-velho e mais cruel Leviatã, o Mercado, que domina o Estado e através deste tenta transformá-la em empresa e despolarizá-la, é uma tarefa hercúlea, mas possível se a tomarmos nas mãos com compromisso e esperança na construção de uma nova educação e de um novo país. Aliás, esse é um ponto fundamental quando falamos de leis e políticas públicas, não há como desvinculá-las do projeto de educação, de pessoa e de mundo que carregam ou do contexto do país em que são adotadas, sendo fundamental considerar o seguinte alerta:

[...] o desafio que se impõe hoje à universidade brasileira é a articulação entre a democratização do acesso e a garantia da qualidade do ensino superior. Tal articulação deve ser transversalizada por eixos que garantam: compromisso social, pesquisa estratégica e educação para todos ao longo da vida. Para que isto aconteça a educação superior precisa ser compreendida como um bem público e universal e, portanto, dever do Estado. Sendo, portanto, direito humano e universal, o acesso à educação superior deve ser possibilitado a todos (PIMENTEL, 2013, p. 04).

Anunciar-se como signatário da inclusão é uma coisa, fazê-la acontecer de fato, com qualidade e amplitude, em um país com as nossas características históricas de exclusão social e educacional, é outra coisa. Diante das contradições pertinentes a essa problemática, constata-se, assim como Freire e os demais teóricos da educação crítica sempre advertiram, que sem uma mobilização consciente e ampla por uma educação de qualidade social para todos e por um outro tipo de sociedade, pouco será alterado.

O que tem sido alcançado em relação à inclusão é produto do jogo de forças entre a pressão dos movimentos sociais e os detentores do poder, mas também entre indivíduos e instituições através da judicialização de reivindicações, modalidade que vem crescendo a cada

16 – Ler “Inclusão e Educação: doze olhares sobre a educação inclusiva” organizado por David Rodrigues, Summus Editorial, 2006.

dia, pois o neoliberalismo e sua lógica individualista vem aprofundando nossa divisão e nos desconstruindo como sujeito coletivo capaz de interferir na realidade.

Apesar do reconhecimento do direito de acesso das pessoas com deficiência ao ensino superior e do crescimento das matrículas, ainda é reduzido o número de estudantes que conseguem ingressar nesse nível de ensino. De acordo com dados do IBGE do Censo 2010, aproximadamente 45,6 milhões de pessoas declaram possuir algum tipo de deficiência, dentre elas visual, auditiva, motora e intelectual mas apenas 30.000 estão matriculadas, dentre essas apenas 6.884 estão na universidade pública.

Além da democratização em termos de acesso e qualidade, há um desafio tão grande quanto esse que é o de modificar a mentalidade normalizante, preconceituosa e discriminatória, produzida por relações de poder dentro e fora da educação e que obstaculizam a transformação dela mesma e da sociedade. É sobre essa questão que uma educação emancipadora, portanto, transgressora e contra-hegemônica torna-se imprescindível, desatrelando educação e ideologia liberal.

Partindo do pensamento freiriano (2011) de que ninguém conscientiza ninguém, nós nos conscientizamos durante o processo, na relação com o Outro, o diálogo será fundamental para produzir uma educação social que priorize a inclusão. Diálogo como um ponto central, mas sem temer o conflito, como o próprio Freire asseverou, para nos desalienarmos e buscarmos alternativas às contradições da realidade de forma autônoma. É assim que construiremos uma educação de qualidade para todos, através da subversão à ordem e não à sua obediência, pois “numa sociedade de classes toda educação é classista [...] e na ordem classista, educar, no único sentido aceitável, significa conscientizar e lutar contra esta ordem, subvertê-la” (GADOTTI, 1983, p. 13).

As instituições formais de ensino não nasceram para a “libertação dos povos”, pelo contrário, são mecanismos de reprodução do sistema capitalista e sua ideologia liberal. É a resistência de homens e mulheres em seu interior e na sociedade que fazem essas instituições mesclarem obediência ao sistema e transgressão a ele, conservadorismo e renovação.

Encontro, diálogo, crítica, consciência e contraposição, juntos, eu e tu, nós, através de reflexões e ações concretas, é o que poderá dar-nos a chance de alterar a rota definida sistemicamente para a educação e a sociedade, sob o aprofundamento cada vez mais cruel e predatório do darwinismo social.

Logo, forçar a adaptação das pessoas com deficiência sem grandes mudanças nas instituições, na sociedade e na mentalidade das pessoas que as compõem, não pode ser considerado inclusão em seu sentido pleno, pois incluir excluindo é contraditório e não

promove igualdade de oportunidades a todos, permanecendo intacto um dos traços estruturantes da educação formal que é a sua característica excludente:

A exclusão de alguns e a inclusão de outros sempre foi uma marca da instituição escolar moderna, mas somente nos últimos anos isto deixa de ser naturalizado, passando a ser problematizado. Nesse sentido, e partindo do entendimento de que as invenções modernas tem se encarregado de classificar/nomear/narrar/incluir ou excluir os sujeitos, em um mundo cada vez mais difuso e fragmentado, a pesquisa objetiva pensar o atual contexto educacional brasileiro, tendo IESs como campo investigativo, pois tem sido crescente o número de alunos nomeados “com necessidades especiais” que concluem o ensino fundamental e médio e chegam ao ensino superior. Esta situação exige que sejam tomadas as providências, sob pena de entrarmos em um processo que muito bem poderíamos caracterizar como “inclusão excludente”, onde alunos e alunas entram pela porta da frente (via vestibular ou outros processos seletivos), mas de dentro há pouco ou nada a se oferecer. Somos “hospedeiros”, cuja casa não se encontra em condições de receber culturas, identidades e alteridades distintas do modelo de normalidade constituído social, cultural, linguística e historicamente (THOMA, 2006, p. 02).

Hoje, mais do que outrora, faz-se necessário romper com a “inclusão excludente” que promove um acesso limitado e produz várias e sutis formas de exclusão no decorrer desse processo. Por isso, será necessário questionarmos sobre mudanças mais profundas nas instituições educacionais para a inclusão ocorrer em sua plenitude.

A inclusão dos estudantes com deficiência no ensino superior não ocorre de forma linear em todo o Brasil, existem universidades que organizaram políticas internas em consonância com a política nacional, outras foram além e estão construindo seus processos inclusivos com a participação da comunidade acadêmica e da sociedade, mas em outras a questão ainda é incipiente e talvez essas ainda sejam a maioria em nosso país. Aí reside a importância de iniciar-se o diálogo crítico sobre essa problemática nas IES que ainda não organizaram essas questões, para melhor atender seus estudantes e participar com mais efetividade do processo de luta pela inclusão educacional e social.

A invisibilidade ainda vivida por estudantes com deficiência nas instituições de ensino superior, principalmente as periféricas ou em campus menores, onde os movimentos sociais tem pouca expressão ou para os quais não é dada abertura política, representa sofrimento para os que ficam calados diante do desrespeito a seus direitos. Uma invisibilidade quebrada somente por aqueles que assumem uma postura ativa diante do preconceito, da discriminação ou da falta de atendimento às suas necessidades educacionais.

Outro aspecto importante é que não alterar a instituição em sua estrutura física e

pedagógica, relegando os “diferentes” a uma espécie de “salve-se quem puder” para acompanhar a corrente, é uma atitude cada vez mais questionada, pois os grupos chamados “minoritários” estão mais conscientes de seus direitos e lutam por eles. O melhor caminho para todos será o de enfrentar os erros e omissões de uma instituição elitista, meritocrática e excludente, para fortalecer os laços de pertencimento entre ela e a população mais necessitada, discriminada e excluída, para existir ainda a possibilidade de defendê-la como bem público, obrigação do Estado e mantê-la autônoma frente ao Mercado.

Insistir na invisibilidade do “Outro”, no sentido de não importar-se ou ficar apenas no limite de sua integração, não é uma alternativa plausível, havendo a necessidade de repensar em cada unidade de ensino superior e também em nível nacional, estratégias para a inclusão educacional que evitem ações isoladas, injustas, ineficazes ou a estagnação do processo que está sendo construído através da labuta diária nessas instituições. Mas que esse repensar possa ocorrer de forma diferente, com uma visão não viciada sobre a educação e o mundo ou obliterada pelas relações de poder que perpassam as relações sociais reproduzidas no interior dessas instituições.

Que a renovação possa também ser realizada democraticamente e com a participação dos estudantes com deficiência, problematizando desde a acessibilidade física até processo de ensino e aprendizagem tradicionais, a relação unidirecional com o conhecimento, os rituais repetidos ao longo das décadas sem reflexão, traduzidos em práticas sem sentido e antidemocráticas até mesmo para aqueles que não apresentam deficiências.

O enfrentamento das limitações e da falta de estrutura das IES, de forma ampla e com a participação ativa da comunidade acadêmica, investindo na elaboração de uma política interna de inclusão educacional que envolva a todos e articule as especificidades de cada unidade com o movimento nacional das instituições, pode proporcionar um processo de inclusão mais profundo, consistente e justo:

Não há como negar que as exigências são muitas e que não basta apenas a boa vontade de alguns. Inclusão exige rupturas e a busca de alternativas viáveis, pois também é certo que todos têm o direito de alcançar maiores índices de escolarização e uma política precisa ser urgentemente pensada para isto. E, como base para as reformulações necessárias, tornam-se necessárias investigações sobre as informações e formação dos docentes, as estruturas e serviços existentes para atender a diferentes demandas, os resultados alcançados pelas experiências de inclusão vivenciadas pelas instituições de ensino, entre outras (THOMA, 2006, p. 2).

Assim, a inclusão dos estudantes com deficiência no ensino superior é um processo em

construção que exige mudanças internas e externas, não apenas na abstrata ideia de instituição mas na mentalidade do pensamento normalizante daqueles que a compõem, além de mudanças culturais e materiais que equilibrem as desigualdades sociais, proporcionando uma real e justa equidade de condições para todos. Tal processo não ocorre simplesmente pela existência de leis e políticas públicas a respeito e concordando com Dutra (2009, p. 6) demandam o compromisso de todos os envolvidos no processo educativo em projetos que ensejem a emancipação humana:

A construção de sistemas educacionais inclusivos pressupõe o efetivo direito de todos à educação e requer novas formas de elaboração e organização de políticas públicas, que contemplem a pluralidade compreendida como potencial, a eliminação de mecanismos de segregação instaurados e a implementação de projetos pedagógicos emancipatórios compartilhados por toda comunidade escolar.

De acordo com o ideário freiriano, a emancipação humana pode ocorrer através de uma educação, formal ou não, que liberte as pessoas do pensamento condicionado, possibilitando a reflexão sobre si mesmas e o mundo no qual vivem, havendo dessa forma a possibilidade de transpor os limites impostos pelo próprio mundo ao se descobrirem como seres comprometidos com a sua transformação material e cultural. Esse é um ideal a ser historicamente construído e pode nos libertar da alienação na qual estamos imersos, que nos paralisa e desumaniza ao fazer-nos acreditar que resta apenas o caminho da adaptação, vivendo nossas vidas de forma atomizada e vazia, sem compromisso com o “Outro” ou com o mundo, voltados apenas para nós mesmos.

No entanto, “comprometer-se com a desumanização é assumi-la e, inexoravelmente, desumanizar-se também” (FREIRE, 1983, p. 19), assim, reflexão e ação é a maneira humana de existir sufocada por uma ordem opressora, mas não de forma absoluta e inescapável, por esse prisma a realidade pode ser questionada e transformada em busca de um mundo mais humano, solidário e justo:

Impedidos de atuar, de refletir, os homens encontram-se profundamente feridos em si mesmos, como seres do compromisso. Compromisso com o mundo, que deve ser humanizado para a humanização dos homens, responsabilidade com estes, com a história. Este compromisso com a humanização do homem, que implica uma responsabilidade, não pode realizar-se através do palavrório, nem de nenhuma outra forma de fuga do mundo, da realidade concreta, onde se encontram os homens concretos. [...] O verdadeiro compromisso é a solidariedade, e não a solidariedade com os que negam o compromisso solidário, mas com aqueles que, na situação

concreta, se encontram convertidos em “coisas”. [...] Esta é a razão pela qual o verdadeiro compromisso, que é sempre solidário, não pode reduzir-se jamais a gestos de falsa generosidade, nem tampouco ser um ato unilateral, no qual quem se compromete é o sujeito ativo de um trabalho comprometido e aquele com quem se compromete a incidência de seu compromisso. Isto seria anular a essência do compromisso, que, sendo, encontro dinâmico de homens solidários, ao alcançar aqueles com os quais alguém se compromete, volta destes para ele, abraçando a todos num único gesto amoroso (FREIRE, 1983, p. 18,19).

As lutas pela emancipação social ocorrem em vários níveis e ambientes, sejam elas locais, nacionais ou mundiais, na educação em seu sentido mais amplo ou no sistema de ensino formal, e possuem um fio condutor que dialeticamente as engendram entre si. Por essa perspectiva de totalidade, o que parece cotidiano e aparentemente localizado possui elos profundos com a história da humanidade e a luta dos seres humanos contra a desigualdade social que produz várias formas de exclusão e opressão.

Desvendar essa ligação, que não se dá de forma mecânica mas dialética com o contexto social mais amplo, é fundamental para entender os condicionantes da inclusão e os pontos de reflexão e ação mais profundos sobre os quais os profissionais da educação e a sociedade precisam intervir.

Até aqui busquei demonstrar que a inclusão é uma construção da qual todos fazemos parte e demanda mudanças na cultura e na organização social que não se produzem automaticamente pela existência de legislação pertinente e cujos desafios vão muito além das condições de acessibilidade física.

A pesquisa bibliográfica e empírica sobre o processo de inclusão dos estudantes com deficiência na educação superior, demandaram a construção deste capítulo na busca pela reflexão sobre os meandros que levam os direitos proclamados em convenções internacionais e nas leis e políticas públicas nacionais a não serem postos em prática com amplitude e qualidade suficientes para garantirem os direitos sociais desses estudantes, apesar de anunciarem textualmente o direito à diferença e ao atendimento de suas necessidades e peculiaridades na educação e na sociedade; carregando em seus epitáfios o objetivo de construir um mundo melhor com equidade, igualdade de oportunidades e justiça social para todos.

Verifiquei durante a pesquisa que a legislação internacional e nacional, concernente à inclusão social e educacional das pessoas com deficiência, não encontram completa correspondência com os relatos dos estudantes entrevistados nesta pesquisa. Mais preocupante ainda é observar ao redor essa incongruência, nas escolas, nas ruas, na periferia das cidades,

na falta de acessibilidade física e “espiritual” em geral, no comportamento das pessoas em relação às diferenças, nos professores descaracterizados e expropriados de seu trabalho, na desconstrução gradual de nossos espaços públicos de educação e dos direitos sociais conquistados em décadas de luta pelos movimentos sociais, inclusive pelos quais vários militantes perderam suas vidas para conquistá-los.

Tal incongruência é aprofundada por um “Novo Estado” reduzido e quase impotente para viabilizar os direitos individuais e sociais para toda a rede educacional, confirmando assim que a letra da lei e a realidade podem ser dois mundos praticamente diferentes. Por isso, em se tratando de legislações e políticas públicas educacionais é preciso considerar o projeto de sociedade e cidadania ao qual estão vinculadas e o contexto histórico no qual estão inseridas.

Essa constatação não significa render-se ao pessimismo contemporâneo disseminando a ideia de que “tudo vai de mal a pior”, mas sim buscar o realismo necessário, ou a consciência crítica como Paulo Freire denominava; é esperança e otimismo fincados na realidade de nossos limites e possibilidades, embasando nossas ações a caminho da verdadeira transformação da educação e da sociedade sob uma perspectiva inclusiva, ou em outras palavras, com equidade e justiça social real para todos.

Desnudar a realidade em sua essencialidade é uma crítica necessária para concretizar as intenções contidas nos documentos legais para inclusão, pois da Declaração Universal dos Direitos Humanos à Política Nacional Brasileira sob a Perspectiva Inclusiva, diga-se de passagem e com exceção de algumas contradições e das ideologias liberais que as acompanham, principalmente em sua materialização, são belos tratados onde podem ser encontrados os ideais mais sublimes pensados pela humanidade. Mas homens e mulheres são de carne e osso, possuem necessidades e peculiaridades concretas e vivem em uma organização social historicamente engendrada que condiciona a cultura, a política, a economia, a educação e assim por diante.

Note-se que condicionar não é determinar, portanto, em concordância com o referencial de Freire, podemos assumir nosso papel, não de forma isolada, mas como sujeitos coletivos na construção do processo de inclusão que se liga umbilicalmente à necessidade de transformação educacional e social.

A distância entre a questão legal e a concretização dos direitos sociais e humanos é um grande desafio à inclusão dos estudantes com deficiência no ensino superior. Sendo assim, inclusão não é uma realidade pronta e acabada, está em construção, e nela a participação e compromisso dos estudantes, professores e técnicos será imprescindível para sua

concretização, enfrentando a realidade, suas dificuldades e contradições, com uma relação de humildade, diálogo crítico e amorosidade para construir uma educação inclusiva que realmente inclua, que não tema o novo e as mudanças e constitua-se em um dos fatores para inclusão social, com justiça e condições plenas e iguais para todos.

A educação, em qualquer de seus aspectos, tem que ser pensada a partir do contexto no qual está inserida e compreendida na interrelação com as políticas de Estado, pois faz parte da chamada “área social”, alvo principal do neoliberalismo que está reorganizando essa instituição e retirando-lhe aos poucos seu caráter provedor, transformando-o em um ente público que apenas planeja, controla e avalia, atingindo em cheio toda a organização administrativa e pedagógica da educação pública, assim como os demais setores do governo responsáveis pela garantia, mesmo que precárias, dos direitos sociais tais como saúde, previdência, justiça, segurança, etc.

Por esse motivo, buscar as origens da discrepância entre o legal, ético ou moral e a realidade, pode levar a um necessário despertar da letargia na qual a alienação nos coloca, e ao encararmos-nos no espelho, compreendermos a conexão existente entre as políticas educacionais e as estratégias de ação para implementá-las, seus limites e possibilidades, conscientizando-nos sobre relações de poder estabelecidas entre Estado, Capitalismo, Educação e Sociedade.

Ampliando nossa perspectiva de mundo e educação, o desvelamento da realidade opressora e a consciência da opressão que diminui, humilha, discrimina, exclui e marginaliza o ser humano, poderá nos levar ao compromisso concreto com a transformação e a busca pela construção de um modelo educacional comprometido com a emancipação humana.

A emancipação alcançada através de uma educação concebida em seu sentido amplo, que promova a autonomia do pensar, questionar e agir, não apenas obedecer ou adaptar-se e calar-se, poderá nos levar à construção de uma inclusão verdadeiramente plena e justa, pois incita a problematização das contradições tanto na educação quanto na sociedade e pode influenciar ações contrárias às ordenações do sistema capitalista sobre ambas, renovando-as, recriando-as.

Devido às interferências e limitações que provoca na educação e na sociedade, hoje tornou-se vital a necessidade de refletir e reagir ao neoliberalismo para a construção de uma verdadeira inclusão educacional e social.

Pelos relatos do estudantes entrevistados para esta pesquisa ficou claro que a inclusão não pode depender apenas da boa vontade de algumas pessoas, demandando um movimento mais amplo e compromissado, mais ativo e político.

Senti a invisibilidade de alguns deles e o seu sofrimento, apesar de todo aparato jurídico a seu favor, também percebi algo mais profundamente errado no processo de inclusão no ensino superior e que permanece pouco alterado: são as instituições que precisam mudar e não somente os estudantes para acompanhá-la.

Por outro lado, há o questionamento sobre a possibilidade de modificá-las tão profundamente quando as condições materiais de existência e as relações sociais desiguais, orquestradas pelo sistema capitalista, sob o domínio do mercado, comandam as instituições e controlam as leis e as políticas públicas, cuja atuação e poder são percebidos mais claramente no momento de sua materialização do que em seus belos textos.

Conhecer para transformar, nos advertiu Marx. Reconhecimento crítico da opressão para uma transformação que possibilite a busca do ser mais, defendeu Freire. Portanto, não há receitas prontas a serem seguidas, mas existem inícios sinalizados de por onde começar.

Ao mesmo tempo retrospectivo e problematizador, o objetivo desta seção é refletir sobre a questão legal em relação à inclusão educacional e social desde que essa ideologia surgiu em nível mundial, focalizando sua relevância na educação brasileira e os limites para sua materialização, em particular no ensino superior. A demanda por essa reflexão surgiu da confluência entre a teoria crítica da educação na qual baseia-se esta pesquisa, alicerçada na luta pela emancipação humana e na transformação da realidade a partir da conscientização e interferência dos sujeitos; e a realidade empírica da qual emergiram as contradições no processo de inclusão das pessoas com deficiência no ensino superior em busca dessa emancipação.

Existe pouco sentido em recontar a história tantas vezes contada sobre o movimento mundial pela inclusão, mais importante é buscar entender suas origens e contribuições, o que de fato influenciou na vida das pessoas, seus objetivos latentes, as relações de poder que escondem, o que produziram de benéfico ou de maléfico, isso é o que realmente importa, pois como escreveu Bobbio sobre os direitos humanos conquistados mas não concretizados (2004, p. 32): “de boas intenções o inferno está cheio”.

Contextualizar o panorama mundial construído desde a década de 80 é necessário para perscrutar o caminho percorrido até o delineamento da Política Nacional de Educação Especial sob a Perspectiva Inclusiva no Brasil, frisando que há um atraso absurdo, pois foi aprovada apenas em 2008, sendo, portanto, bastante recente.

Um pouco menos radical que Bobbio mas concordando em parte com esse autor, penso ser importante lembrar os marcos internacionais e nacionais em relação à evolução da legislação que significaram avanços na história de luta dos movimentos sociais em direção à

garantia dos direitos das pessoas com deficiência, reafirmando o compromisso da sociedade com a democracia e a justiça social.

Apesar do sistema educativo em todos os seus níveis não ter atingido completamente as metas presentes nos instrumentos internacionais e na legislação nacional, esses são importantes parâmetros e bases de luta para exigirmos uma educação de qualidade social que inclua a todos. Representam também a necessidade de ressignificar a educação para enfrentar os desafios de superação da exclusão, mesmo sendo uma alternativa parcial a esse problema social, mas para aqueles que a concebem como um instrumento humanizador e emancipador, constitui-se como elemento importante na luta política por inclusão social, essa sim de caráter mais amplo e profundo.

Considerando que a reivindicação popular por inclusão social dentro do capitalismo representa um processo conflituoso entre classes, uma educação libertadora poderá contribuir para a formação de sujeitos críticos e atuantes na luta por “tirar do papel” as intenções contidas nos mais variados documentos norteadores da inclusão. E nesse caso, tirar do papel pode significar até mesmo lutar por outra forma de organizar a sociedade, para interromper a lógica do capital sobre a educação como defende Mészáros (2005, p. 25):

Poucos negariam hoje que os processos educacionais e os processos sociais mais abrangentes de reprodução estão intimamente ligados. Consequentemente, uma reformulação significativa da educação é inconcebível sem a correspondente transformação do quadro social no qual as práticas educacionais da sociedade devem cumprir as suas vitais e historicamente importantes funções de mudança.

O embate entre as lutas da sociedade e as resistências e limites do sistema capitalista ficam bastante evidentes ao confrontarmos a realidade educacional brasileira e os textos legais oriundos das convenções organizadas pela ONU nas últimas três décadas, bem como a legislação nacional influenciada por tais documentos, pois neles os direitos são proclamados mas a natureza excludente do sistema impede que cheguem a todos.

Com o objetivo declarado de enfrentar os desafios contemporâneos e de superar o histórico mundial de exclusão, a Assembléia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU) produziu vários documentos internacionais norteadores para a construção de um mundo mais justo, igualitário, solidário, inclusivo, tais como por exemplo: Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948); Declaração de Jomtien (1990); Declaração de Salamanca (1994), Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (2006), dentre vários outros, todos com o intuito de desenvolver políticas públicas em seus países membros que promovessem

transformações no sistema de ensino e assegurassem o acesso e a permanência de todos na educação. São documentos que, de modo geral, servem de base para ações políticas nesses países e para a luta dos movimentos sociais em prol da concretização desses direitos.

No entanto, principalmente no tocante aos textos legais sobre a inclusão e mais especificamente em países cuja desigualdade social é abissal, como no Brasil por exemplo, os desafios que se apresentam vão desde o financiamento insuficiente para tudo o que se proclama neles até a necessidade de desconstrução do pensamento normalizado, padronizado e homogeneizante, a partir do qual a maioria das pessoas enxerga o “outro”, a cultura, a educação, a realidade, enfim o mundo, a partir de um prisma preformatado.

Reafirmar o direito de todas as pessoas à educação, independentemente de suas diferenças particulares e renovar o empenho de seus estados membros em garantir esses direitos é a contradição fundamental contida nos ideais proclamados, pois dessa forma exige-se do Estado uma intervenção pela garantia dos direitos sociais, concomitantemente à destituição dessa instituição como provedor do bem estar comum da sociedade.

É uma conta que não fecha, mas a observância desses parâmetros a que os países membros da ONU são obrigados é garantia, mesmo que precária, de compromisso em busca de uma educação com mais qualidade, por isso não podem ser desprezados. Penso que representam tanto as resistências do sistema capitalista neoliberal quanto os ideais de uma educação inclusiva e são inquestionáveis nas sociedades que primam por princípios democráticos, porém, sua concretização é algo a ser problematizado e conquistado. Segundo Mendes (2010, p. 35):

[...] não podemos negar que, na perspectiva filosófica, a inclusão é uma questão de valor, ou seja, é um imperativo moral. Não há como questioná-la dentro da ética vigente nas sociedades ditas democráticas [...] Enfim, o futuro da Educação Inclusiva em nosso país dependerá de um esforço coletivo, que obrigará uma revisão na postura de pesquisadores, políticos, prestadores de serviços, familiares e indivíduos com necessidades educacionais especiais, para trabalhar numa meta comum, que seria a de garantir uma educação de melhor qualidade para todos.

Sendo a inclusão um imperativo ético e moral, por que é logicamente antiético, amoral, desumano, cruel e indigno, excluir qualquer ser humano do acesso aos bens materiais e culturais da humanidade, qual é a origem de tanta desumanidade senão o sistema que a promove e de certa forma se retroalimenta da exclusão. Como desconstruir a mentalidade individualista, excludente e discriminatória sustentada e disseminada por esse mesmo sistema,

sem questionar a ordem imposta sobre os seres humanos? É preciso nos libertarmos desse círculo vicioso para vivermos a plenitude de nossa humanidade. Não consigo pensar o debate sobre a inclusão sem que esse ponto central seja debatido e contestado.

Concordando com Dorneles (2014, p. 63), o movimento pró-inclusão que ganhou o mundo na década de 90 é proveniente da influência de países em que já havia uma rede educacional mais bem qualificada, mas o Brasil ainda demanda o enfrentamento de uma realidade educacional e social precária que atinge não somente os estudantes com deficiência mas a grande maioria da população brasileira.

Assim, as leis e políticas públicas sob a perspectiva inclusiva no Brasil foram influenciadas pelos ideais universais sobre a inclusão que partiram dos movimentos mundiais e representam intenções em direção à sua materialização, mas concordando com Bobbio (2004), nunca tivemos tantos direitos e tantas violações dos mesmos.

Um dos caminhos possíveis para a concretização de leis e políticas educacionais em um país com tantas desigualdades sociais como o nosso é o enfrentamento através dos movimentos sociais por sua materialidade. Sejamos francos, se as pretensões do sistema capitalista com a educação formal, organizada e controlada por um Estado Neoliberal, fosse de respeito às diferenças e alteridades, também o seria pela emancipação humana e, portanto, bastaria a Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948, sem mais delongas.

Entretanto, no Brasil, por conta de suas especificidades econômicas, políticas, ideológicas e culturais, a educação percorre “caminhos perversos”: entre a DUDH e a elaboração de uma política nacional de educação inclusiva que se pôs a tratar mais efetivamente a inclusão educacional por aqui, foram transcorridos exatos 60 anos! O que acontece abaixo da “Linha do Equador” é fruto de uma colonização cultural e econômica secular, portanto, não haverá saída sem ruptura. E não estou falando aqui apenas de grandes rupturas, mas de todas, sejam pequenas ações contra-hegemônicas no cotidiano educacional ou mais profundas como o questionamento ao capitalismo neoliberal e seus efeitos sobre a educação, com atitude e não apenas palavras.

É bastante contraditório que nosso país sendo uma das maiores economias do mundo não consiga priorizar e dar qualidade satisfatória a seu sistema de ensino para que a inclusão de todos seja ampla, profunda e verdadeira. Os discursos oficiais falam de inclusão sem os recursos necessários e suficientes, sem mudanças importantes na formação dos professores, nos currículos ou na organização das instituições e, além disso, com uma das piores distribuições de renda e um dos mais baixos índices de desenvolvimento humano do planeta.

Em se tratando do direito de existir, os estudantes pesquisados também falaram sobre isso e questionaram a inclusão tão propalada diante de uma desigualdade social tão profunda, com tantas pessoas ainda fora do ensino superior e da vida em sociedade, com tanta fome de comida, de educação, de cultura, de democracia, de solidariedade, de atenção, de amor ao ser humano. “Que país é esse?”, perguntou a estudante de codinome **PRÁXIS**. “Que inclusão é essa?”, questionou a estudante **AMOR**.

Por isso, se a materialização dos ideais da inclusão social e educacional dependesse apenas da questão legal, para tanto bastaria o respeito à Declaração Universal de Direitos Humanos de 1948, que é sem dúvida um marco histórico para entender a evolução em direção à construção da educação inclusiva em todos os níveis de ensino, pois influenciou constituições e leis nacionais e fundamentou tratados internacionais com o ideal de que a educação é um direito de todo ser humano, constituindo-se como um documento-base para a sociedade civil organizada na promoção e proteção dos direitos humanos.

A DUDH significou a reafirmação dos princípios liberais da Revolução Francesa “liberdade, fraternidade e igualdade”, por força do clamor social diante do horror vivido na Segunda Guerra Mundial. O mundo ainda arrasado e estarrecido pelo que Hobsbawm (1995) chamou de “a maior catástrofe da história humana”, tentava reafirmar seus princípios democráticos basilares, e não era para menos, pois a guerra ceifou a vida de cinquenta milhões de pessoas, deixou trinta e cinco milhões de feridos e três milhões de desaparecidos, proporções estratosféricas se comparadas com as guerras anteriores e com o número de habitantes no planeta à época: menos de 2,5 bilhões de pessoas, isso sem falarmos da crise econômica para a qual o mundo fora arrastado.

Os números não são suficientes para demonstrar os horrores dessa guerra, na qual aconteceram crueldades que até então não acreditávamos que pudessem ser realizadas por seres humanos na forma e proporção em que ocorreram. Depois dela, o mal foi banalizado e assistimos crueldades semelhantes, diariamente, transmitidas ao vivo pela televisão e internet.

No pós-guerra a DUDH foi proclamada, mas nas décadas que se sucederam a América Latina assistiu ao nascimento de uma série de regimes ditatoriais que contrariaram todos os seus artigos. Portanto, o fato dos direitos humanos serem reconhecidos em uma declaração de alcance mundial não significa que sejam realmente respeitados. Estes foram e são ignorados todos os dias e a manutenção dos mesmos faz parte de uma luta incansável dos movimentos sociais para protegê-los ou ampliá-los.

As misérias humanas não desaparecem por força de uma declaração ou de leis, pois o que as gera é o sistema capitalista, extremamente excludente e cruel. O que precisa ser

restaurado ou criado na relação de algumas sociedades com as leis é o objetivo pelo qual existem - a justiça real para todos - pois a imposição de princípios e obrigação de seu cumprimento deve surgir da experiência concreta e não da ficção.

Uma lei não tem finalidade em si mesma se os princípios que a geraram, tais como justiça, equidade, amor, fraternidade e bondade não forem valores existentes na sociedade ou não puderem ser materializados para amplas parcelas da população, dessa forma significará apenas a proteção individual através de processos judiciais individuais, o que nos transforma em seres atomizados e mais ainda distantes uns dos outros, reproduzindo a ordem darwinista, fazendo com que o conceito de que “todos são iguais perante a lei” seja realidade apenas para algumas pessoas, aquelas que souberem mover-se no ambiente burocrático e jurídico das instituições públicas de educação.

Diante da exigência da inclusão no mundo contemporâneo, a educação não pode ser reduzida a uma questão de “direitos do consumidor”, pois a partir do momento em que a inclusão tornar-se apenas uma avaliação sobre o nível de satisfação ou não dos estudantes com deficiência, perdeu-se o “fio de Ariadne” da discussão mais profunda que o ideal de uma educação inclusiva carrega e demanda: um outro projeto de educação e sociedade.

Sendo assim, a justiça entendida apenas como direito positivo, sem a sua vivência na realidade concreta de forma ampla e democrática, não cumpre o papel esperado das leis que vai além do seu caráter obrigante e as constituem em valores que instrumentalizem e ajudem as pessoas e os povos no discernimento moral de se escolher o bem comum e a vida humana acima de tudo. Não há como existir, apenas por força da lei, o sentimento de cuidado mútuo, solidariedade, respeito e amor para com o outro, nem mesmo a percepção de fazer parte da mesma humanidade e de ter responsabilidade por ela, pois os valores necessários à vida em sociedade que não afloram de relações sociais concretas são mais facilmente desrespeitados, não observados e por vezes até desprezados.

Nesse caso as leis não conseguirão sozinhas criar uma nova cultura de respeito às diferenças e alteridades humanas, com a consciência de uma humanidade plural e unitária ao mesmo tempo, mas uma educação diferente poderia contribuir para a mudança cultural e material que demanda o ideal de inclusão social para todos, ao participar da formação de sujeitos para a contestação do status quo e não à aceitação e adaptação que limitam o ser e o aliena de si mesmo e do mundo.

Concordando com o ideário freiriano, o compromisso do ser humano é com a humanização, a qual requer capacidade de reflexão e ação sobre a vida individual e coletiva, o cuidado com o próximo, o respeito pela alteridade do Outro, o amor pela humanidade inscrito

em ações e não apenas em palavras, liberdade para sermos sempre mais e termos a capacidade de tomar o compromisso pelo mundo em nossas mãos, havendo assim a possibilidade de construir uma educação e uma vida mais digna e justa para todos.

No entanto, no capitalismo esses valores não são essenciais, por isso tem nos levado à desumanização tanto das condições materiais de existência quanto de nossas relações, importando apenas a reprodução do próprio sistema, mesmo que para esse intento boa parte da população humana seja relegada a uma espécie de não-humanidade, ou como Freire denominava um não-ser, muitas vezes sem acesso nem mesmo ao alimento, um dos elementos mais básicos de sobrevivência, quanto menos à voz e à participação política, apesar disso ser garantido legalmente a todos e vivermos em uma democracia.

As leis dentro do sistema obedecem aos ditames do capital, principalmente no tocante à materialização e mais ainda as que dizem respeito aos direitos sociais, alvos principais do neoliberalismo na atualidade. No entanto, os documentos legais pressupõem acordos e servem como parâmetros para um país que se quer democrático ou que tenta enquadrar-se nesses preceitos pela pressão de forças endógenas e exógenas, apesar das desigualdades sociais e contradições permanecerem. Hoje, pela rapidez com que as informações percorrem o mundo e como a comunidade internacional reage a elas, tornou-se cada vez mais difícil não observar os direitos humanos fundamentais e estar a salvo da crítica mundial e de suas consequências.

Concordando com Bobbio (2004) em sua obra “A Era dos Direitos”, apesar da violação dos direitos humanos fundamentais estar se agravando, vivemos um período de crescente conscientização desses direitos e da luta por sua proteção.

Arroyo (2011) também escreve sobre isso em boa parte de suas obras, defendendo que o povo, principalmente os grupos socialmente mais excluídos, estão cada vez mais conscientes de seu direito à vida digna, incluindo aí uma educação de qualidade em todos os níveis como fator de cidadania, com uma indignação crescente contra tudo o que aliena, marginaliza e exclui.

Apesar da desigualdade social e da realidade educacional adversa, existe a esperança em nossa reconstrução nacional, pois vemos por toda parte o despertar político e um processo de conscientização sobre a realidade. A passagem da consciência ingênua para a crítica (FREIRE, 1983) pode estar em processo de construção, faltando nessa movimentação política o questionamento ao sistema gerador das relações de poder opressoras e das desigualdades sociais e educacionais. Contradições estruturais que existem e participam de sua reprodução e manutenção, as mesmas que obstaculizam a existência de uma educação desalienante e uma sociedade justa e igualitária. O grande problema é que se buscam melhores condições de vida

e educação mas não a transformação da organização social que as impede de existir em sua plenitude.

Cada país possui uma história diferente e apesar das determinações externas das potências hegemônicas no mundo, há um contexto nacional *sui generis* que precisa ser analisado e questionado para rever e refletir sobre o papel da educação e o projeto de ser humano envolvido nele.

No caso do Brasil, a ratificação dos principais tratados de proteção aos direitos humanos ocorreu somente no processo de democratização, iniciado em 1985. O país foi inserido no cenário de proteção internacional dos direitos humanos apenas trinta e sete anos após a proclamação da DUDH, dois terços dos quais foram vividos sob o julgo da ditadura militar.

Após esse retardo e amordaçamento da democracia que florescia em nosso país na época do golpe, a Constituição Brasileira de 1988 incorporou os preceitos da DUDH, representando um avanço importante para movimentos sociais, inclusive para os que lutam pelos direitos das pessoas com deficiência.¹⁷ De acordo com De Siqueira (2010, p. 11):

O Brasil vive desde meados do século passado e início do século XXI um clima de efervescência em torno das lutas pela garantia dos direitos das pessoas com deficiência. Esse movimento impulsionado, sobretudo, pelo cenário internacional, que a partir de 1948 com o advento da Declaração Universal dos Direitos Humanos, iniciou um amplo e profundo debate sobre os direitos iguais e inalienáveis como fundamento da liberdade, da justiça e da paz no mundo. As pessoas com deficiência foram por muitos anos tratadas com desprezo e desrespeito quanto aos seus direitos, o que as motivou a se organizarem em grupos e promoverem um forte movimento de participação política no âmbito do processo de redemocratização do Brasil. Esse espaço foi sendo construído com muita luta, embates políticos, mas também, com conquistas importantes, embora, em muitos momentos sob a omissão do governo e com total invisibilidade por parte da sociedade.

Na Constituição Brasileira os principais pontos de influência da DUDH que constituem as bases legais para a construção de uma educação e de uma sociedade inclusivas podem ser encontrados em seus umbrais onde estão inscritos como fundamentos da República “a cidadania e a dignidade da pessoa humana” (CF art. 1, incisos II e III), além disso, deixa bem claro as obrigações do Estado ao eleger como objetivos fundamentais a construção de uma sociedade livre, justa e solidária, o desenvolvimento nacional, a erradicação da pobreza e

17 – Para conhecer mais sobre a história da educação das pessoas com deficiência no Brasil sob três ângulos diferentes ler Gilberta de Martino Januzzi (2012), Marcos J. da Silveira Mazzotta (2011) e Márcio Cleber Martins Lanna Júnior (2010).

da marginalização, a redução das desigualdades sociais e regionais, a promoção do bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação (CF art. 3, inciso IV).

Na sequência, em seu artigo 5 garante o direito à igualdade “todos iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza” e a “inviolabilidade do direito à vida e à igualdade”.

Em seu artigo 205 é garantido o direito de todos à educação, visando o “pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para a cidadania e sua qualificação para o trabalho” e em seguida, o artigo 206 determina que o dever do Estado com a Educação será efetivado mediante a garantia da “igualdade de condições de acesso e permanência na escola” e de “acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um”.

O período subsequente à promulgação da Constituição Brasileira coincidiu com a movimentação política em nível internacional impulsionada pelo “surgimento de um contexto histórico mundial que passou a reforçar cada vez mais a ideologia da educação inclusiva, e embora pareça historicamente ter surgido de forma mais organizada nos Estados Unidos, ganhou a mídia e o mundo a partir da metade da década de 1990” (MENDES, 2006, p. 391).

Para essa autora o movimento pela inclusão escolar de crianças e jovens com necessidades educacionais especiais, nos quais estão inclusos os alunos com deficiência, surgiu pelo debate acerca da reestruturação dos sistemas educacionais nos EUA e pela força cultural desse país que influenciou mundialmente as discussões sobre educação para todos e a ideia de inclusão de grupos excluídos no sistema formal de ensino.

A partir da década de 90, de acordo com Mittler (2003), as discussões sobre a inclusão social e educacional ganharam força no cenário mundial, com liderança e apoio da Organização das Nações Unidas (ONU), através de uma série de convenções, conferências, congressos e reuniões. Esses eventos ocorreram sob o financiamento do Banco Mundial, e isso é importante citar, pois a presença dessa entidade demonstra uma parte dos objetivos latentes nos documentos norteadores que produziram e pelos quais ocorreram pactos com a sociedade acompanhados de “recomendações” de ajustes fiscais e reestruturação dos Estados aos moldes neoliberais.

Um desses eventos que ajudaram a delinear as discussões acerca da inclusão social e educacional no cenário internacional foi a Conferência Mundial sobre Educação para Todos para a Satisfação das Necessidades Básicas de Aprendizagem, em Jomtien na Tailândia, no ano de 1990, onde Chefes de Estado e ministros de várias partes do mundo reassumiram o compromisso de atingir “Educação para Todos” e os projetos debatidos a esse respeito ao

longo da década de 80, na tentativa de promover ações no contexto educacional para amenizar a exclusão que havia atingido níveis alarmantes, principalmente em relação às mulheres e às pessoas com deficiência, como descreve Carvalho (2004, p. 5):

As ideias e ideais do Projeto Principal de Educação foram retomadas, em dimensão mundial e ratificadas em 1990, em Jomtien-Tailândia. Educadores oriundos de diversos países do mundo, no período de 5 a 9 de março reuniram-se numa Conferência Mundial sobre Educação para Todos Satisfação das Necessidades Básicas de Aprendizagem e aprovaram a Declaração Mundial de Educação para Todos e o Plano de Ação para Satisfação das Necessidades Básicas de Aprendizagem. As estatísticas do início da década de 90 eram surpreendentes, pois, mais de 100 milhões de crianças, incluindo-se cerca de 60 milhões de meninas, não tinham acesso à escolarização primária. Das 600 milhões de pessoas com deficiência no mundo, 150 milhões estavam com menos de 15 anos de idade, sendo que menos de 2% dessas pessoas recebiam qualquer modalidade de educação, apesar dos esforços e das recomendações de organismos nacionais e internacionais.

Em seu preâmbulo, a Declaração Mundial proclamada em Jomtien cita a Declaração Universal de Direitos Humanos de 1948, reafirmando que “toda a pessoa tem direito a educação” e segue com uma síntese do cenário social e educacional, mostrando-o como produto de uma educação e de políticas públicas ineficazes, mas uma palavra que chama a atenção nesse texto é “adaptação”, que quase passa despercebida mas é um “detalhe” que demonstra o tipo de relação de poder estabelecida entre o centro e a periferia do sistema capitalista e os indícios dos interesses do capitalismo mundial com a reestruturação da educação básica em termos de formação de um novo tipo de sujeito e de trabalhador, exigido pela reestruturação do trabalho que estava em curso:

Há mais de quarenta anos, as nações do mundo afirmaram na Declaração Universal dos Direitos Humanos que "toda pessoa tem direito à educação". No entanto, apesar dos esforços realizados por países do mundo inteiro para assegurar o direito à educação para todos, persistem as seguintes realidades: mais de 100 milhões de crianças, das quais pelo menos 60 milhões são meninas, não têm acesso ao ensino primário, mais de 960 milhões de adultos - dois terços dos quais mulheres - são analfabetos, e o analfabetismo funcional é um problema significativo em todos os países industrializados ou em desenvolvimento, mais de um terço dos adultos do mundo não têm acesso ao conhecimento impresso, às novas habilidades e tecnologias, que poderiam melhorar a qualidade de vida e ajudá-los a perceber e a adaptar-se às mudanças sociais e culturais, mais de 100 milhões de crianças e incontáveis adultos não conseguem concluir o ciclo básico, e outros milhões, apesar de concluí-lo, não conseguem adquirir conhecimentos e habilidades essenciais (UNESCO, 1990, p. 01).

Para Mendes (2006), existe também o objetivo de desmantelamento da educação especial para redução de custos e obrigações do Estado com essa modalidade de atendimento. Isso sem falarmos que a longo prazo a inserção desses estudantes no ensino regular e parte deles no mercado de trabalho pode produzir o cancelamento de subvenções de qualquer espécie para as pessoas com deficiência (aposentadorias, pensões, gastos com saúde pública etc.).

Infelizmente, parece ser esse o principal foco e não a solidariedade, a equidade e a justiça como os textos anunciam, a educação reduzida a uma questão de custo e não de formação dos seres humanos. Mas existem outros efeitos, pois apesar das metas estabelecidas não terem sido alcançadas e poucas ações concretas empreendidas até o ano de 2000, prazo limite para as reestruturações na educação básica, como afirma Mittler no trecho abaixo, a partir de Jomtien a inclusão educacional e social passou a ser mais amplamente debatida ao redor do mundo, à qual se sucederam outros pactos em nível global:

Embora os documentos de Jomtien apresentem referências explícitas às crianças e aos jovens portadores de deficiências, poucos governos relataram novas iniciativas para criar condições de elas frequentarem a escola. (MITTLER, 2003, p.42).

Em 1990, haviam países como o Brasil por exemplo, nos quais a inclusão de pessoas com deficiência na educação era pouco ou quase nada debatido, menos ainda a ideia de que a educação e sociedade deveriam ser alteradas para acolhê-los, principalmente no tocante ao ensino superior. Iniciar esse debate foi um ponto positivo dos eventos organizados pela ONU, apesar da lentidão das mudanças e estas serem mais restritas à quantidade do que à qualidade.

Antes disso, a matrícula dessas pessoas era negada sumariamente. Sou testemunha desse período, porém, não se pode aceitar que as estratégias de inclusão na educação formal sejam desvinculadas de outras ações para uma vida mais digna para todos, tudo está interligado, somente o aumento das vagas para as pessoas com deficiência não será suficiente se a qualidade e se as condições de vida da grande maioria da população permanecerem precárias.

Apesar das contradições inerentes ao processo de inclusão dos estudantes com deficiência e o caráter impositivo da educação inclusiva em nosso país, cuja implantação deu-se “por decreto”, ou seja, sem debate com a sociedade e nem mesmo as condições para uma educação de qualidade, isso gerou uma demanda até então não considerada e a questão passou a ser introduzida no cenário nacional.

Diante do prioritário direito de existir, compreendo a educação básica como etapa essencial à educação superior, tanto em relação à sua obrigatoriedade para chegar à universidade como pela preparação mesmo precária e seletiva para entrada nesse nível de ensino. Sem a opção das pessoas com deficiência em relação ao nível básico e a obrigatoriedade de realizar ao menos adaptações, talvez hoje não estaríamos debatendo a inclusão na universidade e tampouco sob a visão dos próprios estudantes.

Por outro lado, vale ressaltar que na Declaração de Jomtien a inclusão desses estudantes no ensino regular não foi tratada com profundidade, tocando apenas de leve essa questão e as ações ao redor do mundo foram limitadas. Contudo, o questionamento fora instalado e as ideias a respeito da universalização da educação, com destaque para o atendimento das necessidades especiais dos alunos passaram a ser disseminadas, embora a declaração de Jomtien, segundo Brito e Bonome (2014, p. 72), seja direcionada mais ao acesso e à massificação da educação básica, entendida como aumento de vagas, e menos à qualidade do processo de inclusão. De acordo com esses autores, nas décadas posteriores ao texto da Conferência, não foram evidenciadas posturas para proporcionar equidade ou diminuição e equilíbrio das desigualdades sociais. E isso é bastante grave, pois buscar resolver um problema estrutural do capitalismo, a exclusão, apenas com a massificação da educação é uma solução extremamente restrita e ideológica, diria até impossível, diante do sistema capitalista que se reestruturou, atingindo em curto espaço de tempo níveis tecnológicos antes inimagináveis e que possibilitaram a dispensa de grande parte do gênero humano.

São milhares de pessoas cujos donos do poder não necessitam nem mais para manter um “exército de reserva” que rebaixe o valor dos salários e mantenha a obediência dos trabalhadores, pois as máquinas e a reorganização produtiva substituíram grande parte deles, além da redução drástica do capitalismo industrial e o aumento dramático do capitalismo virtual, significando menos produção e emprego, mais volatilidade e perigo ao futuro da humanidade.

Nossa relação com o trabalho na contemporaneidade é contraditória, somos uma civilização de trabalhadores que descaracteriza e molda seus sistemas de educação para um trabalho inalcançável à maioria das pessoas, em detrimento da formação do ser humano em sua plenitude para tornar-se cidadão capaz de gerir a sociedade para o bem comum.

É óbvio que expandir a educação formal em todos os níveis, principalmente para os grupos que não tinham acesso a ela é importante, mas a qualidade é imprescindível, pois sem esse requisito não são proporcionadas oportunidades iguais para todos como os textos legais

anunciam, tornando quase que inócuas as ações de ampliação das matrículas, pois dificultam a manutenção e o desenvolvimento desses estudantes no sistema de ensino.

De forma geral, o que chama atenção dos mais atentos na leitura das declarações produzidas nos eventos organizados pela ONU e que se constituíram como documentos-base para a educação em nível mundial, são os efeitos neoliberais sobre a organização do Estado que sustenta a educação pública, a interferência na autodeterminação de cada país em relação aos seus projetos educacionais, sociais e políticos, o aumento da responsabilidade da sociedade na manutenção dos direitos sociais e a redução gradativa da presença do governo, as recomendações de ajuste fiscal e de reorganização da máquina estatal para alcançar o Estado Mínimo, além da questão ideológica ao apresentar a educação como solução para problemas econômicos e políticos, sem sequer questionar a verdadeira origem das desigualdades. Portanto, não há “ponto sem nó” dentro do capitalismo e “a liberdade que é uma conquista, e não uma doação, exige uma permanente busca” (FREIRE, 2011, p. 46).

Até Jomtien a discussão sobre a inclusão de pessoas com deficiência no ensino regular era limitada, pois concordando com Brito e Bonome (2014, p. 78) a universalização da educação dizia mais respeito à massificação do que sobre a qualidade, e ainda segundo esses autores, os ideais de ‘mínimo’ e ‘básicas’ eram comprometedoras diante da tarefa evidenciada no texto da declaração:

Sem dúvida, é necessário que a qualidade da educação aumente, porém o que se discute na Declaração não é o aumento qualitativo, mas sim ‘quantitativo’. Essa ideia vai se evidenciando quando, no discurso da Declaração, se apresenta posturas como o “alcançar e manter um mínimo de qualidade da aprendizagem” (art. 3), ou quando se pretende criar, de acordo com o título dado ao documento para organizar a aplicação da Declaração: “Plano de Ação para satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem”.

A partir desse mesmo prisma, para Carvalho “constatou-se que as necessidades especiais das pessoas com deficiência aparecem brevemente citadas no Relatório Final da Conferência de Jomtien, bem como no texto da Declaração Mundial sobre Educação para Todos” (CARVALHO, 2004, p. 5).

De acordo com Brito e Bonome (2014, p. 78/79), consubstanciados na teoria de Saviani sobre a dualidade da educação brasileira e as influências de Jomtien nas políticas públicas nacionais, essa Declaração Mundial liga-se ao contexto político e econômico neoliberal mais que a uma nova forma de educar com qualidade e solidariedade em relação às diferenças humanas:

Sabendo que há influência das políticas do Banco Mundial e das políticas Neoliberais, a proposta pode ser vista como uma afirmação ou adequação ao sistema econômico/financeiro tendo em vista a “inclusão” dos marginalizados no mercado do consumo. Não se discute aqui se é nobre ou necessário à sociedade garantir o acesso à escola aos menos favorecidos, como à mulher e os pobres, uma vez que esse é um dever do estado e direito de todo cidadão brasileiro. O problema identificado neste processo está no como fazer uma política que garanta aprendizagem efetiva e crítica ao cidadão ao invés de se satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem. Por fim, ao invés de se criar uma escola do acolhimento e uma escola do conhecimento, o processo de inclusão de todos na escola deveria ter sido planejado de tal forma que a qualidade do ensino e do aprendizado fosse mantidos e potencializados tentando se evitar e precaver a existência da dualidade que só aumenta as desigualdades sociais. [...] Segundo o autor essa é a estratégia do Banco Mundial para que se possam diminuir custos com formação e capacitação e salários para o pessoal docente. Por outro lado pode-se questionar se é necessária uma formação docente altamente especializada para formar um cidadão para satisfazer suas necessidades mínimas de aprendizagem. As políticas para a educação no Brasil certamente foram influenciadas pelas políticas mundiais para a educação e pelas políticas minimalistas do Banco Mundial. Como consequência para o Brasil há uma escola em crise, com muitas deficiências.

As declarações geradas nas Convenções Internacionais em torno do ideal de “Educação para Todos”, além de focalizar mais a questão da ampliação de vagas do que a qualidade da educação, são acompanhadas de planos para financiamentos e “recomendações” de ajustes e reorganização do Estado para a redução da máquina estatal e sua reorientação aos moldes do mercado. Apesar disso, a abertura e o questionamento que foram dados em consequência desses grandes eventos provocaram o debate sobre a inclusão social e educacional dos estudantes com deficiências em vários países.

O movimento pelo direito de todos ao ensino regular foi um grande avanço, isso é indiscutível, mas a qualidade dessa inclusão e os objetivos do sistema capitalista para com a ideologia da “Educação para Todos” precisa ser questionada para entendermos os desafios reais a serem enfrentados para incluirmos realmente todos na educação formal.

É preciso despertar para o fato de que uma educação de qualidade não virá de graça e nem por doação dos governos regidos pela ordem liberal. Sem um questionamento mais profundo à realidade social e educacional excludente e uma luta mais efetiva e estratégica, que não se faz apenas com palavras como dizia Freire (1983), mas compromisso, reflexão e ação diante dos processos sociais que marginalizam os seres humanos; ficaremos apenas ao nível da universalização quantitativa da educação, assim como ocorreu no ensino superior na última década, ao aumentar as matrículas dos estudantes com deficiência e não alterar de forma mais profunda questões importantes para a inclusão, como, por exemplo, a formação

dos professores e os currículos, pontos centrais na construção de uma educação inclusiva.

Em 1994, quatro anos após Jomtien, realizou-se outra Conferência da ONU, desta vez em Salamanca, na Espanha, reafirmando o direito de todas as pessoas à educação, evocando também a Declaração Universal de Direitos Humanos de 1948 e pretendendo renovar os ideais da Conferência Mundial sobre Educação para Todos, com o objetivo declarado de garantir esse direito independentemente das diferenças particulares de cada aluno.

Para as pessoas com deficiência, a Declaração de Salamanca foi mais decisiva, pois além de ser mais específica em relação ao atendimento das necessidades especiais de cada pessoa na educação, houve maior participação dos movimentos sociais em sua elaboração e a partir dela que o ideal da educação inclusiva tomou espaço.

Para Mendes, a Declaração de Salamanca foi o mais importante marco mundial na difusão da filosofia da Educação Inclusiva, [...] “a partir da qual ganham terreno as teorias e práticas inclusivas em muitos países, inclusive no Brasil” (MENDES, 2006, p.395). Houve uma ênfase maior na ideia de que o sistema de ensino e a sociedade é que precisam modificar-se para integrar as pessoas com deficiência e na necessidade de transformar a educação tradicional para esse projeto.

Em um de seus trechos é perceptível a mudança de tom de Salamanca em relação à declaração de Jomtien, principalmente no tocante às pessoas com deficiência:

Existe a imperiosa necessidade de mudança da perspectiva social. Durante muito tempo, os problemas das pessoas com deficiências foram agravados por uma sociedade mutiladora que se fixava mais em sua incapacidade do que em seu potencial (UNESCO, 1994, p. 4).

A movimentação iniciada em Salamanca fortaleceu o debate sobre a inclusão das pessoas com deficiência na educação sob uma nova perspectiva, a da educação inclusiva, apresentada ao mundo como um novo paradigma que questionava as bases da educação tradicional. O documento de Salamanca ainda utilizava o termo integração, mas a partir da filosofia da educação inclusiva que disseminou, o debate foi se deslocando cada vez mais da integração para a inclusão, ampliando-se assim a ideia de que a sociedade e suas instituições deveriam ser modificadas para incluir.

Infelizmente, no caso do Brasil, Salamanca não foi sucedida pela evolução na qualidade da educação e dos níveis socioeconômicos e culturais, pois ainda vivenciamos altos índices de desigualdade. Mas era bastante óbvio prever que seria dessa forma, pois apresentar a educação como panaceia nos momentos de crise profunda do capitalismo, serve apenas

como cortina de fumaça para o fato de que o sistema econômico está se tornando mais cruel e excludente sob os auspícios do mercado, rompendo os laços de proteção social entre Estado e Sociedade, aprofundando as desigualdades sociais.

A educação não gera a desigualdade, o preconceito e a discriminação, assim como não é somente através dela que deixarão de existir, no entanto, não haverá transformação social sem a sua participação, pois como um dos elementos fundamentais da cultura pode contribuir para o desvelamento da realidade contraditória e excludente e a construção da consciência crítica sobre ela, imprescindíveis para o fortalecimento da luta por condições mais dignas e justas de vida, mas para tanto precisa ser também transformada.

De acordo com Carvalho (2004), um dos impactos que acompanham as intenções manifestas no documento de Salamanca pode ser a submissão da educação e do Estado brasileiro aos ditames do capital, em uma análise que faz com base nos níveis da realidade educacional de Almerindo Janela Afonso:

Nível Megassociológico- que diz respeito ao papel das organizações supranacionais, em especial as econômicas e que, no contexto da globalização, impõem certas ações que podem acarretar a prevalência das regras do mercado, em detrimento da assunção, pelo Estado, de uma pedagogia mais humanista, na qual a educação não é bem de investimento e sim bem de consumo essencial para todos os cidadãos (CARVALHO, 2004, p. 3).

Por mais que se considere a reação e a resistência de educadores comprometidos com uma educação para “além do capital”, não há como negar o forte direcionamento do Mercado e seus efeitos maléficos sobre a realidade educacional em todos os seus níveis, o que interfere na construção de uma educação inclusiva que proporcione qualidade e condições iguais aos alunos com deficiência.

O Brasil incorporou os princípios da Declaração de Salamanca em 1996, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, com mudanças importantes para a construção da escola na perspectiva de uma educação inclusiva, pois a partir dela a rede pública começou a matricular as pessoas com deficiência nas classes comuns e iniciou-se a disseminação da ideia de que os estabelecimentos de ensino deveriam modificar-se para atender a pluralidade da diversidade humana.

Apesar de todas as contradições inerentes ao processo de inclusão no ensino regular, o direito de opção não existia antes disso, e ter o direito à escolarização é sim um avanço. Mesmo que ainda apresente toda sorte de dificuldades e direcionamentos neoliberais, foi uma

grande conquista para as pessoas com deficiência.

Constata-se que apesar do textos das declarações fazerem menção explícita à necessidade de uma reformulação educacional que transforme suas práticas excludentes, a materialização de uma educação inclusiva ainda não ultrapassou a mera inserção dos estudantes com deficiência no ambiente educacional oficial, ou seja, as instituições não se modificam essencialmente e verifica-se a criação de outras formas de exclusão dentro de um ambiente denominado “inclusivo”.

Na prática, grande parte daqueles que quiserem permanecer na escola ou na universidade devem acompanhar a corrente e os relatos dos pesquisados sobre as dificuldades vividas desde o ensino básico até o superior corroboram essa informação. Apesar de todos os esforços, hoje ainda se trabalha com base na norma, sobre o que é padrão e sob o domínio da ideologia liberal na qual o individualismo é o valor fundamental.

As instituições de ensino precisam se envolver mais profundamente nesse projeto e não permitir que a inclusão se transforme em adaptação à ordem darwinista imposta pelo sistema capitalista, reproduzindo as relações sociais injustas e opressoras ao reafirmar os padrões homogêneos e seletivos da educação, não reformulando suas práticas educacionais e institucionais.

Por isso, a importância de descobrir-se também oprimido para solidarizar-se com ele. Logo, para que isso aconteça será necessário romper o círculo vicioso no qual vivemos, todos os dias em atos e pensamentos repetidos sem reflexão, bloqueando a mudança, o questionamento, a subversão necessária à transformação da educação e do mundo.

Concordando com Mantoan, o maior obstáculo à transformação da educação é a resistência a qualquer tipo de mudança, sendo que “uma das maiores barreiras para se mudar a educação é a ausência de desafios, ou melhor, a neutralização de todos os desequilíbrios que eles podem provocar na sua velha forma de ensinar (MANTOAN, 2003, p. 46).

Existe, e não pode ser ignorada, uma influencia bastante forte atuando de forma complexa a dominar mentes e corações, agindo tanto cultural quanto materialmente, nos oprimindo, preenchendo-nos de medo e apatia, impedindo-nos de buscar a emancipação para todos. Por isso, insisto, que apesar das contradições entre a legislação, os ideais e a realidade, na base da inclusão educacional está o princípio democrático da educação como direito fundamental de todo ser humano e a educação de qualidade como um dos fatores de justiça social.

A conscientização de que é preciso mudar, refletir, questionar, comprometer-se, agir e lutar pela mudança, não somente das instituições de ensino mas também de nós mesmos em

relação ao Outro, será imprescindível nesse processo, pois inclusão e integração não são a mesma coisa, além disso, nem sempre o problema é de financiamento público ou de falta de políticas públicas, algumas vezes falta vontade, iniciativa e solidariedade.

Esperar soluções para as contradições inerentes à inclusão na educação através de um Estado Neoliberal sob o domínio do Mercado, sem o nosso envolvimento efetivo na construção de uma educação que realmente inclua a todos, e não seja apenas um hospedeiro conforme a citação de Thoma na página 62 desta dissertação, não são opções plausíveis diante do processo de desumanização que vivemos hoje, o qual não se restringe apenas às pessoas com deficiência mas a grandes parcelas da população. Somos seres sociais e o flagelo de uns sempre acaba atingindo aos demais, por isso, precisamos romper com a mentalidade individualista e nos importar mais uns com os outros, não somente por força das leis, mas pela retomada do sentido e importância da vida, pelo respeito e valorização verdadeiros à diversidade humana que nos compõe, pela revisão de estereótipos, preconceitos, discriminações e visões de mundo reduzidas, cristalizadas e rígidas que prejudicam a todos.

O futuro como uma humanidade humanizada dependerá do compromisso assumido com o mundo, aqui e agora, ou em outras palavras, se estendermos as mãos uns aos outros para lutar contra o que oprime, marginaliza e exclui. Se depender do Mercado tudo já está traçado, seus efeitos são desumanizantes e pelos últimos acontecimentos em nível global começamos a confirmar a previsão de Forrester (1997) em seu livro “O Horror Econômico”: que a voracidade e falta de qualquer vínculo com nações ou populações dessa entidade, não regida por princípios éticos e nem morais, será responsável pela dizimação de grande parte da raça humana, sobrando apenas aqueles que se encaixarem na sociedade como consumidores.

Essa autora afirma, a partir de uma análise profunda da realidade mundial, que o Mercado não tem compromisso com o ser humano, muito menos com a emancipação das pessoas, enxerga apenas o acúmulo de riquezas e nesse afã enlouquecido não é capaz de avaliar nem mesmo que está afetando a própria continuidade do sistema capitalista.

O sistema sempre foi capaz de promover equilíbrios e compensações, mesmo precários, para manter a estrutura de poder, mas hoje está jogando quase exclusivamente apenas com a ideologia para manter essa “harmonia”, criando e disseminando falácias, tais como a ideia de estarmos caminhando para a construção de um mundo feliz e solidário, repleto de direitos para todos, que o capitalismo é inexorável e representa o “Fim da História” e que falar de luta política é algo ultrapassado, pois não é preciso lutar já que estamos sendo conduzidos naturalmente para a “paz mundial”. Mas a realidade confronta o discurso e até os países com economias e democracias mais sólidas estão sofrendo com a crise global do

capitalismo, que não é apenas econômica, mas política, ideológica, cultural e chega a ser existencial. Entretanto, as pessoas estão cada vez mais conscientes do real, do ilusório e do papel da educação no desvelamento dessa realidade.

Por esse motivo, considerando a inclusão educacional como um processo em construção que pode atender aos ditames do capital mas também vem ao encontro, em certos aspectos, das necessidades dos estudantes com deficiência, apesar de todas as dificuldades e limitações, concordo com o balanço geral sobre o impacto de Salamanca no Brasil, realizado por Carvalho (2004, p.32), no qual encontra além de contradições também pontos positivos.

Na conclusão de seu texto Carvalho sugere algumas questões a serem revistas e aprimoradas para construirmos uma educação inclusiva em sua plenitude, com qualidade e acesso para todos, destacando a necessidade de enxergar a educação como ato político e exercício de cidadania através de vivências e não apenas de discursos, de reconstruir a identidade dos professores e de ouvir as pessoas com deficiência em uma postura mais democrática e justa.

Ouvi-las nos levaria bem além da eficiência no atendimento de suas necessidades na educação, pois o ideal não é transformar a educação em mero serviço avaliável, mas ao ser vista como um bem que humaniza as pessoas e suas relações, poderia levar quem ouve a uma outra visão de educação e de mundo, do avesso para enxergá-los melhor, sem se considerar dono da verdade ou superior a alguém, com mais esperança, amor e humanidade, isso vale para todos os níveis de ensino:

Penso que estamos no caminho, buscando oferecer o melhor atendimento educacional ao alunado com necessidades educacionais. Deixo, como colaboração, algumas sugestões: consolidar e aprimorar os mecanismos de monitoramento e de avaliação da implementação das políticas públicas; enfatizar, sempre, que os conteúdos da educação estão voltados para o ser humano que vai para a escola objetivando exercitar sua cidadania, para o que aprender e participar são condições necessárias; fortalecer o papel dos professores que, no processo de ensinar, exercem um ato político; aprofundar os estudos sobre o Index da Inclusão, colocando em prática as ações nele sugeridas; aperfeiçoar os mecanismos de participação dos professores no processo decisório; intensificar a escuta das próprias pessoas que apresentam necessidades educacionais especiais, aprendendo com elas o que de melhor podemos fazer para atendê-las. Mãos à obra, com firmeza, com brandura, em parcerias e com muita determinação (CARVALHO, 2004, p. 32).

Em suma, houve vários grandes eventos internacionais nos quais discutiu-se o futuro da educação e da inclusão no mundo. Para contextualizar a temática do direito de existir

consubstanciado ao aspecto da legalidade, cito alguns precursores importantes em relação à educação que influenciaram de forma mais efetiva a configuração da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva Inclusiva em 2008.

A conformação de uma política nacional deu-se com um certo atraso, já que as discussões sobre a inclusão tomaram dimensões mundiais desde meados de 1980 e o Brasil ratificou uma série de pactos, acordos e tratados nesse período de tempo, mas enfim chegamos a ela.

Para a materialização dessa política no Brasil houve a influência direta da ratificação da Convenção da ONU sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, como emenda constitucional em 2008. Essa convenção foi realizada em 13 de dezembro de 2007, na cidade de Nova Iorque, reafirmando os princípios contidos em outros documentos anteriores ratificados também pelo Brasil, desde a DUDH até as mais recentes e traz em seu texto, de forma mais ampla e detalhada os direitos das pessoas com deficiências em vários aspectos: saúde, educação, habilitação e reabilitação, trabalho e emprego, direito à vida, participação política e social, liberdade de expressão, igualdade e não discriminação, conscientização, segurança, acessibilidade, justiça, integridade da pessoa, liberdade de movimentação e nacionalidade, mobilidade pessoal, vida independente e inclusão na comunidade, liberdade de expressão e de opinião e acesso à informação, respeito à privacidade, respeito pelo lar e pela família, padrão de vida e proteção social adequados, participação na vida cultural e em recreação, lazer e esporte, além de determinar a criação de comitês sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, o levantamento de estatísticas e coleta de dados, com cooperação internacional, implementação e monitoramento nacionais, relatórios dos Estados Partes, consideração dos relatórios, cooperação entre os Estados Partes e o Comitê, relações do Comitê com outros órgãos.

Ao propor uma postura mais efetiva em relação à materialização dos ideais que acompanham os tratados mundiais dos quais o Brasil é signatário, esse pacto serviu para pressionar a elaboração e implantação de políticas públicas inclusivas nos países-membros da ONU, e realmente houve ações mais ativas do governo brasileiro após a ratificação dessa declaração, inclusive em relação ao ensino superior que geralmente era posto de escanteio pela ênfase à educação básica.

Na versão brasileira desse documento, elaborada para divulgar o conteúdo do decreto que ratificou a Declaração oriunda da Convenção realizada em Nova Iorque, consta o seguinte objetivo:

Pessoas com deficiência são, antes de mais nada, PESSOAS. Pessoas como quaisquer outras, com protagonismos, peculiaridades, contradições e singularidades. Pessoas que lutam por seus direitos, que valorizam o respeito pela dignidade, pela autonomia individual, pela plena e efetiva participação e inclusão na sociedade e pela igualdade de oportunidades, evidenciando, portanto, que a deficiência é apenas mais uma característica da condição humana. Em 2008, o Brasil ratificou a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, adotada pela ONU, bem como seu Protocolo Facultativo. O documento obteve, assim, equivalência de emenda constitucional, valorizando a atuação conjunta entre sociedade civil e governo, em um esforço democrático e possível. Nesse sentido, buscando defender e garantir condições de vida com dignidade a todas as pessoas que apresentam alguma deficiência, a Convenção prevê monitoramento periódico e avança na consolidação diária dos direitos humanos ao permitir que o Brasil relate a sua situação e, com coragem, reconheça que, apesar do muito que já se fez, ainda há muito o que fazer (BRASIL, 2008, p. 13).

A Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, de acordo com Ferreira e Oliveira (2007, p. 1), teve como objetivo principal criar um instrumento mais eficaz para a concretização das diretrizes contidas nos documentos universais dos quais os países-membros da ONU são signatários, influenciando com mais efetividade a criação e implementação de políticas públicas nacionais, visando uma normatização universal:

Depreende-se, na versão da ONU, que o grande problema reside na falta na ausência de normatização universal que assegure direitos das pessoas com deficiência, independente da legislação local, como ato de solidariedade entre homens e mulheres independente de sua condição pessoal. Falta um complemento às Declarações Universais de Direitos Humanos reconhecendo, em todo o mundo, a necessidade de instrumentos específicos para que os documentos universais abarquem, efetivamente, a integração de pessoas sujeitas a maior vulnerabilidade que a maioria dos seres humanos.

Em 2008, a Convenção tornou-se emenda constitucional no Brasil e um de seus efeitos imediatos foi a criação da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, que de acordo com Dutra (2009, p.6):

[...] emerge no contexto dos movimentos sociais de contraposição à exclusão, como uma ação política, social, cultural e pedagógica que afirma o princípio da igualdade e da diferença, questionando a discriminação construída historicamente a partir de uma estrutura social que inferioriza e marginaliza as diferenças. Ao refletir sobre os caminhos a percorrer na educação, vale afirmar que a nova política, ao romper com os propósitos da normalização dos sujeitos e dos estereótipos de pessoas em razão de suas características físicas, intelectuais, culturais, sociais e outras, vem desconstruindo os padrões homogêneos, seletivos e competitivos do conhecimento linear e do ensino uniforme, ao mesmo tempo em que produz

um novo projeto educacional de reestruturação das instituições de educação básica e superior, das práticas de ensino e aprendizagem, para atender as necessidades específicas dos alunos.

Ao ler esse trecho do prefácio de “Atores da Inclusão na Universidade”, que faz alusão à política nacional aprovada em 2008, é difícil não compará-lo à realidade pesquisada, na qual encontra-se uma série de dificuldades não condizentes com o idealizado, mas trata-se mesmo de um ideal e além do mais a educação está sendo como dizia Paulo Freire, e por ser um processo, necessita que os conflitos sejam enfrentados com reflexão crítica e ação para sua evolução. Por isso, o rompimento com a estrutura excludente da educação em todos os seus níveis, demandará o questionamento mais profundo sobre a natureza e a função da educação formal dentro do sistema capitalista, além do equilíbrio das desigualdades sociais em nosso país.

Pautar a inclusão predominantemente como uma questão de acessibilidade não é suficiente, pois é preciso mudar as relações pedagógicas e administrativas dentro das instituições que não coadunem com um ensino plural, democrático, humanizador, reestruturando-se para formar não apenas profissionais mas seres humanos autônomos capazes de gerir suas vidas e a sociedade, capazes de romper com a discriminação e o preconceito, agir politicamente por direitos coletivos, emancipando-se como cidadão e pessoa.

Apesar das dificuldades em sua materialização, a criação de uma política nacional é uma conquista para as pessoas com deficiência e desde então o acesso ao ensino superior também passou a se tornar uma preocupação mais efetiva do governo brasileiro.

Reitero que aumento quantitativo é necessário mas não suficiente, inclusão com dignidade significa inclusão com qualidade do ensino básico ao superior, a revisão do modo de pensar e fazer a educação, da formação do professor, da desconstrução dos preconceitos e da construção de uma nova forma de ver o mundo e o “Outro”, além disso, fundamentalmente significa condições de vida digna para todos.

Reafirmo que a inclusão para as pessoas com deficiência não pode ser reduzida à questão de acessibilidade apenas, é um processo mais amplo, requer a implementação de projetos pedagógicos emancipatórios para formar cidadãos capazes de participação e intervenção política na luta pela desconstrução dos mecanismos de segregação instaurados nos sistemas formais de ensino e na sociedade, referindo-se tanto à formação dos estudantes como dos professores para o alcance desse objetivo, em suma, uma visão mais humanista da educação, para além do capital, protagonista do direito de existir mesmo que no espaço de

contradição entre a dignidade humana e o capitalismo.

No caso da realidade brasileira, infelizmente, a inclusão para as pessoas com deficiência, tem se resumido em grande parte apenas ao aspecto da estrutura física das instituições, permanecendo sem maiores alterações na formação dos professores, nas relações pedagógicas, na visão eucêntrica e darwinista sobre o mundo.

A pressão ideológica é tão forte no contexto do processo educativo que alguns desses estudantes interiorizam a cultura de dominação considerando-se, mesmo inconscientemente, culpados por sua própria exclusão, como se a dificuldade para acompanhar a corrente significasse serem “menos” do que os outros. Isso precisa ser mudado, a educação tem uma missão superior e não pode permitir-se participar da reprodução desse “ser menos” e da cultura da opressão, principalmente nos dias atuais, pois diante de tanta desumanização tornou-se instrumento fundamental para as transformações culturais que serão necessárias, isso se quisermos deixar para os nossos filhos um mundo melhor no qual realmente todos possam ser felizes.

Legalmente a inclusão das pessoas com deficiência nas universidades tem se amparado no Decreto Legislativo nº 186/2008 que aprova o texto da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e que assegura um sistema educacional inclusivo em todos os níveis de ensino, em seu inciso 5 está explícito o direito de acesso e a garantia de condições de permanência também ao ensino superior:

[...] que as pessoas com deficiência possam ter acesso ao ensino superior em geral [...] e formação continuada, sem discriminação e em igualdade de condições. Para tanto, os Estados Partes assegurarão a provisão de adaptações razoáveis para as pessoas com deficiência (BRASIL, 2008, p. 17).

No Brasil, existem vários dispositivos legais aprovados ao longo das últimas duas décadas em consonância com as convenções internacionais realizadas pela ONU, concernentes à inclusão desses estudantes, dentre eles a NBR 9.050/2004 sobre acessibilidade no espaço físico dos estabelecimentos, tanto em relação às edificações, quanto mobiliários e equipamentos. Porém, na questão do direito de existir, visando a constituição da dignidade humana enquanto estudante universitário, é que ao longo da dissertação apresentei um referencial teórico e legal, contribuindo com a reflexão em uma dimensão mais ampla que implica tanto a acessibilidade física quanto a pedagógica.

Consubstanciada no diálogo com os estudantes entrevistados para a pesquisa que apresento nesta dissertação, posso inferir que a questão da acessibilidade pedagógica no espaço da universidade constitui-se em um desafio tão grande quanto o da acessibilidade física. No entanto, essa questão é mais preocupante do que se pensa, tendo em vista que os órgãos colegiados constituintes de uma instituição de ensino superior e sua administração são formados em sua maioria por docentes. Sendo assim, sem a formação necessária dos profissionais da educação para trabalhar com a diversidade humana, tanto a acessibilidade física quanto a pedagógica são dificultadas pela falta de um pensamento mais plural e democrático e pela dificuldade em rever pensamentos e ações na relação professor-aluno ou instituição-aluno.

Pensar sobre o direito de existir e a dignidade humana de cada um é fundamental na compreensão do Outro. Compreensão necessária à inclusão, pois se a visão sobre esse Outro não muda, nem mesmo pela existência de leis, até a acessibilidade física não é atendida com a devida atenção, pois a organização da instituição torna-se unilateral. E assim, se o aluno reclama, talvez algumas mudanças possam ocorrer, se o aluno se cala, nada muda, e muitos se calam. A invisibilidade anda de mãos dadas com o silêncio.

Por isso, a ação meramente reativa de algumas instituições, apenas se houver a reivindicação dos alunos, sem reflexão, diálogo e debate sobre um processo tão amplo e importante como a inclusão dos grupos historicamente excluídos do ensino superior, não é atitude de uma instituição que respeita verdadeiramente as diferenças, as alteridades ou o direito de todos à educação e à democracia, pois reproduz em seu interior as relações de poder que oprimem as pessoas também na sociedade, colocando o aluno em uma posição inferior e angustiante, tanto para aqueles que ficam calados, quanto para os que se desgastam em conflitos pela garantia de seus direitos, além disso, denota a ausência de políticas internas e pouco ou nenhum esforço para alterar mais profundamente essa situação.

Para muitos pode não parecer importante, mas se houvesse um esforço maior para enxergar com os olhos de quem apresenta algum tipo de deficiência, veriam como desde pequenos detalhes a grandes mudanças, todas fazem muita diferença na vida dessas pessoas.

Será que somente é possível estabelecer uma relação mais justa e solidária para com as dificuldades dos outros a partir dessa relação fria da legislação e da burocracia? Acredito que não, por isso questiono a legislação neste texto, não como textos em si, pois são belíssimos tratados pela igualdade de oportunidades para todos e são ideais a serem perseguidos.

A grande contradição é que tanto a legislação quanto as relações sociais estabelecidas dentro e fora das instituições de ensino são influenciadas por uma ordem social injusta e

opressora que limita ou distorce nossa visão sobre o mundo, a educação e sobre o Outro, transformando a inclusão em parte dos estabelecimentos de ensino superior em uma simples questão de acessibilidade física e às vezes nem isso.

A inclusão desses estudantes e também dos outros grupos historicamente excluídos da sociedade e da educação demanda uma mudança mais profunda do que apenas adaptações em prédios, pois também as mentes e os corações precisam ser transformados para que a educação cumpra seu papel humanizador. Além do envolvimento de todos, estudantes, docentes, técnicos nessa construção será importante romper com a visão normalizante sobre a vida, para enxergar o mundo de forma heterogênea, criativa, plural, solidária, com consciência e luta política que sirvam de substrato para a promoção de ações para a permanência e desenvolvimento com qualidade dos estudantes com deficiência nas instituições de ensino superior.

Os eventos que se tornaram marcos para as pessoas com deficiência na luta por conquistas educacionais e sociais e a legislação nacional influenciada por eles não representam apenas as delimitações capitalistas ou do mercado mas também trouxeram à tona discussões até então quase intocadas e geraram reações, apesar de limitadas, focalizando o desenvolvimento humano e a diversidade humana.

Há um longo caminho a percorrer, a inclusão é um processo a ser construído ainda repleto de contradições, e muitos profissionais da educação e estudantes compromissados lutam diariamente para construí-lo.

Abaixo, transcrevo um texto, retirado do artigo de Carvalho (2004, p.11) com os ideais expressos na Declaração de Havana, decorrentes da primeira reunião intergovernamental do Projeto Regional de Educação para América Latina e Caribe (PRELAC) 2002-2017, trata-se de uma síntese do que falta para a inclusão ocorrer de forma mais efetiva e ampla, só não menciona o Mercado dominante cerceando e limitando os Estados com intenções contrárias às ideias libertadoras manifestas nesse documento, tanto em relação à educação formal quanto à sociedade, mas a educação pode ser muito mais do que é, esse é o compromisso dos que lutam para construir uma outra realidade educacional e social :

Nos processos de reforma educacional não se pode perder de vista a influência recíproca entre educação e o contexto, sendo imprescindível que o desenvolvimento de políticas educacionais ocorra em um processo mais amplo de transformação social e dentro de um projeto político nacional.[...] O modelo de políticas educacionais voltadas fundamentalmente à modificação dos insumos e da estrutura do sistema educacional não tem sido capaz de promover as mudanças esperadas na prática pedagógica para

propiciar uma aprendizagem efetiva. [...] Por isso é importante que, na formulação, na execução e na avaliação das políticas públicas o eixo central seja a promoção de mudanças dos diversos atores envolvidos no processo e nas relações que se estabelecem entre eles. Uma estratégia de mudança baseada nas pessoas implica desenvolver suas motivações e capacidades ... Isso pressupõe passar do papel de ator para o de autor. A educação, fundamentalmente, tem que haver com mudanças nos alunos por meio da aprendizagem... A aprendizagem e o desenvolvimento das pessoas ocorrem como consequência de processos de interação com os adultos e com os seus pares. Aquilo que um aluno pode aprender num determinado momento depende tanto de suas próprias características quanto do contexto em que se desenvolve e aprende. [...] A educação deve estar voltada para compensar a desigualdade, mas não a diferença. ... O respeito e a valorização da diversidade, entendida como fator de enriquecimento dos processos de aprendizagem, requerem mudanças nos métodos de ensino, nas relações interpessoais, na definição e organização do currículo, na preparação de materiais didáticos e na gestão e funcionamento do sistema educacional e das escolas. [...] A escola está a serviço do ser humano, tendo a educação uma função cívica e de libertação do ser humano.

Partindo do suporte teórico e documentos legais da educação inclusiva, posso inferir que as questões de acesso, igualdade e qualidade na educação pública precisam ser discutidas mais próximas da realidade e com um tom diferenciado das declarações, principalmente no tocante ao aprofundando da discussão acerca da necessidade de luta social contra a ofensiva do capital e seu imperialismo neoliberal na América Latina.

Nesse sentido, compreendo que uma grave ameaça à inclusão dos grupos excluídos será a transformação da educação em um simples serviço a ser prestado, do professor em mero prestador de serviços e do governo apenas um ente público controlador, isso sem dúvida, significará um enorme retrocesso principalmente para os países do lado de baixo do Equador:

A ideia de superação da educação escolar pela sociedade educadora pauta-se também em um deslocamento da educação da esfera de direitos para a esfera de serviços, processo esse que substitui valores como solidariedade e igualdade pelas ideias de equidade e de tolerância. Compreendida então como serviço, a educação necessita, como premissa, da concorrência de ofertas desiguais para que os consumidores liberados de travas possam escolher (SACRISTÁN, 2000, p.54).

O projeto político nacional de uma educação para a libertação do ser humano é uma construção histórica e será conquistada pela luta política de movimentos sociais que envolvam a população deste país, sua efetivação não está nos planos do sistema capitalista e nem do mercado, principalmente para países da periferia como o Brasil, pois suas intenções, e isso é até bastante óbvio, são de manter a colonização econômica e cultural para mais facilmente

manter a dominação e a exploração sobre esses países. Por esse prisma, por que investiriam em uma educação que fizesse o povo pensar e questionar o próprio sistema e trouxesse igualdade de condições se a base ideológica na qual está alicerçado é o individualismo e “que vença o melhor”?

O sistema move-se por esse lema, é por isso que Mézáros em “Educação para além do Capital” defende que as contradições do capitalismo são irreconciliáveis, se quisermos uma outra educação e uma outra sociedade mais justas e humanas, será preciso questionar mais duramente a origem da limitação de ambas.

Apesar dos interesses neoliberais implícitos e explícitos em relação à inclusão educacional e da influência dos organismos mundiais nesse processo, os avanços existem, mas nossa realidade educacional em todos os níveis ratifica que ainda há um longo caminho a ser percorrido.

Ainda estamos bem longe de termos “oportunidades para todos” na educação e na sociedade brasileira, por isso haverá necessidade do nosso envolvimento de forma mais consciente, efetiva e ampla para a construção do caminho à nossa frente, uma história diferente e renovada, uma inclusão profunda que envolva todos os excluídos, todos mesmo, não apenas em quantidade mas também em qualidade e se comprometa com a justiça social, a equidade e a democracia de forma mais concreta e não discursiva.

Devido à conformação que a realidade mundial e nacional vem tomando, na qual pessoas e coisas são equivalentes, ou por vezes os objetos e bens materiais tornam-se mais importantes que a vida humana, tornou-se tarefa vital reformularmos todos os aspectos da vida social para não perdermos nossa característica principal: a de sermos humanos/humanos.

O mercado, o capitalismo ou o governo não farão isso por nós sem que os forcemos a isso. Quanto antes despertarmos para essa realidade mais nos conscientizaremos do papel fundamental da educação nessa luta e a inclusão será um imperativo ético e moral, não apenas uma obrigação que nem sequer é implementada com eficácia pela desconstrução e sub-financiamento de nossos espaços públicos de educação.

Verifica-se a necessidade de revolucionar a razão de existir da educação formal e do seu ideário político-ideológico antes que se instale de vez a visão de educação como um serviço, sem ideais de formação de um ser humano crítico e solidário. Por isso, para Mantoan (2003, p. 60 e 61) a construção da educação inclusiva é incompatível com o ensino tradicional e é preciso mudar:

Não se pode encaixar um projeto novo, como é o caso da inclusão, em uma velha matriz de concepção escolar – daí a necessidade de se recriar o modelo educacional vigente.[...] Superar o sistema tradicional de ensinar é um propósito que temos de efetivar com toda a urgência. Essa superação refere-se ao “que” ensinamos aos nossos alunos e ao “como” ensinamos, para que eles cresçam e se desenvolvam, sendo seres éticos, justos, pessoas que terão de reverter uma situação que não conseguimos resolver inteiramente: mudar o mundo e torná-lo mais humano.

Apesar das várias declarações, leis e políticas públicas ainda não temos uma educação de qualidade e não a temos realmente para todos, talvez seja o momento de buscarmos maneiras diferentes de educar e de viver, mas a transformação demanda muito mais do que palavras e discursos, não basta apenas falar sobre o problema ou indignar-se, serão necessárias ações dentro e fora das instituições. Dependerá de reação ao imperialismo neoliberal, ao menos para garantir nossa autonomia e liberdade como povo autodeterminado, capaz de pensar um projeto de educação próprio.

Não é tarefa fácil desconstruir a mentalidade e as práticas da educação tradicional, principalmente em uma conjuntura na qual a ideia de sujeito coletivo está também em processo de desconstrução, dando lugar a uma subjetividade individualista, hedonista e solitária. Mas é preciso resistir a esse processo de fechamento dos indivíduos em si mesmos, posto em marcha principalmente através da mídia, da internet, mas também de políticas públicas impregnadas pela ideologia neoliberal que articulam a educação com as reformas das estruturas econômicas e tentam “mercadorizá-la”, transformando as instituições de ensino em qualquer de seus níveis em ambientes de competição e aprofundamento da alienação e da exclusão.

Por outro lado, é importante dizer que muitos educadores compromissados com a construção de um mundo diferente tem resistido, mas é preciso muito mais!

Existem várias leis e políticas públicas para a educação com vistas à inclusão, em todos os níveis de governo; são planos, programas, ações e atividades diversas, mas no geral alinhadas ao projeto neoliberal de “Estado Mínimo” que vem reduzindo cada vez mais o papel dessa instituição no provimento dos serviços públicos e vê a educação pública como custo e não como investimento em um bem comum importante à formação do ser humano que atua e vive dentro da sociedade.

O Brasil é portador de uma das mais avançadas legislações e elaboração de políticas públicas relacionadas à inclusão de alunos com deficiência na educação formal, em todos os

seus níveis, o que não nos faltam são leis e políticas, mas se o problema se reduzisse apenas a isso, não seria tão complicado, pois são repletos de garantias ao direito à educação inclusiva.

Pelos textos legais teríamos uma educação de altíssima qualidade por que de forma geral temos uma legislação e elaboração de políticas públicas elogiadas no mundo todo em relação à educação inclusiva, pois garantem o acesso a todos, eliminam barreiras arquitetônicas, determinam a adoção de práticas de ensino adequadas às diferenças dos alunos em geral e a oferta de alternativas que contemplem a diversidade e a erradicação de qualquer prática discriminatória, além de recursos de ensino e equipamentos especializados para atender as necessidades educacionais dos educandos com ou sem deficiências, previsão de apoio especializado, formação adequada aos professores, etc.

O maior problema do Brasil não é a legislação ou a falta de políticas públicas mas a não concretização, a inadequação das mesmas ou o pouco financiamento para realizar um trabalho de qualidade, perdendo-se no horizonte o preceito de que a educação é um direito fundamental do ser humano e não um gasto. Um direito de todos os seres humanos e não apenas de alguns. Por esse princípio não basta o acesso, o que se quer é uma educação de qualidade que ainda está longe de ser ideal tanto para os estudantes com deficiência quanto para os demais sem deficiências ou necessidades especiais. Não é suficiente abrir as portas das instituições de ensino para todos se as condições de existência desses alunos são desiguais e dentro delas não há oportunidades iguais para manterem-se e se desenvolverem como seres humanos e profissionais.

Existem barreiras objetivas e subjetivas como nos diz o alerta/convite escrito a quatro mãos em “Atores da Inclusão na Universidade”:

Ao desejarmos a construção de uma universidade inclusiva, precisamos estar abertos a olhar as diferenças pelo avesso. As nossas relações, nesse ambiente, transformam-se continuamente à medida que podemos confrontar ideias e colocar preconceitos em dúvida. Uma universidade não se torna inclusiva simplesmente por que cria possibilidades de acesso a grupos que estavam excluídos do ambiente de Ensino Superior. A inclusão na educação não envolve, apenas, a quebra das barreiras objetivas de acesso e de permanência na instituição. Incluir significa refletir sobre condições subjetivas de convívio e sobre a forma como nós nos percebemos nas relações com as diferenças. Ficar onde estamos, paralisados pelo medo, talvez seja mais fácil do que atravessar a ponte para ver o outro lado e perceber que é nos passos dessa travessia que se processam o conhecimento, o cotidiano, o vivido, a dúvida e a possibilidade de infinitas chegadas (ALCOBA et. al., 2009, p. 47).

Os avanços existem e são inegáveis, não seriam possíveis sem a atuação engajada e militante dos movimentos sociais e da sociedade civil organizada, em luta pela garantia dos direitos humanos das pessoas com deficiência e da educação inclusiva. No entanto, temos muito ainda a refletir, debater e construir.

A educação realmente para todos, de qualidade, inclusiva e democrática, é um ideal que será construído em vários níveis, do micro ao macrossocial e independente dos objetivos do sistema econômico que quase transforma o ideal da inclusão em ideologia, existe algo muito superior a isso: a luta de seres humanos que constroem esse processo no dia-a-dia, resistem às opressões e trabalham para as mudanças acontecerem e para concretizar esse direito fundamental de todo ser humano.

A luta para garantir esse direito desdobra-se em várias: acesso à educação para todos, oportunidades para se manterem nela e desenvolverem suas potencialidades com uma educação de qualidade e uma vida digna para todos.

Não queremos e lutamos somente por uma educação de qualidade para todos, queremos um mundo onde se possa viver diferente, mas não desigual em oportunidades, em comunicação, em ir e vir, em saúde e bem estar social, em conhecimento, em direitos humanos e políticos, um mundo onde não seja negado o direito de “existir” a nenhum de nós.

Capítulo 3

Inclusão no Ensino Superior: a percepção dos estudantes com deficiência

Os homens fazem sua própria história, mas não a fazem como querem, não a fazem sob circunstâncias de sua escolha e sim sob aquelas com que se defrontam diariamente, ligadas e transmitidas pelo passado.

Marx

Quando o homem compreende a sua realidade, pode levantar hipóteses sobre o desafio dessa realidade e procurar soluções. Assim, pode transformá-la e o seu trabalho pode criar um mundo próprio, seu Eu e as suas circunstâncias.

Freire

O segundo capítulo desta dissertação foi construído de forma articulada às informações coletadas na empiria da pesquisa e à metodologia que a delineou, no qual problematizou-se a importância da educação para a inclusão social das pessoas com deficiência e a relação predominantemente assimétrica entre a evolução da legislação inclusiva e a realidade das IES; evidenciando a inclusão na universidade pública como um processo em construção, que se apresenta como um espaço de contradições, limites, desafios e possibilidades, sob um ordenamento social que impacta os processos educacionais e produz um ensino superior ainda excludente.

Contudo, buscou-se também evidenciar com mais veemência a responsabilidade de cada um de nós na construção desse processo dentro das instituições de ensino superior, a importância dos sujeitos no ato de refletir e agir sobre a realidade contraditória, consubstanciada principalmente na teoria de Freire, cuja inspiração leva-nos a focar nas inúmeras possibilidades de rever nossos atos, omissões e de mudar a nós mesmos, a educação e o mundo.

Agora, neste terceiro capítulo, dando sequência ao movimento estruturante acima descrito, apresento a percepção dos estudantes sobre sua inclusão no ensino superior; as dificuldades, os desafios, mas também a importância do envolvimento mais efetivo e da luta para ultrapassar os obstáculos e alcançar uma educação inclusiva de qualidade que seja realmente para todos.

Os oito estudantes universitários com deficiência que participaram desta pesquisa

traçaram suas histórias, mas não plenamente conforme suas próprias escolhas, as construíram dentro de um contexto social e histórico, no enfrentamento dos obstáculos que surgiram ao longo de suas vidas e da superação que isso exigiu deles. Nesse percurso, a educação teve um papel importante na construção e reconstrução de suas histórias.

Para chegarem ao ensino superior e manterem-se nele, enfrentaram e enfrentam diversos desafios presentes na sociedade e na educação, mas os sonhos e a esperança num futuro melhor os fazem continuar sempre em frente, apesar das adversidades.

Cada um dos estudantes entrevistados nesta pesquisa, à sua maneira, contribui para a construção cotidiana da inclusão das pessoas com deficiência, que precisa ser realizada pela instituição com a participação deles, por isso, ouvi-los é algo fundamental para que o ideal de um ensino superior inclusivo materialize-se de forma democrática e eficaz.

Em consonância com os caminhos teóricos e metodológicos explicitados no primeiro capítulo, o presente estudo é resultado de uma construção dialética nascida do diálogo entre a pesquisadora, os estudantes que estão no centro do processo de inclusão e a base teórica da pesquisa. Esse movimento foi importante para não reduzir ou determinar o modo como os estudantes o percebem no ensino superior, mas pelo contrário, ao tornar-se uma construção tecida por uma relação indissociável entre os sujeitos, a observadora e o objeto de estudo, o resultado da investigação pode demonstrar de maneira mais completa as ações cotidianas que correspondem aos conflitos e contradições inerentes ao processo de inclusão, seus limites e desafios, proporcionando uma análise que não desconsiderasse o ser humano que o constrói e sua possibilidade de intervenção nessa construção.

Assumir a perspectiva dialética numa pesquisa sobre um fenômeno educacional e social como a inclusão das pessoas com deficiência no ensino superior é buscar compreender as relações sociais na sua concretude, em contraposição à concepção idealista sobre a realidade. Significa interpretá-lo dentro de uma ideia de totalidade que envolve o contexto social em que está inserido, as condições materiais e imateriais concretas em que os homens produzem esse fenômeno e a possibilidade da superação de suas contradições.

A dialética que permeia este trabalho traduz-se em um esforço para perceber as relações reais (sociais e históricas) presentes no fenômeno estudado, contribuindo para o desvelamento de sua essência. Assim, “com a dialética os elementos cotidianos deixam de ser naturalizados e eternizados, passando a ser encarados como sujeitos da práxis social da humanidade” (ZAGO, 2013, p. 3).

Os teóricos que consubstanciaram essa pesquisa foram importantes para fazer essa ponte entre a percepção dos estudantes entrevistados, em sua atitude cotidiana de relacionar-

se com o mundo, e a essência do real no que concerne à inclusão das pessoas com deficiência na educação superior e na sociedade. Sob os pressupostos teóricos de Freire, Marx e Koscic, acredita-se que as relações sociais advêm de condições materiais de existência, tanto as objetivas quanto as subjetivas, as mesmas que conformaram as atuais discussões e ações sobre a inclusão em nível mundial e nacional. Por isso, pensar a inclusão como um processo concreto, como “coisa em si”, constrói uma compreensão da realidade que rompe com a pseudoconcreticidade e desvela as tramas do fenômeno pesquisado e sua essência, visando também a superação das contradições que lhes são inerentes:

Ela (a história) não tem necessidade, como na concepção idealista de história, de procurar uma categoria em cada período, mas sim de permanecer constantemente sobre o solo da história real; não de explicar a práxis partindo da ideia, mas de explicar as formações ideais a partir da práxis material e chegar, com isso, ao resultado de que todas as formas e todos os produtos da consciência não podem ser dissolvidos por obra da crítica espiritual, por sua dissolução na autoconsciência ou sua transformação em fantasma, espectro, visões, etc., mas apenas pela demolição prática das relações sociais reais de onde provêm essas enganações idealistas (MARX e ENGELS, 1984, p. 42).

Entender e explicar a inclusão das pessoas com deficiência no ensino superior apenas do ponto de vista cultural não é suficiente, sendo necessário compreender também os outros mecanismos reais presentes na sociedade atual que precisam ser transpostos para que a construção de uma educação e de uma sociedade inclusivas transforme-se também em uma realidade percebida e compreendida pelos sujeitos que compõe a coletividade social.

Nesse sentido, torna-se importante o embasamento em teóricos críticos da educação e outros que alinham-se a eles, pois, nos possibilitam enxergar a inclusão como uma construção da qual todos temos responsabilidade, nos mostrando a possibilidade de interferência nas contradições que emanam desse processo e de que podemos transpor uma sociedade e uma educação que ainda discrimina, marginaliza e exclui.

Esses teóricos acreditam em um outro mundo possível, onde haja justiça social para todos e na educação como instrumento de autonomia e libertação dos seres humanos. Por isso, foram importantes para entender o objeto de estudo desta pesquisa como um processo repleto de contradições ainda não equacionadas, com limites e desafios, evidenciados nas falas dos estudantes entrevistados; mas, principalmente, como uma possibilidade da ação educativa pela emancipação humana, uma realidade a ser construída através da reflexão e luta por sua materialização.

Considerar a inclusão a partir desse prisma é entendê-la como um processo historicamente construído, cuja evolução e contradições tem bases concretas, sejam elas materiais ou culturais, dentro de um contexto mais amplo do liberalismo individualista que condiciona a ordem social e molda o agir humano na sociedade e na educação.

Por outro lado, é importante ressaltar que a investigação sobre a percepção dos estudantes com deficiência no ensino superior, apresentada nesta dissertação, preocupou-se em evidenciar o lado humano que muitas vezes é desconsiderado na educação, problematizando a indiferença causada pela visão do Outro como um ser em si mesmo, sem história, necessidades, determinações sociais ou direito à voz, que tem reproduzido as relações sociais de opressão e a invisibilidade dessas pessoas.

A partir da perspectiva desses estudantes buscou-se teóricos que pudessem contribuir para compreender a realidade educacional e social vivida por eles como uma totalidade dinâmica e em constante criação e recriação, mas principalmente na qual ocupam lugar como sujeitos ativos na construção de sua história individual e coletiva.

Para preservar a identidade das pessoas envolvidas como sujeitos desta investigação, os participantes foram identificados através de codinomes relacionados a conceitos presentes no ideário de Paulo Freire, cada estudante recebeu um nome fictício em consonância com o conteúdo de seus depoimentos e com o que de mais profundo a pesquisadora percebeu em suas personalidades, através da verbalização de seus pensamentos e sonhos: **Amor, Solidariedade, Diálogo, Liberdade, Consciência Crítica, Transformação, Utopia e Práxis**. A correspondência entre esses nomes e a deficiência de cada um encontra-se no primeiro capítulo, onde há a descrição do perfil dos sujeitos entrevistados.

Antes de adentrar na análise de seus relatos, é fundamental reportar que nem todos eles nasceram com deficiência, algumas foram produzidas por imprevistos que ocorreram ao longo de suas vidas, portanto, são deficiências diferentes e experiências também diversas, mas que formaram um rico mosaico de informações sobre a inclusão na educação superior.

Solidariedade, Transformação e Práxis nasceram com limitações sensoriais e motoras que foram se agravando com o tempo; **Liberdade, Consciência Crítica e Utopia** sofreram acidentes automobilísticos, **Amor** as sequelas de uma cirurgia na coluna, e **Diálogo** a perda da audição causada por uma infecção.

Além da necessidade de superação diante da reabilitação e adaptação à deficiência, havia também a luta contra o preconceito, a discriminação e as determinações de classe com as quais parte deles se defrontou e ainda defronta, provocadas pela grave desigualdade social existente no Brasil, que interfere na educação às vezes até mais do que qualquer limitação que

advenha da deficiência apresentada. Essa interferência pode ser observada na falta de condições apropriadas, sejam elas materiais ou imateriais, nas instituições de ensino e na vida de grande parte da população com deficiência, as quais limitam o acesso, a permanência e o desenvolvimento desses estudantes.

Eles expuseram sua vida acadêmica, ajudando a construir este estudo, relatos que apesar de se referirem a experiências e vivências individuais, carregam traços do contexto sócio-histórico-cultural, entrelaçando-se dialeticamente com o movimento de inserção das pessoas com deficiência na educação e na sociedade. São diferentes sujeitos, em idade, deficiências e histórias de vida, com dificuldades, alegrias e sonhos, assim como todas as pessoas que compõem a humanidade, ao mesmo tempo diversa e una pela condição humana.

Ao narrarem suas experiências, revelaram a relação com estudantes, professores e a instituição, tendo como pano de fundo a descrição de uma díade ou talvez de uma antinomia, presente na vida dos estudantes dentro do sistema educacional brasileiro em todos os seus níveis, inclusive no ensino superior: os relatos de inclusão e exclusão que correspondem aos limites e desafios a serem enfrentados.

No entanto, concordando com Frigotto (2010) sobre o uso atual da antinomia inclusão/exclusão, utilizada em algumas pesquisas que versam sobre a inserção das pessoas com deficiência na educação, é preciso entendê-la como um conceito que compõe o palavrório neoliberal e pós-moderno, que pode desviar a atenção da contradição real gerada pela desigualdade social no sistema capitalista e pela existência de classes sociais em conflito, que na prática educacional traduz-se em uma escola para ricos e outra para pobres, considerando-se como escola todo o sistema de ensino público, do básico à universidade.

Por esses motivos há de ser considerada a necessidade de lutar pela emancipação humana como a causa mais profunda do processo de inclusão dos estudantes com deficiência, assim, de acordo com o questionamento de Frigotto (2010, p. 419):

O risco do uso abusivo desta noção [exclusão e inclusão] situa-se na possibilidade de fixar-nos no sintoma e nas consequências das formas que assumem as relações sociais capitalistas hoje e nos conduza, no plano das políticas, a uma postura reformista e conservadora. Seria, no contexto do capitalismo hoje realmente existente, o antônimo de exclusão social o de inclusão ou a questão mais radical é o da emancipação humana?

Ao serem inqueridos sobre se consideram a si próprios como incluídos ou excluídos na educação e na sociedade, os estudantes pesquisados responderam que sentem-se incluídos por estarem na universidade, quando muitos não estão, e pela atitude de colegas e professores em

relação a eles, mas que também sentem-se excluídos por viverem a exclusão no interior dessa instituição quando os direitos não são respeitados e a atitude de outros colegas e professores não contribuem para a sua inclusão; além das desigualdades sociais que fazem com que alguns deles não disponham de condições melhores e mais justas de vida. Os alunos entrevistados sentem-se, então, incluídos ao mesmo tempo que excluídos pelos limites e desafios que ainda são impostos à inclusão no ensino superior.

Devido a essas considerações, ao tratarmos da inserção dos estudantes com deficiência em termos de inclusão e exclusão como dois lados de um mesmo processo, não podemos perder de vista que a necessidade de inclusão nasce de processos excludentes dentro de um ordenamento político-econômico-cultural-ideológico injusto. Caso contrário, passa-se a impressão de que as instituições e as pessoas que as compõem são as únicas responsáveis pelas mazelas da educação, quando na verdade existe toda uma estrutura e superestrutura que organiza e estabelece relações de poder sobre o sistema de ensino, influenciando o funcionamento e as relações sociais hierarquizantes em seu interior.

Entretanto, esse ordenamento não ocorre de forma automática e nem mecânica, pois há conflitos, contradições e embates, mas nos eximir de qualquer responsabilidade, esperando que um Estado limitado pelo neoliberalismo faça as mudanças necessárias à inclusão, não é eticamente ou moralmente possível.

Paulo Freire sempre advertiu sobre a força das palavras, sua carga de intencionalidade e seu significado político, portanto, é preciso estar atento a elas para não reproduzir ideologias alienantes. Por isso, ao falarmos em inclusões e exclusões dentro do ambiente educacional, nos referimos ao processo contraditório provocado pela luta e resistência à exclusão, nascida da desigualdade social, existente em todas as instâncias, inclusive na educação, e não como se a relação entre essas duas palavras fosse sinônimo de um movimento natural através do qual a sociedade estivesse paulatinamente e espontaneamente transformando-se em inclusiva.

O trabalho, o diálogo crítico, a reflexão e a ação, o enfrentamento às contradições e os embates pela mudança é que construirão o ideal de uma sociedade e de uma educação inclusivas, que no momento encontra-se ainda profundamente enraizada na desigualdade e na dominação entre os seres humanos.

Das entrevistas emanaram histórias nas quais provavelmente muitos brasileiros se reconheceriam, pois são relatos de pessoas que de maneira alguma podem ser reduzidas à sua deficiência, seres humanos com alteridades e visões de mundo diferentes, limitações corpóreas diferentes e que lidam com isso de maneiras diferentes, além disso, apresentam condições socioeconômicas também diferentes, mas existe algo comum a todos eles:

dedicam-se diariamente a “serem mais” e não apenas a estarem no mundo, mas com o mundo e a pronunciarem sua palavra, isso ficou bastante claro em suas falas e na emoção de cada um deles em nossos diálogos.

Quando a metodologia é fundamentada a partir da abordagem qualitativa, a entrevista significa diálogo e escuta atenta, pois o objetivo é falar com eles e não somente falar deles. As pessoas com deficiência fazem parte de um grupo humano historicamente excluído e utilizar essa metodologia proporciona a amplificação de suas vozes sobre um processo que diz respeito diretamente a eles, do qual são protagonistas e sobre o qual poucas pesquisas tem dado atenção, pois geralmente os trabalhos versam mais sobre o olhar de gestores e professores acerca da inclusão no ensino superior.

Nos relatos dos sujeitos presentes neste estudo, é perceptível a participação ativa da maioria deles na garantia de seus direitos, cada um à sua maneira, seja na universidade ou na sociedade e um fato singular a ser destacado é que todos estavam ávidos por serem ouvidos. Foram horas e horas de diálogo e, com toda a franqueza, poderíamos dialogar ainda mais e o diálogo com cada sujeito foi um exercício no qual ambos os lados se reconstruíram. Eu não posso descrever aqui como tal processo ocorreu em mim, pois explicá-lo poderia ser considerado anticientífico, já que o foco são os estudantes, mas de forma sintética posso dizer que revi e mudei muitos conceitos em mim e espero com a divulgação dos resultados da pesquisa que esse efeito se multiplique e contribua para o despertar sobre a necessidade de rompermos com o frenesi da vida cotidiana e refletirmos mais sobre nossas práticas na educação e na sociedade para transformá-las.

Nesse sentido, repito aqui o questionamento essencial de Arendt (2005) em “A Condição Humana” sobre o que estamos fazendo com a humanidade? Por que nossas relações sociais se deterioraram tanto? Por que tanta irreflexão em nossas ações? Por que tanto utilitarismo que não conseguimos enxergar o Outro na supremacia de sua alteridade, mas como coisa ou um ser “invisível”?

Na sociedade contemporânea o Outro e suas necessidades desaparecem em meio a um mar de individualismo, burocracia, de relações frias, atomizadas e autômatas dentro e fora das instituições. Esses questionamentos podem ser transpostos à inclusão que hoje, apesar dos avanços, ainda se apresenta como uma problemática repleta de contradições a serem equacionadas.

A questão da inclusão, a partir da escuta aos estudantes com deficiência, nos problematiza sobre a necessidade de rever nossos atos e pensamentos não coerentes com a construção de uma educação inclusiva, que só é possível se houver diálogo com o Outro. A

criação e recriação de uma IES sob a perspectiva inclusiva demanda necessariamente esse diálogo com os grupos historicamente excluídos da educação e da sociedade que tem conquistado aos poucos e com muita luta o território da universidade pública. Sem esse diálogo não há compreensão sobre o outro e torna-se difícil o compromisso com a mudança, já que continuamos a ver a educação e o mundo sob apenas sob um prisma .

Partindo do pressuposto de uma visão freiriana de mundo, entendo que esse diálogo ocorrerá se estivermos dispostos, primeiramente, a ouvir o Outro com humildade e a respeitar as alteridades envolvidas nesse diálogo.

Essa construção envolve a participação de todos no processo educativo e é no processo mesmo que a construiremos, com erros, acertos, contradições, ações e reações. Conhecer a realidade deste espaço público no tocante à inclusão será imprescindível para ações que a modifiquem, conhecendo seus limites, desafios e possibilidades.

Diante disso, percebe-se que ainda há muito a ser transformado e que sem alterações mais profundas na sociedade e na educação, as pessoas com deficiência tornam-se seres invisíveis aos olhos da maioria, que pela ordem darwinista imposta pelo sistema capitalista devem adaptar-se ao sistema público de ensino se quiserem permanecer nele.

Concordo com Renders (2012) quando escreve em sua tese de doutorado sobre a invisibilidade e a emergência da inclusão das pessoas com deficiência em um ensino superior organizado de forma excludente e meritocrática, pois no câmpus lócus da pesquisa também descobri que homens e mulheres invisíveis existem e que o processo de inclusão é posto em marcha apenas quando essas pessoas rompem o silêncio, expõem suas ideias e reivindicam seus direitos, no entanto, nem todos são atendidos, nem mesmo em questões que não demandam recursos financeiros e a estrutura da universidade permanece inalterada, apesar da presença crescente das pessoas com deficiência.

Ainda falta conscientização de que integração e inclusão não são a mesma coisa, que apenas integrar os estudantes com deficiência significa relegá-los à própria sorte e eximir os profissionais da educação do seu envolvimento na construção desse processo. Mas também é preciso reconhecer que existe um contexto político-econômico-cultural-ideológico a determinar esse processo e que a ruptura será necessária para que o sentido mais profundo da educação se realize: a emancipação humana.

Enxergar a humanidade do Outro, como um ser que possui história, sonhos, necessidades, alteridades e os significados da universidade para essas pessoas é o primeiro passo para a conscientização sobre a necessidade de transformarmos nossas relações sociais e a ordem opressora que as estabelece.

A leitura dos relatos presentes nesta dissertação nos leva a pensar sobre quantos iguais a eles tem sonhos semelhantes mas ficam à beira do caminho, não conseguem entrar na universidade ou quando conseguem não tem condições de manter-se nela, engrossando as estatísticas de evasão cada vez mais crescentes nesse nível de ensino. É fundamental questionarmos de forma mais profunda e ampla se a universidade está contribuindo para reproduzir a exclusão social ou se deve lutar contra ela. Lembrando que marcar essa posição deve vir acompanhada também de ações concretas como Paulo Freire sempre advertiu. Mas o primeiro passo a ser dado, com certeza é o conhecimento da realidade, então passemos agora aos relatos dos estudantes dos quais emergiram três eixos que serão apresentados nas próximas unidades:

- 3.1 Limites e desafios à inclusão no ensino superior;
- 3.1.1 a relação com os estudantes;
- 3.1.2 a relação com os professores;
- 3.1.3 sobre a instituição de ensino superior.

3.1 Limites e desafios à inclusão no ensino superior¹⁸

Se quisermos tomar a universidade pública por uma nova perspectiva, precisamos começar exigindo, antes de tudo, que o Estado não tome a educação pelo prisma do gasto público e sim como investimento social e político, o que só é possível se a educação for considerada um direito e não um privilégio, nem um serviço.

Chauí

O processo de inclusão no ensino superior público, a partir da percepção dos estudantes com deficiência, ainda se apresenta como um espaço contraditório de inclusões e exclusões, com limites e desafios a serem ultrapassados.

Com base em seus relatos, depreende-se das informações obtidas através das entrevistas, que esses estudantes consideram-se incluídos por terem acesso a uma universidade pública, quando a realidade brasileira é de exclusão nesse nível de ensino para a população em geral, sendo ainda menos acessível para as pessoas com deficiência¹⁹, mas

¹⁸ – A pesquisa foi realizada no Campus Universitário de Rondonópolis (UFMT).

¹⁹ - De um contingente de 7.000.000 de estudantes universitários entre instituições públicas e privadas, apenas 30.000 são estudantes com deficiência e desse montante somente 6.884 estão nas instituições públicas. No território brasileiro, a partir do censo do IBGE 2010, essas pessoas representam 24,9 por cento da população, número que pode ser ainda maior pois já se passaram seis anos desde o último recenseamento. Apesar das políticas de democratização do ensino superior em curso no Brasil, essas ainda são insuficientes e há que se considerar que o acesso a esse nível de ensino sem as condições apropriadas para a permanência e desenvolvimento das pessoas com deficiência em todas as IES não produz acesso real, posto que apenas há o aumento quantitativo e não basta “por para dentro” sem as condições necessárias para manter-se nessas instituições.

também se veem como excluídos por viverem experiências excludentes em um ambiente educacional denominado “inclusivo” e nem todos dispõem das condições necessárias para sua permanência e desenvolvimento no ensino superior.

Além do mais, parte deles, considera que a condição socioeconômica determinada pela desigualdade social contribui para essa exclusão, pois interfere em sua vida pessoal e acadêmica, influenciando assim seu processo formativo.

Nesse caso, se considerarmos apenas a vasta legislação que garante a inclusão nas instituições de ensino superior, estas deveriam estar preparadas para incluir os estudantes com deficiência e trabalhar com as diferentes necessidades e alteridades de seus alunos, pois esse arcabouço legal obriga, tanto a sociedade quanto as organizações, a reverem seus conceitos e práticas para tornarem-se inclusivas. Assim, se os preceitos legais fossem plenamente materializados, poderiam promover justiça social por si sós para todos os grupos historicamente excluídos da educação, pois através deles faz-se necessário rever toda a educação pública sob uma perspectiva inclusiva, propondo novas práticas que venham ao encontro das necessidades dos estudantes com deficiência.

No entanto, a realidade social desigual e a interferência neoliberal na educação pública brasileira não permitem que a inclusão ocorra de forma ampla e profunda somente através da legislação pertinente. Primeiro por que é preciso mudar também a realidade material daqueles que se quer incluir e segundo pela necessidade de rompimento com mentalidade liberal individualista, ambas orquestradas pela mesma ordem social opressora que limita os sujeitos e as instituições de ensino a “serem menos” do que poderiam ser.

A criação e recriação da educação e da sociedade que o processo de inclusão necessita para a sua construção, somente a legislação não está sendo capaz de produzir, o que pode ser observado nos relatos dos estudantes a seguir e como nos aponta Machado (2008, p. 44):

A distância entre as políticas “proclamadas” e as “reais” presentes nas instituições de ensino nos faz refletir sobre a importância de a legislação chegar de fato às cadeiras universitárias, não como imposição, mas como processo de sensibilização, educação e prática transformadora. A lei por si só não garante a política de inclusão escolar.

As IES, assim como as escolas, são espaços de relações e reproduzem as representações e desigualdades sociais, bem como a dificuldade em respeitar as diferenças, sendo necessário haver um processo de transformação social com a participação de uma educação também transformada que almeje a emancipação humana e possibilite ultrapassar os

limites e desafios impostos à inclusão na educação superior, pois de acordo com Fiori (2011, p. 11):

Uma cultura tecida com a trama da dominação, por mais generosos que sejam os propósitos de seus educadores, é barreira cerrada às possibilidades educacionais dos que se situam nas subculturas dos proletários e marginais. Ao contrário, uma nova pedagogia enraizada na vida dessas subculturas, a partir delas e com elas, será um contínuo retomar reflexivo de seus próprios caminhos de liberação; não será simples reflexo, senão reflexiva criação e recriação, um ir adiante nesses caminhos: “método”, “prática de liberdade” que, por ser tal, está intrinsecamente incapacitada para o exercício da dominação.

Desse modo, pensar a educação como um ato político, acaba por exigir o questionamento de suas contradições a partir do contexto político-econômico-cultural-ideológico do qual é fruto, mas também entender que “como instituição social ela tem contribuído tanto para a manutenção quanto para a transformação social” (GADOTTI, 2007, p. 11), pois a consciência das pessoas que a constituem não é completamente fechada pelo meio envolvente, o ser humano é limitado mas não determinado (FIORI, 2011, p. 18).

Assumir um projeto político educativo que vise a transformação da sociedade poderá proporcionar a conscientização e o reconhecimento das diferenças humanas como algo próprio de sua natureza, levando os profissionais da educação a resistir ao estabelecimento e homogeneização de padrões, atos e pensamentos, que excluem a tantos no sistema de ensino.

Lutar por esse ideal pode levar à decisão e ao compromisso com a inclusão das pessoas com deficiência de uma forma mais profunda, ampla e verdadeira, visando a emancipação humana de todos os seres e não apenas sua adaptação a uma realidade social e educacional que não se modifica a ponto de realmente incluir a todos e atendê-los em suas necessidades ou reconhecer suas alteridades, deixando-os em posição de desigualdade e sem acesso pleno aos seus direitos de cidadão e ser humano. Por isso, a ordem individualista que corrompe as relações humanas, inclusive na educação, não pode ser naturalizada e precisa ser questionada com mais veemência:

Se aceitarmos, por outro lado, a desigualdade existente no real como “natural”, “irreversível” e “imutável”, como produto das limitações individuais, isso alimenta uma relação de verticalidade entre as pessoas, ou seja, uns superiores e outros inferiores. Com a intensa e massiva propaganda ideológica, veiculada por todos os meios de comunicação, realizando o persistente e incansável trabalho de convencimento das massas de que o sucesso depende exclusivamente do empenho individual, parece que a crença na irreversibilidade tende a se perpetuar. Também pode ser perigoso

considerar a igualdade entre os homens como algo pronto e acabado. Nesse caso, aqueles indivíduos destituídos de uma capacidade sensorial vinculada ao biológico nada teriam a reivindicar. Deveriam tão somente assumir suas obrigações, desempenhar seu papel na sociedade, de modo a contribuir para a harmonia do “organismo social” (ROSS, 2012, p. 69).

A relação vertical entre as pessoas, a que Ross se refere acima, é observada na sociedade e conseqüentemente também no sistema de ensino, em contraposição à solidariedade, à comunhão, à colaboração, ao respeito às diferenças e à ideia de formação humana de todos com todos. Essa verticalidade contribui para que a educação seja vista apenas como um ritual capitalista de passagem ao trabalho ou ao “sucesso”, como monólogo de superiores para com inferiores, acessível de fato apenas a quem se mostrar mais “apto”. Entretanto, pode representar até menos que isso, ao ser considerada como simples prestação de serviços ou gasto público não essencial pela ideologia neoliberal que atualmente reorganiza a estrutura do Estado e não vê a educação como investimento humano para a criação de uma sociedade e de um futuro mais justo para todos.

A construção de uma universidade inclusiva faz parte da luta pela humanização de nossas relações e pela desalienação das consciências, ações necessárias para retirada dos entraves que ainda obstaculizam o encontro com o Outro para a criação de uma nova relação da sociedade e da educação com as diferenças humanas. Uma relação mais justa e verdadeiramente humana, que não enquadre essas diferenças em modelos pré-formatados numa estrutura dominadora, normalizante e opressora, mas que possa proporcionar reais oportunidades de vida e educação para todos.

Os estudantes entrevistados falaram sobre essas relações dentro do ensino superior e como veem as atitudes de seus colegas e professores, bem como o relacionamento da instituição com as diferenças humanas relacionadas às deficiências. Reitero que são pessoas diferentes, com idades, histórias de vida, ideias, deficiências e necessidades diferentes, bem como oriundos de camadas sociais e cursos de graduação diversos, por isso puderam proporcionar uma visão ampla sobre a inclusão na universidade pública. Essa pluralidade é expressão da própria condição humana e não da deficiência, pois “pelo fato de sermos todos os mesmos, isto é, humanos, sem que ninguém seja exatamente igual a qualquer pessoa que tenha existido, exista ou venha existir” (ARENDRT, 2005, p. 16).

Essencialmente, o que diferencia essas pessoas é a pluralidade de alteridades, necessidades, histórias, sonhos e não somente as deficiências que apresentam, uma dimensão plural presente em todos os seres humanos mas que é desconsiderada nas instituições de

ensino em geral pela cultura fortemente padronizante que permeia as organizações. Por isso, é importante conscientizar-se sobre essa realidade e buscar sua superação, compreendendo que há um contexto objetivo, concreto, a conformar cultura e condições materiais de existência, de modo que essa heterogeneidade não seja respeitada e continue inferiorizando os sujeitos, mantendo-os sempre em situação de desvantagem pelos obstáculos físicos e atitudinais existentes na educação e na sociedade.

A resistência e o confronto ao liberalismo serão imprescindíveis na jornada para transpor esses obstáculos, rompendo com a função da educação superior na ordem individualista e seletiva do sistema capitalista, para fazer com que a inclusão, um direito social, deixe a esfera da formalidade e seja materializada para todos e não apenas para alguns indivíduos que conseguem nadar contra a corrente da indiferença e da invisibilidade. Dessa forma, conseguiremos recriar a educação superior para que deixe de ser privilégio de alguns e torne-se direito de todos, todos mesmo, com as condições concretas que isso exige, assim, concordando com Chauí (2003, p.11):

Se quisermos tomar a universidade pública por uma nova perspectiva, precisamos começar exigindo, antes de tudo, que o Estado não tome a educação pelo prisma do gasto público e sim como investimento social e político, o que só é possível se a educação for considerada um direito e não um privilégio, nem um serviço. A relação democrática entre Estado e universidade pública depende do modo como consideramos o núcleo da República. Este núcleo é o fundo público ou a riqueza pública e a democratização do fundo público significa investi-lo não para assegurar a acumulação e a reprodução do capital - que é o que faz o neoliberalismo com o chamado "Estado mínimo" -, e sim para assegurar a concreticidade dos direitos sociais, entre os quais se encontra a educação. É pela destinação do fundo público aos direitos sociais que se mede a democratização do Estado e, com ela, a democratização da universidade.

No Brasil, as pessoas com deficiência não tem que ultrapassar apenas as limitações pessoais e da sociedade em relação às suas distinções biológicas, mas enfrentam também a grave desigualdade social existente em nosso país e lutam por uma educação de qualidade que atenda às suas necessidades e proporcione a plenitude do direito de estudar e formar-se como cidadão e profissional na universidade.

A inclusão das pessoas com deficiência na educação e na sociedade é conformada por problemáticas materiais e imateriais que demandam ir além das análises superficiais, o que implica no enfrentamento de suas contradições para a transformação de ambas. Trata-se de transformá-las não apenas para as pessoas com deficiência, mas para a maioria da

humanidade também excluída, possibilitando um futuro digno e justo, humano, ou pelo menos que tenhamos a possibilidade de construí-lo de maneira autônoma.

Esta unidade versa sobre os relatos de inclusão e exclusão na universidade, subdividida em três aspectos para melhor compreensão da percepção dos estudantes entrevistados sobre eles, quais sejam: a relação com os estudantes que não apresentam deficiências os professores e a instituição de ensino superior.

Na confluência entre esses três itens, existe a evidência de um processo em construção ainda eivado por contradições que fazem com que os alunos o percebam de forma dual, sentindo-se incluídos e excluídos ao mesmo tempo.

Depreende-se de suas falas que o processo de inclusão tem-se restringido à integração de alguns indivíduos com deficiência, sem grandes alterações na instituição ou esforço para realmente incluí-los e modificar as práticas e a cultura institucional. Essa constatação nos remete a considerar que minimamente ou quase nada é alterado em relação à formação dos profissionais da educação, às condições de acessibilidade física e pedagógica, e que falta uma política interna de inclusão educacional. Percebe-se também a fraca resistência aos ditames do capital e à reprodução da ordem darwinista que transforma a educação em um processo seletivo e excludente que reproduz a concepção individualista de mundo.

Esses estudantes consideram que, em parte, vivenciam a inclusão por estarem dentro de uma universidade pública, quando milhares ficam à beira do caminho, à margem da educação e da sociedade, mas também que experimentam a exclusão ao viverem situações excludentes em seu interior, dificultando sua permanência e desenvolvimento nesse nível de ensino.

No cômputo geral da análise das falas dos estudantes que participaram desta pesquisa, transcritas nesta unidade, é possível extrair a ideia de que há necessidade de alterações mais profundas do que a ideologia inclusionista apregoada pelos neoliberais nos faz crer através da mídia, pois na concretude do dia-a-dia, os discursos oficiais perdem a força e o que vem à tona é a visão de uma inclusão parcial, sem plena correspondência entre o que é direito de todos e a realidade educacional e social.

Através dessa ideologia, fala-se de inclusão sem o acesso real e amplo de todas as pessoas aos bens materiais e imateriais da humanidade, sob forte pressão da mídia de que a culpa disso reside no próprio indivíduo, por sua “inaptidão” ou “falta de esforço”, pois o mundo e também a educação são apresentados como “democráticos” e acessíveis a todos que empreenderem esforço pessoal na superação dos limites e obstáculos.

Em tese, todos aqueles que quiserem estar no ensino superior podem fazê-lo,

independentemente de suas diferenças, basta “querer, acreditar e dedicar-se”. Esse discurso ignora a desigualdade social refletida nas condições reais de educação e nas barreiras culturais que acompanham as pessoas com deficiência do ensino básico ao superior. Na verdade, alguns dos obstáculos são intransponíveis para grande parte dessas pessoas e estão muito além de suas forças e de seu controle.

A transformação que a inclusão das pessoas com deficiência requer, envolve mudanças culturais e materiais na educação e na sociedade que nos façam enxergar uns aos outros e lutar concretamente por uma vida melhor para todos, portanto, será necessário a contraposição à ética de mercado, fundamentada na individualização e atomização dos seres humanos, o que exigirá o rompimento com “uma moral calcada na passividade, na resignação, na pseudo-igualdade, na superficialidade e na aparência das relações sociais” (ROSS, 2012, p.105).

Em suma, a concepção de um outro mundo possível para além do liberalismo, para além do capital, pois “as limitações não são fruto das condições individuais tão somente, mas se produzem socialmente no contexto de interesses contraditórios no qual não se priorizam a inclusão e a humanização dos segmentos humanos que foram historicamente excluídos” (ROSS, 2012, p.105).

Na sequência, os três eixos sobre a percepção dos estudantes com deficiência em relação à sua inclusão no ensino superior, descritos na introdução do capítulo 3, serão apresentados com suas respectivas análises: a relação com estudantes, professores e a instituição.

3.1.1 A relação com os estudantes

A escola será cada vez melhor, na medida em que cada ser se comportar como colega, como amigo, como irmão.

Freire

Nesse primeiro eixo, os participantes do estudo evidenciaram alguns aspectos da relação entre as pessoas com deficiência e os demais estudantes na instituição de ensino superior lócus desta pesquisa.

Através da expressão dessas vivências, depreende-se que a inclusão no ensino superior ainda se apresenta como um espaço de contradições, pois a criação e recriação do processo

educativo e da instituição educacional que isso exige, ocorre a partir das relações entre as pessoas que o constroem; todas com histórias e mentalidades diferentes, influenciadas por um mesmo contexto político, econômico, cultural e ideológico. Relações que são marcadas por experiências diversas, cuja conformação depende de algumas variáveis que fazem com que as vivências de inclusão e exclusão nesse ambiente educacional sejam semelhantes ou diferentes entre os indivíduos.

Essas variáveis correspondem ao nível de envolvimento entre os estudantes, o posicionamento pessoal em relação à sua deficiência e como lida com isso frente aos demais, a preocupação ou não dos cursos com a inclusão e de como trabalham ou não essa questão junto aos alunos, os tipos de deficiência, as limitações e necessidades que apresentam, o modo como interferem ou não na rotina habitual, e até mesmo a consciência de respeito ao ser humano e de solidariedade que cada um carrega em si próprio. Essas variáveis interferem nessa relação, já que produzem formas diferentes de confrontar ou enfrentar certas situações que ocorrem no dia-a-dia da inclusão, uma estrada que vem sendo construída aos poucos e com a participação efetiva das pessoas com deficiência.

Por esses motivos, os sujeitos da pesquisa tem percepções semelhantes e diferentes acerca dos demais com os quais convivem na universidade, sendo necessário demonstrar essa diferenciação, pois emana da visão deles próprios acerca dessa relação, influenciadas pelas variáveis acima elencadas.

Os estudantes entrevistados foram unânimes em relação aos colegas de sala, com os quais mantêm um contato mais direto, unívocos em dizer que predominantemente são respeitados em suas diferenças sensório-motoras e que alguns deles representam um apoio fundamental para a sua permanência na universidade.

No cômputo geral de suas falas a esse respeito, alguns colegas tornaram-se amigos e são imprescindíveis, tanto no prosseguimento dos estudos quanto na vida dessas pessoas. Para elas, viver também significa estudar e relacionar-se com os demais, por isso, o apoio que recebem é fundamental para romper algumas das barreiras encontradas até mesmo fora dos muros da universidade, oriundas da desigualdade social no Brasil.

Uma parte dos sujeitos desta pesquisa tiveram tal presença solidária desde a trajetória escolar pregressa, e o apoio dos colegas tornou-se importante para dar continuidade ao sonho de formar-se como cidadão e profissional em uma instituição de ensino superior. Essa solidariedade tornou-se mais importante ainda à medida que as instituições de ensino, da educação básica à superior, pouco se alteraram pelas necessidades especiais que os estudantes apresentavam.

Através da narrativa de cinco dos estudantes, todos com mais de quarenta anos, não existe entre eles e suas turmas nem mesmo algum tipo de conflito geracional, quanto menos em relação às deficiências apresentadas.

No entanto, a partir dos relatos presentes nesta eixo, percebe-se que existe diferença entre os colegas “de dentro” e os “de fora”, pois enquanto os primeiros são solidários aos seus colegas com deficiência, até mesmo em momentos de conflito com os professores e a instituição, fora de suas salas os estudantes tornam-se invisíveis e quando exigem sua visibilidade para garantir direitos, surgem as tensões, o que poderá ser verificado nas falas a seguir.

Alguns deles verbalizam sobre suas necessidades, exigem e lutam por seus direitos, mas outros preferem o silêncio na tentativa de acompanhar “a corrente”, mesmo que isso signifique ser prejudicado em sua formação ou no seu bem-estar e segurança dentro do câmpus. Externar e exigir as mudanças necessárias, reivindicá-las, são ações importantes que podem tirar as pessoas com deficiência da predominante invisibilidade em que vivem nas instituições de ensino superior, para reconhecê-las em sua distinção e buscar formas de promover igualdade de oportunidades educativas para todos. No silêncio nada se altera, o movimento que pode mudar a realidade é realizado pelos próprios sujeitos no ato de procurar os meios para construir uma universidade inclusiva:

Os conflitos gerados em face das diferentes reivindicações por direitos à educação pública, gratuita, adequada e de qualidade e pelo exercício pleno da cidadania pelo acesso ao trabalho criando as condições objetivas e subjetivas para conquistar tais direitos. No momento em que as oportunidades educativas são negadas no seio da prática social, nasce um processo de luta por novos direitos constitucionais e por consequência uma nova organização social, uma nova prática e o acesso a novas formas de educação e de trabalho: nasce um novo cidadão (ROSS, 2012, p. 87).

Aprender a “pronunciar sua palavra ao mundo” (FREIRE, 2011) é a corporificação da resistência às tendências de integração na educação, significa refletir e agir para transformar a realidade como sujeito ativo; ser enxergado, ouvido e respeitado em suas reivindicações e direitos. Essa pronúncia ajudará a ultrapassar a mera integração dessas pessoas na universidade, pois demanda diálogo, questionamento e transformação de suas práticas e funções junto à sociedade, podendo levar à materialização da inclusão de forma mais ampla e profunda.

O mundo contemporâneo desenvolveu a invisibilidade do Outro como uma nova

forma de discriminação e exclusão das diferenças humanas; por isso, para os que a vivem, aprender a pronunciar sua palavra contribui para romper essa barreira, tanto na sociedade quanto na educação. Grande parte de nós já não enxerga o Outro ao nosso lado, tão preocupados que estamos apenas com nós mesmos e o nosso “mundo particular”. Percebe-se que a maioria das pessoas não se importa mais com o que falta de físico no Outro, pois na verdade já não o enxergam por inteiro, seja ele deficiente ou não.

Essa atomização entre os seres foi possível pela mentalidade individualista disseminada pelo liberalismo, ideologia metabólica do capitalismo que só desaparecerá com o fim do próprio sistema e a construção de um mundo cujo valor principal seja movido pela “ética universal do ser humano” (FREIRE, 1983) e não a do mercado capitalista.

Para refletirmos sobre as relações entre os estudantes na universidade, iniciemos então pelos colegas “**de dentro**” e sobre como os estudantes com deficiência os percebem.

São relatos que nos fazem retomar a fé no ser humano e em sua capacidade de não deixar-se dominar completamente pela mentalidade individualista e hedonista de nossa época, demonstrando que somos determinados mas também determinantes como sujeitos na construção de nossas histórias individuais e coletivas.

A solidariedade entre os colegas de sala torna-se um fator importante na permanência e desenvolvimento dos estudantes com deficiência, em alguns casos ultrapassam os limites da universidade e seguem na vida particular de cada um:

***AMOR:** na minha sala de aula sinceramente eu agradeço a Deus, por que os alunos me tratam como igual, tem aluna até de dezessete anos, isso para mim é importante. Fiz um comentário para o professor que estou muito feliz, pois fizemos um teatro lá e me senti igual, mostrou a igualdade, o que a gente quer mudar, o que a gente deve mudar com o outro. Queremos mudança mas nós mesmos não mudamos! Então, depois que terminou, agradei ao professor, falei que me sinto feliz pois as pessoas me tratam de igual para igual. Minha turma é muito humana, não me olha como deficiente e pessoa já de idade. Assim me sinto feliz. Os professores também. Dentro e fora da sala de aula muitas vezes você encontra um ou outro que te dá uma olhadinha de rabo de olho, te olha assim “nossa ela usa muleta, ela deve ter um problema”, imaginam, não falam, mas o olhar muitas vezes diz tudo. Graças a Deus eu consigo superar.*

***LIBERDADE:** me sinto bem no meio das pessoas, sempre fui bem acolhido pelos amigos que sempre fizeram de tudo para me ajudar.*

***UTOPIA:** com eles me sinto normal, natural. Até agora não vi diferença deles comigo, são muito normais. No começo achava estranho, por que todo mundo tem aquela curiosidade de saber como foi. Mas hoje, graças a Deus, todo mundo já me conhece na sala de aula, e nos acostumamos uns com o outros.*

CONSCIÊNCIA CRÍTICA: gosto muito da minha turma, muitos lá me veem como pai, paizão, alguns não tem o pai mais, sou muito brincalhão. Eu tenho duas relações que são diferentes, primeiro é a idade, segundo é a deficiência, a idade não vejo problema, se não tivesse a deficiência seria mais um aluno, a experiência conta muito, acho que a sala ganha com isso. Agora sobre a deficiência eu fui bem aceito. **Por conta da convivência comigo e da minha “chatices” enquanto deficiente físico, os meus colegas tem outra visão do mundo, por que eles tem a experiência, eles veem as coisas erradas que as pessoas fazem em relação aos deficientes, se tornaram críticos em relação a isso, já veem de outra forma. Se cada curso tivesse um deficiente mudaria a visão.**

DIÁLOGO: por ser uma perda auditiva que as pessoas não veem, elas olham para mim e não sabem, geralmente tenho que falar. As pessoas falam assim “mas você não está escutando?”, aí eu falo que tenho uma perda auditiva e a partir daí ficam sabendo. Então, acho que pelo fato das pessoas saberem sou menos julgada do que pelas que não sabem. Eu tento me adaptar. No ambiente da sala de aula procuro sempre sentar na frente, no início de cada semestre comunico a perda que tenho, para facilitar para mim. Sempre eu tenho que falar. Aí entra o ponto de que a minha deficiência não chega a ser visível, tenho que ficar falando. **A minha relação com os meus colegas depois que eles ficam sabendo é tranquila, mas é como te falei, procuro sempre deixar eles do meu lado esquerdo para poder facilitar para mim e para eles.**

SOLIDARIEDADE: na minha sala é tranquilo, graças a Deus, até me defendem quando os professores esquecem da deficiência.

TRANSFORMAÇÃO: as pessoas não veem a minha baixa visão e por isso não tem nenhum preconceito contra mim. É normal, não tenho nenhum empecilho e não me sinto inferior aos outros por isso. Tudo normal, nenhum problema em relação aos meus colegas de sala. Ainda não me falaram nada. No ensino médio falavam, tinha muita gente que falava, no fundamental também, mas na faculdade ainda não, as pessoas me olham e veem o estrabismo mas já são mais maduras e não falam mais esse tipo de coisa, mesmo que elas sintam, não falam, respeitam. **Na minha vida acho que as pessoas que mais se preocupavam comigo eram os meus amigos, sempre tiveram uma preocupação maior, por exemplo ao ver um filme na sala de aula eles perguntam se consigo enxergar, se não é melhor ir para frente. Então para mim a importância e atenção dos meus amigos é suficiente.**

PRÁXIS: a visão dos colegas de sala sobre as pessoas com deficiência é totalmente diferente da visão da instituição. Nunca passei nenhum constrangimento, é o que eu falo, muitos alunos dessa universidade são incríveis. Descendo do ônibus me dão a mão, entro no ônibus já se levantam, trazem as cadeiras na cantina para eu sentar, então aqui na universidade sou muito respeitada pelos alunos, muito respeitada como ser humano, eu sinto essa empatia. **Uma humanidade que até me choca, quando eu entrei fiquei meio chocada com a diferença do tratamento dos docentes e o tratamento dos alunos, que é totalmente diferente, a maioria é totalmente diferente. Nunca passei por nenhum constrangimento ou preconceito com os alunos.**

Analisando a narrativa dos sujeitos, pode-se inferir que a solidariedade é um valor

fundamental para a vida em sociedade e a construção de um mundo mais humano, interferindo positivamente no processo educativo ao contribuir para superar as adversidades, motivar a permanência daqueles para os quais essa caminhada é mais difícil e unir forças para a construção de uma educação inclusiva.

No entanto, é preciso ressaltar que essa relação solidária não acontece no vazio, apenas pelo altruísmo de cada indivíduo, mas pode ser influenciada pela autoestima dos estudantes com deficiência e por sua não interferência nos rituais habituais da sala, devido às características da deficiência ou ao esforço em adaptar-se, eximindo-se de solicitar demandas e reivindicar atendimento diferenciado dos demais, apesar de ser um direito deles.

Os estudantes com deficiência e seus colegas de turma são seres humanos diferentes com experiências singulares, mas predominantemente estabelecem uma relação de respeito e ajuda mútua na universidade.

A estudante **AMOR** orgulha-se de não faltar a uma aula sequer, apesar das fortes dores. Disse estar sempre presente “faça chuva ou faça sol”, e ressalta que sem o apoio de uma colega de sala que a traz todos os dias ao campus de motocicleta, não teria como continuar estudando, devido às dificuldades com o transporte coletivo:

***AMOR:** olha é muito difícil, já andei com muleta, mas como na maioria desses ônibus a plataforma não sobe, então para subir o degrau é muito difícil! Eu acho que enfrentar quatro anos seria impossível! (referindo-se ao tempo de duração do curso de graduação). Vou de carona com uma colega da minha sala. Em todos os lados sempre tenho apoio de Deus.*

A questão do transporte público é apenas um dentre os vários problemas sociais que interferem na inclusão das pessoas com deficiência na educação brasileira, por isso, é necessária a articulação entre uma educação de qualidade em todos os níveis de ensino e a melhoria das condições de vida da população em todos os seus aspectos. A inclusão educacional está intrinsecamente ligada à inclusão social, pois dependendo das condições de vida e educação, a chegada dos estudantes ao ensino superior torna-se mais difícil ou até impossível, equilibrar a desigualdade social poderia trazer um número maior de pessoas com deficiência a esse nível de ensino.

É justamente por causa dessa desigualdade presente na sociedade brasileira, que provavelmente a estudante **AMOR** já teria desistido do curso universitário, se não fosse a ajuda da amiga com a carona. Mas o problema do transporte público é apenas um dentre vários que perpassam a vida dessa estudante, existe também a precariedade em que realizou o

ensino básico e a pobreza, uma história em que a maioria dos brasileiros enxergariam seu próprio reflexo.

As dificuldades com o transporte público são muitas, das quais eu mesma sou testemunha, pois presencio diariamente os problemas enfrentados pelas pessoas com deficiência para utilizá-lo, dentre eles, a falta de manutenção da plataforma para cadeira de rodas e outras limitações motoras que provoca o seu mau funcionamento. Os usuários são deixados no ponto à espera do próximo ônibus, ou são colocados para dentro pelos próprios passageiros, o que pode causar graves acidentes. Além disso, grande parte dos veículos não tem esse mecanismo de acessibilidade, nem todas as linhas são atendidas por esse equipamento e em bairros periféricos o ônibus passa somente de hora em hora, isso quando não param por defeitos mecânicos ou atrasam.

Também na locomoção dentro do câmpus universitário existem alguns obstáculos para a estudante **AMOR**, que usa muletas, e às vezes precisa recorrer à ajuda dos colegas. Essa estudante relatou ainda que o fato de chegar tardiamente à universidade e ter uma trajetória escolar precária, as colegas de sala a ajudam com o conteúdo que tem mais dificuldade: *“quando eu não entendo estão sempre dispostas a ajudar”*.

Em relação à idade, **AMOR** mandou um recado para aqueles que acham que a universidade não é lugar para a terceira idade: *“as pessoas falam ‘uma velha estudando’, velha são os jovens que não tem coragem de encarar uma faculdade, um banco de escola, para mim esses são velhos, me sinto igual a todo mundo, vou em frente enquanto Deus me der vida e saúde”*.

No Brasil, grande parte das pessoas com deficiência vivem múltiplas exclusões dentro da sociedade, como é o caso dessa estudante, que além dos percalços em relação à deficiência já sofreu discriminação racial, de gênero, de condição social, além de ser mais uma pessoa a aumentar as estatísticas da infoexclusão, um desconhecimento que origina a falta de acesso aos meios de informação através das novas tecnologias, como a internet, por exemplo, pois segundo suas próprias palavras: *“eu não sei nem ligar o computador”*.

A questão da desigualdade social e sua interferência na educação das pessoas com deficiência, vem ao encontro de uma das falas do estudante **CONSCIÊNCIA CRÍTICA** que coordenava um projeto de doação de cadeiras de roda e teve que receber algumas de volta, devido às condições precárias dos bairros nos quais as crianças contempladas moravam, onde não havia asfalto ou calçadas, apenas ruas esburacadas, com obstáculos e pedregulhos, bastante poeira ou lama, dependendo do tempo, distantes dos pontos de ônibus e das escolas.

O relato do estudante **CONSCIÊNCIA CRÍTICA** demonstra a crueza da desigualdade social e a grandiosidade que esse desafio representa para a inclusão em nosso país, cuja interferência se faz sentir na educação das pessoas com deficiência em qualquer de seus estágios:

***CONSCIÊNCIA CRÍTICA:** e a gente vê que a falta de inclusão começa dentro de casa, na família, por que a família não tem dinheiro para comprar cadeira e levar o filho na escola, como é que ela vai levar o filho para a escola? Aí você leva a cadeira e fala “seu filho é matriculado”? Elas respondem “não por que é muito difícil, a escola é longe”. Mas ele tem direito! O deficiente mesmo, aquele que precisa ser incluído, a inclusão dele começa ser deficitária dentro de casa, por que a mãe não vai levar, pois é difícil, não vai pegar ônibus todo dia com a criança. Sair de casa às vezes para chegar no ponto de ônibus, a rua dela não é asfaltada, cansei de levar cadeira de rodas e seis meses depois voltar para buscar a cadeira por que não adianta. A terra destrói a roda, não aguenta uma semana, pensei “não pode minha senhora tenho uma cadeira há dez anos”, só que ela anda na terra todo dia! Estoura! O rolamento não aguenta! A culpa não é da mãe, são as condições que ela mora que dificultam levar até o ponto de ônibus, sair de casa para levar a criança ao ponto de ônibus é um problema. E a lama, como sai com uma criança em cadeira de rodas e um guarda-chuva?*

É por conta dessa problemática que o acesso, a permanência e até mesmo o desenvolvimento dos estudantes com deficiência no ensino superior não se resume ao espaço da universidade, pois as condições de vida no geral também precisam ser melhoradas, incluindo-se nelas a educação de qualidade desde o ensino básico. A desigualdade social é um ponto central quando se discute inclusão na educação e na sociedade, por que compõe a base do processo de exclusão dessas pessoas e dos demais grupos historicamente excluídos. Na falta dessas condições, dentro e fora da educação, a solidariedade entre as pessoas é um dos poucos aliados com os quais muitos precisam contar para minimizar as dificuldades encontradas.

No caso do estudante **LIBERDADE**, além do bom relacionamento, seus colegas de sala o ajudaram bastante com a cadeira de rodas, por que não havia rampas para descer todos os meio-fios. Além disso, a mesa que não é especial mas serve para escrever, nunca está na sala em que estuda. Os colegas é que a procuram nas outras salas para trazê-la de volta, quando não a encontram esse estudante é obrigado a fazer suas atividades no colo.

As estudantes **SOLIDARIEDADE** e **PRÁXIS**, nos momentos em que tiveram conflitos com professores ou a instituição pela garantia de seus direitos, tiveram o apoio dos colegas “de dentro” que se alinharam na defesa de suas reivindicações. Ainda há certa

dificuldade individual e institucional com a democracia e o respeito às diferenças humanas, suas alteridades ou até mesmo o atendimento de suas necessidades educativas. Esses conflitos serão relatados no item 3.1.2 e 3.1.3 sobre a relação com os professores e a instituição, respectivamente.

Os entrevistados relataram vários tipos de apoio mútuo entre as pessoas com deficiência e os estudantes “de dentro”, essa rede de solidariedade é importante quando falta uma política institucional estruturada que ajude a construir o processo de inclusão dentro da IES, e também na ausência ou ineficácia de políticas sociais que a promovam de forma mais profunda e ampla, dentro e fora da universidade.

Após a exposição sobre os colegas “de dentro”, passa-se agora à análise das falas dos estudantes sobre sua percepção em relação aos colegas “**de fora**”, os que não se relacionam diretamente com os estudantes com deficiência em suas salas de aula, mas interagem de uma forma ou de outra nos espaços comuns da universidade: cantina, restaurante, calçadas, fotocopiadora, biblioteca, anfiteatro, banheiros, estacionamentos, pontos de ônibus, etc. Reiterando que a falta de consciência e os conflitos existem à medida em que a deficiência de uns interfere na rotina dos demais, enquanto isso não ocorre, existem apenas olhares “atravessados” ou “curiosos”.

Os estudantes pesquisados são pessoas em diferentes etapas dos cursos de graduação e que apresentam diferentes deficiências, nem todos tiveram experiências boas ou ruins em relação aos demais alunos, mas todos relatam que no início de seus cursos houve um certo estranhamento, as pessoas olhavam com curiosidade sobre eles, mas isso conseguiram superar.

Antes de realizar as entrevistas com os estudantes, havia lido a tese de Renders (2012) sobre a emergência e a invisibilidade das pessoas com deficiência na universidade, particularmente, pensei que talvez não encontrasse essa “invisibilidade” no câmpus lócus da pesquisa, não conseguia visualizar como esse processo se daria entre nós, dadas as proporções ainda pequenas e por estar localizado em uma cidade de dimensões e cultura relativamente provincianas. No entanto, alguns relatos mostraram na prática como é possível homens e mulheres tornarem-se invisíveis aos olhos dos demais. Leiamos então as histórias dos estudantes sobre seus colegas “de fora” e a invisibilidade das pessoas com deficiência nessa relação.

Concordando com o estudante **CONSCIÊNCIA CRÍTICA**, algumas coisas podem parecer pequenos detalhes para quem não tem deficiência, mas para as pessoas com deficiência são atos que se fossem observados e refletidos por todos, os ajudariam, não

somente na universidade mas em outros ambientes sociais, entretanto, questionar e rever comportamentos demanda conscientização e essa não ocorre espontaneamente ou apenas pela existência de leis, mas sim a partir de ações que levem a isso dentro das instituições .

Esse estudante, por exemplo, tem problemas constantes com o estacionamento exclusivo, várias vezes entrou em atrito com alunos não deficientes e deixou de estacionar próximo ao bloco onde assiste aulas, por causa de carros indevidamente estacionados nas vagas específicas. O desrespeito em relação ao estacionamento o faz caminhar por uma distância considerável, causando desconforto e dor física, além do constrangimento de ter direito à vaga mas nem sempre poder usufruí-lo. Numa dessas vezes, entrou em conflito na tentativa de educar a estudante, que ao ser questionada ainda retrucou e estacionou o carro na vaga para idosos. O estudante **CONSCIÊNCIA CRÍTICA** continuou a questioná-la e só depois de muita discussão retirou o carro das duas vagas.

Além de atritos em relação aos estacionamentos, falta conscientização dos demais alunos sobre a prioridade de pessoas com deficiência, idosos, gestantes e lactantes nas filas de atendimento. A maioria age como se não houvesse ali alguém com direito a prioridade, mas também não existem placas indicativas que ajudem a influenciar tal consciência. Citarei abaixo alguns exemplos extraídos da fala de duas alunas entrevistadas.

A estudante **UTOPIA** usa prótese em uma das pernas e está sempre de bermuda para facilitar seus movimentos, no entanto, quando anda de um ponto a outro no câmpus é ela quem dá lugar para os alunos passarem na calçada e nos corredores, segura nas árvores, desce o meio fio e desvia o caminho para dar a passagem aos que não tem nenhuma limitação sensorio-motora, também nas filas sua prioridade não é respeitada. Esses são alguns exemplos da invisibilidade vivida por alguns estudantes, que ocorre tanto em nível institucional quanto interpessoal:

UTOPIA: *às vezes quando a gente vai de uma sala para outra, tudo dificulta (em dois blocos diferentes). Temos a sala lá (em outro bloco) e os laboratórios aqui, esse percurso tem umas calçadas quebradas, altas ou muito estreitas, conforme a gente está passando, as pessoas não nos veem e temos que desviar, descer no chão (asfalto). Descer no chão para eles passarem e depois a gente continuar. Isso acontece todos os dias comigo. Não é um dia só não, todos os dias. Quantas vezes tenho que segurar naquelas árvores ao lado onde vou passando, pisar dentro do canteiro, do tronco da árvore, por que os alunos não dão lugar para você passar. Às vezes eles esbarram em mim e por eu não ter firmeza na perna, dependendo do jeito que a pessoa esbarrar, posso cair. No RU pego fila normal. Eu não tenho preferência. Fico sem graça de cortar a fila por que 90 por cento dos que estão nela são os que eu tenho que dar lugar para eles passarem na*

calçada. Por vergonha. Dói, dói muito a perna, muito, tem dia que está até machucado aqui embaixo.

Em relação à comunidade acadêmica, para a estudante **SOLIDARIEDADE** o que mais a incomoda e entristece são as situações humilhantes que já sofreu por parte de alunos que não são de sua turma. No caso dela, isso ocorre principalmente quando está no laboratório com outras turmas e tem que puxar o computador para poder enxergar a tela: “*eles começam a rir*”, “*essas coisas magoam a gente, fica aquela mágoa*”; ou quando precisa ir à fotocopadora e ao imprimir no computador deles as apostilas e documentos, demora mais por causa da baixa visão.

As palavras dessa estudante demonstram como as ações irrefletidas de uns interferem tão profundamente na vida dos demais, mas também nos fazem pensar sobre a importância do diálogo e da ação institucional diante de todas as questões concernentes à inclusão desses estudantes, desde as menores até as mais amplas:

SOLIDARIEDADE: tem hora que pelas humilhações que a gente passa dá vontade de desistir, como as que acontecem na xérox, eu passo por essa humilhação, às vezes a gente se sente assim como se fosse diferenciado, que tivesse que ir por uma porta lateral. Não está dando prioridade, por exemplo, eu não enxergo aquela setinha para levar o mouse, não enxergo a letra por que é muito pequena. Uma vez eu falei “meu Deus, não acredito que estou passando por isso, que vergonha”. Às vezes tenho vontade de nem vir uniformizada, por que às vezes eles denigrem o curso e a pessoa que está demorando no computador da xérox. Aí eu espero tirar xérox do pessoal. Para não passar vergonha, às vezes espero aquele monte de gente sair, para eu poder falar sobre o que preciso, por que é aquela coisa, você se sente humilhado, parece mendigar, coisa assim.

Essa estudante acredita que o problema é falta de conscientização mas também de envolvimento institucional nesse processo e compara a situação do câmpus em que estuda à de um outro que visitou em Minas Gerais, no qual há um trabalho junto à comunidade acadêmica (professores, técnicos e estudantes), no intuito de conscientizá-la sobre as atitudes que se traduzem em ações discriminatórias: “*é por falta de conhecer, saber mais, por que eu acredito que na universidade que visitei por eles saberem que existe e ser tão falado é diferente*”.

Na visão dos estudantes com deficiência falta conscientização da instituição junto à comunidade acadêmica e para além de seus muros: “*acho que precisaria o câmpus todo trabalhar essa questão, não só dentro do campus mas também na sociedade, na escola, em todo lugar*” (**ESTUDANTE SOLIDARIEDADE**).

Considerando que existimos na relação com o Outro, cuja mediação amplia a nossa consciência, “com efeito, ninguém se humaniza voluntariamente, ninguém supera suas limitações valendo-se apenas do espontaneísmo”, por isso, “toda relação encerra uma atividade, um trabalho, um saber e um tipo de apropriação do mundo” (ROSS, 2012, p. 78).

Transformar as relações dentro da educação e da sociedade requer atitude e uma práxis voltada a esse objetivo, portanto, é necessário reflexão e ação para que as mudanças ocorram.

As leis são importantes balizadores mas é preciso ir além: refletir sobre a inclusão, o que representa para as pessoas a serem “incluídas” e agir para materializá-la de forma mais ampla, profunda e justa.

Naturalizar as relações desiguais ou insistir na invisibilidade do Outro não levará às mudanças necessárias. Por outro lado, iniciar ou aprofundar o diálogo, pode levar à consciência de que é preciso mudar a mentalidade individual e institucional. Esse trabalho de conscientização pode ser realizado de inúmeras maneiras dentro de uma IES e além disso, a amplitude do potencial alcance da universidade pública nos habilita a acreditar que possa também influenciar mudanças na própria sociedade, muito além de suas guaritas.

3.1.2 A relação com os professores

A humildade exprime, uma das raras certezas de que estou certo: a de que ninguém é superior a ninguém.

Freire

Os relatos dos estudantes sobre a relação professor-aluno-deficiência no ensino superior são divergentes entre si, isso ocorre por que a inclusão é um processo em construção, tanto em nível individual quanto coletivo, social e institucional, transpassado por contradições históricas e contextuais, construído por seres humanos com diferentes concepções de mundo e educação, além de formações e limitações também diversas.

Seres humanos diferentes, reunidos em um ambiente educacional no qual toda a diversidade social se encontra, e é a partir dessa relação, mesmo nos momentos de atrito, que são criadas as oportunidades de reflexão sobre si próprios e sobre a instituição, com a possibilidade de renovação, revendo atos e omissões que obstaculizem a inclusão dos estudantes com deficiência na universidade.

Essa multiplicidade de ideias, histórias e sujeitos marca a relação entre os professores

e os estudantes com deficiência através das mesmas variáveis elencadas na página 113, acrescidas da falta de formação inicial e contínua ou de uma política institucional que oriente de forma mais profunda e efetiva o trabalho com as diferenças humanas ou dito em outras palavras, com a diversidade de seu alunado.

Entretanto, percebe-se no cômputo geral das falas dos entrevistados que dentro da universidade essa relação transcorre “tranquilamente” enquanto as necessidades oriundas da deficiência não interferem na rotina de parte dos professores e da instituição de ensino. O que denota, em parte, a superficialidade com que é considerada a inclusão em algumas instituições, resumida a questões de acessibilidade física sem que seja alterada a formação dos profissionais da educação, a organização do processo educativo e o funcionamento geral da instituição.

Uma inclusão mais ampla e real demanda a necessidade de ultrapassar as fronteiras da simples integração de alguns indivíduos com deficiência. Para alcançar esse intento, os profissionais da educação e a IES como um todo, precisam mudar a mentalidade individual e institucional para verdadeiramente incluir essas pessoas, envolvendo mais profundamente a comunidade acadêmica nessa questão, pois o esforço de mudança deve ser coletivo e todos os que compõem a universidade tem responsabilidade nessa construção.

Para alguns estudantes, a relação com os professores é tranquila, ora por que não há pontos conflitantes mesmo ou começaram a estudar recentemente, ora por que os estudantes se impõem, ora por que silenciam e aceitam a integração como algo que deve partir apenas do esforço deles mesmos em acompanhar a “corrente”, sem que a instituição e os profissionais da educação se modifiquem para incluir.

No entanto, para outros, o ensino superior tem sido bastante conturbado. O posicionamento mais ativo desses estudantes diante das contradições a que se veem envolvidos durante o processo de formar-se como ser humano e cidadão na universidade, fez com que percorressem caminhos tensos e conflituosos, como os da estudante **SOLIDARIEDADE** “*não faço isso só por mim mas pelos outros que virão*”, ou os da estudante **PRÁXIS** “*sou vista como um problema*”, por exemplo.

Ainda hoje, a relação professor-aluno envolve o exercício de poder de um sobre o outro, como uma prática resistente da educação tradicional, ainda arraigada nas instituições de ensino e na mentalidade dos professores. É a “educação bancária” como Freire (2011) a denominava, que não encontra mais sentido na realidade atual, nem mesmo para o próprio sistema capitalista que a conformou assim, mas resiste à mudança dos tempos.

Os professores que enxergam a educação sob essa ótica tem bastante dificuldade em

trabalhar com a diversidade humana, são formatados ideologicamente para trabalhar apenas com o que é homogêneo e padronizado, não mudam suas atitudes e metodologias, independentemente das necessidades especiais de seus alunos, não conhecem nem mesmo suas histórias, não lembram seus nomes, apenas reproduzem os rituais tradicionais sem questionar a validade dos mesmos ou sobre o que é realmente essencial na educação para a luta contra exclusão na sociedade atual. Para esses casos, seria preciso haver uma consciência maior sobre a importância de seu papel e função social:

Não é possível atender às necessidades coletivas, em todas as suas dimensões, se o educador não estiver consciente do seu papel nas transformações da sociedade. Comprometidos com a educação e com a democratização da sociedade, cabe aos educadores pensar alternativas e caminhos para a superação dos problemas da educação (ROSS, 2012, p. 96).

Somos humanos e por essa humanidade somos contraditórios, inconclusos e limitados, mas rever nossos atos e pensamentos deve ser uma constante em nós, pois a criação e a recriação da realidade também contraditória é o que poderá fazer a vida individual e coletiva tornar-se melhor, mais justa, mais humana. É preciso ouvir humildemente as razões e necessidades do outro e fazer um exame de consciência individual e coletiva sobre nossas atitudes. A reflexão e o questionamento são elementos fundamentais para a conscientização sobre os descaminhos percorridos e a construção de um outro projeto de educação.

O discurso de humanização e democracia que permeia as instituições necessita ter correspondência com suas práticas, partindo do pressuposto de que ninguém é superior ou inferior. Diante disso, reitero que apenas tolerar não é incluir, pois a tolerância reproduz desnivelamento nas relações entre professores e alunos como se observa na citação abaixo:

A tolerância, aparentemente, é uma reação positiva. Entretanto, uma análise um pouco mais atenta permite observar que tolerar o outro denota uma situação de desnivelamento. Quem está acima, tolera quem está abaixo. Aqueles que nos incomodam ou são diferentes de nós, normalmente, não são encarados com a mesma consideração que aqueles que julgamos serem parecidos conosco. Meramente suportamos essas presenças, desde que não invadam nosso espaço privado. Andamos indiferentemente a essas pessoas, damos encontrões, cortamo-lhes a frente sem maiores consequências. Porém, diante do primeiro sinal de desentendimento [...], esse “convívio tolerante” transforma-se em agressividade. Aquelas pessoas tornam-se incrivelmente visíveis, em todos os seus desagradáveis detalhes. Nessa perspectiva, os Outros serão sempre vistos em relação a um ponto de vista apenas, ou seja, o ponto de vista dominante (ALCOBA et al., 2009, p. 41).

Nesse sentido, a emancipação humana a que Paulo Freire se refere em suas obras, diz respeito tanto a alunos quanto a professores e aos demais membros da sociedade que vivenciam relações de poder opressivas entre si e são por elas limitadas. A dicotomia entre superiores e inferiores contribui para reproduzir a ideia de “normais” e “anormais”, de aptos e não aptos, de capazes e incapazes, de completos e incompletos, dessa forma reproduz-se na educação a ordem individualista e a seleção social darwinista que ocorre dentro da própria sociedade. A partir dessa conformação social que nos divide e atomiza, a ideia predominante é de resistência às mudanças e até mesmo ao questionamento sobre a necessidade de mudar.

Assim, generaliza-se e institucionaliza-se o pensamento pelo qual “eu não mudo, os outros é que devem adaptar-se às regras”, estabelecidas geralmente de forma unilateral, autoritária, antidemocrática, injusta e atemporal. Tal mentalidade é refratária à problematização da realidade e traduz-se em atos, pensamentos, usos, costumes, práticas, crenças e preconceitos arraigados, irrefletidos e repetidos ao longo do tempo, que em alguns momentos tornam-se até mesmo ilegais, pois contrariam a legislação nacional e internacional que versa sobre a diversidade humana na educação, como por exemplo, a inflexibilidade das metodologias de ensino, incluindo as de avaliação, ou a invisível unicidade de cada ser diante do peso das instituições e seus efeitos sobre as pessoas que a compõem.

Tendo em vista as diferentes percepções dos estudantes com deficiência sobre os professores no ensino superior, influenciadas pelas variáveis anteriormente citadas e que produzem diversas visões sobre o mesmo tema; início pelas falas dos entrevistados cuja trajetória acadêmica não foi perpassada, até o momento, por situações-limite ou opressoras e nos apresentam experiências positivas.

Algumas dessas vivências vêm dos relatos da estudante **AMOR**, cuja deficiência não interfere nas atividades normais da graduação e está cursando o primeiro semestre ainda, mas diz que *“os professores são cativantes, me tratam muito bem, inclusive quando eu tenho muita dificuldade para entender, estão sempre dispostos a ajudar, mas no começo tinha um pouco de receio de um professor, mas agora está interagindo, se preocupa, então para mim ele também me incluiu (muitos risos)”*.

No curso de graduação da estudante **AMOR** há um diferencial em relação aos demais que precisa ser ressaltado: trata-se de uma licenciatura na qual existe uma maior preocupação em formar para a diversidade, apesar de não constar como ementa em disciplinas específicas, o questionamento e o trabalho de conscientização perpassa uma série de atividades, em várias disciplinas, e é alvo de debate extracurricular.

A experiência vivida por essa estudante já no primeiro semestre, denota a preocupação

dos professores com essa questão, mas também a autonomia desses em relação ao redimensionamento das atividades e ao questionamento mesmo que transversal sobre a problemática da inclusão.

A fala dessa estudante nos mostra que é possível fazer mudanças, que é menos difícil do que se imagina, que existem professores conscientes e compromissados com a construção de um mundo melhor a partir de seu trabalho, que a educação é resistência e transformação no mesmo espaço, o que nos remete ao “inédito viável” de que Freire nos falava, ou seja, fazer o que é possível aqui e agora, pensar e agir diferente, sair do padrão, realizar o máximo e o melhor que pudermos com o que podemos concretizar de imediato; concomitantemente à luta pela conquista do que idealizamos como uma educação de qualidade, instrumento de justiça e inclusão social para todos.

A mesma percepção em relação aos professores é compartilhada pela estudante **UTOPIA**: *“sou uma pessoa que me apaixonei demais pelos meus professores, são muito dedicadas aos alunos na sala de aula”*. No entanto, essa aluna estuda no mesmo curso, na mesma turma e com os mesmos professores da estudante **SOLIDARIEDADE** que mais à frente relata conflitos nessa relação, cuja ocorrência é observada à medida que a deficiência interfere na rotina e nos rituais tradicionais da educação e dos professores.

O estudante **LIBERDADE** também elogiou os professores e a coordenação de seu curso, mas no início da entrevista era perceptível que estava receoso em falar sobre essa relação, no decorrer do diálogo ficou claro que não era pela existência de atritos mas por considerar que poderia haver uma atuação mais efetiva para sua inclusão. Em algumas de suas falas percebe-se que a maioria dos professores se atém apenas ao que lhe é atribuído tradicionalmente e são poucas as atitudes que vão além disso para melhorar a vida acadêmica desse aluno. É inexpressivo o envolvimento docente no processo de construção de uma universidade inclusiva, dos pequenos detalhes até as mais amplas discussões como a formação docente por exemplo, o que acaba contribuindo para aumentar ainda mais a invisibilidade desses estudantes na IES, pois se o aluno e o professor não reivindicam mudanças, a instituição não se movimenta para realizá-las e as pessoas com deficiência deixam de ser atendidas em suas necessidades ou respeitadas em seus direitos.

Um exemplo disso é a mesa utilizada por esse estudante em cadeira de rodas que não fica de forma permanente em sua sala e precisa ser “procurada” pelo câmpus para que ele possa assistir às aulas apoiando seus livros e cadernos. Outro exemplo é o banheiro especial para pessoas com necessidades especiais que está sendo usado como depósito de materiais de limpeza, no prédio em que o aluno em cadeira de rodas estuda. Ambos os fatos foram

relatados pelos próprios estudantes e estão presentes em suas falas nesta unidade. Observa-se que falta um envolvimento mais efetivo de grande parte dos professores, coordenações, técnicos e dos próprios estudantes nas mais variadas questões relacionadas à inclusão no câmpus pesquisado.

Tomar medidas paliativas como procurar a mesa todos os dias não é a solução adequada, seria necessário e mais eficaz identificá-la, conscientizar os demais usuários, colocar avisos, ou melhor ainda, ter uma em cada sala. Enquanto a procuram, o estudante **LIBERDADE** atrasa suas anotações e sente-se constrangido pela necessidade de mobilizar seus colegas, mas o pior é quando não a encontram e escreve com o caderno em seu colo. Um “detalhe” importante nessa questão é que professores e coordenação sabem e veem isso acontecer quase todos os dias. A questão do banheiro também é de conhecimento geral.

No transcorrer da entrevista, o estudante **LIBERDADE** sentindo-se mais seguro para falar, desabafou o que sente sobre o banheiro especial que não pode usar, das viagens de estudo que não participa pela falta de um ônibus com plataforma elevatória e da mesa que quase nunca está à disposição, sem que sejam observadas ações efetivas para proporcionar melhores condições educativas a esse aluno:

***LIBERDADE:** eu penso o seguinte, as pessoas falam bastante de inclusão, inclusão, inclusão, mas na prática não fazem quase nada. Eles falam de inclusão mas você chega nos lugares e aqui mesmo na UFMT não tem. A pessoa quando tem deficiência não gosta de ficar pedindo ajuda, quer ser independente. Os professores e o coordenador já perceberam, várias vezes de chegar na sala e não ter mesa, aí eu escrevo em cima do meu colo mesmo, na mochila. Falta planejamento e conversar. No começo até que conversei com o professor e falei que toda vez eu chego e essa mesa nunca está aqui. Ele disse que o pessoal do dia tira e leva para outra sala e não volta.*

O teor do que foi relatado pelos estudantes diz respeito ao processo de ensino-aprendizagem e também à gestão da universidade, cujos quadros são ocupados predominantemente por docentes, ou seja, eles não atuam apenas como professores mas estão envolvidos em colegiados, coordenações, gerências, direções, pró-reitorias e etc.

Em tese, todos estariam habilitados a debater institucionalmente pela inclusão ou reivindicar a melhoria das condições educativas para os estudantes com deficiência, proporcionando um bem-estar maior dentro da IES.

Algumas pessoas como o estudante **LIBERDADE** conseguem superar esses problemas e seguir em frente apesar das dificuldades, mas somos diferentes, talvez um outro

aluno em seu lugar não reagisse da mesma forma e desistisse do curso. O que para a maioria pode parecer pequeno ou superdimensionado, para quem tem necessidades reais não vê-las atendidas pode ser constrangedor e desmotivante.

Por isso, para o estudante **CONSCIÊNCIA CRÍTICA**, tanto a instituição quanto os professores precisam assumir uma postura mais proativa em relação à inclusão das pessoas com deficiência e não agir apenas reativamente aos problemas que surgirem, é preciso diálogo, planejamento e ações mais profundas e amplas: “*a universidade precisa ter uma atitude menos reativa e mais proativa em relação aos estudantes com deficiência*”.

Esse estudante diz que se dá bem com os professores de seu curso, mas completa “*sou bastante crítico, não deixo nada guardado*”. O posicionamento altivo diante das situações adversas ajuda no transcorrer do processo educativo, ao expor as necessidades e exigir seu atendimento.

Apesar de não haver nenhuma ocorrência entre ele e os professores, o estudante **CONSCIÊNCIA CRÍTICA** acredita que certas metodologias precisam ser revistas, não somente para os estudantes com deficiência mas para todos os alunos, contribuindo com a elevação da qualidade no ensino, ajudando a resolver um dos pontos críticos na relação com os estudantes que apresentam necessidades educativas especiais: as formas e os prazos das avaliações. Esse estudante acredita que diversificar, inovar e mudar é necessário:

***CONSCIÊNCIA CRÍTICA:** não concordo com prova, limita o aluno e acho uma metodologia que nos dias de hoje não ajuda. Como é que você faz um aluno fazer prova sem consulta, se a vida, se os alunos que estão hoje na universidade desde que nasceram estão em contato com o mundo, aí você vai esquecer o mundo para fazer prova. Dê uma prova inteligente, que ele possa fazer consulta, que crie e não que apenas copie.*

O diálogo com esse aluno foi bastante interessante, disse que pretende ser professor universitário, é incentivado a isso por seus professores, tem muitas ideias para mudar a instituição, mas acredita que a universidade não esteja preparada para tanta renovação e que a tendência maior dessa instituição seja a de manutenção de uma determinada ordem e não o seu questionamento.

Concordando com ele, pequenas mudanças já são difíceis para os professores e a universidade como um todo, imaginem as maiores, essas dependerão ainda de muitos diálogos e embates. Até mesmo mínimas como as relatadas pela estudante **DIÁLOGO**, que ao ser indagada sobre os docentes, diz que procura sempre adaptar-se à sala, aos professores, e se incomoda por ter que lembrá-los de sua deficiência auditiva, pois considera que o fato de vir

identificada no diário de frequência como estudante com essa deficiência, não precisaria estar repetindo a mesma coisa sempre. Os colegas não tentam adaptar-se e tampouco os professores, o esforço parte somente dela:

***DIÁLOGO:** tem uma opção quando preenche a matrícula, no requerimento da matrícula perguntam se você tem alguma deficiência ou não. Sempre eu tenho que falar. Em relação ao ambiente em sala de aula procuro sempre sentar na frente, procuro no início de cada semestre os professores que eu não tive oportunidade de conhecer antes, comunico eles sobre a perda auditiva que tenho, para facilitar o meu lado. Aí eu tenho que ficar falando. É estranho por que você tem que falar e o professor tem aquela observação no diário dele. Então, acho que ficaria legal o professor além de ver a observação que diz o tipo de deficiência, que prestasse um pouquinho mais de atenção. Seria menos desagradável do que o aluno ter que falar, pedir para falar mais alto, essas coisas assim. Olha, acho difícil a pessoa ler e não conseguir ver, por que o nome fica sublinhado, com asterisco e ainda com parênteses na frente.*

Apesar do registro no diário informar a presença de uma estudante com deficiência auditiva naquela sala, a aluna relata que apenas um professor a procurou para saber qual era o grau de acuidade e o que poderia fazer para ajudá-la, nenhum mais fez isso e ela seguiu comunicando, várias vezes, até mesmo para as pessoas que já havia avisado. Mesmo sendo informados a maioria não se adapta à sua dificuldade, então ela procura adequar-se ao máximo, mas nem sempre consegue acompanhar a explicação dos professores e conta com a ajuda dos colegas para repetir o que foi falado ou explicar o conteúdo ministrado, pois as metodologias de ensino permanecem inalteradas:

DIÁLOGO:** daí o professor começou a falar alto(após ter comunicado que escutava pouco) mas depois ia abaixando, abaixando...Um dia foi fazer um ditado, eu não estava ouvindo nada do que ele falava, ficava perguntando o que ele falou, o que ele falou? Aí não aguentei e sentei lá do lado dele para ver se ele lembrava que tinha que falar mais alto. **Então é assim, procuro me adequar a eles entendeu?** Geralmente quando fico sem entender a matéria procuro sempre um amigo, alguém que tenha entendido e que faça a mesma disciplina para me explicar melhor. **Olha, não tenho como falar que me sinto excluída por que é uma deficiência que ninguém vê, mas não me sinto totalmente incluída e nem excluída.

A estudante **DIÁLOGO** vive em um esforço constante de adaptação aos demais, sem que esses tenham a mesma preocupação com ela e ainda se policia para falar baixo, pois não controla completamente sua voz por causa da deficiência auditiva e algumas pessoas sentem-se ofendidas por que não sabem disso:

***DIÁLOGO:** aprendi a falar baixo, todo mundo acha engraçado, mas é por que tenho a sensação de que estou falando alto, falo baixo para as pessoas não acharem que sou ignorante, grossa. Depois da primeira vez que tive problema vi que sempre ia ter que me expor para as pessoas compreenderem.*

Além da necessidade de metodologias de ensino que contribuam para a inclusão do estudante com deficiência, os entrevistados elencaram outras questões importantes que precisam ser revistas e modificadas, tais como o tempo para realização de provas e a flexibilização das avaliações, incluindo o estágio, que segundo alguns deles não são alteradas por falta de entendimento das necessidades especiais dos alunos e inadequação à legislação que os protege.

Os estudantes que têm baixa visão demoram mais para ler os textos, provas realizadas com consulta ou questões muito longas são difíceis para eles, sentem-se prejudicados por esse tipo de avaliação e consideram que o tempo deveria ser ampliado ou que houvesse uma forma mais adequada de avaliá-los.

Para os que possuem limitações motoras e sensoriais, as atividades que demandam muitas horas em pé ou andar grandes distâncias constitui-se como um problema tanto à saúde quanto à aprendizagem. A estudante **PRÁXIS**, cujos professores de seu curso realizam várias atividades desse gênero, considera ilegal e desumano não alterar tais procedimentos, pois dependem apenas de uma reestruturação das práticas para adequá-las à realidade dos alunos, o que proporcionaria condições iguais de desenvolvimento para todos dentro da universidade.

As mudanças necessárias à inclusão requerem a revisão de conceitos e práticas cristalizadas ainda compartilhadas por muitos profissionais da educação.

Uma realidade diversa exige posicionamentos e estratégias diversificadas, mas também requer fundamentalmente o diálogo para articulação dos pontos conflitantes entre as necessidades educacionais dos estudantes com deficiência, os professores e a instituição, assim como considerar a subjetividade envolvida nesse processo, já tão esquecida em meio a tanta racionalidade, como é ressaltado por Baranauskas, Mantoan e Melo-Solarte (2009, p. 11):

Saberes enredados potencializam o caráter multidimensional dos problemas e encaminham soluções que são criadas pela diversificação dos posicionamentos de cada um que compõe essas redes. A reviravolta da inclusão implica, em caráter institucional, a extinção das oposições excludentes (iguais/diferentes) e, no pessoal, a busca da articulação, flexibilidade, interdependência entre as partes que se conflitam nos nossos pensamentos, ações e sentimento. [...] As ações educativas inclusivas têm

como eixos o convívio, o reconhecimento e o questionamento das diferenças na aprendizagem como experiência relacional, participativa e significativa para o aluno, pois contempla a sua subjetividade, construída no coletivo educacional.

A atitude dos professores que não mudam as estratégias de ensino e aprendizagem, independentemente das necessidades especiais dos alunos, transforma-se em uma forte barreira para a permanência e desenvolvimento nessa instituição, desestimulando os estudantes que já enfrentam muitas outras adversidades para estarem na universidade.

Outro fator resultante de situações conflituosas com aqueles professores que não mudam sua forma de ensinar, quase não discutido em trabalhos científicos mas que preciso citar pois vem da percepção dos próprios entrevistados, é o sofrimento psíquico que essa relação desigual produz em certos casos. Para alguns estudantes com deficiência, os processos excludentes presentes na universidade e na sociedade, somadas às experiências conflitantes vividas com seus professores, por conta das tendências normalizantes presentes em seu trabalho que os impedem de mudar; contribuem para ocasionar ou aprofundar quadros depressivos como os que pude verificar no diálogo com **PRÁXIS** e **SOLIDARIEDADE**²⁰.

Nesse caso concordo com Tomasini (2012, p. 118):

É no ciclo cotidiano de enfrentamento das restrições à sua aceitação social que o indivíduo constrói sua história. O fracasso e/ou o sucesso em seguir as normas sociais têm um efeito direto sobre sua integridade psicológica. A questão de ser fiel a elas não depende só da boa vontade, mas também de sua condição. Os valores que compõem a identidade de uma sociedade vão influenciar todas as relações entre os indivíduos, relações que se estabelecem em todo o cotidiano. No “cerimonial” das interações, a identidade pessoal de um indivíduo marcada pelos sinais evidentes que expõem à percepção dos demais sua diferença, entra em confronto com um elaborado modelo de normalidade. É nesse campo de forças que ele elabora a imagem que tem de si mesmo e adquire uma identidade social com base nos interesses e nas definições de outras pessoas.

A necessidade de transformar as relações sociais dentro da educação, nos remete ao encontro com a subjetividade humana, a afetividade, a solidariedade, o amor, o reconhecimento e o respeito às diferenças e alteridades envolvidas nesse processo, bem como a luta pela educação pública, de qualidade, com condições justas para todos. Uma educação que exista para a libertação do ser humano e não para sua opressão, que contribua para a

20 – Para melhor entender a manipulação da identidade que se dá nas relações sociais sobre a deficiência ler “Estigma” de Erving Goffman, 1988.

construção do “ser para si” e não do “ser para o outro” (FREIRE, 2011). Para tanto, precisará estar livre das formatações produzidas pelas ideologias colonizantes que acompanham o ideário liberal e correspondem a uma determinada forma concreta de sociedade e educação, organizadas sob relações de poder desiguais e opressivas.

Por outro lado, a universidade tem um significado determinante para o desenvolvimento pessoal, cultural e profissional desses estudantes. De certo modo, representa vitória, superação, conquista de um direito, estar em comunhão com os demais, mas quando não encontram as condições necessárias ou um atendimento mais humano, sofrem com isso, e para alguns, o sonho de formar-se como cidadão e profissional é transformado em uma experiência penosa e injusta.

A falta de acessibilidade pedagógica não parte apenas dos professores, também é reflexo de uma instituição que ainda não construiu um sólido canal de diálogo para a revisão de suas práticas e de sua natureza, fruto de uma sociedade que organiza a educação tal como ela mesma funciona, de forma seletiva, competitiva, injusta, excludente.

No entanto, vivemos um tempo em que esse modelo educacional e social mostra “sinais de esgotamento e, no vazio de suas ideias, surge o momento oportuno das transformações” (MANTOAN, 2009, p. 10). A contestação da realidade de ambos é o que poderá levar à construção de uma vida mais justa e de qualidade para todos, independentemente das diferenças entre as pessoas.

Ser professor exige o questionamento e a revisão constante de atos, pensamentos e omissões, assim como o compromisso com a transformação da própria educação em instrumento de emancipação humana. Contraopondo-se, dessa forma, ao processo desumanizante posto em marcha na educação pela individualização neoliberal, contrária ao diálogo e à inclusão, defensora dos mecanismos sociais seletivos e excludentes responsáveis pela frieza nas relações entre as pessoas e entre essas e as instituições de ensino que elas mesmas compõem.

A construção de uma universidade inclusiva não se dará somente pela intervenção dos professores, mas a materialização desse ideal depende da conscientização sobre a necessidade de transformar e do compromisso desses profissionais com o ato de realizar essa transformação. Além disso, a responsabilidade da universidade sobre a inclusão das pessoas com deficiência ultrapassa e muito os muros da instituição e até mesmo os limites do próprio processo de renovar-se para incluí-las, pois faz parte das lutas por sua democratização e autonomia, contra o neoliberalismo e a exclusão, como podemos observar em Chauí (2003, p. 12):

Pensando numa mudança da universidade pública pela perspectiva da formação e da democratização, creio que podemos assinalar alguns pontos que são a condição e a forma dessa mudança: 1. Colocar-se claramente contra a exclusão como forma da relação social definida pelo neoliberalismo e pela globalização: tomar a educação superior como um direito do cidadão [na qualidade de direito, ela deve ser universal]; defesa da universidade pública tanto pela ampliação de sua capacidade de absorver sobretudo os membros das classes populares, quanto pela firme recusa da privatização dos conhecimentos, isto é, impedir que um bem público tenha apropriação privada. Romper, portanto, com o modelo proposto pelo Banco Mundial e implantado no Brasil com a pretensão de resolver os problemas da educação superior por meio da privatização das universidades públicas ou pelos incentivos financeiros dados a grupos privados para criar estabelecimentos de ensino superior, que provocou não só o desprestígio das universidades públicas [porque boa parte dos recursos estatais foram dirigidos às empresas universitárias] como a queda do nível do ensino superior [cuja avaliação era feita por organismos ligados às próprias empresas]. 2. Desfazer a confusão atual entre democratização da educação superior e massificação. Para isso, três medidas principais são necessárias: a) articular o ensino superior público e outros níveis de ensino público. Sem uma reforma radical do ensino fundamental e do ensino médio públicos, a pretensão republicana e democrática da universidade será inócua. A universidade pública tem que se comprometer com a mudança no ensino fundamental e no ensino médio públicos. A baixa qualidade do ensino público nos graus fundamental e médio tem encaminhado os filhos das classes mais ricas para as escolas privadas e, com o preparo que ali recebem, são eles que irão concorrer em melhores condições às universidades públicas, cujo nível e cuja qualidade são superiores aos das universidades privadas. Dessa maneira, a educação superior pública tem sido conivente com a enorme exclusão social e cultural dos filhos das classes populares que não têm condições de passar da escola pública de ensino médio para a universidade pública.

A consciência sobre a necessidade de transformação e o compromisso que isso exige serão fundamentais para uma universidade que se quer inclusiva.

Das pequenas às grandes mudanças, todas serão importantes e ajudarão a construir uma relação mais justa para as pessoas com deficiência na instituição.

Pode-se observar, por exemplo, que a estudante **SOLIDARIEDADE** teve dificuldade até mesmo para solicitar uma simples prova ampliada como pode ser verificado em suas falas transcritas na próxima página, pois apenas um professor preocupou-se em perguntar qual era a sua acuidade visual e prontamente atendeu sua necessidade. Segundo essa aluna nenhum outro professor veio até ela, apesar da anotação no diário de frequência informar a presença de uma estudante com deficiência visual na sala. Ao solicitar um atendimento diferenciado em relação às avaliações, disseram que ela deveria procurar a coordenação para resolver a questão. **SOLIDARIEDADE** disse que foi orientada pela coordenação do curso a montar um

processo para solicitar as provas ampliadas, mas também foi avisada de que deveria lembrar os professores constantemente antes de todas as provas.

Trabalho no câmpus há vinte e dois anos e posso afirmar que do mesmo jeito que o Professor as imprime ou xerocopia para os demais alunos pode fazê-la ampliada sem a necessidade de burocratizar algo tão básico quanto uma prova. A maioria dos professores efetivos trabalha com duas ou três turmas, além disso, com tão poucas pessoas com deficiência, burocratizar um procedimento tão simples e ainda ter que ser lembrado para atender a estudante, só se explicaria através da invisibilidade produzida pela indiferença à necessidades especiais dos alunos:

SOLIDARIEDADE: *não mudou, por que a prova foi igual [...],o meu coordenador falou que tenho que ficar falando para cada professor, eu me sinto humilhada, de toda vez ter que falar. Falaram que tenho que pegar os laudos dos médicos e montar o processo. Só assim vou poder conseguir reclamar e ter direito às minhas provas ampliadas, às minhas xérox ampliadas. Isso é um direito meu, é material pedagógico! Uma coisa também que acho errado aqui é que tem o meu nome no diário do professor dizendo que tenho uma deficiência, mas o meu professor de língua portuguesa foi o único que me deu prova ampliada, ele foi o único, não tive mais nenhum professor que se preocupou.*

SOLIDARIEDADE: *tive uma prova de consulta em um livro, as letras eram muito pequenas, a gente tinha um tempo, por que não tinha livro para todo mundo, então, o professor dividiu a turma, uma hora para cada. Foi cronometrado igual para todo mundo. Só que eu falei para o professor “para mim vai ser mais difícil por que procurar aqui e depois colocar vai ser mais tempo, para quem enxerga é rápido, já bate o olho e vê, eu não, tenho que ir e ler direitinho, assim perto, palavra por palavra, para poder ver se é aquele texto mesmo”. Nesse dia eu saí chorando daqui, por que eu pedi, eu falei “professor preciso de mais tempo para fazer a prova”, ele falou “não, seu tempo é igual a todo mundo”, pegou minha prova. Para não atrapalhar as colegas eu saí, mas saí por terra. Por que é nessas horas que você vê que não é forte. Também quando o professor passa questionário você tem que procurar no livro, os livros nunca são ampliados, então para mim cansa e dói muito, tenho bastante dificuldade. Eu saí chorando, me senti um lixo por ter pegado a minha prova assim. Mas falo “eu quero conseguir”.*

SOLIDARIEDADE: *quando fui reclamar da prova, que eu queria que as minhas provas fossem ampliadas e o meu tempo de prova fosse maior, principalmente em questão de pesquisa, falei com o coordenador e ele disse que eu teria que conversar com os professores. Eu me sinto... é que nem te falo, toda vez tenho que falar “mas professor eu tenho deficiência, toda vez, toda vez?”.*

Invisibilidade e indiferença são reforçados pelo processo contemporâneo de individualização dos seres e pela desconstrução neoliberal da identidade docente que afeta sua

autonomia profissional, uma saída seria reagir a essa situação e buscar formas para tentar barrar ou minimizar os prejuízos que vem causando à educação e à sociedade. Dentre as várias possibilidades, uma delas talvez pudesse ser a reestruturação da formação inicial e contínua dos profissionais da educação, mas sob uma nova perspectiva que considerasse o diverso, o imprevisível, o fora de padrão, as diferenças, a criatividade, a ousadia, o subjetivo, enfim, o humano nas relações sociais.

Nesse mesmo sentido, outra fala da estudante **SOLIDARIEDADE** chama a atenção pelo posicionamento de uma professora que, apesar de saber das dificuldades da aluna, protagonizou um episódio no qual a turma protestou contra a atitude tomada.

Neste e em vários outros relatos dos estudantes é bastante perceptível que falta informação e formação para os docentes trabalharem com as diferenças humanas, com um ensino que não seja padronizado e homogêneo:

SOLIDARIEDADE:** teve uma vez que a gente estava fazendo uma leitura na sala de aula, o texto era bem menor, uma letra bem pequena, aí a professora queria que eu lesse, falei “professora não tem condições, não enxergo essa letra”, ela falou “não, você enxerga sim!”. Então aí ela queria que eu lesse, até uma colega foi bem grossa com a professora, falei “está bem professora, você quer que eu leia, eu leio”, por que ela quis entrar em discussão na sala, então eu peguei e acabei lendo com muita dificuldade, pus bem mais perto do olho ainda. **Por causa das humilhações tem hora que a gente tem vontade de desistir!

Percebe-se que há necessidade de uma revisão geral na formação dos professores para trabalharem com a diversidade humana, mas os desafios vão além disso, pois para modificá-la com mais profundidade será preciso resgatar e reafirmar o compromisso da educação com a humanização das relações sociais e por estarmos envolvidos em uma realidade desumanizante, talvez somente ações contra-hegemônicas possam surtir um efeito mais amplo e transformador.

Através de conflitos iguais aos que foram relatados pelos alunos, reproduzimos as relações sociais individualistas da sociedade na educação, e isso é bastante grave, pois fere a função que possui como partícipe na humanização dessas relações. Relatos semelhantes a esses ouvi às centenas, de estudantes com deficiência ou não, durante minha longa experiência como profissional da educação. É bastante óbvio que algo precisa ser mudado, pelo bem não somente desses estudantes, mas da própria educação e da sociedade.

Esses são alguns dos fatores que evidenciam a necessidade de se debater a inclusão no ensino superior dentro de um contexto mais amplo de desarticulação da universidade pública

e do trabalho docente, pois pensar sobre esse processo e os desafios que impõe às IES, leva também a refletir sobre os limites sociais que a educação superior vem sofrendo na atualidade, bem como a necessidade de superação desses obstáculos.

Para Frigotto (1991, p. 18), há necessidade de uma ruptura na qual o professor consciente e crítico teria um papel fundamental, pois inclusão demanda a construção de uma cidadania real na qual sejam atendidas as condições materiais e imateriais necessárias a esse processo, bem como a contestação das relações de poder que permeiam o convívio social:

[...] a educação entendida como uma prática social se apresentará como um instrumento fecundo de construção da cidadania quando se constituir num processo crítico e criativo, capaz de transpor os limites da reprodução das relações sociais capitalistas. Neste processo, a função do intelectual, do educador, em todos os espaços da sociedade, é fundamental. Trata-se de um educador técnico-dirigente. Para tanto, necessita ter claro um projeto alternativo de sociedade cujas relações sociais substituam a lógica da exclusão pela lógica da satisfação coletiva das necessidades humanas. De uma organização econômico-social voltada para o lucro como o fim, é preciso construir relações econômico-sociais cujo fim sejam as necessidades coletivas em todas as dimensões: materiais, intelectuais, lúdicas, etc.

Ainda sobre a falta de adaptação das metodologias às necessidades especiais dos estudantes com deficiência, a estudante **PRÁXIS** relata uma série de equívocos por parte dos professores e da instituição como um todo que poderiam ser contornados sem a necessidade de tensão e conflito para aqueles cuja vida já é uma história de superação diária. Essas atitudes podem impossibilitar ou dificultar a permanência no ensino superior e desestimular esses alunos de continuar estudando apesar das adversidades.

Em alguns momentos de sua graduação, **PRÁXIS** disse que não foi respeitado seu direito de estudante com deficiência à adequação do processo avaliativo às suas possibilidades. Dentre as avaliações nas quais houve problemas, relatou a realização de um levantamento nos bairros da cidade, pois como não tem uma das pernas, andar longas distâncias com a prótese causa bastante desconforto, dores na coluna e lesões devido ao tempo de fricção. Ao tentar dialogar sobre a possibilidade de uma outra atividade, por conta dessas limitações, ou pelo menos de redução do espaço a ser recenseado, não obteve êxito.

A diferença entre lei e realidade percorre caminhos bastante perversos dentro da educação brasileira e relatos como esse demonstram essa disparidade, bem como a necessidade de buscar formas de pelo menos minimizá-la. O arcabouço legal sobre a inclusão é composto por belos tratados que protegem e asseguram o respeito às diferenças e a igualdade de oportunidades para todos, mas sua concretização passa por uma série de

percalços culturais e materiais, estabelecidos principalmente por um sistema opressor que organiza a vida em sociedade e a educação sob os princípios liberais, imprimindo limites ao sistema público de ensino.

Os relatos abaixo também levam à reflexão sobre a responsabilidade dos profissionais da educação com a inclusão desses alunos e a necessidade de um envolvimento maior para revisão de paradigmas, hábitos e certezas cristalizadas ao longo do tempo, nos quais ressalta-se a contradição contida em uma frase dita pelo professor à estudante **PRÁXIS**, para justificar a imutabilidade dos procedimentos de avaliação “*se eu te tratar diferente vou estar sendo preconceituoso*”:

PRÁXIS: *na universidade já passei e estou passando por muita coisa em relação a problemas de saúde, inerentes a minha deficiência mesmo, e a instituição é tão alheia a isso, é tão desatenciosa, de uma forma tão grosseira mesmo, fria, dura. Eu por exemplo não estou mais suportando o estágio, estou muito cansada, muito, muito cansada, e eles não adequam, não é tratar diferente mas cumprir a lei, por que esse aluno tem uma necessidade diferente, ele pode produzir bons frutos, mas eu preciso orientar, preciso encaminhá-lo num caminho diferente, dosar para cada um. E não é questão só das deficiências, é pensar “poxa esse meu aluno é líder, só que em contrapartida tem dificuldade em tal coisa, então preciso trabalhar isso, preciso trabalhar também essa liderança dele, para que aperfeiçoe ainda mais”, mas não levam em consideração, não diferenciam o aluno, eles tem lá um modelinho e se você se encaixar, tudo bem, se não encaixar está fora.*

PRÁXIS: *por exemplo em algumas matérias a gente tem que fazer territorialização que consiste em pegar o trecho de um bairro e mapear, digamos assim, e isso era a morte para mim e eu tinha que fazer isso, o professor não tinha aquela visão de me deixar com uma rua, ou então fazer uma atividade diferenciada. Então às vezes eu pensava, por que sou muito rígida, sou meio dura, se tenho que fazer eu vou fazer. Tem toda essa questão da minha própria abordagem, mas às vezes falei “eu não consigo” e o professor “mas você tem que fazer por que não posso te tratar diferente! Por que se eu te tratar diferente vou estar sendo preconceituoso”. Eu digo que não estou conseguindo! Peço para tentar uma outra abordagem, as coisas não são assim.*

PRÁXIS: *acho que as pessoas não se importam umas com as outras, é muito mais fácil você jogar um pano ou apagar fogo do que ir à raiz do problema e falar, “não, espera lá, eu preciso ser empático, essa pessoa precisa de uma mão”. Não consigo compreender muito bem por que as pessoas são tão alheias às outras, eu nunca fui assim, não fui criada assim. A minha família é daquelas que vê um cachorro na rua e já quer levar, vê um mendigo e leva para casa, em casa é assim, a gente foi criado assim. Os professores e a instituição em si não tem essa empatia, não tem essa questão de olhar para o aluno, não tem a questão de falar “ah essa aluna tem uma dificuldade de caminhar, então vamos colocar ela num lugar de melhor acesso”. Fiquei nos piores locais, de gastar por semana 100, 200 reais de*

moto táxi por que eu não dava conta de ir. Cheguei a falar “não dou conta mais”, não moro aqui, eu trabalho e tenho a minha deficiência, não estou pedindo para me tratar diferente, só estou pedindo para que dentro do possível seja justo, isso é justiça, não é tratar todo mundo igual, não é, por que cada um tem uma necessidade. Assim como outra na minha sala era mãe e ninguém estava nem aí para ela amamentando, entendeu? Então, eles não ligam para essas peculiaridades dos alunos, acham que justiça é fazer um padrão e quem não se adequar está fora.[...] Cada um por si e quem não se encaixar está fora e pronto.

A homogeneização das práticas educacionais a que **PRÁXIS** se refere, é uma característica fortemente arraigada na educação e tem sido um dos fatores limitantes à sua função como instrumento de emancipação humana. É consubstanciada através dos professores e da instituição na ideia de igualdade formal preconizada pelo pensamento liberal de sociedade que considera todos iguais perante a lei. No entanto, a justiça real reside no acesso também real, de todas as pessoas e não apenas algumas, aos bens materiais e culturais da humanidade. Por isso, a diferenciação de acordo com as necessidades, para atendê-las, é o que corresponde à justiça de fato.

No processo de ensino a igualdade formal nem sempre se traduz em igualdade real, pois ser justo requer diferenciação. Para haver justiça as oportunidades tem que ser iguais para todos, o que implica em proporcionar condições diferenciadas para que esse acesso seja concretizado de acordo com as necessidades apresentadas pelos indivíduos.

O estudante **TRANSFORMAÇÃO** também relata que as metodologias não são modificadas pela presença de um aluno com deficiência em sala e que não há adaptações por parte dos professores às diferentes turmas. Do mesmo modo como aconteceu com os outros entrevistados, também disse que nenhum professor perguntou a ele se havia alguma necessidade especial, apesar de estar registrado no diário como aluno que tem baixa visão. Percebe-se que há um certo incômodo com essa atitude entre os estudantes, pois implica em invisibilidade, a sensação de ser apenas mais um, sem história, sem identidade, sem voz, sem direitos: “na faculdade nenhum professor veio perguntar nada para mim sobre isso”(TRANSFORMAÇÃO). Infelizmente as falas não vem acompanhadas da entonação e da expressão corporal com que são ditas, pois assim seria sentida a revolta que a indiferença produz. Para esse aluno, até mesmo a forma de apresentação dos slides e a não utilização excessiva desse recurso multimídia poderia contribuir para a inclusão dos estudantes, mas as diferenças e necessidades na maioria das vezes não são observadas:

TRANSFORMAÇÃO: *até hoje nenhum professor veio me perguntar sobre o tamanho do slide. Mas eu me sinto incomodado ao olhar o slide, com aquela questão de você ter que ou prestar atenção no slide, e ler o slide, ou prestar atenção no professor, às vezes fico me dividindo entre olhar o slide e ver o que está escrito e olhar para o professor, até a posição que você fica sentado, com o pescoço assim muito tempo, acabo ficando com dor. Então, quando termina a aula você sai exausto, nem de conteúdo mas de dor corporal, de ficar olhando para todos os lados. Na minha antiga escola, quando os professores iam usar slides era mais fácil por que eles ficavam do lado do slide, passava com o controle, já tinha na própria escola então facilitava a aula, não tinha nenhum problema físico, entre aspas, em prestar atenção na aula [...] Usam muitos slides. Já apresentei vários, acho meio estranho, não sei como os professores conseguem por que quando estou apresentando acho que as pessoas deveriam olhar para mim já que a atenção deveria estar voltada para essa direção, mas quando você está passando slides metade da turma fica no slide, não é todo mundo que presta atenção, a metade que deveria estar prestando atenção em mim, presta atenção no slide que está passando, **fica menos produtiva a aula na apresentação da maneira que ocorre na sala de aula. Para mim é ruim a apresentação dessa forma. Cansa.***

Quando perguntados sobre o porquê da padronização de metodologias, independentemente das necessidades especiais dos alunos, os entrevistados que tiveram dificuldade com essa questão relatam que não há preocupação com a inclusão desses estudantes, pois eles é que precisam se adaptar às condições preestabelecidas, como pode ser observado também nas falas a seguir:

TRANSFORMAÇÃO: *parece que é uma falta de...eu não diria dedicação... mas uma falta de interesse em ajudar mais o aluno, por que a aula do professor tem que se adaptar à turma, não é só o aluno que tem que se adaptar ao professor, parece que não há diferença entre uma turma e outra para eles, passa sempre o mesmo slide, é sempre a mesma coisa, como se todo mundo fosse igual e aprendesse da mesma maneira.*

TRANSFORMAÇÃO: *eu acho que talvez eles não liguem, reparei que tem professores meus que pegam uma disciplina qualquer e não dão aula como deveriam dar, por que estão mais preocupados com a pesquisa do que com a aula, então o professor não gosta ou não está nem aí para o aluno, para a dificuldade do aluno, está preocupado mais com o desenvolvimento da pesquisa dele, se tem tempo para entregar os resultados, do que se o aluno está aprendendo o conteúdo em sala ou se está aproveitando tudo o que ele diz.*

TRANSFORMAÇÃO: *acho que todo professor que quer dar aula ele quer que todo mundo aprenda, então, se quer que todo mundo aprenda e vê que um aluno é diferente, que ele tem uma necessidade diferente dos outros, tem que ver se esse aluno está aprendendo igual aos outros, se está conseguindo acompanhar a turma, se está aprendendo todo o conteúdo, **o professor deveria ter essa preocupação com o aluno independentemente da***

deficiência, qualquer que seja a deficiência ele deveria ter o acompanhamento do professor.

Outra fala desse estudante sugere que os currículos sejam modificados para que haja formação dos professores e demais profissionais nas IES para trabalhar com a diversidade humana dentro da universidade:

TRANSFORMAÇÃO: deveria ser uma questão mais trabalhada nas instituições. [...] Pelo menos para deixar aquela interrogação e questionamento nas pessoas. Tem que ser uma questão mais trabalhada em disciplinas, por exemplo, a disciplina de Ciências Sociais no meu curso não trabalha nada disso até agora, acho que nem vai trabalhar, se tivessem disciplinas ajudaria. Elas deveriam trabalhar mais esse tipo de coisa com os alunos, fazer dinâmicas ou cursos de interação entre as pessoas da universidade. Eu me preocupo. As únicas disciplinas que talvez pudessem se encaixar é Libras e Ciências Sociais, mas Ciências Sociais não trabalha isso e Libras é optativo, então, o aluno pode terminar a faculdade sem essa questão.

Através de algumas falas dos sujeitos percebe-se que à medida que a deficiência dos estudantes interfere na rotina e exige um reposicionamento dos professores, a relação entre esses e seus alunos toma outras configurações, gerando conflitos que nem sempre são equacionados de maneira adequada, pois falta uma política interna de inclusão que trabalhe essas questões junto aos docentes, inclusive em relação à sua formação e informação.

Apesar dos conflitos e tensões que emanam dessa relação, os procedimentos educativos permanecem quase sem alterações para a maior parte das necessidades especiais. De acordo com os estudantes entrevistados não foram alterados nem mesmo aqueles visivelmente aviltantes e os que contrariam a legislação pertinente, pois ferem os direitos das pessoas com deficiência expressos em convenções internacionais e na legislação brasileira.

Considerando que a construção de uma universidade inclusiva faz parte de um processo mais amplo de democratização das instituições de ensino e de humanização das relações sociais, o desafio da acessibilidade pedagógica e a necessidade de rever e transformar práticas e pensamentos na educação, mostrou-se como um desafio maior do que a garantia da acessibilidade física e de resolução mais complexa, haja visto a necessidade de uma mudança cultural que atinja a formação inicial e contínua desse professor bem como a natureza e organização das IES.

Essa mudança cultural é um aspecto central no ideário de Paulo Freire, cuja preocupação com a humanização da educação e da sociedade perpassa sua obra e sua vida.

Acreditava e defendia a educação como força de mudança sobre si mesma, sendo capaz de contribuir para produzir a mudança cultural necessária para humanizar as relações no interior de si própria e do meio social.

Por isso, a falta de diálogo e reflexão na rigidez da relação entre professor e aluno prejudica a todos, interferindo na qualidade do profissional e ser humano que está sendo formado. O ideal de uma educação emancipadora não é formar técnicos “frios e sem alma”, mas profissionais competentes ao mesmo tempo que seres humanos e cidadãos conscientes de seu papel na sociedade. A educação, em qualquer de seus níveis, não pode eximir-se dessa função, sem a qual não haverá transformação social. Nesse sentido, observamos a fala da estudante **PRÁXIS**:

PRÁXIS:** nós temos mentes brilhantes nessa universidade, só que a gente é o tempo todo podado, não temos espaço, isso é uma das coisas que dificultam esse link, digamos assim, entre o aluno e a instituição, do aluno ser mais do que um ser aqui, por que a gente às vezes se sente assim, um ser inanimado recebendo, você não tem voz, não tem vez, e eu tenho muito essa dificuldade por que gosto de discutir, então se um professor falar que tal coisa é assim e eu achar outra literatura que não é, a gente vai discutir e eles não aceitam isso. Nossa, tive muitos problemas com professores por isso, por que eu falava “olha professor mas tal literatura fala desse jeito o quê que o senhor acha?” E eles nunca querem discutir, é só esse modelo, “eu estou falando que é assim, então é assim”, não são abertos à discussão. Então são todas essas questões, não estão dispostos a discutir com o aluno. **Democracia, nem no meu curso, que mais fala, que é o que mais me dói, de humanização da assistência. Esses dias falei “não, hoje vou ter que falar, mas vocês falam tanto de humanização que humanidade vocês tem? Me colocaram num posto lá naquela distância, o que que é isso?”. Eu falei, gente, não moro aqui, tenho dificuldade para andar, o que vou fazer para chegar lá? Eles dizem “mas foi sorteio”, não quero saber se foi sorteio, precisam entender que tenho uma deficiência ou que a outra aluna está amamentando ou que a outra está grávida. Se a aluna está amamentando, coloca perto de casa para ela amamentar o filho, a outra está gestante coloca perto de casa para poder repousar, então, nunca puxei só para o meu lado, sempre pensei no outro.

A estudante **PRÁXIS** disse que percorreu todo o tempo da graduação em conflito para exigir seus direitos enquanto estudante com deficiência e quase nada foi alterado para atendê-la; por isso suas falas são bastante reveladoras e nos levam a refletir melhor sobre nossas ações, desde as que são aparentemente cotidianas e “naturais” até as institucionais, mas que se traduzem em práticas ainda resistentes da educação tradicional e representam obstáculos à inclusão.

Essas práticas possuem raízes mais profundas do que se pode pensar à primeira vista,

e é preciso questioná-las para que haja mudança, pois são representativas de uma visão conservadora de educação que não considera a avaliação como uma construção que pode ser refeita ou que o ato de seu refazimento signifique uma aprendizagem ainda maior para o aluno ao ter a chance de reelaborá-la.

Tenho uma longa experiência na educação superior como técnica administrativa da universidade, em contato direto com professores e alunos de vários cursos, e o que a estudante relata acima já vi acontecer centenas de vezes, muitas pessoas desistiram de seus cursos por disciplinas “intransponíveis” e isso não é justo com qualquer outro aluno, mas para aqueles que “matam um leão por dia” para manterem-se na universidade, denota falta de sensibilidade, de uma formação mais humanizada, além do reflexo de uma série de interferências neoliberais na educação, sua conformação normalizante dentro do sistema capitalista e da atomização dos indivíduos em si mesmos.

De maneira alguma estou defendendo uma espécie de regras paralelas para os estudantes com deficiência, mas sim uma educação mais humana para todos. A evasão ou o fim dos sonhos dessas pessoas não interessa para nós enquanto classe trabalhadora, a qual todos pertencemos (docentes, técnicos, estudantes), pois precisamos do maior número de pessoas instruídas e conscientes que for possível para pelo menos sonharmos com alguma transformação, seja na educação ou na sociedade.

A educação não pode ser reduzida a uma sequência de ritos inalteráveis, levados até às últimas consequências, independentemente da situação vivida pelo estudante. Por esse motivo, a avaliação deve servir como instrumento para construção do conhecimento e formação de um profissional consciente e humano.

Refletir sobre o sentido e o impacto de nossas ações como profissionais da educação deve ser uma constante, inclusive em relação à avaliação, pois o mais importante de um processo avaliativo é a formação e não a nota. A partir desse pressuposto importante, o que impede então a sua reformulação ou revisão, se dessa forma a aprendizagem pode ser bem mais ampla? O relato abaixo é bastante emblemático e representativo de uma série de situações excludentes que ocorrem diariamente nas IES e que representa um dos obstáculos à permanência e desenvolvimento dos estudantes na instituição.

Na fala a seguir, a estudante **PRAXIS** conta que perdeu, por apenas três décimos de nota, a formatura com a turma que estudou desde o começo do curso, pois reprovou em uma disciplina. Logo em seguida enfrentaria uma greve de quatro meses que postergou ainda mais o tempo e o esforço que empreende para estar na universidade. Segundo essa estudante, apesar da documentação apresentada, com motivação relacionada à saúde e da proteção legal

que garante aos estudantes com deficiência um tratamento diferenciado de acordo com suas necessidades, não houve outra alternativa e sua formatura foi postergada:

PRÁXIS: *perdi uma matéria, era para ter formado no final do ano passado, por que eu tinha oito matérias em um semestre, aí entrou em greve, e fui para Brasília trocar minha prótese, tenho que ir de seis em seis meses, mas vou de ano em ano por que não consigo ir antes. São de vinte a trinta dias para trocar. Eu ainda estou crescendo, um centímetro, um quilo já faz diferença, quando engravidar vou praticamente ter que ficar lá, por que ganha peso muito rápido, inchaço, vai ser bem difícil. Eles dão a prótese lá, a única coisa que pago é a estadia, gasto muito. Então aí aconteceu que estava em greve e eu fui, cheguei lá em Brasília, as aulas voltaram, acabei de chegar lá, não podia voltar por que eles já tinham tirado o molde. Eu não podia voltar! Além disso, gastei dinheiro, não é assim! Quando voltei, tinha oito disciplinas, passei em sete e em uma fiquei por três décimos. Fiz as provas na raça, ninguém me deu trabalho, ninguém deu conteúdo, ninguém deu nada, meus amigos, meus colegas sim, e de pessoas que eu nem tinha tanto convívio, por empatia, me deram conteúdo, passei um tempo lá estudando. Nenhum professor me apoiou, não me deram trabalho, diziam “não posso, tenho que te dar prova igual aos outros alunos”. Fiz as provas quando voltei, só que passei uma semana fazendo provas, teve dias que fazia duas e aí fiquei por três décimos em uma. Pedi trabalho, falei “professora faço qualquer coisa, eu não estava aqui, a matéria era muito difícil”. Montei o processo, tudo certinho, reprovei por três décimos, isso para mim é uma coisa que me magoou muito, por que nunca reprovei, nunca, nunca, nunca, ainda mais por três décimos. **Não concordo em favorecer o outro, mas a gente tem que...não é favorecer é tratar o outro com a realidade que ele se encontra!***

PRÁXIS: *eu não vou formar com a minha turma! É a minha vida! E tudo comprovado, não trouxe só atestado, trouxe laudo, passei nas outras matérias, a maioria passei bem ainda, eu estudei, sou muito dedicada, estudo muito, gosto de estudar, gosto mesmo. E assim...ela foi tão..., falei até com a coordenadora do curso “vou perder um semestre por causa de três décimos?”, você não pode me dar nenhuma chance, um trabalho, um seminário ou me pôr em uma pesquisa, aceito qualquer coisa, a resposta foi “não”! Disse “é autonomia do professor”! Montei processo, passou pelo colegiado, claro que eles não aceitaram e eu reprovei. **Então são todas essas questões de que ninguém está nem aí. E não é só os deficientes que sofrem, as gestantes sofrem, as pessoas que tem algum sofrimento psíquico ou que passam por algum trauma também, tem gente que passa cada coisa [...], então a gente precisa entender que o outro não é de ferro, é isso que eles não entendem.***

Por esse episódio, que não se trata de um caso isolado mas algo cotidiano nas IES, concordo com Mantoan (2003) quando defende que a inclusão das pessoas com deficiência ou que tenham qualquer outra necessidade educacional especial demanda um novo projeto de educação, que seja mais justo, igualitário, que promova condições de acesso, permanência e desenvolvimento de uma forma realmente democrática e com igualdade de condições para

todos.

A indiferença, a submissão e a dependência na relação com Outro são gritantemente antidemocráticas e refletem a lógica colonial na qual grande parte dos profissionais da educação estão imersos, legitimando as práticas de exclusão e produzindo discriminação e inferiorização.

A prática da educação tradicional tão questionada por Freire em suas obras e em sua vida é sem dúvida um dos maiores obstáculos para a construção de uma universidade realmente inclusiva, pois nela não há diálogo, o conhecimento não é construído, é imposto e cobrado tal qual é ministrado, sem questionamento, sem outras possibilidades, sem adequação à realidade pessoal e social de seu alunado.

Nesse sentido, perder a turma com a qual iria formar-se não é algo banal, aqueles que considerarem isso como um fato sem importância relevante é por que talvez tenham perdido a humanidade que lhes restara, pois trata-se de uma estudante com deficiência, em viagem para tratamento de saúde comprovada e protocolada burocraticamente, à qual não foi dado um atendimento que contribuísse para tornar a avaliação um momento de construção do conhecimento a partir da possibilidade de sua revisão. Além disso, como é possível medir o conhecimento de uma pessoa em três décimos? Dessa forma, a avaliação assume ares de punição e foi esse o sentimento da aluna ao ser negado o pedido de reavaliação diante de toda a situação por ela vivida. A estudante **PRÁXIS** disse em vários momentos da entrevista que sempre foi considerada um “problema” para os professores e a instituição, o fato acima descrito reforçou ainda mais essa sensação.

Os professores são instrumentos fundamentais na humanização da educação e da sociedade, mas estão sob forte pressão de um modelo educacional elitista, meritocrático, seletivo, individualista, padronizante que também impele grande parte deles a ações irrefletidas e repetidas em rituais ao longo do tempo, sem questionamento sobre o sentido e os reflexos dessas ações, assim, o que há de humano nessa relação é deixado de lado. Será necessário transgredir a ordem cultural hegemônica para mudar também as relações na educação, de acordo com Ildeu Coelho (2006, p. 46):

O privilégio conferido à formação profissional no ensino de graduação esquece ainda que é própria do ser humano a capacidade de compreender a realidade, de pensá-la e de agir no sentido de transformá-la. Ao retomar a dimensão dos fins, o sentido da existência humana, das instituições, da sociedade e da humanidade excelentes, bem como o sentido da linguagem, dos termos, dos argumentos, das ações e das instituições, o homem pode orientar o pensamento e os atos para a construção de uma outra sociedade,

orientar o pensamento e de uma outra humanidade, completamente diferente das que hoje temos.

Para o estudante **TRANSFORMAÇÃO** é preciso mudar a formação inicial dos professores, já o estudante **CONSCIÊNCIA CRÍTICA** foi mais longe ainda, acredita que a formação para reconhecer e valorizar as diferenças humanas, bem como a criação de cidadãos questionadores e participantes na sociedade, deve iniciar na mais tenra idade, desde o ensino básico. Nesse mesmo sentido, encontra-se a fala da estudante **PRÁXIS** *“eu sempre bato nessa tecla em tudo, principalmente na minha profissão, que o problema em geral está na raiz e a raiz desses problemas muitas vezes também é a própria formação”*.

Concordando com os estudantes, mudar a formação tanto dos professores quanto dos demais profissionais na universidade será imprescindível na construção de uma outra realidade, mas para isso precisará retomar alguns de seus significados, finalidades e valores mais humanos e superiores, por isso, concordando com Ildeu Coelho será preciso deixar de privilegiar apenas os objetivos do mundo da produção e do mercado, deixar de “limitar, banalizar e empobrecer a educação, a escola, a universidade e a formação dos estudantes (COELHO, 2006, p. 45)”:

Mais do que formar profissionais, técnicos ou especialistas, é preciso formar pessoas que a cada momento estudem, busquem o saber e, no exercício de qualquer atividade ou função e nos vários contextos e momentos de sua existência, possam superar a mera competência técnica especializada, viver e agir tendo em vista a plena realização da vida do espírito, da sociedade e da humanidade excelentes, da autonomia, da igualdade, da democracia, da justiça (COELHO, 2006, p. 50).

Os estudantes entrevistados tem consciência dos limites e desafios da inclusão na educação, inclusive da pressão vivida pelos professores dentro do ciclo de expropriação de seu trabalho e identidade profissional.

No entanto, como bem disse a estudante **UTOPIA**, *“não podemos usar muletas como desculpa”*, é nossa missão como profissionais da educação lutar contra tudo que aliena, discrimina e exclui, inclusive em nossas ações cotidianas. A revisão das práticas em relação ao estudantes com deficiência será fundamental para contribuir com sua permanência e desenvolvimento dentro das IES, ajudando a construir uma universidade inclusiva.

A construção de uma IES mais democrática, justa, inclusiva, virá do diálogo crítico e da ação entre todos e com todos, incluindo até mesmo a sociedade em geral. Fechar-se e evitar qualquer tipo de questionamento não levará a instituição à transformação de que

necessitam os grupos historicamente excluídos da educação e da sociedade.

Para melhor situar e compreender a questão, destaco que a estudante **PRÁXIS** de certa forma resume a inclusão dos estudantes com deficiência nas IES em que ainda não houve um processo de conscientização e ações políticas para revitalização de suas práticas e sua organização com vistas à construção de uma universidade inclusiva. Suas palavras podem parecer duras, mas a realidade, infelizmente, também é assim, às vezes até desumana, por isso precisa ser transformada e para tanto é necessário conhecê-la, sem “maquiagem” ou “confetes”:

PRÁXIS: onde estão as outras pessoas com deficiência? À medida que a deficiência vai exigindo mais, muitas vezes nem conseguem entrar na universidade e quando entram não conseguem dar continuidade. Por que as pessoas são vistas sempre como um problema, eu sempre me senti como um problema, vista como problema para a instituição!

É necessário e urgente uma transformação em todos os campos da vida, principalmente na educação, onde toda a sociedade se encontra. Para isso, os profissionais da educação precisarão assumir com humildade o diálogo crítico preconizado por Freire (2011). É ainda fundamental reconhecer-se como seres humanos falhos, incompletos, limitados por uma força opressora que não representa comunhão nem solidariedade, apenas a divisão dos seres humanos em superiores e inferiores, aptos e não aptos. Ao tomarem consciência disso, será preciso lutar contra a desumanização que esse poder imprime. Lutar, resistir, transformar, para sermos felizes em comunhão com o Outro para uma vida mais justa. Repito novamente, o questionamento de Arendt (2005): O que estamos fazendo com a humanidade? O que estamos fazendo uns aos outros? O que estamos fazendo com a educação? O que estamos fazendo com o futuro?

Trabalhar com a possibilidade do imprevisto, do que é diferente, do que não é padrão e norma, ainda representa uma grande dificuldade para os professores e os relatos dos estudantes com deficiência acabam se mesclando com outros que ouvi ao longo desses mais de 25 anos também dos alunos sem deficiência. Isso denota que o problema é profundo e estrutural, exigindo realmente uma transformação mais ampla do sentido e função da educação no ensino superior para a sua democratização de forma mais efetiva e justa.

Entretanto, acredito que haja necessidade de se questionar algo ainda mais central: a origem da exclusão e da organização excludente das instituições de ensino que reside no próprio sistema econômico-político-cultural-ideológico que as constrói e que obstaculiza a

convivência com as diferenças.

Para conviver com essas diferenças a pesquisadora Maria I. Dias Batista (2006, p. 13) nos diz que não há grandes mistérios:

Há poucos mistérios a solucionar para se conviver com as diferenças. Quando compreendemos que nenhuma pessoa é igual à outra e que exatamente essa é uma das características mais fascinantes entre os humanos, já estaremos prestes a resolver esse mistério. Afinal, diferenças fazem parte da vida. Há em cada um de nós qualidades, defeitos, potencialidades, surpresas que são infindáveis e imprevisíveis.

É preciso reiterar que aprender a conviver com as diferenças significa também alterar o código social que se baseia em uma ideologia liberal concretamente fincada em um modo de produção real, que individualiza e atomiza o ser humano, para o qual reconhecer essas diferenças pode significar a subversão ao próprio sistema que trabalha para o controle social das mesmas e não para seu reconhecimento e valorização, movendo-se em um processo concomitantemente homogeneizante e fragmentador da sociedade.

Sem uma alteração mais profunda nessa realidade social, as pessoas com deficiência não ultrapassarão a condição de “integrados” ao meio envolvente, perpetuando a situação de exclusão e marginalização na qual vivem mesmo aqueles que estão “incluídos” nas instituições de ensino e os muitos que são privados dessa experiência de vida. Dessa forma, serão sempre seres aos quais restará apenas a possibilidade de incorporação, sobrando apenas a exclusão para aqueles que não conseguirem acompanhar a “corrente”. Sobre isso Freire (2011, p. 120) lança um forte e profundo questionamento: “como marginalizados, ‘seres de fora’ ou ‘à margem’, a solução para eles estaria em que fossem ‘integrados’, ‘incorporados’, à sociedade sadia de onde um dia ‘partiram’, renunciando como trânsfugas a uma vida feliz...”.

Acredito que somente reflexões e ações contra-hegemônicas poderão mudar essa realidade de forma mais efetiva e profunda, nesse sentido serão necessárias mudanças culturais não somente em relação ao modo como vemos a deficiência mas também sobre o mundo ao nosso redor e a possibilidade de sua transformação.

3.1.3 Sobre a instituição de ensino superior

Os oprimidos, que introjetam a “sombra” dos opressores e seguem suas pautas, temem a liberdade, na medida em que esta, implicando a expulsão desta sombra, exigiria deles que “preenchessem” o “vazio” deixado pela expulsão com outro “conteúdo” – o de sua autonomia. O de sua responsabilidade, sem o que não seriam livres. A liberdade, que é uma conquista, e não uma doação, exige uma permanente busca. Busca permanente que só existe no ato responsável de quem a faz.

Freire

Os estudantes com deficiência entrevistados para esta pesquisa, ao serem indagados sobre como percebem o papel da instituição em relação à sua inclusão no ensino superior, alternam seus depoimentos entre as limitações e os desafios da acessibilidade física e pedagógica, bem como as que são relacionadas à forma de organização e funcionamento da universidade. Contextualizam-nas dentro de uma realidade sócio-política-econômica-cultural-ideológica, mas acreditam que as instituições são formadas por pessoas e que essas podem mudar as características excludentes das organizações, incluindo-se a si próprios nessa construção.

A partir dessa compreensão sobre a inclusão no ensino superior, depreende-se que acreditar em um aparente consenso harmônico pode paralisar as mudanças, por outro lado, a consciência, o diálogo e o enfrentamento sobre as contradições inerentes ao processo construirão um novo caminho para as pessoas com deficiência na educação.

Penso que é na busca pela resolução dessas contradições e das alternativas possíveis que renovamos a educação, caso contrário apenas reproduzimos e perpetuamos a segregação secular imposta a essas pessoas, só que agora sob “nova roupagem”, de forma mais sutil e ideologicamente escamoteada, denominada “integração”.

Os profissionais da educação e os estudantes compromissados com uma outra realidade educacional buscam alternativas para materializar a inclusão, tanto através de ações sistêmicas que se valem das possibilidades dentro da própria conformação das leis e do sistema de ensino, como das brechas legais e institucionais em favor das pessoas com deficiência, mas também das contra-hegemônicas que serão capazes de realizar uma transformação mais profunda e ampla.

Os limites e desafios, tanto à acessibilidade física quanto à pedagógica e aos que fazem parte da própria natureza da educação superior no sistema capitalista, provêm de um processo que Tomasini (2012) denomina como “segregação institucional da diferença”, pois

ao vivermos em uma sociedade excludente, instituições sociais como a universidade são conformadas aos mesmos moldes das normas instituídas pelo meio envolvente; mas note-se que sendo produção de seres humanos as instituições são construídas historicamente, portanto, as relações estabelecidas institucionalmente e a própria função social das mesmas não são perenes ou imutáveis, pelo contrário, a resistência à ordem hegemônica e a ruptura com os limites da estrutura social poderão modificar a sociedade e suas instituições. Sem esse rompimento, a inclusão pode não passar de mais um discurso neoliberal para integração e nivelção das diferenças humanas:

As normas sociais são produto da ação dos seres humanos em situações construídas historicamente. Muitas existem antes de o indivíduo nascer ao passo que outras permanecerão após sua morte. Isso não significa que normas, regras e valores sejam recebidos pelo homem de forma passiva, sem que lhe tragam algumas modificações ou que ele possa interferir. Ao assimilar as instituições, os indivíduos diferentes adaptam-se de forma diferente no mesmo contexto social. Para Durkeim, não existe conformismo social que não comporte toda uma gama de nuances individuais. Entretanto, essas nuances são “permitidas” na medida em que não comprometam o equilíbrio social de determinado grupo ou de uma sociedade. Apesar de a tolerância fazer parte da convivência dos indivíduos, esse campo de variação não deixa de ser limitado. Os limites podem ser restritos ou mais amplos, conforme o campo de ação [religião, moral, economia] dos homens. A estrutura social lhes dá um guia de ação, mas também oferece oportunidade de variação. Mesmo considerando certa plasticidade, a sociedade demarca bem suas fronteiras. Os desvios, as diferenças, dentro de certos limites, não sofrem sanções; mas aqueles comportamentos considerados transgressores da ordem social são alvo de intervenção médica, educacional, penal, conforme o caso exigir (TOMASINI, 2012, p. 112).

Portanto, pensar a inclusão no contexto universitário não está dissociado da prática social por que são os sujeitos que compõem a universidade que a transformação em uma instituição inclusiva, enfrentando esses limites todos os dias, ao refletir, questionar e buscar a superação dos desafios que ora se apresentam.

Alguns dos limites, desafios e possibilidades sobre a acessibilidade pedagógica foram expostos no eixo anterior referente à percepção dos estudantes em relação aos professores, mas acabam mesclando-se também aos problemas com a acessibilidade física presentes neste eixo em que falam sobre a instituição. Isso por que os estudantes percebem a origem dos desafios à inclusão, como oriunda de fatores individuais, institucionais e sistêmicos, bem como acreditam que o enfrentamento dos mesmos deverá ocorrer em várias frentes ou talvez “fronts” pelas características e amplitude que alguns dos problemas assumem na instituição.

Entretanto, depreende-se do conteúdo das entrevistas, que os estudantes consideram

que há uma ligação quase direta entre os problemas com acessibilidade física e a acessibilidade pedagógica, pois os professores além de ministrarem aulas são membros de colegiados, conselhos e ocupam cargos responsáveis pela direção da IES. O envolvimento do corpo docente no processo de construção de uma universidade mais justa e democrática será imprescindível, mas exige radicalidade nas reflexões e ações, bem como o questionamento à realidade excludente e opressora dentro e fora da instituição:

O radical, comprometido com a libertação dos homens, não se deixa prender em “círculos de segurança”, nos quais aprisione também a realidade. Tão mais radical quanto mais se inscreve nesta realidade para, conhecendo-a melhor, melhor poder transformá-la. Não teme enfrentar, não teme ouvir, não teme o desvelamento do mundo. Não se sente dono do tempo, nem dono dos homens, nem libertador dos oprimidos. Com eles se compromete, dentro do tempo, para com eles lutar (FREIRE, 2011, p. 37).

No câmpus onde foi desenvolvida esta pesquisa, os estudantes ainda não tem força política suficiente para promover as mudanças que o processo de inclusão exige, tampouco somente os professores executarão essa tarefa, principalmente diante do ataque neoliberal à educação pública em todos os seus níveis de ensino, que vai desde o subfinanciamento, à privatização, ao cerceamento de sua autonomia, à descaracterização e depreciação da identidade docente, o acirramento do individualismo, dentre outras questões.

Diante dessa realidade, um processo de inclusão que represente justiça social de forma real e ampla para todos, que modifique mais profundamente a educação e as instituições de ensino, somente conseguirá ser construído através de uma luta que seja compartilhada e a partir de reflexões e ações anti-hegemônicas. O maior obstáculo que envolve a construção desse processo é que primeiramente será preciso conscientizar-se da necessidade de construí-lo, descolonizar o pensamento, libertarmo-nos da ideologia liberal e ir ao encontro do Outro para juntos construirmos essa estrada. Permanecer na “mesmice” (SKLIAR, 2006, p. 26) significará reproduzir um mundo avesso às diferenças humanas e ao questionamento à realidade contraditória.

Os estudantes entrevistados evidenciaram que, dependendo da deficiência apresentada, a chegada até a universidade é muito mais difícil, poucos conseguem alcançá-la e os que a alcançam tem dificuldade em manter-se nela e desenvolver-se nas mesmas condições que os demais, vivendo situações excludentes dentro de um ambiente denominado formalmente como inclusivo.

Nesse sentido, a mudança necessária para a construção de uma universidade inclusiva

não poderá ser restrita à acessibilidade física mas deve também envolver a discussão e a revisão mais ampla e profunda sobre todos os aspectos que se constituírem em obstáculos a esse objetivo, até mesmo o questionamento sobre o âmago de suas funções, a formação de seus professores e a realidade social:

Para o homem lidar com um defeito físico ou uma condição biológica distinta, é imprescindível que o trabalho educativo, dotado de disciplina e método, desenvolva outras funções e habilidades que possibilitem a esse homem realizar atividades na mesma condição e qualidade exigidas socialmente dos demais indivíduos (ROSS, 2012, p. 80).

Nesse eixo, são apresentados os fatores limitantes à inclusão em nível institucional, a partir da percepção dos estudantes com deficiência, enfatizando que nenhum dos sujeitos considera a instituição de forma abstrata, mas como produto das relações humanas em seu interior, ou seja, acreditam que está nas mãos de todas as pessoas que a compõem modificar o que precisa ser modificado, transformar o que precisa ser transformado.

Os sujeitos desta pesquisa acreditam também que a instituição pode promover o debate no meio acadêmico e na sociedade para buscar formas de contribuir com o aumento do acesso, da permanência e do desenvolvimento desses estudantes na universidade.

Uma busca que pode significar desde a reestruturação curricular mais efetiva com o intuito de formar cidadãos e profissionais abertos às diferenças humanas, sem preconceitos ou discriminações, capazes de interferir na sociedade pela equalização das desigualdades e erradicação da exclusão; até a adoção de ações afirmativas, mudar a formação de seus docentes e técnicos para a inclusão ou a composição de uma política interna mais estruturada que articule o diálogo e a renovação, atuando mais fortemente junto à sociedade para questionar suas contradições dentro e fora do espaço educacional.

Dentre os estudantes entrevistados, quatro deles tiveram dificuldade tanto na trajetória escolar pregressa quanto para conseguir entrar no curso universitário, uma utilizou a cota para estudantes negros e as demais conseguiram apenas na segunda ou terceira chamada do SISU (Sistema de Seleção Unificada).

Diante da problemática do acesso ao nível superior por eles apresentada, verifica-se na fala da estudante **DIÁLOGO** que o sistema de cotas para pessoas com deficiência é um importante incentivo para entrada de um número maior de estudantes na universidade. Constituindo-se em uma ação afirmativa que poderia minimizar a interferência da desigualdade social brasileira na educação superior, mas nem todas as IES reservam essas

vagas, inclusive a própria instituição em que a aluna estuda. Essa estudante considera excludente não apenas o processo seletivo e meritocrático de acesso à universidade mas também a falta de preparo das instituições de ensino em relação à inclusão, pois acredita que assim como aconteceu com ela mesma, outras pessoas com deficiência ficam receosas antes de optar pelo enfrentamento das dificuldades que encontrarão aqui caso consigam “entrar”, e ao contrário dela decidem não encarar os problemas advindos da frieza das relações sociais no interior das instituições:

***DIÁLOGO:** [...] Quando você se inscreve para concorrer a uma vaga na UFMT, tem vaga para raça mas não tem para deficiente. Talvez se tivesse essa cota seria um incentivo, por que igual estou te falando, eu tinha acabado de sair do ensino médio, queria entrar numa universidade federal, e acabou que aconteceu um monte de coisas, se tivesse uma cota eu poderia ter entrado no ano de 2010, 2011, 2012, entendeu? Não só em 2013. Por que seria um incentivo a mais para as pessoas estarem procurando a universidade.[...] A inclusão dentro da UFMT hoje seria igual a vagas, acho que deveria ter essa demanda com vagas para pessoas com deficiência. Por que assim, creio que a partir desse momento as pessoas irão se interessar mais. [...] Quem faz o ensino médio na escola estadual não o faz bem feito, bem qualificado, quem estuda em uma escola particular, o ensino dela é melhor e mais avançado, daí na hora de concorrer à vaga entra aquela desigualdade.*

Como resultado da profunda desigualdade social brasileira, apenas três dos estudantes entrevistados não tiveram grande dificuldade para entrar na universidade e iniciaram seus estudos logo após o ensino médio, sem pausas ao longo da vida. Os demais tem mais de quarenta anos e com exceção do estudante **CONSCIÊNCIA CRÍTICA** que está na segunda graduação, trilharam uma trajetória escolar bastante difícil, por pouco não conseguiram entrar na universidade, além disso, não puderam escolher o curso que desejavam, entraram naquele que a pontuação conseguida no ENEM possibilitou. Seleção que toma por base o conhecimento acumulado no segundo grau e não as aptidões das pessoas para as profissões desejadas.

Devido a essa realidade, um sistema de cotas, desde que administrado com transparência, critérios e mecanismos mais efetivos de entrada, pode ser um poderoso instrumento para corrigir distorções sociais, tais como as que levam grande parcela das pessoas com deficiência e também os mais pobres a estarem fora da universidade pública.

Porém, para que essa política pública se efetive é preciso uma estrutura bem organizada para que as cotas não se convertam em mecanismos injustos, passíveis de fraude e atendimento a pessoas com menos limitações sensório-motoras que outras ou portadoras de

uma condição socioeconômica que permite uma qualidade de vida melhor, com instrumentos capazes de facilitar sua formação, mas que são inacessíveis aos demais.

A problemática em relação às cotas no Brasil tornou-se uma questão polêmica, com várias opiniões divergentes e críticas, no entanto, de acordo com a lei nº 9394/96, as universidades têm autonomia para implantar formas diferenciadas de acesso e cada instituição pode elaborar suas próprias políticas. Assim, concordo com os estudantes entrevistados, os quais acreditam que com organização, diálogo, cooperação, dedicação e disciplina, o sistema de cotas pode ser uma realidade possível, trazendo benefícios para as pessoas com deficiência e para a sociedade como um todo, ao reduzir o número de pessoas excluídas do processo educativo.

Entretanto, é preciso frisar que o acesso ao ensino superior através de cotas pode amenizar o caráter elitista e seletivo da universidade, aumentando o ingresso desses estudantes nas IES, mas é uma alternativa paliativa, por que a solução definitiva seria equilibrar a desigualdade social ou erradicá-la e proporcionar uma vida e uma educação mais dignas e de qualidade para todos.

De acordo com Silva e Rodrigues (2012, p. 05), a questão do acesso à universidade remete a discussões sobre universalização e democratização do ensino superior e ainda precisa ser equacionada, apesar dos avanços nessa direção observados na atualidade:

A universalização e a democratização do ensino superior no Brasil ainda é um projeto em desenvolvimento, pois, embora na última década tenha havido no país uma expressiva explosão do Ensino Superior, considerando as suas diferentes realidades regionais, ainda existe uma grande carência deste nível de ensino.

Para o estudante **CONSCIÊNCIA CRÍTICA** o aumento de estudantes com deficiência na universidade pública provocaria também um movimento mais profundo de transformação, ao considerar que uma presença maior dessas pessoas nas IES contribuiria para torná-las mais inclusivas, pois se veriam obrigadas a questionar e rever seus paradigmas devido às reivindicações de seu alunado. Infelizmente, essa é uma realidade ainda distante de ser alcançada, principalmente enquanto a sociedade continuar aceitando a exclusão de muitos e a inclusão de alguns como algo natural:

CONSCIÊNCIA CRÍTICA: *acho que é o número de alunos, quando tiver mais teremos uma universidade decente. Vai ocorrer o dia que estiver super povoado aqui de deficientes, acho que a inclusão começa quando você oferece para o deficiente estar presente na vida da universidade. Enquanto*

tiver 13, 15, 100 para 4.500 pessoas, essas pessoas não serão vistas. Aí você verá a Universidade com uma cara diferente. É como lá no bloco da psicologia, você vê a rampa lá que é mais inclusiva do que era há um ano e meio atrás, por que tem um crítico, mas dos doze que tem hoje na universidade, quantos são críticos? Esse é o problema, por que às vezes a pessoa vem com vergonha de ser deficiente, ela não quer pedir por que vai ter vergonha de colocarem, por exemplo, um corrimão por causa dela.

A ampliação do acesso à educação superior pública contribuiria para sua democratização, mas segundo Silva e Rodrigues (2012, p. 06) a resistência social à inclusão das pessoas com deficiência nesse nível de ensino é um obstáculo abissal e essa barreira está presente na mentalidade que permeia a sociedade e as instituições, fazendo com que predominantemente seja um lugar para privilegiados:

[...] quando se trata de refletir sobre a ampliação das garantias legais e reais de acesso das pessoas com deficiência ao ensino superior, de forma justa e democrática é preciso, ainda, superar um grande abismo criado historicamente no imaginário social e coletivo da população em geral e, mais precisamente, do meio acadêmico que possui muito receio e resistência à inclusão destas pessoas neste espaço restrito a um grupo privilegiado do país.

Esse “abismo” no imaginário social que atinge as instituições de ensino superior reforça a necessidade de rompermos com a ordem darwinista, seletiva, individualista e excludente imposta às relações humanas na sociedade, pois transforma a universidade em um lugar para poucos, os mais “aptos”, à maneira da seleção natural descrita por Charles Darwin (1859) em sua obra “A origem das espécies”, transposta ao meio social, fortalecendo assim a dicotomia entre superiores e inferiores, capazes e incapazes, seres completos e seres incompletos.

Uma seleção excludente como essa limita as condições de acesso, permanência e desenvolvimento. Isso pode ser observado na fala da estudante **SOLIDARIEDADE**, que chegou tardiamente à universidade, aos quarenta anos, não por vontade própria, mas pelos muitos obstáculos que surgiram ao longo da vida. Essa aluna prestou duas provas do ENEM para entrar e inscreveu-se no curso que sua nota possibilitou, não naquele que desejava e sonhava. Relatou que antes e depois do resultado da prova ficou bastante apreensiva, por que a cada retorno aos estudos, depois de pausas causadas pelas várias dificuldades da vida, sabia que as enfrentaria novamente e talvez com mais intensidade:

[...] a gente fala que é forte, acha que é forte, na hora que você vai de novo enfrentar tudo aquilo... O que me machucava mais era os outros me chamarem de cega [...]Eu fiz (ENEM) e não acreditei também, falei nossa, agora o problema...passei, não foi lá aquela nota mas agora vamos ver se consigo ficar lá dentro, por que o problema é que aí as dificuldades vem todas de novo.

Nesse sentido, os estudantes tem razão em dizer que as pessoas com deficiência sentiriam mais segurança sobre sua inserção em uma universidade pública se nela houvesse todas as condições materiais e imateriais para atender suas necessidades especiais e predominasse o reconhecimento e o respeito às diferenças humanas, impedindo ou pelo menos reduzindo as situações discriminatórias e excludentes dentro da instituição. Uma preparação mais efetiva para incluir poderia influenciar no aumento da busca por um curso universitário em uma instituição pública, pois apesar das dificuldades e obstáculos no processo seletivo, as pessoas com deficiência sentiriam que enfrentar o desafio do acesso poderia não ser em vão. Sabendo dos problemas que enfrentarão com acessibilidade física e pedagógica em um ambiente extremamente competitivo e seletivo, é possível que muitos se abstenham por vontade própria da experiência de desenvolvimento humano e profissional na universidade, além daqueles que tentam e não conseguem estar aqui.

A estudante **PRÁXIS** concorda com o sistema de cotas para entrada de estudantes com deficiência na universidade, mas acredita que o problema é mais profundo, está na desigualdade social e na estrutura seletiva e meritocrática da educação superior, um ponto nevrálgico que deveria ser mais amplamente questionado:

***PRÁXIS:** acho que não deveria existir cota, deveria ter lugar para todo mundo na universidade. Hoje concordo com as cotas por que querendo ou não é o que temos, cota para negros, para índios... mas a verdade é que na universidade tinha que ter espaço para todo mundo, e não precisar de cota por que todo mundo poderia estudar aqui. Com espaço para todos, por que todos tiveram uma educação básica excelente, todos poderiam estudar, eu penso isso!*

***PRÁXIS:** por mérito, famosa meritocracia, se ela conseguiu todo mundo consegue. [...] Os processos seletivos são muito rígidos em relação à educação que muitos tiveram sabe? Eu estudei muito para fazer o ENEM, muito, muito mesmo, estudei por conta, se tivesse ficado só com a educação que tive não conseguiria entrar na universidade, pois não consigo competir com uma pessoa que tem um poder aquisitivo melhor e estudou dois, três anos em escola particular ou a vida toda ou que fez cursinho. Não tenho condições para competir com essa pessoa! Então, a universidade deveria ser aberta para todos.*

É unânime entre os estudantes entrevistados a ideia de que a instituição deveria ser proativa em relação à inclusão dos estudantes com deficiência, tanto em relação às formas de acesso quanto às estratégias necessárias à manutenção e desenvolvimento desses alunos. A partir de suas falas, depreende-se que no campus observado não há uma política interna que os apoie de forma mais eficaz e que envolva a comunidade acadêmica em questões mais profundas como, por exemplo, a necessidade de reestruturar a formação dos professores e dos currículos para trabalhar com a realidade de um mundo diverso e plural.

Em relação à falta de organização de uma política interna e até mesmo da inexistência de uma preocupação maior com a inclusão desses estudantes, aqueles que tem a deficiência identificada nos diários de classe dos professores ressentem-se em ter que comunicá-la várias vezes para que suas necessidades especiais sejam atendidas. O que seria desnecessário se houvesse planejamento ou a implementação de uma política interna que tornasse o processo de inclusão mais amplo e profundo, mais efetivo, com estratégias para garantir tanto acessibilidade física, quanto a pedagógica e o respeito às diferenças na comunidade acadêmica como um todo.

No entanto, observa-se que se os alunos não fizerem esse movimento de expor suas necessidades, mesmo que à exaustão, a realidade não muda por si só.

Através de uma política interna construída democraticamente, seria mais fácil buscar alternativas e soluções para os problemas e tensões, além de compor um fórum permanente de debate para desenvolver cada vez mais o processo de inclusão dentro da instituição.

Na ausência de uma política assim, um olhar mais humanizado sobre o Outro também ajudaria, pois grande parte das necessidades apresentadas pelos estudantes seriam facilmente resolvidas ou atendidas, por que não demandam nem mesmo ações complexas ou financiamento, mas não são vistas como direitos e apenas quando esses alunos se fazem enxergar é que algo se modifica. Quando se calam e não fazem reivindicações, na penosa tentativa de integrar-se e não ser visto como “diferente”, tudo permanece intacto, pois a maioria das pessoas não enxerga as necessidades do Outro e menos ainda sua alteridade.

Infelizmente, para alguns deles, em muitos momentos, nem o ato de fazer-se ouvido e enxergado surtiu efeito, pois mesmo em situações que demandariam resoluções simples foram tratados com indiferença e “atropelados” pela máquina pesada e fria da instituição, que na verdade reflete a frieza de nossos próprios corações, em concordância com a fala da estudante **PRÁXIS** para a qual *“a instituição é formada por pessoas, se há problemas eles estão também nas pessoas”*.

Os estudantes falaram sobre a acessibilidade interna e externa dos prédios, móveis e da dificuldade para conseguir material pedagógico que facilite a aprendizagem, da impossibilidade das pessoas em cadeira de rodas participarem das viagens de estudo e de vários outros limites e desafios que na percepção deles a instituição deixa a desejar. Garantir a acessibilidade física é uma das ações concretas para que esses estudantes possam se manter e desenvolver dentro da universidade, proporcionando menos dificuldade em sua mobilidade e acesso a todos os espaços da instituição, mas também refere-se às tecnologias assistivas, aos equipamentos, materiais pedagógicos e móveis necessários ao processo de ensino-aprendizagem para pessoas com deficiência.

Em termos legais a acessibilidade física e pedagógica é um direito constitucional garantido e pode ser vislumbrado nos documentos legais concernentes à inclusão no Brasil, tais como a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência através do decreto nº 3.298 de dezembro de 1999, a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva de 2008, a NBR nº 9.050/2004, a Portaria nº 3.284 de novembro de 2003, o Decreto nº 5.296 de dezembro de 2004, dentre outros. As IES são obrigadas por lei à necessidade de atendimento aos requisitos de acessibilidade e a adotar os conceitos de desenho acessível²¹ e desenho universal²² para seus prédios, mobiliários, equipamentos, instrumentos e tecnologias.

Na visão dos estudantes, a instituição deveria preparar-se não apenas para seus alunos mas também para os visitantes e a comunidade da qual faz parte, esse pensamento coaduna com a ideia de desenho universal, cujo conceito é criar ambientes e produtos acessíveis a todos, não somente às pessoas com deficiência.

De acordo com Sasaki (2010, p. 152), o conceito contido na ideia de desenho universal é o de construir um prédio acessível ao invés de um prédio adaptado, construir “um prédio para todos”. Para esse autor, o conceito de desenho universal proporciona acessibilidade a um número maior de necessidades especiais e não somente às pessoas com deficiência. O conceito de desenho universal envolve a criação de ambientes e produtos que não sejam estigmatizantes, pois é uma tecnologia que pensa em um “desenho sem barreiras” ou “arquitetura sem barreiras” para todas as pessoas (SASSAKI, 2010, p. 149).

Enquanto pesquisadora observando os espaços do câmpus em que a pesquisa foi

21 – Conceito de desenho acessível em Sasaki (2010, p. 148): “O desenho acessível é um projeto que leva em conta a acessibilidade voltada especificamente para as pessoas com deficiência física, intelectual, auditiva, visual ou múltipla, de tal modo que elas possam utilizar, com autonomia e independência, tanto os ambientes físicos (espaços urbanos e edificações) e transportes, agora adaptados, com os ambientes e transportes construídos com acessibilidade já na fase de sua concepção.

22 – Conceito de desenho universal em Steinfeld (1994, p. 87 apud Sasaki, 2010, p. 150): “O desenho universal não é uma tecnologia apenas aos que necessitam; é para todas as pessoas. A ideia do desenho universal é evitar a necessidade de ambientes e produtos especiais para pessoas com deficiências, no sentido de assegurar que todos possam utilizar todos os componentes do ambiente e todos os produtos.

realizada, verifiquei um exemplo prático da necessidade e importância de adotar-se o desenho universal nos estabelecimentos de ensino: encontrei dois visitantes com deficiência visual no ponto de ônibus e ouvi dizerem o quanto acharam difícil e perigoso andar de um ponto a outro sem pista tátil, com tantos estacionamentos para todos os lados e motoristas em alta velocidade.

Na concepção do desenho universal haveria a preocupação com a pista tátil mas principalmente com o posicionamento desses estacionamentos, a forma de passagem dos pedestres em segurança por entre eles e até mesmo o local das paradas para o transporte público. É uma visão mais global que permite a acessibilidade e a segurança não somente das pessoas com deficiência mas de todos os demais. Somente na frente do restaurante universitário há uma pista tátil para pessoas com deficiência visual: *“só no RU tem pista tátil e lá ainda está quebrado, mal feita pois está soltando, não entendo por que só na frente, é só ali, a pessoa não vai no RU sem passar no resto da universidade”*(**CONSCIÊNCIA CRÍTICA**).

Os estudantes têm razão ao dizerem que uma universidade deve estar preparada em relação à acessibilidade para todos que se utilizam desse espaço público, não apenas seus alunos e profissionais, mas também a comunidade que participa de projetos, cursos e eventos, que utiliza a biblioteca, a clínica de psicologia, a quadra de esportes, a Universidade Aberta à Terceira Idade e etc., inclusive para deficiências passageiras, provenientes de doenças e acidentes de seus alunos, professores e técnicos:

***CONSCIÊNCIA CRÍTICA:** tanto na universidade quanto na sociedade tenho sido multiplicador desse pensamento da inclusão, o meu slogan é “cidadania começa com você”, então falo sobre vários detalhes, e não é só para o deficiente, é para o idoso, gestante, por que a pessoa pode estar deficiente não a vida inteira, ela pode estar deficiente por que quebrou uma perna, então o aluno que chega na universidade e quebrou uma perna vai sentir dificuldade assim como sente uma pessoa em cadeira de rodas, como sente um deficiente [...]. Não precisava nem ter nenhum aluno com deficiência, por que você faz um seminário aqui dentro e traz a comunidade, como vai trazer se não tem inclusão?[..]Deviam estar preparados para receber qualquer tipo de pessoa.*

Um outro exemplo relativo à importância do desenho universal são as pessoas obesas que não conseguem sentar nas cadeiras do anfiteatro. Há a necessidade de aplicar essa nova visão sobre acessibilidade para atender a uma gama maior de necessidades especiais.

Apesar dos direitos serem garantidos pela legislação, para o estudante **CONSCIÊNCIA CRÍTICA** as pessoas com deficiência na universidade precisam questionar

de forma mais efetiva o atendimento às suas necessidades especiais para que as mudanças sejam feitas e sua autonomia garantida dentro da instituição:

CONSCIÊNCIA CRÍTICA: *você vai lá no bloco da psicologia e vê que a rampa é mais inclusiva do que era um ano e meio atrás, por que tem um estudante crítico lá, mas dos doze que tem hoje na universidade, quantos são críticos? Esse é o problema, por que às vezes a pessoa vem e tem vergonha de ser deficiente, ela não quer pedir por que tem vergonha de colocarem um corrimão por causa dela.(...) A grande maioria não sabe dos seus direitos.*

CONSCIÊNCIA CRÍTICA: *existe muito comodismo, inclusive da nossa parte como deficiente físico, pensando “ah mas aqui tá bom, o colega ajuda”. Quando saio da sala de aula, sempre um colega fala “posso levar sua mochila?”, pode, mas o certo não seria pedir, o certo seria eu ter como pegar a minha mochila e levar (referindo-se à dificuldade com estacionamentos e rampas).*

Logo à primeira vista, percebe-se a contradição existente na obrigatoriedade de tornar as organizações públicas acessíveis, determinando legalmente sua acessibilidade física, e pedagógica, ao mesmo tempo em que a ideologia neoliberal reduz a atuação social do Estado que financia as IES, o que faz com que essa instituição seja relegada ao subfinanciamento, ao sucateamento, à privatização, à formação inadequada ou insuficiente de seus profissionais e uma série de outros efeitos maléficos sobre a educação pública. Esse é um grande obstáculo à adoção do desenho universal, reduzindo a possibilidade de ação das instituições pequenas a adaptações nos prédios antigos e com sorte ao menos o desenho acessível em prédios novos.

Às vezes nem as adaptações que não necessitam de tanto financiamento são realizadas e mesmo dispendo de equipes terceirizadas para essa tarefa, somente quando as pessoas com deficiência exigem é que os serviços são realizados.

O problema que há em se resolver as dificuldades apenas quando alguém reclama é que muitos não exigem seus direitos, por não conhecê-los ou pela estigmatização sofrida por aqueles que o fazem, como relataram os estudantes **CONSCIÊNCIA CRÍTICA** e **PRÁXIS**. O primeiro diz ser considerado “chato” e a segunda um “problema” por buscarem ser ouvidos e atendidos.

Outro problema detectado e que não envolve a falta de financiamento e de políticas públicas, mas sim a dificuldade de enxergar a realidade com os olhos do Outro, de se colocar no lugar das pessoas, de pensar de forma humana e solidária, está presente nos relatos dos estudantes **PRÁXIS**, **DIÁLOGO** e **LIBERDADE**, em relação ao câmpus observado, sobre a existência de dois banheiros especialmente construídos para pessoas com deficiência sendo

utilizados como depósito de material de limpeza e cantina para professores e técnicos. Essa ocorrência pode não ser um fato isolado e se pudéssemos vistoriar o país todo talvez encontraríamos procedimentos semelhantes que ocorrem pela invisibilidade vivida pelas pessoas com deficiência nessas instituições de ensino.

A maioria de nós não enxerga o Outro e suas necessidades, por isso não bastam leis e políticas públicas, pois quando o olhar sobre o Outro não se modifica, é difícil fazer cumprir a legislação sem forçar esse ato através do questionamento, da crítica, do protesto, e às vezes até mesmo de instâncias superiores:

LIBERDADE: *penso o seguinte, as pessoas falam bastante de inclusão, inclusão, inclusão, mas assim, na prática não fazem quase nada. Eles falam de inclusão mas você chega nos lugares.... Aqui mesmo na UFMT, lá no bloco que eu estudo tem um banheiro para pessoas com deficiência, para cadeirantes, mas nunca vi aquele banheiro aberto, sempre trancado com chave. Às vezes quando entro no banheiro ali vou no banheiro normal que é complicado. Mas se precisar usar o banheiro fica complicado por que sempre está trancado. Eu nem sei como é é aquele banheiro fica trancado. Aqui mesmo no meu bloco. Tem um banheiro lá só que ele vive trancado na chave. [...] Já o outro banheiro é simples mas nele só entro para usar o espelho e a torneira, se precisar usar o banheiro mesmo não tem como.*

CONSCIÊNCIA CRÍTICA: *com toda a dificuldade o banheiro ainda me atende, mas um adequado seria melhor. [...] Não é suficiente. No restaurante universitário também.*

DIÁLOGO: *no bloco que eu estudo tem os banheiros comuns e os banheiros para PNE, mas o engraçado é que esses banheiros ficam trancados. Tenho aulas aos sábados e percebi que eles lavam todo sábado nosso bloco e olhei dentro do banheiro. Esses dias estava indo ao banheiro e dentro do banheiro especial estão guardando vassouras. Tem vaso sanitário mas estão guardando vassoura, rodo, balde. É um banheiro que ninguém tem acesso. Tive a curiosidade de tentar abrir e percebi que ele sempre fica trancado. Ainda vi que tem uma plaquinha na porta para pessoas PNE, tem que tirar a plaquinha já que é para guardar rodo e vassoura. Se o banheiro está ali tinha que ser usado! Precisa de um olhar com caridade, por que o que leva uma pessoa a guardar rodo e vassoura em um banheiro do bloco que tem aluno em cadeira de rodas? O banheiro tem uma serventia entendeu?*

PRÁXIS: *os banheiros para deficiente geralmente não funcionam, não tem como fechar. Eu já tive um desentendimento muito grande no meu bloco (...) tenho até fotos, mandei por e-mail para o Coordenador do curso. Fizeram uma cantina dentro banheiro, tiraram vaso, pia, tudo e fizeram uma cantina dentro do banheiro que era para deficiente feminino. Colocaram uma cafeteira de professores. Você acha que tem condições? Assim é essa questão de você pensar no outro.*

Relatos iguais a esse demonstram que quase nada se modifica quando o olhar sobre

o Outro não é alterado. A realidade evidente é que o respeito às diferenças humanas não pode ser pensado como um “problema” apenas do Outro mas sim de todos.

A transformação da consciência social na perspectiva do compromisso da educação inclusiva acontecerá a partir do momento em que for uma luta compartilhada por muitos e nesse processo será fundamental que os sujeitos cujos direitos não são respeitados ou efetivados se posicionem para exigir-los dentro dos espaços educacionais.

O banheiro citado nos relatos acima é um direito básico que o estudante **LIBERDADE** não pode usufruir desde o ensino fundamental e médio. Antes era pela situação precária das escolas públicas que não permitia a construção de um banheiro especial e agora, na universidade, pela ausência de um olhar mais solidário, mais humano que leve ao cumprimento legal sobre acessibilidade, pois o banheiro foi construído, estava equipado mas não pode ser usado. Observa-se na fala da estudante **AMOR** o risco que esse descumprimento pode trazer:

***AMOR:** os banheiros eu acho que eles deviam adaptar melhor.(...) É difícil. Esses dias aconteceu um fato desagradável comigo no banheiro, então é meio difícil ainda. Eu acho que tinha que ter mais preparação. Caí umas duas vezes já.*

Pensar a acessibilidade em todos os ambientes da instituição é mais do que uma obrigação legal, trata-se de algo a se fazer por ser moral e ético fazê-lo. Em um local público que congrega a imensa pluralidade existente na sociedade é fundamental atender às necessidades dos alunos, professores, técnicos e comunidade, proporcionando bem-estar e segurança a todos que convivem nesse espaço.

O mobiliário especial também faz parte das estratégias para garantir acessibilidade das pessoas com deficiência e providências para que esses móveis existam ou estejam onde precisam ser usados faz parte das ações para promover tal direito. Por serem poucos alunos acredita-se que alguns dos problemas não sejam reduzidos apenas à falta de recursos mas em parte à invisibilidade vivida por eles:

***LIBERDADE:** gostaria que em cada sala tivesse uma mesa especial para pessoas que usam cadeira de rodas. Por que tem a mesinha na sala mas não é especial e toda vez que eu chego a mesa nunca está lá.[...] Nosso professor é coordenador, ele já percebeu isso várias vezes, quando não acham a mesa eu escrevo em cima do meu colo mesmo, na mochila.[...] Precisaria de uma mesa especial em cada sala. Tinha que ficar lá, não poderia ser tirada da sala. [...] No começo até que eu conversei com o professor que é coordenador e falei para ele “professor toda vez que chego aqui essa mesa*

nunca está”. Ele disse que o pessoal de dia tira e leva para outra sala e não volta.

CONSCIÊNCIA CRÍTICA: *mesa e cadeiras não são ideais mas eu uso assim mesmo.*

Igualmente importantes são as rampas, e o ajuste de calçadas e desníveis, bem como as barras de segurança que também são imprescindíveis, mas os alunos que as utilizam precisam ser ouvidos antes de sua construção ou pelo menos que sejam adotadas as normas universais, pois tornam-se ineficazes se construídos de forma inadequada às suas necessidades ou não existirem nos locais onde são necessários. Ações refletidas, dialogadas e planejadas ajudariam a evitar fatos iguais ao que foi relatado pelo estudante **LIBERDADE** que apesar das várias rampas existentes no câmpus, esse mecanismo de acessibilidade não existe justamente no estacionamento onde para seu carro adaptado. A acessibilidade precisa estar presente em todos os locais onde os alunos e demais usuários da instituição necessitarem delas:

LIBERDADE: *tem um estacionamento perto do bloco que eu estudo que deveria ter uma rampa lá, por que paro lá e para ir ao meu bloco vou pela rua por que o meio fio é muito alto. Naquele canto tinha que ter uma rampinha por que aí eu já desceria no estacionamento e subiria na rampa para ir pela calçada. No entanto, desço do carro e vou pela rua. Só lá na entrada que tem rampa e eu entro no bloco. [...] Todo canto de esquina tem que ter rampa. A calçada até que está boa para andar, o problema é que as rampas e os meio fios daqui são muito altos.*

UTOPIA: *o que dificulta são as calçadas da UFMT, os degraus para poder chegar aos banheiros. Às vezes os banheiros não tem uma barra de ferro para segurarmos direito, quando tem é muito longe para gente segurar.*

UTOPIA: *no anfiteatro é muito difícil subir pela frente, a rampa é muito em pé e aquela escada é muito alta, como uso prótese fica difícil. A prótese não tem mola, o pé não faz o movimento, se vai subir força mais ainda e pode cair para traz. Se for de frente tem que forçar por que não tem nada para segurar. Ali tem uma rampa, só a rampa sem barra de ferro. Então fica difícil, às vezes prefiro descer os degraus da escada do que subir e descer a rampa.*

AMOR: *ali no canteiro mesmo, quando você vai atravessar não tem uma rampa própria para deficiente e em vários pontos da faculdade também não, eles deviam colocar mais facilidade, eu uso muleta mas deve ter pessoas ali que usam cadeira de rodas e os banheiros deviam adaptar melhor. Eu vejo um ponto bom que a gente conseguiu com deficiência chegar até a universidade, só que tem muita dificuldade, por que, você não tem muito acesso, muitos degraus, poucas rampas, então acho que teria que fazer um estudo focado sobre os problemas dos deficientes sobre o acesso. [...] Ali no auditório mesmo aquela rampa é horrível para você subir e geralmente a*

porta do fundo está fechada. Aquela rampa é uma das piores. Sempre tem que precisar de ajuda, se desequilibrar vai parar lá embaixo.

PRÁXIS: *acho que a questão das calçadas são muito precárias, pensando mais no outro também, por que para mim dou um jeito, pego na mão de alguém, minha bengalinha e tal, só que para o cadeirante, por exemplo, é terrível, lembro o quanto meu colega sofria, às vezes de ter que andar na rua por que não dava para ir na calçada, [...] a acessibilidade aqui é irrisória.*

Em algumas entrevistas pude sentir traços de angústia, causados não somente pelo direito desassistido mas também pela tentativa de adaptação sem que a instituição se altere com mais profundidade para a inclusão, por não exporem o que consideram injusto ou pelo desgaste excessivo daqueles que tentaram fazê-lo e não obtiveram êxito. A maioria deles percebe as falhas da instituição mas não consegue comunicá-las, pois a ideia de obediência e temor às hierarquias institucionais ainda é bastante arraigada na sociedade brasileira, além disso, alguns deles considerarem-se inferiorizados ao terem que solicitar demandas que parecem ser tão óbvias e às quais a instituição é obrigada por lei a observá-las.

Na tentativa de adaptar-se ao meio envolvente e não ser considerado “diferente”, muitos alunos se calam, por isso, concordando com a estudante **PRÁXIS**, a instituição é “dura”, “é fria”, mas “é formada por pessoas” e são essas que precisam ter a consciência e realizar as mudanças necessárias.

Observar e preocupar-se com as necessidades de alunos, professores e técnicos para sua segurança, bem-estar e o bom funcionamento dos trabalhos e da aprendizagem, deve ser uma constante numa instituição que se quer inclusiva, tais como a revisão e aquisição de portas, trincos, barras, desníveis, degraus, mobiliários, rampas, equipamentos, materiais pedagógicos, softwares específicos, além de outras mudanças mais profundas que necessitam de ações afirmativas ou alterações nos currículos e na formação dos profissionais da educação. Isso pode parecer óbvio e simples, mas torna-se mais complexo do que se imagina pelo fato de que tanto os profissionais da educação quanto os estudantes estão envoltos na mentalidade individualista que divide ao invés de somar e pelas limitações neoliberais à autonomia de professores e instituições.

Limitações que ocorrem em nível cultural e material pelo cerceamento ideológico e financeiro das IES. No entanto, garantir a acessibilidade física e pedagógica são fundamentais para a permanência e desenvolvimento dos estudantes com deficiência, além de minimizar o temor daqueles que talvez nem tentem entrar na universidade por que sabem das dificuldades que irão enfrentar.

Para os que não têm deficiência, alguns detalhes parecem não ter importância, mas para alguns dos entrevistados são obstáculos que podem causar acidentes, por exemplo, na passagem de um saguão para o corredor dos banheiros, salas de aula e laboratórios que a estudante **SOLIDARIEDADE** utiliza, existe um desnível de menos de um centímetro no piso, mas como não enxerga quase nada, por causa dele tropeçou e caiu. Esse desnível existe há décadas e atrapalha também a passagem de carrinhos de bebê e cadeiras de roda. Trata-se de uma barreira para qualquer pessoa até mesmo as que possuem plena capacidade visual e motora.

De acordo com os estudantes existe também outro problema referente à entrada do restaurante universitário e a falta de prioridade na fila, para a qual não há nenhuma placa indicativa e nem espaço para passar à frente dos demais, pois existe uma “cerca” estreita de aproximadamente 25 metros, em forma de U, limitando seus parâmetros, além da porta giratória que impossibilita a entrada da cadeira de rodas. Isso denota falta de conscientização sobre os direitos das pessoas com deficiência, mas também de solidariedade, por isso, reitero que a existência de leis e políticas são importantes mas insuficientes se não houver o envolvimento da comunidade acadêmica (alunos e profissionais da educação) para reivindicar, protestar ou lutar pela materialização desses direitos:

LIBERDADE: *entrei no RU uma vez mas não cheguei a fazer refeição lá por que o corredor (porta giratória e corredor de aproximadamente mais de 25 metros com duas curvas) que tem que passar é muito estreito. Então para mim achei que ia ficar meio chato por que o pessoal teria que afastar um monte de coisa lá para eu entrar. Aí não deu certo.*

UTOPIA: *no RU eu pego a fila normal como se estivesse pegando de uma pessoa sem deficiência. Eu não tenho preferência por causa da minha deficiência. Se a fila tem trinta na frente tenho que ser a trinta e um. **Eu não corto fila. Fico sem graça de cortar a fila por que 90 por cento desses que estão ali são os que eu tenho que dar lugar para eles passarem na calçada. Por vergonha. E dói ficar em pé, dói muito, muito, tem dia que a perna está até machucada aqui embaixo.** Ah, eu fico pensando assim: esse ser humano está em uma universidade mas ele não tem conhecimento e é muito ignorante. É só isso que eu penso ou não tem conhecimento ou é muito ignorante.*

CONSCIÊNCIA CRÍTICA: *eu fui no RU esses tempos atrás e entrei pela porta da saída, é constrangedor, você entra ao contrário e todo mundo fica te olhando “o que que esse cara está fazendo?” A porta giratória é anti-inclusão.*

A falta de consciência sobre o direito do Outro também atinge os estacionamentos privativos para pessoas com deficiência:

CONSCIÊNCIA CRÍTICA: muitas vezes as pessoas falam as coisas por não conhecer, tem as vagas para deficientes, quando você vai questionar a pessoa fala “não foi só um minutinho”, eu sou chato com isso, falo “meu amigo não é um minutinho é falta de respeito isso”, você está vendo ali (o aviso no chão), não abro mão, se a pessoa ouvir uma vez e continuar aí eu sou mal educado, se a pessoa não se mostra receptiva à observação e fala com desdém, então eu me torno mal educado, mas ela vai ouvir como já ouviu para se conscientizar.

Outro problema apontado faz referência à exclusão das pessoas em cadeira de rodas das atividades curriculares que utilizam os ônibus da UFMT, devido à impossibilidade de entrar neles em segurança.

As viagens de estudo e visitas técnicas são importantes para a formação profissional dos estudantes na universidade, fazem a ponte entre o que aprendem teoricamente e a realidade concreta, além de proporcionar a interação entre os estudantes. No entanto, a inexistência de ônibus especiais com plataformas e espaço ampliado no corredor ou a falta de um equipamento para colocar o aluno em segurança no veículo (um suporte com rodas que se adapta às escadas), impedem a participação e exclui o estudante **LIBERDADE** dessas atividades tão importantes para sua formação. Nesse sentido, observa-se a fala do estudante **LIBERDADE:**

LIBERDADE: minha turma já viajou bastante, só no ano passado, em 2014, eles foram em umas sete viagens. Nem faço minha inscrição por que já sei como é que é, a gente conhece. É complicado para mim entrar no ônibus, tenho que ser carregado e uma vez já tentaram me carregar para subir e quase me derrubaram. Depois desse dia nunca mais quis entrar no ônibus. Eu tenho vontade de participar mas não tem como. E se eu cair machuco mais por que não consigo movimentar as pernas. Essa questão do ônibus aí é uma das coisas que me entristecem, poderia ter um ônibus especial para carregar a gente, não é? Não tem! Além disso, a maioria dos ônibus tem portas muito estreitas, também têm o corredor muito estreito, não tem como colocar a gente lá dentro, é complicado, é muito estreito. Isso me entristece, às vezes a gente até precisa, pois ajuda no enriquecimento da formação profissional, mas não pode ir.

A aquisição de um ônibus acessível ou de um equipamento para entrada nesse veículo demandam financiamento, mas é um direito e precisa ser atendido mesmo que haja necessidade de enfrentamento da burocracia e da difícil missão de conseguir recursos.

No entanto, a inclusão em uma instituição de ensino superior não depende somente de financiamento ou formação específica de seus profissionais mas também de vontade e esforço para construí-la. É preciso, além de tudo, de um olhar mais humano para abrir-se à escuta do

Outro e ao ouvir com humildade e criticidade os alunos organizar uma política interna de inclusão baseada no diálogo, não apenas para os estudantes com deficiência, mas para todos os grupos historicamente excluídos da educação e da sociedade que chegam à universidade a duras penas.

Essas ações serão importantes para conscientização sobre as diferenças humanas, pois a potencial amplitude de atuação da universidade junto à comunidade interna e externa poderia influenciar a mudança em uma série de atitudes que precisam ser revistas e modificadas.

Dentre as ações possíveis, as IES poderiam articular o diálogo e o debate que são necessários à construção da inclusão na educação básica e no próprio ensino superior, a partir da ideia de uma transformação mais profunda em suas metodologias, procedimentos e funcionamento; influenciar culturalmente a aceitação das diferenças como algo inerente a todo ser humano para reduzir o preconceito e a discriminação, incentivando até mesmo a solidariedade, o apoio mútuo, o respeito ao direito do outro e às várias formas de ser e estar, além de muitas outras mudanças que necessitam primeiramente que a mentalidade geral sobre a deficiência se modifique.

Enfim, as IES, através das mais variadas ações junto à comunidade acadêmica e externa, podem ajudar a criar uma cultura de respeito às diferenças em todos os seus sentidos e aspectos dentro e fora de seus espaços:

***UTOPIA:** por que os alunos não dão lugar para você passar. Às vezes eles esbarram em mim e assim por eu não ter firmeza na perna dependendo do jeito que a pessoa esbarra posso cair.*

SOLIDARIEDADE:** fico muito chateada e às vezes falo assim “nossa tenho que usar uma muleta?”. Então é uma mistura de sentimentos, de mágoa, fico muito chateada, magoa muito, a pessoa não saber e aí ficar fazendo sátira e depois a gente ouvir. Por exemplo, logo no primeiro ano coloquei o pen drive na xérox, só que não enxergo o computador, então toda vez tenho que pedir para o funcionário, [...] por que não enxergo nem a setinha, nem em casa mesmo, às vezes estou fazendo no computador do meu sobrinho, às vezes do meu irmão, por que tenho que por bem perto o computador, acho ainda mais difícil em notebook [...] parece que é mais apagado [...], então no começo fui pedir para o moço, eu não enxergava, [...] aquela turma atrás deduziu que eu não sabia, e aí saíram falando “nossa o pessoal do primeiro ano não sabe nem por um pen drive no computador”. Acho que é por falta de conhecer, saber mais, acredito que naquela Universidade de São Carlos por eles saberem que existe e ser tão falado seja diferente. [...] **Eu acho que precisaria mais o câmpus todo trabalhar com isso, com essa questão, não só no câmpus mas também na sociedade, na escola, em todo lugar.

***TRANSFORMAÇÃO:** deveria ser uma questão mais trabalhada nas instituições pelo menos para deixar aquela interrogação e questionamento*

na pessoa. Eu que sou parente não sei como lidar com a deficiência do meu primo e não sei como me comportar, então imagina uma pessoa que não é da família, que não tem convívio. Como lidar com um colega de sala? Às vezes a pessoa tem uma deficiência e nem é tão diferente assim, pode ser um cadeirante, mas as pessoas ficam com certo preconceito ou ficam com receio de conversar e ela acaba ficando excluída de alguns grupos por causa disso. A inclusão tem que ser uma questão mais trabalhada em disciplinas por exemplo, fazer dinâmicas ou cursos de interação entre as pessoas da faculdade. Eu me preocupo. As únicas disciplinas que talvez pudessem se encaixar é Libras e Ciências Sociais, mas Ciências Sociais não trabalha isso e Libras é optativa, então, o aluno pode terminar a faculdade sem ver essa questão.

Para os estudantes com baixa visão a falta de computadores com telas ampliadas, móveis especiais ou programas como o DOSVOX, por exemplo, dificulta a aprendizagem nos laboratórios e a pesquisa na biblioteca. A estudante **SOLIDARIEDADE** pensa em procurar ajuda fora da universidade para utilizar esse programa, um apoio que poderia existir aqui mesmo no câmpus, através do curso de sistemas de informação, uma ação como essa poderia ser articulada por uma política interna mais estruturada.

Trata-se de uma pessoa com baixa renda e pensa em buscar ajuda na Associação das Pessoas com Deficiência para utilizar o DOSVOX, pois segundo ela pediu o apoio da coordenação e de outros alunos mas não obteve êxito.

Esse é mais um dentre os vários relatos deste capítulo que denotam o fato de não vivermos um processo de inclusão real mas de integração desses alunos, pois os estudantes “se viram como podem”, num esforço para adaptar-se. Uma realidade bastante diferente da universidade que a estudante **SOLIDARIEDADE** visitou e que a deixou muito entusiasmada mas também pensativa ao comparar a instituição visitada com a que estuda:

***SOLIDARIEDADE:** eu acho que no meu caso posso me inscrever [na associação para pessoas com deficiência], acredito que eles tem mais acesso. As pessoas de lá devem saber os caminhos que a gente deve tomar, qual é mais fácil para ter ajuda, por que aqui não tem. Instalei o DOSVOX mas não sei mexer, então acredito que precisaria de uma pessoa para me ensinar, não sei qual é a utilidade dele para mim. Lá em São Carlos, falaram para mim que isso poderia me ajudar muito. [...] Conversei com o nosso coordenador sobre o programa, aí ele ficou de ver mas a correria, uma coisa ou outra, e vi também que não se interessou, percebi que na questão de visão eles não tem muito interesse, senti falha.[...] o computador de pesquisa lá na faculdade você senta um do lado do outro, quer dizer o colega que está atrás vê o que você está pesquisando, [...] todo mundo fica de frente para o outro, já o computador da pessoa com deficiência visual que eu vi na UFSCAR ele é aqui mais para frente e tem uma caixinha*

isolada, você não vê, se tem aquela dificuldade de puxar o computador para frente, por mais que aumente a letra, o zoom, ainda tenho que puxar.

A participação dos estudantes com deficiência nas decisões que envolvem a vida acadêmica, desde acessibilidade física à pedagógica é muito importante, um exemplo disso pode ser observado na fala do estudante **CONSCIÊNCIA CRÍTICA**, pois seu envolvimento mais efetivo na reivindicação de suas necessidades tem proporcionado mudanças em seu dia-a-dia na universidade.

Esse mesmo estudante acredita que a atitude reativa da instituição em relação às questões sobre a inclusão não é a mais correta e considera que as ações nesse sentido deveriam ser “*planejadas, proativas e consultar os estudantes*”, pois a maioria dos alunos não reivindica seus direitos, os que se posicionam conseguem algumas melhorias, no entanto, o ideal seria o debate junto ao meio acadêmico para uma mudança mais profunda e estrutural.

O envolvimento desse aluno com questões referentes à acessibilidade, deu-se por acaso mas poderia e deveria fazer parte de uma política inclusiva dentro da instituição. No relato abaixo transcrito percebe-se o quanto importante é a participação desses estudantes, até nos mínimos detalhes mas que fazem muita diferença na vida deles dentro do câmpus:

CONSCIÊNCIA CRÍTICA: *na entrada do bloco pedi para mexerem na rampa que não era adequada. O rapaz estava fazendo, fui lá e disse que o que estavam fazendo não iria resolver meu problema. O pedreiro respondeu “mas estou fazendo o que mandaram”. [...] O engenheiro responsável pela obra estava perto, foi conversar comigo e perguntou o que serviria para mim. Aí expliquei que se saísse a rampa daqui e chegar até lá direto qualquer pessoa com dificuldade não vai ter que ficar subindo e descendo, por que eles estavam fazendo um monte de rampinhas para subir e descer.[...] Ficou excelente e aí para minha surpresa todas as entradas daquele bloco fizeram a mesma rampa. Então assim atende as pessoas com deficiência, antes para descer ali sozinho eu tinha que esperar alguém e segurar no braço e poder ter apoio para subir, agora ando sozinho ali.*

A estudante **SOLIDARIEDADE** também se ressentida da intervenção da instituição em relação à empresa que realiza as fotocópias dentro da universidade, certas demandas se partirem apenas dos alunos não são atendidas, o planejamento e uma política delineada poderiam resolver essas questões sem conflitos ou dificuldade para aqueles que necessitam dos serviços e possuem necessidades especiais:

SOLIDARIEDADE: *dependendo eles não aumentam assim (sobre a ampliação de xérox), isso tinha que ser uma coisa que o câmpus tinha que*

impor para eles (empresa da fotocópia) assim “você vão tomar conta daqui, a gente tem uns alunos assim, assim, assim, tem que respeitar. A máquina deles é digitalizada, tem um número lá para sair em um tamanho padrão de letra e de cor, então para mim quanto mais forte estiver a cor mais vou enxergar, mas eles põe menos tinta para economizar mais, então sai mais cinza e assim enxergo menos, é que nem te falei tudo que é mais forte a cor eu ainda enxergo, se a cor é mais embaçada não enxergo, se não tem cor aí eu acabo não enxergando. [...] E aí sempre falo “pelo amor de Deus aumenta”. Aí eu espero ele tirar do pessoal, tem isso também, tudo para não passar vergonha, às vezes espero aquele monte de gente sair, para poder falar o que preciso, por que é aquela coisa você se sente humilhado, parece mendigar, coisa assim.

Essa estudante com baixa visão também teve dificuldade em relação à ampliação das letras e do tempo de realização das provas, assim como a aquisição de uma régua-lupa para leitura, relatando a burocracia para conseguir o que deveria estar à disposição com mais facilidade:

SOLIDARIEDADE: *fui reclamar da prova, queria que as minhas provas fossem ampliadas e o tempo fosse maior, principalmente em questão de pesquisa. Na prova de pesquisa sem esse tempo maior não dá, por que uma hora para mim é pouco, por mais que seja pequena a prova é pouco tempo. E aí falei com o coordenador, e ele falou que eu teria que conversar com os professores, aí eu me sinto é que nem te falo, toda vez tenho que falar “mas professor tenho deficiência, toda vez, toda vez?” Aí falei “não vou ficar me humilhando, peguei e falei que ia montar um processo”. Pedi a régua-lupa mas preciso primeiro pegar o laudo médico, faço o tratamento pelo SUS e não é aquela coisa. Então vou pedir o laudo com o médico, vou explicar que preciso para a UFMT, por que é só em cima dessa documentação para montar o processo.*

Os procedimentos excessivamente burocráticos adotados para a resolução de problema simples como a fotocópia ampliada de uma avaliação e o aumento do tempo de uma prova de pesquisa dificultam o atendimento às necessidades especiais dessa aluna, um direito expresso na Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva Inclusiva, no Estatuto da Pessoa com Deficiência e muitos outros documentos legais. De acordo com o relato da estudante acima descrito, ao invés de aumentar o tempo da prova de pesquisa ou buscar outra forma de avaliação para essa aluna, orientaram a estudante a elaborar um processo com laudos sobre a sua deficiência visual, para conseguir que a UFMT comprasse uma régua-lupa para essa estudante. Esse processo irá durar vários meses à espera dos laudos do SUS, no mínimo um semestre, meses de tramitação dentro da instituição até ser encaminhada ao setor de compras, meses de tramitação para a aquisição, podendo ainda ser negado por falta de recursos ou impossibilidade de ser adquirido pela quantidade não ser suficiente para justificar uma

licitação.

O que mais preocupa é que a educação sendo um direito humano fundamental, negar a uma pessoa a possibilidade de obter o mesmo desempenho dos demais apenas por não alterar rituais tradicionais é bastante incoerente com o discurso de democracia e justiça social defendido por praticamente todos os profissionais na universidade. Nisso concordo com Mantoan (2003) e Mittler (2003) quando dizem e defendem que as maiores barreiras estão em nossas mentes e corações.

Essas barreiras não estão somente em nós, pois existe uma estrutura social opressiva, dominadora e limitante, exercida até as últimas consequências, entretanto, contribuimos com as nossas atitudes para a reprodução das relações sociais desumanizadas nas instituições de ensino e na sociedade em geral.

Justamente pelo fato da humanidade estar envolta num processo desumanizante é que Paulo Freire fez da humanização da educação e da sociedade sua maior preocupação. Afinal de contas, qual o antídoto para o desamor senão o próprio amor? A falta de cuidado com o Outro, pode nos levar a perder nossa maior característica que a é de sermos “humanos-humanos” e nos transformar em “humanos-máquina” ou “humanos-coisa”. Essas atitudes são tomadas diariamente sem a reflexão sobre seu impacto na vida do aluno ou na educação como um todo, menos ainda em seus efeitos sociais.

Enquanto a estudante **SOLIDARIEDADE** relatava sua indignação, mágoa, sentimento de impotência, lembrava sobre o que Freire dizia em relação à necessidade de nossos pensamentos corresponderem aos nossos atos. Assim, se queremos e defendemos uma educação justa e democrática, nossas ações cotidianas também precisam ser justas e democráticas, pois não há como humanizar desumanizando.

Nesse sentido, jogar a resolução de todas as tensões para a instituição pode significar não envolver-se e ter uma relação fria com o Outro, contribuir para desumanizar ainda mais as relações sociais já tão desumanizadas.

Por isso é preciso resgatar a autonomia profissional e identitária do professor para que consiga criar uma aprendizagem consubstancial e justa para seus alunos, com respeito às diferenças e necessidades através do auto questionamento e reflexão sobre uma série de ritos repetidos na educação ao longo do tempo e que não contribuem para a inclusão.

Sobre os efeitos e a urgência de rever essas ações, em uma fala anterior a estudante **PRÁXIS** lança um questionamento importante: *como é possível formar profissionais humanizados em um regime de relações desumanizadas?*

Esse relato nos remete à citação de Skliar (2006) no segundo capítulo deste trabalho sobre a burocratização do Outro e das diferenças nas instituições de ensino, um processo através do qual nossas relações não são de humanidade uns para outros, pois não é “permitido” solidariedade, amor ao próximo, questionar, “desobedecer” regras por ser moral e ético fazê-lo, se importar, sofrer ou lutar junto e assim por diante. Individualizados, atomizados, divididos somos muito mais facilmente controlados. Esse é o medo principal do opressor: a libertação dos oprimidos.

Conscientizar-se tanto como opressor quanto perceber-se como oprimido serão atitudes fundamentais para nos tornarmos seres autônomos e reconhecer as diferenças como algo inerente a todos nós e não como um “incomodo” presente apenas no Outro, algo a ser tolerado por que o normal é seguir a “corrente”, de olhos, ouvidos e bocas fechadas.

O estudante **CONSCIÊNCIA CRÍTICA** defende a ideia de que “cidadania começa com você” em palestras que realiza com o objetivo de conscientizar as pessoas sobre seus direitos e a necessidade de respeito ao ser humano, acredita que a participação dos alunos no questionamento à realidade educacional podem ser importantes para a construção de uma universidade inclusiva, em algumas de suas falas percebe-se como algumas coisas mudam a partir de sua interferência:

***CONSCIÊNCIA CRÍTICA:** na primeira vez que fui à biblioteca, a coordenadora viu que fui de cadeira de rodas, foi logo que começou o curso, no primeiro semestre, eu não ia à biblioteca, consulto muito aqui onde compro os livros que os professores passam, mas a primeira vez que fui andando e vi que era longe para chegar do carro até lá e eu estava com a cadeira de rodas no carro, fui com a cadeira e era horrível por que tremia tudo nas pedras, na hora que eu estava saindo a coordenadora da biblioteca me chamou e disse: “vi que o senhor está usando cadeira de rodas, quer marcar um horário para conversar comigo? Marquei, mas não voltei lá. Só que nesses cinco minutos ela falou de imediato: - estou vendo que o senhor está sendo empurrado aqui, conseguiria tocar a cadeira sozinho? Respondi que não, nessa pedra, teria que ter um calçamento e sem cadeira senti dificuldade por que não tem o corrimão, falei e fui embora. Quando voltei na semana seguinte na biblioteca, tinha a calçada e eles já tinham deixado a marcação do corrimão, então aquilo foi por conta de uma observação que fiz e que ela veio atrás de mim quando estava quase entrando no carro. Quando vi a pista lá na semana seguinte falei “não pode ser”. E eles colocaram a marcação para colocar o corrimão e foi feito.*

Para aqueles que apresentam deficiências sensório-motoras, até mesmo o horário da limpeza dos corredores e banheiros pode atrapalhar ou causar acidentes, a estudante **AMOR** não questiona e precisa sempre esperar o término da limpeza e a secagem do chão para chegar

à sala, já o estudante **CONSCIÊNCIA CRÍTICA** expôs o problema e obteve mudanças nos procedimentos de limpeza em outro prédio.

Quando não há uma política interna de inclusão que ajude a articular a comunidade acadêmica, incluindo os profissionais da educação, em prol da construção de uma universidade inclusiva, a presença mais ativa dos estudantes ao reivindicar as mudanças é fundamental, desde as mínimas alterações até as mais complexas como a formação de professores, alterações curriculares e burocracia. Um exemplo claro disso observa-se nas falas sobre um mesmo problema mas com dois desfechos diferentes devido ao posicionamento dos alunos:

CONSCIÊNCIA CRÍTICA: *o pessoal da limpeza me trata muito bem, quando estão lavando algum lugar que me veem chegando já correm com o rodo. Mas todo dia lavavam a entrada do prédio, então todo dia quando eu chegava tinha água ali, pedi na coordenação para eles deixarem para lavar quando eu estiver na sala de aula ou bem mais cedo, por que também não é só para mim mas para todo mundo, pois qualquer um pode escorregar numa poça d'água, é perigoso. A limpeza dos banheiros também já mudaram. Estudava em outra sala do lado do pátio, aí eles lavavam aquela sala na hora que eu estava chegando, agora mudaram, então agora como estou na sala próximo à coordenação tem que mudar novamente, mas já falei lá, provavelmente vão mudar agora.*

AMOR: *caí umas duas vezes, por que geralmente quando é hora do intervalo eles estão limpando e eu posso escorregar. Então quando chego para faculdade eles estão limpando também. Sempre fico recuada esperando limpar por que tenho muito medo de escorregar e cair. Sempre comento com as minhas colegas, gente se eu cair chama o SAMU por que não levanto mais.*

A pouca iluminação no período noturno nas vias e acessos do câmpus torna difícil o trânsito das pessoas em cadeira de rodas e com baixa visão, além de ser um fator que contribui para a falta de segurança geral:

SOLIDARIEDADE: *acho muito escuro, principalmente no caminho que eu vou e volto, é que nem te falo, tenho que ir olhando para o chão e para frente, bato nas pessoas se ficar só para baixo e tem que olhar para o chão por que se acontecer de um pedaço ali quebrar. Eu acho que conheço aquele caminho, vamos supor que passou um carro e quebrou, às vezes acontece.*

É preciso registrar aqui, a pedido dos estudantes, que o apoio prestado pelos estagiários na biblioteca foi elogiado e é fundamental para as pessoas em cadeira de rodas e com deficiência visual. No câmpus pesquisado, o único setor apontado pelos alunos em que

houve uma atitude proativa diante das necessidades dos estudantes com deficiência foi a biblioteca administrada por técnicos, onde houve o questionamento e a resolução de um problema sem que houvesse uma reclamação anterior. No entanto, para os estudantes com baixa visão ainda são necessários computadores que estejam disponíveis com telas ampliadas e instalação de aplicativos que facilitem a pesquisa como o DOSVOX, por exemplo.

Na expressão de suas percepções sobre a inserção das pessoas com deficiência no ensino superior, os estudantes entrevistados demonstraram que se consideram ao mesmo tempo incluídos e excluídos na instituição. Incluídos por estarem dentro da universidade pública quando a maioria não consegue, e pelo apoio de alguns professores, técnicos e colegas, mas também consideram a exclusão pelas situações excludentes vividas, oriundas da falta de preparação de grande parte dos profissionais da educação e de condições apropriadas para todos na instituição, além dos momentos em que falta conscientização da comunidade acadêmica.

Para a estudante **PRÁXIS** a frieza das instituições e a falta de diálogo é um grande obstáculo à inclusão na universidade:

PRÁXIS: a instituição falha muito, peca muito, negligencia muito a pessoa com deficiência, eu jamais tive nenhum apoio, nenhum tipo de auxílio, nenhum tipo de visão ou de tratamento diferente, jamais. E na universidade já passei e estou passando por muita coisa em relação a problemas de saúde, inerentes à minha deficiência mesmo, e a instituição é tão alheia a isso, é tão desatenciosa sabe, de uma forma tão grosseira, fria, dura. Eu, por exemplo não estou mais suportando o estágio, estou muito cansada, muito cansada, e não é tratar diferente mas cumprir lei, por que se o aluno tem uma necessidade diferente, ele pode produzir bons frutos mas é preciso orientar e encaminhá-lo num caminho diferente, dosar para cada um. E não é questão só das deficiências, é poxa esse meu aluno é líder, só que em contrapartida ele tem dificuldade em tal coisa, então preciso trabalhar isso, trabalhar também essa liderança dele, preciso que ele aperfeiçoe ainda mais, mas não levam em consideração, não diferenciam o aluno, eles tem lá um modelinho e se você se encaixar bem, se não se encaixar está fora. [...] Acho que a primeira coisa é ouvir os alunos. [...] Dar espaço para os movimentos sociais, eles são muito importantes para a universidade e para a vida. [...] É falta de planejamento entendeu, fazem as coisas muito...então nós precisamos de pessoas que tenham visão de mundo, que escutem o aluno sério, [...] nós temos mentes brilhantes nessa universidade, só que a gente é o tempo todo podado, não temos espaço, então isso é uma das coisas que dificultam esse link, digamos assim, entre o aluno e a instituição, para o aluno ser mais do que um ser aqui, por que a gente às vezes se sente assim, um ser inanimado recebendo, você não tem voz, não tem vez, e eu tenho muita dificuldade por que gosto de discutir.

Diante de todas as pesquisas e da teoria lida acerca da inclusão, observa-se que as falas da estudante **PRÁXIS** resumem parte da vida acadêmica e do destino de muitas pessoas com deficiência por esse Brasil afora que se “aventuram” em um curso universitário:

PRÁXIS: Não tem condições de permanência, até aqui, olha o tamanho dos índices de desistência. Muitos, muitos, muitos. Não tem suporte, esse mínimo, nem diálogo. Fora da universidade, fora da escola, fora do mercado de trabalho, ninguém ganha com isso. O acesso está bem mais facilitado, em termos, só que a permanência é difícil, é dura. Onde estão as outras pessoas com deficiência? À medida que a deficiência vai exigindo mais, muitas vezes nem conseguem entrar na universidade e quando entram não conseguem dar continuidade. Por que as pessoas são vistas sempre como um problema, eu sempre me senti como um problema, vista como problema para a instituição.

PRÁXIS: está tudo bem, mas a partir do momento que você se levanta você é um problema. Deveria ser na verdade o contrário, a partir do momento que a pessoa se levanta a gente consegue resolver. Eu sou uma pessoa muito crítica, só que não sou uma pessoa crítica desnorteada, aquelas pessoas que criticam, criticam, até às vezes com fundamento, mas não tem uma solução, eu critico mas estou aqui, quero ajudar, quero crescer, não é só dizer “isso aqui está errado!”, mas tenho uma proposta em cima disso, não estou aqui só para criticar, estou aqui para somar, só que não escutam nem a crítica, nem a sua ideia de mudança, nada. Acho que um dos principais problemas é esse, não te ouvem, você não é ouvido, não é olhado atentamente em nenhum momento.

PRÁXIS: em relação às questões institucionais sempre me senti negligenciada, colocada de lado, as minhas necessidades nunca foram pauta, as minhas necessidades em tudo, por que olha, vou te falar, esse curso foi o maior perrengue da minha vida, e estou pretendendo entrar no mestrado ainda, a gente não para nunca de querer sofrer. Foi um sofrimento ímpar na minha vida e as minhas necessidades nunca foram colocadas em pauta mesmo, nunca pensaram em contemplar as minhas necessidades que são diferentes das outras necessidades dos outros alunos que vão além das necessidades básicas.

Quando perguntados sobre o porquê da invisibilidade ou indiferença vivida em alguns momentos por eles, os estudantes tem respostas semelhantes à estudante **PRÁXIS**:

PRÁXIS: da falta de humanidade das pessoas. Exatamente isso, o maior medo do opressor é a reação do oprimido, o maior medo do opressor é que o oprimido se levante, então está muito fácil oprimir [...] para você não levantar. [...] Em todas as relações sociais existe essa situação de hierarquia, de opressão, de enfim...e eu não consigo entender isso, nunca consigo.

Sobre o processo de inclusão a estudante **PRÁXIS** tem uma percepção que merece a reflexão e uma auto-avaliação mais profunda desde a formação dos professores e demais profissionais até o sistema que organiza a educação formal e a influência das desigualdades sociais na educação superior:

PRÁXIS: eu acho que tudo começa desde as raízes do problema, desde a formação do profissional, a forma como o sistema está organizado, a gente vê que o sistema está caótico, a forma como ele se organiza não favorece muitas vezes a entrada e o acesso do usuário, as questões sociais também, por que uma pessoa com deficiência que tem um poder aquisitivo baixo ou que tem situação precária imagina isso, como essa pessoa vai conseguir estudar? Se eu já passei por tanta dificuldade mesmo tendo um poder aquisitivo que dava para fazer as coisas, imagina aquela criança pobre sem acesso a saneamento básico, sem acesso a nada, sem acesso à água potável e além disso com uma deficiência, quem assiste essas pessoas? Entendeu? Então o problema está na raiz, na formação, na instituição, nas pessoas, no sistema, como o sistema se organiza, nas questões sociais e nos próprios indivíduos. Muitas vezes é pela reação em cadeia, está batendo por que está apanhando sabe? Então essa é uma questão muito complexa: por que a inclusão não ocorre ? [...] Estão somente apagando fogo! E o que me irrita e me angustia é que muitos argumentos de pessoas rasas e do próprio sistema, é usar a exceção, eu sou exceção, estou aqui na universidade e estou me formando, mas sou exceção, não sou regra, sou exceção, e utilizam isso no discurso de uma forma muito sabe...então às vezes se pensa em inclusão assim, se usa a exceção para camuflar quando na verdade a regra é que as pessoas estejam fora.

Em suma, depreende-se dos três eixos de análise presentes neste capítulo, que a partir da percepção dos estudantes com deficiência sobre sua inclusão no ensino superior, o ideal de uma universidade inclusiva é um processo a ser construído, ainda eivado de contradições, limites e desafios, mas também de esperança no poder que existe nos seres humanos de renovar-se a si próprios e às instituições sociais. Essa construção precisará ser coletiva, pelo peso e amplitude dos obstáculos históricos e contextuais que limitam culturalmente e materialmente a universidade pública.

O diálogo, a solidariedade, o envolvimento, compromisso e trabalho das pessoas que compõem a IES é que poderá concretizar o ideal de uma educação de qualidade com igualdade de oportunidades para todos.

Conhecer para transformar é uma ideia presente em toda a obra de Marx e, a princípio, precisamos disso para construir uma nova realidade mais justa para todos, pois, das pequenas às grandes mudanças, todas serão importantes, mas o início sempre será a partir do conhecimento das contradições dessa realidade, por que “quando o homem compreende a sua realidade, pode levantar hipóteses sobre o desafio dessa realidade e procurar soluções. Assim,

pode transformá-la e o seu trabalho pode criar um mundo próprio, seu Eu e as suas circunstâncias” (FREIRE, 1982, p.35).

Concordando com Paulo Freire, somos seres limitados mas não determinados, a possibilidade de mudança está também em nossas mãos, um dos primeiros passos é compreender a realidade, o segundo será agir sobre ela, não isolados uns dos outros, mas como grupos que almejam uma educação superior mais humana e democrática, enfim, inclusiva na mais profunda acepção dessa palavra.

ALGUMAS PONDERAÇÕES SOBRE A PESQUISA PARA SEGUIR PERGUNTANDO E DIALOGANDO...

O eu antidialógico, dominador, transforma o tu dominado, conquistado, num mero “isto”. O eu dialógico, pelo contrário, sabe que é exatamente o tu que o constitui. Sabe também que, constituído por um tu – um não eu –, esse tu que o constitui se constitui, por sua vez, como eu, ao ter no seu eu um tu. Desta forma, o eu e o tu passam a ser, na dialética destas relações constitutivas, dois tu que se fazem dois eu. Não há, portanto, na teoria dialógica da ação, um sujeito que domina pela conquista e um objeto dominado. Em lugar disto, há sujeitos que se encontram para a pronúncia do mundo, para a sua transformação.

Freire

Nesta última parte trago a síntese dos resultados desta pesquisa que constituem-se em apontamentos sobre os limites e desafios à inclusão no ensino superior a partir da percepção dos estudantes com deficiência em relação aos demais alunos, aos docentes e à instituição; ressaltando que o processo desta investigação foi realizado dentro da perspectiva dialética e por isso as informações apresentadas baseiam-se na concretude do fenômeno social estudado com o objetivo de contribuir para a compreensão de suas contradições e de sua transformação. Por esse prisma não existem verdades absolutas, mas existem verdades parciais a serem ditas para que sejam objeto de questionamento, reflexão e consciência crítica, estabelecendo o diálogo necessário para podermos avançar ainda mais em relação à inclusão desses estudantes na universidade pública.

Ademais, são considerações finais com “reticências e sem ponto final”, pois transformar a educação superior sob uma perspectiva inclusiva é um processo em construção, algo que ainda “está sendo” em um dever de múltiplos desafios e também de inúmeras possibilidades.

É uma estrada que estamos a construir na educação superior, sujeita ao acordo de muitos e envolta por um complexo contexto econômico-político-cultural-ideológico, uma construção na qual o diálogo com os estudantes será fundamental, pois a inclusão verdadeiramente inclusiva dar-se-á apenas se for crítica e democrática mas principalmente humana, solidária, amorosa e corajosa acima de tudo.

Sendo um processo de construção coletiva e que vem exigindo de nós a revisão de vários códigos sociais historicamente cravados na mentalidade geral, este não pode ocorrer sem que as pessoas com deficiência sejam ouvidas, pois estão no centro dessa problemática e amplificar suas vozes através de pesquisas pode contribuir para avançarem cada vez mais no

direito à uma educação superior capaz de atender suas necessidades e respeitar as alteridades envolvidas.

A pesquisa, que por ora “concluo” representa um estudo realizado no Mestrado cujo objetivo geral foi analisar a inclusão no ensino superior a partir da percepção dos estudantes com deficiência. De forma específica buscou-se: a) identificar os limites e desafios à inclusão no ensino superior, a partir da percepção dos estudantes com deficiência em relação aos discentes, docentes e instituição; b) apresentar e debater a visão dos estudantes com deficiência sobre a o processo de inclusão no ensino superior dentro do contexto econômico, político, cultural e ideológico no qual está inserido; c) compreender o processo de inclusão dos estudantes com deficiência no câmpus da UFMT em Rondonópolis.

Busco nesta “finalização sem fecho” recuperar os principais aspectos que se tornaram mais evidentes no conjunto das informações obtidas junto aos estudantes com deficiência.

A percepção desses estudantes sobre os limites e desafios à inclusão, foram relacionados a três diferentes elementos componentes da universidade, os quais emergiram como focos de discussão sobre a relação com os demais colegas, professores e instituição.

Apresento esses dados em um movimento cadenciado de análise através do qual as informações extraídas dos relatos dos sujeitos sobre o cotidiano da inclusão na IES, presentes no terceiro capítulo, são relacionadas ao contexto mais amplo sobre a inclusão na universidade, para depois, então, resgatar o que foi trabalhado ao longo de toda a dissertação, onde procurei ligar os relatos aos fatos sociais que obstaculizam a inclusão no ensino superior de modo mais amplo. Os quais provocam ou contribuem para manter e paralisar o processo de inclusão no estágio da simples integração de alguns indivíduos com deficiência, sem que maiores alterações institucionais sejam realizadas.

Reitero, mais uma vez, que a proposta desta pesquisa, desde o começo, não foi analisar a inclusão no ensino superior sob o ponto de vista do pessimismo, mas sim dentro de uma visão de mundo e educação ancorada principalmente no ideário de Paulo Freire e Marx, para os quais conhecer a realidade contraditória é um elemento basilar para a tomada de consciência crítica que pode nos levar ao compromisso com sua transformação, pois através desse questionamento, mesmo parcial e incompleto, cada um de nós pode contribuir com o diálogo e o embate em busca das possíveis alternativas às contradições imanentes.

Segundo os pressupostos presentes na teoria desses dois grandes seres humanos pensadores-militantes, cuja dificuldade de aceitação ocorreu na mesma proporção da grandiosidade e profundidade de suas ideias, não pode haver espaço para o pessimismo

derrotista e paralisante, mesmo que o “gigante” a ser vencido apresente-se imensamente maior do que nossa capacidade de sujeitos oprimidos e limitados.

Pelo contrário, a esperança está presente até nos questionamentos mais “duros”, pois somente é capaz de fazê-los quem tem a certeza de que a realidade pode ser transformada e que na qualidade de sujeitos históricos somos nós mesmos os realizadores dessa transformação .

Os avanços em relação à inclusão educacional, tanto em nível internacional quanto nacional, nos mostram uma evolução considerável sob vários aspectos, mas tratando-se de realidade brasileira ainda existe uma distância grande entre a legislação pertinente e o “chão” das universidades, de modo especial ao Campus Universitário de Rondonópolis

Essa discrepância ficou evidente nos relatos dos estudantes e não se dá apenas pela histórica dificuldade brasileira no cumprimento das leis que representam conquistas sociais, mas também pelo pouco envolvimento dos profissionais da educação e da própria sociedade com a inclusão desses estudantes no ensino superior, pois requer mudanças mais significativas para ultrapassar a mera integração de algumas pessoas com deficiência e finalmente construir uma inclusão em sua acepção mais ampla e profunda, que alcance a todos os grupos humanos historicamente excluídos. Nesse caso, o questionamento da natureza e função da educação superior no sistema capitalista e a defesa desse espaço público perante os ataques neoliberais serão requisitos fundamentais para a inclusão.

A partir daqui, à maneira de um balanço geral, descrevo e analiso os limites e desafios da inclusão no ensino superior a partir da percepção dos estudantes com deficiência, dos quais depreendeu-se os seguintes apontamentos:

1. **A invisibilidade vivida pelas pessoas com deficiência em nível interpessoal e institucional**, pela frieza, impessoalidade e desumanização das relações sociais entre as próprias pessoas e entre elas e a instituição. No câmpus observado, por exemplo, não havia informações sobre quantos eram esses estudantes e nem onde poderiam ser encontrados, menos ainda sobre suas necessidades, o que denota a importância de uma política institucional melhor delineada e mais efetiva de apoio tanto aos estudantes quanto aos profissionais da educação. Até mesmo parte dos coordenadores que tem um acesso mais direto aos alunos não sabiam deles, alguns chegaram a dizer que não havia estudante algum com deficiência em seus cursos e durante a investigação descobriu-se que existiam. A invisibilidade vivida por essas pessoas tem relação direta com a natureza impessoal das instituições e o individualismo que permeia nossas

relações, produzindo situações de exclusão e discriminação, obstaculizando também a conformação de uma política interna mais estruturada. São invisíveis também à maioria dos colegas com os quais não convivem diretamente mas que entram em contato nos espaços comuns da IES e para grande parte dos professores que protagonizam experiências de indiferença e imutabilidade de metodologias de ensino, com consequências físicas e emocionais para as pessoas com deficiência quando não são atendidas em seus direitos e necessidades. Além disso, nos momentos em que se tornam “visíveis” são inferiorizados através das atitudes de alguns professores e colegas, pois à medida que a deficiência exige um atendimento diferenciado e um reposicionamento de ações e pensamentos surgem as tensões e conflitos. Falta trabalhar mais profundamente e com mais criticidade a problemática da diversidade humana na formação docente, seja ela inicial ou permanente, assim como de todos os demais profissionais formados na universidade para assumir sua função na sociedade, iniciando ou reforçando assim a construção de uma nova cultura sobre as diferenças humanas, dentro e fora desse espaço educacional. Dessa forma, restringir o ensino superior apenas à formação profissional está impedindo que seja vislumbrada como um momento ímpar de formação humana para a construção de homens e mulheres conscientes de sua responsabilidade social e da imensa diversidade humana. Uma visão diferente de educação e sociedade levaria a considerar o lado humano, o subjetivo, a história de cada um, suas necessidades, alteridades, identidades e diferenças. Além disso, poderia levar à conscientização necessária para atuação transformadora da realidade social e educacional excludentes.

2. **A interferência das desigualdades sociais no acesso, permanência e desenvolvimento nos vários níveis de ensino.** A educação básica e as condições precárias de vida da maioria da população brasileira contribuem para “afunilar” o caminho até a universidade e torná-lo ainda menos acessível aos estudantes com deficiência que não dispõem das condições necessárias e o apoio que seria fundamental para concorrerem com igualdade de condições ao processo seletivo e meritocrático de entrada na universidade. A falta ou inadequação de condições que igualem as oportunidades desses alunos aos demais, em todos os níveis de ensino, faz do caminho ao ensino superior um estrada injusta e pouco democrática, assim como interfere também na permanência e desenvolvimento ao não proporcionar dentro da instituição todas as condições materiais e imateriais para esse intento. Alguns

estudantes entrevistados apontam o sistema de cotas para pessoas com deficiência como um fator que poderia minimizar a interferência das desigualdades sociais na chegada desse aluno ao ensino superior, proporcionando maior acesso, permanência, desenvolvimento e democratização.

3. **A distância entre a legislação brasileira sobre a inclusão e sua materialização**, interfere tanto na acessibilidade física e pedagógica quanto na própria democratização do ensino superior, ao não proporcionar as condições reais que são apresentadas nos textos legais. Essa discrepância não pode ser naturalizada mas deve ser questionada e problematizada no enfrentamento pela exigência de sua materialização. A construção de uma educação de qualidade para todos dependerá de luta real, do embate com as forças neoliberais que estão minando esse espaço público tão importante para as pessoas com deficiência, cujo significado vai muito além da formação profissional, significa vida, encontro, dignidade, cidadania, sonhos. O desgaste da autonomia dessa instituição e de seus professores somados ao subfinanciamento determinado pelo neoliberalismo às IES, dentre outros aspectos, dificultam a materialização de uma universidade plenamente acessível.
4. **A falta, inadequação ou insuficiência da acessibilidade física**, apesar da legislação pertinente garantir a acessibilidade, os dados apontaram muitos problemas mesmo em questões simples de acessibilidade e que não demandam grandes recursos ou até recurso nenhum mas apenas a reavaliação de procedimentos internos. Este apontamento relaciona-se intrinsecamente aos anteriores e deles também faz parte, pois a falta de uma política mais bem estruturada, a invisibilidade pela indiferença e individualismo, bem como a distância entre lei e realidade, concorrem para produzir esse fenômeno e também o da problemática sobre a acessibilidade pedagógica.
5. **A falta, inadequação ou insuficiência da acessibilidade pedagógica**, representa a dificuldade de professores que não estão capacitados para trabalhar com a inclusão e por isso não percebem as diferenças dos alunos e tem dificuldade em modificar suas práticas, o que faz com que surjam conflitos e tensões à medida que a deficiência interfere em seus hábitos e rituais tradicionais. Para os alunos que passam por essas experiências ou viram seus colegas passarem por elas, os problemas com acessibilidade pedagógica são apontados como um dos maiores limites e desafios existentes na instituição, pois depende de uma mudança cultural sobre as diferenças

humanas e suas representações na mentalidade dos professores, na natureza da própria educação formal em sua característica padronizante, formatadora e excludente, mas principalmente a reestruturação na formação inicial e permanente desse professor.

6. **A necessidade de uma política interna mais estruturada e eficaz de inclusão** que promova canais de diálogo e mecanismos capazes de materializar esse processo de forma mais profunda, efetiva, ampla e democrática, ou que pelo menos seja capaz de desencadear a luta por sua concretização. Isso por que a análise dos dados evidenciou que a inclusão ainda encontra-se predominantemente ao nível do discurso e uma política interna mais bem estruturada possibilitaria congregar e articular a comunidade acadêmica em torno do objetivo de construir uma universidade inclusiva. Possibilitando respostas mais eficazes e significativas à construção do processo de inclusão das pessoas com deficiência e também dos demais grupos historicamente excluídos que estão conquistando aos poucos esse espaço educacional. No espontaneísmo não é possível haver transformações, elas demandam reflexão, diálogo, ação, trabalho e intervenção real para sua concretização. Nesse caso, um núcleo de inclusão seria importante dentro do câmpus lócus da pesquisa para articular as questões pertinentes a esse processo na instituição.

Os dados apontaram que o discurso ideológico de que a sociedade e a educação caminham “naturalmente” para a inclusão não encontra correspondência com a realidade e a exclusão social ainda se sobressai nesse processo, pois a maioria das pessoas com deficiência ainda está sem acesso à educação superior e as que conseguem alcançá-lo precisam ultrapassar vários obstáculos para permanecerem nesse nível de ensino, além de não terem as mesmas oportunidades de desenvolvimento por não haver todas as condições materiais e imateriais dentro da universidade.

A análise indicou o quanto seria importante que um maior número de pessoas com deficiência conseguissem adentrar a universidade, suas presenças contribuiriam para romper o preconceito e a discriminação, levando necessariamente ao questionamento de atos e omissões na instituição, mas a realidade social ainda não permite a amplitude desse acesso e são “minorias” dentro das IES.

Os dados da pesquisa revelaram também a importância da educação na vida dessas pessoas, em especial a universidade, que apesar de todas as dificuldades representa estar “com o mundo”, existir como cidadão e pessoa, não viver excluído e segregado, fazer parte da sociedade mas também ultrapassar os limites que ela mesmo impõe. A universidade é vista

por eles como uma ponte para muitos sonhos, desde os individuais até os coletivos que representam o desejo dessas pessoas de interferir na realidade social.

Apesar de todas as contradições, limites e desafios, para esses estudantes, estar em uma instituição de ensino superior representa felicidade, pois significa formar-se como profissional, ser humano e cidadão junto ao outro, de ter ao menos a oportunidade de ir além dos limites da sociedade quando a muitos nem essa possibilidade é concedida.

A inclusão é um processo a ser construído e a construção de uma educação de qualidade para todos que ele demanda dependerá de luta real, da revisão de nossos atos e pensamentos dentro dessa instituição e na sociedade, do embate com as forças neoliberais que estão minando esse espaço público tão importante na vida das pessoas, especialmente na das pessoas com deficiência que a consideram muito mais que formação profissional, significa vida, encontro, dignidade, cidadania, sonhos.

Há a necessidade de rompermos com a lógica da “mesmice” (SKILIAR, 2011) na forma de pensar o mundo e a educação, atingir o problema em sua base, na formação necessária para ver o “mundo do avesso” (MANTOAN, 2003), como algo “imprevisível”, “mutável”, “dinâmico” (GHEDIN, 2011), conscientizar-se de que há um sistema que age e organiza a sociedade sob uma lógica “seletiva, darwinista, inferiorizante e opressora” (MARX e ENGELS, 1998, MÉZÁROS, 2005) mas que principalmente é “passível de nossa intervenção para transformação da educação e da sociedade em favor da vida” (FREIRE, 2011).

Concluo que a inclusão é um processo ainda eivado por contradições e todos aqueles que compõem a universidade tem responsabilidade na revisão de atos e omissões contrários à sua função como humanizadora das relações humanas, tanto na própria instituição de ensino quanto na sociedade, revendo práticas e pensamentos excludentes, contribuindo assim para a construção da inclusão real como fator de justiça social para todos. Essa é a importância de ouvir o Outro com humildade: rever padrões de pensamento e ação, redimensionar práticas, questionar crenças e preconceitos, nos reconhecer no Outro como seres humanos, nos religarmos uns aos outros em busca de um mundo mais justo e solidário e da construção de um novo projeto de educação e sociedade inclusivas. Utopia? Sim! Assumidamente sim! É a utopia que nos faz caminhar, pois viver sem sonhos ou ideais nos faz ficar parados no mesmo lugar, na mesma estação, esperando, sempre esperando, o trem da felicidade e do bem comum que nunca chegará se ficarmos somente nessa espera.

Ao observarmos o exemplo de superação e alegria de viver das pessoas que concederam entrevistas para esta pesquisa, cheias de planos e sonhos, descobriremos um

imenso e maravilhoso mundo além da apatia, do medo, do individualismo, e que podemos superar os limites e enfrentar os desafios.

E para quem pensa que ser feliz sozinho é o suficiente, e que o Outro “se vire” com seus problemas e limitações, é bom lembrar: somos seres sociais e o “flagelo” de uns, mais dia menos dia, acaba sempre, de uma forma ou de outra, atingindo aos demais, então, cuidemos uns dos outros, não como caridade, mas com o respeito a que todo ser humano tem direito, simplesmente por sermos humanos. O futuro dependerá desse reencontro entre “eu e tu”, pois somente o “nós” é que será capaz de construí-lo em bases mais humanas.

À GUIA DE CONCLUSÃO

Tem dias que a vida é um ato de coragem!²³

Vanguart

Amar é um ato de coragem!

Freire

“Eu e tu, nós os diferentes: a percepção dos estudantes com deficiência sobre a inclusão no ensino superior” é mais do que apenas o título de uma dissertação, representa o desejo de diálogo entre as diferenças humanas e a educação superior, uma fagulha de inquietação e questionamento, um querer refletir humilde mas angustiado sobre a situação problemática, sem a pretensão de encerrá-la por aqui, pois “não há assuntos encerrados” (FREIRE, 2008, p.36) e será longa a caminhada em direção à construção de uma educação e uma sociedade que consigam superar a lógica perversa e excludente dos preceitos e ideologias liberais que nos oprimem.

Além disso, a resposta às preocupações e perplexidades não se baseia apenas em considerações teóricas mas “são dadas diariamente no âmbito da política prática, sujeitas ao acordo de muitos” (ARENDET, 2005, p.13). Mas para que essas respostas possam surgir, será importante e fundamental prosseguir sempre dialogando, perguntando, questionando, refletindo, agindo, movimentando, enfim, que o ser humano tenha disposição constante de admiração e espanto diante do contexto complexo, contraditório e desafiador em que se insere

23– Frase da música “se tiver que ser na bala vai”, do grupo Vanguart, banda composta músicos que tocam os mais variados instrumentos, nascida em Cuiabá – MT, cujo repertório é composto por verdadeiras poesias sobre a alma humana e suas angústias, contradições e paixões.

a inclusão como necessidade nascida da exclusão na qual vivem imensas massas humanas.

Manter a “admiração” e o “espanto” para com o mundo nos deixará em alerta diante das contradições e desafios inerentes a esse processo e não nos permitirá abstermo-nos de nosso compromisso ético, político e pedagógico com o ato de transformar em todas as instâncias sociais tudo aquilo que exclui, discrimina, marginaliza e oprime o ser humano. Mantendo vivo o desejo de sentir e compreender o mundo e as pessoas que nele vivem, de imprimir nossa marca contribuindo para transformar erros em acertos, a falta de amor e solidariedade em um transbordar de amor e solidariedade, a frieza em calor humano, a injustiça em justiça, a indiferença em comunhão, a “feiura” em “boniteza”!

A admiração e o espanto em relação à vida, suas contradições e sua beleza, é o que nos permitirá sentirmo-nos vivos, sempre desafiados a buscar as respostas necessárias aos nossos limites como seres humanos, na busca pelas ilimitadas possibilidades do que ainda podemos ser:

[...] uma espécie de abertura à compreensão do que se acha na órbita da sensibilidade do ser desafiado. Essa disposição do ser humano de espantar-se diante das pessoas, do que elas fazem, dizem, parecem, diante dos fatos e fenômenos, da boniteza e feitura, esta incontida necessidade de compreender para explicar, de buscar a razão do ser dos fatos. Esse desejo sempre vivo de sentir, viver, perceber o que se acha no campo de suas “visões de fundo” (FREIRE, 1995, p.76).

Essa atitude diante do mundo manterá viva a esperança na criação e recriação de nós mesmos, na fé de que podemos sempre recomeçar e transformar a realidade educacional e social ao também sermos capazes de ter um outro olhar mais “amoroso” e “esperançoso” uns com os outros e com a vida.

O título escolhido para essa dissertação foi definido de maneira a resumir a problemática investigada mas também marca a posição ética e política de seus “autores participantes”, assim como o nível de comprometimento com a realidade educacional analisada e a defesa de uma concepção de mundo, ser humano e educação que vai muito “além do capital”, pois enseja a comunhão entre as pessoas pela emancipação humana e sua libertação de todas as formas que assumem as relações opressoras dentro do conglomerado econômico, político, cultural e ideológico chamado de capitalismo.

Nesse sentido, o título e o conteúdo deste estudo aglutinam a problemática da inclusão em tela e tem o objetivo de provocar o despertar e a reflexão, pois nos leva à discussão de que ser diferente é próprio da natureza humana, de que todos somos diferentes, com diversas

alteridades, identidades, histórias, características físicas, intelectuais, sociais, étnicas, culturais, etc. Mas sobretudo, que é justamente pela riqueza dessas diferenças que não podemos aceitar como natural a desconsideração dessa nossa condição humana de seres diversos ao sermos nivelados a um mesmo padrão de comportamentos, necessidades, visões de mundo e sonhos, muito menos ainda que a educação permaneça em tom monocromático, monocórdico, unilateral, “normal” e por isso excludente.

É um bem público precioso, necessário à formação humana e precisamos defendê-lo dos interesses mercadológicos vigentes que o limitam e o tornam privilégio de alguns e não direito de todos. Mas essa resistência só poderá ser contra-hegemônica, pois a mentalidade hegemônica e dominante impede de vermos o mundo e a educação como eles realmente são: heterogêneos.

Essa diacronia foi o que me levou à necessidade de expor o que pensavam os estudantes sobre a inclusão e teve como objetivo focar na construção desse processo e não nas deficiências, mas em identificar, compreender e expor quais são os limites e desafios mais profundos a partir da visão justamente daqueles que são invisíveis aos olhos dos demais. No intuito de enxergar a inclusão através dos que mais sofrem com a indiferença, o preconceito e a discriminação, contribuindo para tornar visível aqueles que são “invisíveis” à maioria das pessoas e para questionar também os momentos em que a sociedade os torna “visíveis” mas que correspondem ao desrespeito de seus direitos legais e humanos.

Um questionamento que nos leve à compreensão de que somos todos “outros” dos “outros” (SKILIAR, 2006), cada um com suas próprias identidades, alteridades e diferenças mas parte da mesma humanidade. Por isso somente o diálogo poderá nos levar a construir relações sociais mais humanas mas é preciso também que sejam construídas a partir da atuação real na concretude do dia-a-dia.

Antes, porém, será preciso reativar em nós a esperança para ultrapassarmos o medo e o individualismo que são sistematicamente e propositadamente gravados na mentalidade que nos envolve para impedir ou limitar qualquer tipo de pensamento autônomo ou libertário.

Reativando a esperança, voltamos a sonhar e a acreditar em nosso próprio fazer e a querer fazer um mundo melhor, mesmo que a partir da pequenez de nossos atos cotidianos individuais e coletivos. A esperança como mola propulsora da luta contra a exclusão nos levará ao encontro com o Outro, para que unidos em um agir transformador, possamos lutar para alterar a rota de desumanização na qual nos encontramos e que atinge todas as instituições sociais, inclusive a universidade.

“Reiniciarmos” a esperança de que podemos construir um mundo mais “bonito”, de que os problemas podem ter solução, de que temos responsabilidade e capacidade para juntos construirmos essas soluções ou lutarmos para que elas ocorram. Será na luta por um mundo mais justo que reativaremos a esperança, ao mesmo tempo em que a esperança alimentará a própria luta, pois reencontraremos o sentido da vida ao retomarmos nossa responsabilidade por ela, a minha e a do Outro. Sem esperança e solitários caminhamos vazios e nesse vazio nos perdemos de nós mesmos:

Movo-me na esperança enquanto luto e, se luto com esperança, espero. Se o diálogo é o encontro das mulheres e homens para serem mais, ele não pode se fazer na desesperança. Se os sujeitos do diálogo nada esperam do seu que-fazer, já não pode haver diálogo. O seu encontro é vazio e estéril, é burocrático e fastidioso (FREIRE, 2011, p. 82).

O Outro não precisa ser o meu “inferno”, o Outro pode ser meu “irmão”, sem romantismo, religiosismo piegas ou humanitarismo superficial, mas uma irmandade que reconheça e respeite as diferenças e as necessidades de cada um, também comprometida com a transformação das condições de vida e educação realmente para todos e não somente para os poucos que couberem nesse “todos”, “escolhidos” pela ordem seletiva do darwinismo social que nos divide em aptos e não aptos, completos e incompletos, inferiores e superiores, “fracassados” e “vencedores”.

Uma irmandade construída não a partir de um violento consenso nivelador ou na adaptação forçada, mas no reconhecimento, valorização e respeito às diferenças e no enfrentamento das contradições dessa relação, pois o mundo real é assim, contraditório, heterogêneo, riquíssimo em diferenças e fechar os olhos para isso tentando padronizar as pessoas e “normalizar” a realidade só serve aos interesses do capitalismo neoliberal como forma de controle social.

As diferenças são “subversivas”, nos fazem pensar diferente, buscar soluções fora do “plano”, questionar caminhos traçados, linhas “retas demais” e determinadas por outros, pensar por outro ângulo, rever práticas cristalizadas, considerar as diversas possibilidades, “estremecer” as verdades absolutas.

Assim, a problemática das condições de acesso, permanência e desenvolvimento dos estudantes com deficiência na universidade que corresponde aos limites e desafios do processo de inclusão, não pode ser vista apenas como um fenômeno em si mesma, pois desenvolve-se dentro de um contexto social e histórico cuja possibilidade de superação tem

evidenciado cada vez mais a necessidade de rompimento com a lógica do individualismo liberal que corrompe as relações sociais em todas as suas instâncias, inclusive na educação.

Indagados sobre se queremos um mundo melhor, provavelmente a maioria de nós responderia que sim, mas e sobre o que faríamos de fato para isso ocorrer ou sobre o que fazemos em nosso cotidiano para que ocorra? Será que a resposta seria tão afirmativa assim ou verdadeira?

A lógica individualista liberal que age culturalmente e materialmente pela dominação de nossas mentes e corações, permeia as instituições de ensino superior, obstaculiza o encontro e o diálogo com o outro, para o questionamento da homogeneização massificadora de práticas, currículos, conteúdos, metodologias, comportamentos, crenças e valores, preconceitos, organização e funcionamento, que moldam a educação e o educando a uma estrutura já determinada, restando apenas adaptar-se ao seu *modus operandi*. Era o que Paulo Freire denunciava como “ensino bancário”, cuja ênfase se dá na transmissão de conteúdos descontextualizados e fragmentados sem levar em conta o subjetivo e o humano, a história e a realidade dos alunos.

Dessa forma, é preciso reiterar que o conceito de “integração” das pessoas com deficiência está ligada diretamente à ideia de adaptação unilateral e não de criação e recriação de um novo projeto de vida e educação que represente justiça social e respeito ao ser humano em sua diversidade. A inclusão vai muito além da simples integração de alguns indivíduos com deficiência em uma instituição superior, pois representa um esforço conjunto de transformação em busca de um outro tipo de vida e educação.

A palavra “diferentes” toma, então, a conotação de alteridade e sugestiona a necessidade de pensarmos a realidade de maneira heterogênea, não oposicional, mas contraditória, sempre como um devir, criando um permanente movimento de diferir, radicalmente diferente do ato de normalizar os sujeitos ou de tolerar o outro, como assevera Skliar (2006):

Portanto, a diferença não estaria em relação a dois pontos que, de acordo com certo princípio de identidade, se diferenciam. Esta teria mais a ver com o “entremeio”, e não com uma suposta oposição entre dois termos, dois entes, dois conceitos ou duas coisas. Assim vista, a diferença é um sinal do imprevisível, que nos faz pensar no devir, nos remete ao acontecimento (SKLIAR, 2006, p. 21).

Tolerar o outro é deixar claro que ele é moralmente censurável, detestável, e que nós somos generosos ao lhe permitir continuar vivendo – ou sobrevivendo – nessa “condição” de diversidade, de alteridade. Em vez disso, ao falar das diferenças em educação, seria interessante não fazermos nenhuma referência à distinção entre “nós” e “eles”, nem inferirmos relação ou condição da aceitabilidade acerca do outro e dos outros. A diferença, sexual, de geração, de corpo, de raça, de gênero, de idade,

de língua, de classe social, de etnia, de religiosidade, de comunidade etc., envolve a todos, a todos nos implica e determina: tudo é diferença, todas são diferenças. E não há deste modo, alguma coisa que não seja diferença, alguma coisa que possa deixar de ser diferença, alguma coisa que possa ser o contrário, o oposto das diferenças. Seria apropriado dizer aqui que as diferenças podem ser muito mais bem compreendidas como experiências de alteridade, um estar sendo múltiplo, intraduzível e imprevisível no mundo. Em educação, não se trata de melhor caracterizar o que é diversidade e quem a compõe, mas de melhor compreender como as diferenças nos constituem como humanos, como somos feitos de diferenças. E não para acabar com elas, não para domesticá-las, senão para mantê-las em seu mais inquietante e perturbador mistério (SKLIAR, 2006, p. 31).

Somos todos diferentes, cada qual é um ser único e temos o direito de sermos respeitados e valorizados em nossas diferenças, no entanto, da educação básica ao ensino superior, predominantemente se desconsidera as necessidades, a história e a cultura e até mesmo o direito legal de cada um, o que vai de encontro aos discursos sobre a inclusão dos grupos sociais historicamente excluídos na educação e na sociedade.

A legislação e as políticas nacionais de educação voltadas à inclusão, garantem o acesso, permanência e desenvolvimento, mas é notória a distância entre elas e a realidade do sistema brasileiro de ensino. Isso ficou bastante claro nas falas dos estudantes que contribuíram para este estudo. Sem as condições reais para uma educação de qualidade social, o movimento por uma educação inclusiva acaba sendo esvaziado, tornando-se um território de reivindicações solitárias, ora ouvidas, ora não ouvidas, dependendo da visão de homem e educação de dirigentes e professores, o que gera um desgaste ainda maior às pessoas com deficiência que já passam por vários outros percalços dentro da sociedade.

Por esse motivo, o termo “educação inclusiva” é bastante discutível, pois acaba assumindo o status de ideologia que distorce a realidade quando evocada pelo Estado, de forma retórica em discursos ilusórios, tal como acontece com os conceitos de “democracia”, “cidadania”, “educação para todos”, “liberdade de expressão”, “direito de ir e vir”, “todos somos iguais perante a lei” e etc. No entanto, a partir do ideário freiriano acredito firmemente que essas palavras possam ter outros significados se nos propusermos a reconstruí-los.

Para os trabalhadores da educação, comprometidos e atentos às mudanças do tempo, essas palavras não tem o mesmo significado que o neoliberalismo dá a elas, pois são mais que palavras e lutam diariamente por sua concretização.

O movimento de criação e recriação da educação é visível, sempre será um movimento dialético, e é a partir do enfrentamento às contradições e não do consenso paralisante que caminharemos para uma educação mais condizente aos interesses do povo, dos trabalhadores, dos pobres, dos excluídos e não somente das elites ou da burguesia.

Estamos vivendo uma crise de paradigmas em todas as áreas da vida social e por consequência também educacional, existem avanços mas também resistências, a transformação não se dará da “noite para o dia”, menos ainda sem o nosso envolvimento e para que aconteça, todos nós, educandos, trabalhadores da educação e sociedade precisaremos estar dedicados a essa tarefa.

Nesse sentido, a inclusão na educação não é somente para as pessoas que a sociedade estigmatizou como “diferentes”, mas um movimento que demanda a desconstrução de padrões homogêneos, seletivos e competitivos do conhecimento linear, do ensino uniforme, das relações sociais como um todo, e vem questionando a discriminação construída historicamente em razão de características físicas, intelectuais, culturais, sociais e outras. Mas se quisermos que a palavra “inclusão” deixe de ser apenas mais um conceito vazio no repertório de palavrórios neoliberais, será preciso rever a forma como organizamos nossa vida em sociedade e também a educação, que tem se mostrado cada vez mais excludente, chegando ao ponto de imensas parcelas da população permanecerem segregadas e circunscritas a guetos de pobreza e miséria, relegados a um “não ser” e a não serem vistos nem como cidadãos nem como gente.

Por outro lado, os grupos excluídos estão cada vez mais cientes de seus direitos e para quem aposta na inanição dos movimentos sociais é melhor não se apressar nesse julgamento, pois há algo novo no ar, que vem chegando devagar mas que está vindo e irá irromper, as estações se renovam, as pessoas e a sua vontade de lutar pela vida e pela dignidade também.

Por isso em “Eu e tu: nós os diferentes”, todos somos diferentes e a educação formal, incluindo a universidade, precisa considerar e respeitar as necessidades de cada aluno e sua história, trabalhando com a pluralidade, a contradição, o conflito e a imprevisibilidade, em detrimento da homogeneização que trabalha pelo nivelamento de qualquer diferença.

Garantir as condições reais a todos na universidade é um desafio grandioso, principalmente na realidade brasileira de reestruturação do Estado e redução de sua intervenção social, mas nem sempre nossas práticas cotidianas dependem somente dessa instituição cada vez mais enfraquecida pelo neoliberalismo. Aliás, esperar que uma instituição que historicamente representa os interesses da classe burguesa nos dê de graça uma educação de qualidade social, com acesso, permanência e desenvolvimento garantidos a todos, incluindo a formação inicial e permanente de qualidade para os docentes, é ingenuidade ou desconhecimento da história da humanidade.

Ao não assumirmos a nossa parte como trabalhadores da educação em relação ao compromisso com a humanização e até mesmo agirmos de forma contrária a isso, nos aliamos

ao ideário neoliberal e nos colocamos totalmente a seu serviço. Por outro lado, ao resistirmos e lutarmos pela construção de uma universidade inclusiva e pela defesa de sua função social, seja nos mais pequenos atos cotidianos ou na movimentação mais corajosa por mudanças profundas e amplas, ajudamos a criar uma realidade mais justa e solidária. Diante disso, qual é a nossa parcela como trabalhadores da educação no processo de inclusão? O que estamos fazendo de fato? Estamos ao menos dialogando e refletindo sobre isso?

A crítica contida no título e que se fez presente no corpo desta dissertação, através do referencial teórico e de seus enredamentos nas falas dos estudantes, sujeitos desta pesquisa, nos mostra uma realidade educacional que ainda legitima o aspecto antidemocrático de acesso, permanência, desenvolvimento e também da construção do conhecimento. É nossa responsabilidade como profissionais da educação levantar o questionamento sobre essa realidade e buscar alternativas para mudar o rumo dessa história, pois a universidade aglutina a maior parte da elite pensante de nosso país e em tese estamos habilitados a enxergar mais “longe, largo e profundo”.

A inclusão dos estudantes com deficiência no ensino superior, assim como de todos os demais grupos historicamente excluídos da educação e da sociedade, é um direito humano fundamental e condição *sine qua non* para uma sociedade democrática e justa, mas quando será que os discursos se encontrarão com nossas práticas?

Assim como Carvalho (2005, p. 53) entendo que a educação de qualidade é mais do que um conceito, é uma postura diante do mundo “[...] é aquela que tem projeto político e pedagógico compromissado com a transformação da realidade.” Portanto, a inclusão dependerá de assumirmos essa postura para a construção de uma sociedade e de uma educação mais justas e igualitárias.

A inclusão é uma estrada em construção, a qual depende fundamentalmente do envolvimento das pessoas que compõem o meio educacional e da sociedade como um todo, pois não é algo que se construa por si só, será preciso trabalho, compromisso, diálogo, enfrentamento das contradições, mas sobretudo, humanidade, solidariedade, respeito, amor e comunhão na busca pelo objetivo maior de alcançar a autonomia e a emancipação dos seres humanos.

Não é na resignação, mas na rebeldia em face das injustiças que nos afirmaremos.

Freire

Não é no silêncio que os homens se fazem, mas na palavra, no trabalho, na ação-reflexão.

Freire

REFERÊNCIAS

- ALCOBA, et. al. Diferenças, identidades e inclusão. In: MANTOAN, M. Teresa E.; BARANAUSKAS, M. Cecília. (Orgs.). **Atores da Inclusão na Universidade: formação e compromisso**. Campinas, SP: UNICAMP-BIBLIOTECA CENTRAL, 2009, p. 30-50.
- ARENDDT, Hannah. **A condição Humana**. 10. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2005. 352 p.
- ARROYO, Miguel G. **Currículo, território em disputa**. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011. 374 p.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 9050 válida a partir de 30 de junho de 2004**. Versa sobre acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos. Disponível <http://www.pessoacomdeficiencia.gov.br/app/sites/default/files/arquivos/%5Bfield_generico_imagens-filefield-description%5D_24.pdf>. Acessado em 20/05/2015.
- BAPTISTA, M. I. D. Convivendo com as diferenças. In: PUPO, D.T; MELO, A.M; PÉREZ FERRÉS, S. **Acessibilidade: discurso e prática no cotidiano das bibliotecas**. Campinas: Biblioteca Central Cesar Lattes, 2006, p. 13-16.
- BARANAUSKAS, M. Cecília; MANTOAN, M. Teresa E.; MELO-SOLARTE, Diego S. Oficinas participativas inclusivas mediadas pelo modelo ACBP. In: MANTOAN, M. Teresa E.; BARANAUSKAS, M. Cecília. (Orgs.). **Atores da Inclusão na Universidade: formação e compromisso**. Campinas, SP: UNICAMP-BIBLIOTECA CENTRAL, 2009, p. 10-28.
- BOBBIO, Norberto. **A era dos direitos**. 7. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.
- BOGDAN, Roberto C.; BIKLEN, Sari Knopp. **Investigação qualitativa em educação**. Portugal: Porto, 1994. 167 p.
- _____. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Imprensa Oficial, 1988. Disponível em <https://www.imprensaoficial.com.br/downloads/pdf/Constituicoes_declaracao.pdf>. Acessado em 15/06/2015.
- _____. **Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência: Protocolo Facultativo à Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência: contempla o Decreto Legislativo nº 186, de 09 de julho de 2008: Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009. 4ª Ed., rev. e atual**. Brasília : Secretaria de Direitos Humanos, 2010. Disponível em <<http://www.pessoacomdeficiencia.gov.br/app/sites/default/files/publicacoes/convencaopessoacomdeficiencia.pdf>>. Acessado em 15/06/2015.
- _____. **Decreto nº 3.298 de 20 de dezembro 1999**. Regulamenta a Lei 7.853, de 24 de outubro de 1989, dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção e dá outras providências. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3298.htm>. Acessado em 15/06/2015.

_____. **Decreto nº 3.956, de 8 de outubro de 2001.** Promulga a Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência. Guatemala. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2001/d3956.htm>. Acessado em 15/06/2015.

_____. **Decreto nº 5.296 de 02 de dezembro de 2004.** Regulamenta as Leis 10.048, de 08 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para promoção da acessibilidade das pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5296.htm>. Acessado em 15/06/2015.

_____. **Decreto nº 186 de 2008.** Ratifica a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiências – Declaração de Nova Iorque. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Congresso/DLG/DLG-186-2008.htm>. Acessado em 15/06/2015.

_____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDBEN 9.394,** de 20 de dezembro de 1996. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm>. Acessado em 15/06/2015.

_____. **Política Nacional de Educação Especial sob a Perspectiva Inclusiva.** Brasília: MEC/SEESP, 2008. Disponível em <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducespecial.pdf>>. Acessado em 15/06/2015.

_____. **Portaria nº 3.284 de 07 de novembro 2003.** Dispõe sobre requisitos de acessibilidade de pessoas portadoras de deficiências, para instruir os processos de autorização e de reconhecimento de cursos, e de credenciamento de instituições. Disponível em <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/port3284.pdf>>. Acessado em 15/06/2015.

BRITO, Edson de Sousa Brito; BONOME, José Roberto. Declaração Mundial sobre Educação para Todos e a função da escola pública brasileira. **Revista Jurídica**, Ano XIV, n. 23, 2014, v2, Jan. – jun., Anápolis/GO, Unievangélica.

CARVALHO, Ademar de Lima. **Os caminhos perversos da educação: a luta pela apropriação do conhecimento no cotidiano da sala de aula.** Cuiabá: EdUFMT, 2005. 267p.

CARVALHO, Rosita Edler. **Dez anos depois da Declaração de Salamanca.** 2004. Disponível em <<http://www.cape.edunet>>. Acessado em 15/07/2016.

_____, Marilena. A Universidade sob nova perspectiva. **Revista Brasileira de Educação**, p. 05 a 15, 2003. Disponível em <www.scielo.br/pdf/rbedu/n24/n24a02.pdf>. Acessado em 10/07/2015.

COELHO, Ildeu M. Universidade e formação de professores. In: GUIMARÃES, Valter Soares (Org.). **Formar para o mercado ou para a autonomia? O papel da Universidade.** Campinas – SP: Papyrus, 2006, p. 43 a 63.

De Siqueira, I. Apresentação. In: LANNA JÚNIOR, Márcio Cléber Martins. **História do Movimento Político das Pessoas com Deficiência no Brasil**. Brasília: Secretaria de Direitos Humanos e Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência, 2010. p. 10 e 11.

DELORS, J. (Org.). **Um tesouro a descobrir – relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI**. Paris: UNESCO, 1996. 43 p.

DORNELES, Maria Claunice. **A concepção dos professores sobre a in/exclusão de estudantes com deficiência visual na educação básica**. 2014. Tese de Doutorado em Educação na UCDB. 228 p.

DUTRA, A. Prefácio. In: MANTOAN, M. Teresa E.; BARANAUSKAS, M. Cecília. (Orgs.). **Atores da Inclusão na Universidade: formação e compromisso**. Campinas, SP: UNICAMP-BIBLIOTECA CENTRAL, 2009. P. 06-08.

FAZENDA, Ivani (Org.). **Metodologia da Pesquisa Educacional**. 12. ed. São Paulo: Cortez, 2010. 212 p.

FERREIRA, Vandir da Silva; OLIVEIRA, Lilia Novais. Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência. **Revista Reviva**, Ano 4, 2007.

FIORI, Ernani Maria. Aprender a dizer a sua palavra. In: **Pedagogia do Oprimido**. 50. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011, p. 05-11.

FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler: em três artigos que se complementam**. 23. ed. São Paulo: Cortez, 2008. 49 p.

_____, Paulo. Apresentação. GIROUX, Henry A. In: **Os professores como intelectuais**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997, p. 02.

_____, Paulo. **À sombra desta mangueira**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995. 256 p.

_____, Paulo. **Educação e Mudança**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983. 46 p.

_____, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. 13. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982. 157 p.

_____, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**. 33. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996. 148 p.

_____, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 50. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011. 253 p.

_____, Paulo. **Política e Educação: ensaios – Paulo Freire**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2001. 57 p.

_____, Paulo. **Professor sim, tia não: cartas a quem ousa ensinar**. São Paulo: Instituto Paulo Freire, 1993. 192 p.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **Educação e a crise do capitalismo real**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2003. 385 p.

_____, Gaudêncio. **Educação para cidadania. Educação, trabalho e cidadania.** Secretaria de Estado da Educação – Departamento de Ensino de Segundo Grau, 1991.

_____, Gaudêncio. **Exclusão e/ou Desigualdade Social? Questões teóricas e político-práticas.** Revista Cadernos de Educação, Pelotas – RS: FaE/PPGE/UFPel, n° 37, 2010, p. 417-442. Disponível em <<http://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/caduc/article/view/1593/1479>>. Acessado em 30/07/2015.

FORRESTER, Viviane. **O horror econômico.** São Paulo: Editora da UNESP, 1997. 154 p.

GADOTTI, Moacir. **A escola e o professor – Paulo Freire e a paixão de ensinar.** São Paulo: Publisher Brasil, 2007. 112 p.

_____, Moacir. Prefácio: Educação e Ordem Classista. In: FREIRE, P. **Educação e Mudança.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983, p. 04 a 06.

_____, Moacir. **Pedagogia da Práxis.** 2. ed. São Paulo: Cortez, 1998. 333 p.

GOFFMAN, Erving. **Estigma – notas sobre a manipulação da identidade deteriorada.** 4. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1988. 158 p.

GHEDIN, Evandro; FRANCO, Maria A. Santoro. **Questões de método na construção da pesquisa em educação.** 2 ed. São Paulo: Cortez, 2011. 264 p.

GENTILI, Pablo (Org.). **Pedagogia da exclusão – crítica ao neoliberalismo em educação.** 19. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013. 304 p.

GIROUX, Henry A. **Os professores como intelectuais.** Porto Alegre: Artes Médicas, 1997. 270 p.

HOBBSAWM, Eric. **Era dos extremos: o breve século XX 1914-1991.** São Paulo: Companhia das Letras, 1995. 598 p.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo do IBGE Demográfico 2010 – Características Gerais da População.** Disponível em <www.censo2010.ibge.gov.br IBGE>. Acessado em 10/05/2015.

JANNUZZI, Gilberta de Martino. **A educação do deficiente no Brasil – dos primórdios ao início do século XXI.** 3. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2012. 211 p.

KOSIK, Karel. **Dialética do concreto.** 2. Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976. 250 p.

LANNA JÚNIOR, Márcio Cléber Martins. **História do Movimento Político das Pessoas com Deficiência no Brasil.** Brasília: Secretaria de Direitos Humanos, 2010. 443p.

LARROSA, Jorge; SKLIAR, Carlos (Orgs.). **Habitantes de Babel: políticas e poéticas da diferença.** 2.ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2011. 302 p.

MACHADO, Edilene Vieira. Políticas públicas de inclusão no Ensino Superior. In: **Itinerários da Inclusão Escolar: Múltiplos olhares, saberes e práticas**. SOUZA, Olga Solange Herval (Org.). Porto Alegre: Ed. ULBRA, 2008, p. 44 – 53.

MANTOAN, M. Teresa E.; BARANAUSKAS, M. Cecília. (Orgs.). **Atores da Inclusão na Universidade: formação e compromisso**. Campinas, SP: UNICAMP-BIBLIOTECA CENTRAL, 2009.

_____, M. Teresa E. **Inclusão Escolar. O que é? Por quê? Como fazer?** São Paulo: Moderna, 2003. 95 p.

MARX, Karl; ENGELS, Frederick. **Manifesto Comunista**. São Paulo:Boitempo, 1998. 254p.

_____, Karl; ENGELS, Frederick. **Ideologia Alemã**. São Paulo:Moraes, 1984. 119 p.

_____, Karl; ENGELS, Frederick. **O 18 brumário**. Disponível em <http://www.culturabrasil.org/zip/18brumario.pdf>. Acessado em 30/08/2015.

MAZZOTTA, Marcos J. da S. **Educação Especial no Brasil – história e políticas públicas**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2011. 231 p.

_____, Marcos J. da S. **Inclusão e integração ou chaves da vida humana**. Palestra proferida no III Congresso Ibero-Americano de Educação Especial “Diversidade na Educação: Desafio para o Novo Milênio” realizado em Foz do Iguaçu – PR de 04 a 07 de novembro de 1998. Disponível em <<http://www.educacaoonline.pro.br>>. Acessado em 10 de agosto de 2015.

MENDES, Enicéia Gonçalves. A radicalização do debate sobre inclusão escolar no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**, v. 11 n. 33 set./dez. 2006, p. 387.

_____, Enicéia Gonçalves. **Inclusão marco zero: começando pelas creches**. Araraquara, SP: Junqueira e Marin, 2010. 304 p.

MÉSZÁROS, István. **A educação para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2005. 79 p.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. 24. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994. 80 p.

MITTLER, Peter. **Educação Inclusiva: contextos sociais**. Porto Alegre: Artmed, 2003. 264p.

ONU. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. Disponível em <<http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001394/139423por.pdf>>. Acessado em 02 de junho de 2015.

PIMENTEL, Susana C. (Org.). **Estudantes com deficiência no Ensino Superior: construindo caminhos para desconstrução de barreiras na UFRB**. Cruz das Almas/BA: NUPI, PROGRAD, UFRB, 2013. 21 p.

PLACER, F. G. O outro hoje: uma ausência permanentemente presente. In: LAROSSA, J.; SKLIAR, C. (Orgs). **Habitantes de Babel: políticas e poéticas da diferença**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011. p. 79 a 89.

RENDERS, Elizabete Cristina Costa. **Invisibilidade e emergência da Universidade Inclusiva na tessitura de uma rede de memórias**. Tese de Doutorado. Campinas: UNICAMP, 2012.

RODRIGUES, David. (Org.). **Inclusão e Educação: doze olhares sobre a educação inclusiva**. São Paulo: Summus, 2006. 318 p.

ROSS, Paulo Ricardo. Educação e trabalho: a conquista da diversidade ante as políticas neoliberais. In: BIANCHETTI, L.; FREIRE, Ida Maria (Orgs.). **Um olhar sobre a diferença: interação, trabalho e cidadania**. Campinas, SP: Papirus, 2012.

SACRISTÁN, José Gimeno. A educação que temos, a educação que queremos. In: IMBERNÍN, F. (org.). **A educação no século XXI: os desafios do futuro imediato**. 2.a ed. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2000.

SADER, Emir. Prefácio. In: MÉSZÁROS, István. **A educação para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2005.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A Universidade no século XXI: para uma reforma democrática e emancipatória da Universidade**. Brasília: MEC, 2004. 89 p.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Inclusão: construindo uma sociedade para todos**. 8. ed. Rio de Janeiro: WVA, 2010. 180 p.

SILVA, Lázara Cristina; RODRIGUES, Marilúcia de Menezes. **Acesso ao ensino superior: os nós das políticas de inclusão educacional e as pessoas com deficiências**. 2012, disponível em < www.simposioestadopoliticas.ufu.br/imagens/anais/pdf/BC05.pdf>. Acessado em 30/05/2015.

SKLIAR, Carlos. A inclusão que é “nossa” e a diferença que é do “outro”. In: RODRIGUES, David (Org.). **Inclusão e Educação: doze olhares sobre a educação inclusiva**. São Paulo: Summus, 2006. p. 15 a 34.

THOMA, Adriana da Silva. A Inclusão no Ensino Superior: “-Ninguém foi preparado para trabalhar com esses alunos (...) Isso exige certamente uma política especial...” In: **Anais 29ª Reunião ANPED - educação, cultura e conhecimento na contemporaneidade: desafios e compromissos**, 2006, Caxambú-MG, p. 0-18.

TOMASINI, Maria Elisabete Archer. Expatriação social e a segregação institucional da diferença: reflexões. In: BIANCHETTI, L.; FREIRE, Ida Mara. **Um olhar sobre a diferença: interação, trabalho e cidadania**. 12. ed. Campinas, SP: Papirus, 2012, p. 111 a 133.

UNESCO. **Declaração Mundial sobre Educação para Todos: plano de ação para satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem**. 1990. Disponível em <<http://unesdoc.unesco.org/images/0008/000862/086291por.pdf>>. Acessado em 30/05/2015.

UNESCO. **Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais.** 1994. Disponível em <http://detaubate.edunet.sp.gov.br/downloads_2014/DECLARACAO%20DE%20SALAMANCA.pdf>. Acessado em 30/06/2015.

UNESCO. **Declaração Mundial sobre Educação para Todos: satisfação das necessidades básicas de aprendizagem,** Jomtien, 1990, UNESCO. Disponível em <<http://unesdoc.unesco.org/images/0008/000862/086291por.pdf>>. Acessado em 22/06/2015.

UNESCO. **Declaração de Salamanca linha de ação sobre necessidades educativas especiais.** acesso em <<http://cape.edunet.sp.gov.br>>. Acessado em 24 de agosto de 2015.

ZAGO, Luis Henrique. **O método dialético e a análise do real.** Revista de Filosofia Kriterion, Belo Horizonte, vol. 54, n^o 127, junho 2013.

APENDICE A

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE RONDONÓPOLIS
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

Roteiro para identificação pessoal e socioeconômica dos estudantes

Pesquisadora: Simone Freneda Camparim Passos

Orientador: Ademar de Lima Carvalho

1 - Nome completo:

2 - Local e data de nascimento:

3 - Sexo: () fem. () masc. () outro _____

4 - Curso:

5 - Ano de ingresso:

6 - Forma de ingresso:

7 - Cor:

8 - Casado (a) ou solteiro (a):

9 - Mora sozinho?

10 - Qual é a renda familiar:

11 - Trabalha em quê? Qual é o seu salário?

12 - Possui casa própria?

13 - Como se desloca para a universidade:

14 - O ensino fundamental foi realizado em escola pública ou privada?

15 - Ano de início e término do ensino fundamental:

16 - O ensino médio foi realizado em escola pública ou privada?

17 - Ano de início e término do ensino médio:

18 - Participa de movimentos sociais? Qual

APENDICE B

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE RONDONÓPOLIS
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

Roteiro de entrevistas para o projeto de pesquisa “Eu e tu, nós os diferentes: a percepção dos estudantes com deficiência sobre a inclusão no ensino superior”

- 1 – Fale sobre sua trajetória escolar até a chegada à Universidade. O que você destacaria e o que significou chegar aqui?
- 2 – Fale sobre como você se percebe enquanto pessoa com deficiência em relação aos estudantes, professores e técnicos da IES.
- 3 – Fale sobre como percebe a sua inclusão como estudante com deficiência na relação com a Instituição de Ensino Superior.
- 4– Que perspectivas e sonhos você tem em relação à sua formação na IES?
- 5 – O que você pensa sobre Educação Inclusiva e sobre o movimento de inclusão de pessoas com deficiência no ensino superior e na sociedade?
- 6 – Gostaria de falar mais algo que não tenha sido perguntado e que possa contribuir para o enriquecimento deste trabalho?